



FAPEC – Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura

RDC ELETRÔNICO Nº 001/2023

Processo Administrativo nº 000.020/2023

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura - FAPEC, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada à Rua 9 de Julho, nº 1.922, Vila Ipiranga, Campo Grande/MS, realizará licitação, na modalidade de **Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC**, na forma eletrônica, em modo de disputa **ABERTO**, com critério de julgamento **MAIOR DESCONTO**, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, do Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO: 10/02/2023

HORÁRIO: 08h30 (horário de Mato Grosso do Sul).

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para a execução da obra do Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil – AUTOCINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS), que ocorrerá na área do AUTOCINE, localizada no Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grandes/MS, com área aproximada de 2.134,80 m², com 2 pavimentos em arquitetura modular, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação será realizada pelo regime de empreitada por preço global, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o maior desconto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os recursos para atender a esta licitação estão previstos no Contrato 072/2021 – UFMS.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no Decreto no 3.722, de 9 de janeiro de 2001.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este RDC.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, após implementadas diligências ordinárias.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO RDC

4.1. Poderão participar deste procedimento interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3. Pessoa jurídica estrangeira que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. O servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 4.2.5. Pessoa física ou jurídica, na forma do art. 36 da Lei nº 12.462/11, mediante participação direta ou indireta:
- a) Que tenha elaborado o projeto básico ou executivo correspondente;
 - b) Que tenha participado de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente;
 - c) Pessoa jurídica na qual o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de cinco por cento do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado.
- 4.2.5.1. Para fins do disposto neste item, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.
- 4.2.5.2. O disposto neste subitem se aplica aos membros da comissão de licitação.
- 4.2.6. Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação observado o disposto no item 9.5.3.1 deste Edital;
- 4.2.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.8. Participação concomitante de Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos, produtos tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 4.3. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF

nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta de preços.

4.5. Como condição para participação no RDC, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. O licitante deve apresentar declaração de ciência da exigência de que o contratado deve conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou

empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo, nos termos do art. 8º, § 2º, III, do Decreto nº 7.581, de 2011.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.5.1. Valor unitário para cada item da proposta, utilizando 2 (duas) casas decimais para evitar correções futuras na PROPOSTA DE PREÇOS;

6.5.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico.

6.5.3. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da sua apresentação.

6.6. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto.

6.7. O licitante deverá anexar os seguintes documentos:

- 6.7.1. Cronograma físico-financeiro, observando-se as etapas e prazos de execução e a previsão de reembolso orçamentário estabelecida neste Edital e seus anexos, e incluindo as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras;
- 6.7.2. Planilhas de composição analítica das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais, discriminando todas as parcelas que o compõem.
- 6.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 6.10. É de inteira responsabilidade da licitante obter, dos órgãos competentes, informação sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento objeto desta licitação nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela FAPEC por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.12. A verificação de conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, após a fase de disputas, nos termos do art. 24, §1º, da Lei nº 12.462/11.

7. DA FASE DE DISPUTAS (MODO ABERTO)

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O modo de disputa será o **aberto**.
- 7.3. As propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para sua divulgação.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a comissão de licitação e os licitantes.

7.5. No caso de desconexão com a Comissão do RDC, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.6. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Comissão do RDC aos participantes.

7.7. Encerrada a fase de apresentação de propostas ou lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.8. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.9. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.10. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

7.12. Após a aplicação do disposto no subitem anterior, persistindo o empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.12.1. Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;

7.12.2. A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

7.12.3. Sorteio em sessão pública.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, a Comissão de RDC classificará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

8.1.1. A comissão de licitação negociará com o licitante melhor classificado condições mais vantajosas.

8.1.2. A negociação acima poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

8.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.2. A proposta ajustada ao lance vencedor deverá ser encaminhada via sistema, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, e deverá conter:

8.2.1. A razão social da proponente, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), mencionando o banco, número da conta corrente e da agência bancária no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame;

8.2.2. Especificações do objeto, de forma clara, observadas as especificações constantes nos documentos anexos ao presente Edital;

8.2.3. Planilha de composição de custos unitários (analítica) de todos os itens da planilha orçamentária, com os valores adequados ao lance vencedor, em que deverá constar;

d) Indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

e) Composição dos custos unitários quando diferirem daqueles constantes dos sistemas de referências adotados nas licitações; e

f) Detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES.

8.2.4. O referido orçamento analítico deverá ser numerado observando a mesma sequência dos itens da planilha orçamentária.

8.2.5. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

8.2.6. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, conforme art. 42 do Decreto nº 7.581/2011.

a) O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela FAPEC, com base nos parâmetros previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011.

b) No caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário ou de contratação por tarefa, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela FAPEC, observadas as seguintes condições:

b.1) Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia;

b.2) Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela FAPEC, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência;

b.3) Não havendo aprovação, pela FAPEC, do relatório técnico circunstanciado de que trata este item, será dada oportunidade ao licitante para ajustar a sua planilha de preços ao lance vencedor, obedecendo os limites dos custos unitários, antes de eventual desclassificação;

c) Encerrada a etapa competitiva do processo, poderão ser divulgados os custos dos itens ou das etapas do orçamento estimado que estiverem abaixo dos custos ou das etapas ofertados pelo licitante da melhor proposta, para fins de reelaboração da planilha com os valores adequados ao lance vencedor;

8.1.7. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital.

8.1.8. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

8.1.9. A composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES, discriminando todas as parcelas que o compõem.

8.1.9.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

- 8.1.9.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 8.1.9.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;
- 8.1.9.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivamente recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela FAPEC reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;
- 8.1.9.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006;
- 8.1.9.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- 8.1.9.7. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma;
- 8.1.9.8. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;
- 8.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura do certame;
- 8.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta;
- 8.4. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço;
- 8.5. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.6. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.7. Será desclassificada a proposta que:

8.7.7. Contenha vícios insanáveis;

8.7.8. Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

8.7.9. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

8.7.10. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela FAPEC; ou

8.7.11. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável, incluindo previsão de oferta de vantagem não prevista no edital (tais quais financiamentos subsidiados ou a fundo perdido) ou apresentação de preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

8.8. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a **70% (setenta por cento)** do menor dos seguintes valores:

8.8.7. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela FAPEC, ou,

8.8.8. Valor do orçamento estimado pela FAPEC.

8.8.9. Na situação deste item, a FAPEC deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, mediante diligências na forma deste Edital.

8.8.10. Na hipótese acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado, no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

8.8.11. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

8.9. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a Comissão do RDC poderá, de ofício ou mediante provocação fundada de qualquer interessado, realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

8.10. Eventual convocação da licitante para envio de documento digital, será por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de 4 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. É recomendável que as licitantes deixem os documentos previamente elaborados, evitando assim a perda de negócios resultante do não cumprimento dos prazos estabelecidos.

- 8.12. Se a licitante participar de fase de desempate ME/EPP ou negociação de valores, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação, para adequação de planilhas e envio dos documentos.
- 8.13. É facultado à comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo;
- 8.14. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.15. O licitante que abandonar o certame ou deixar de enviar a documentação indicada nesta condição será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital e demais legislações pertinentes a matéria.
- 8.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.17. Havendo necessidade, a Comissão de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.18. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Comissão verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União - (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://cerdoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

9.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.1.2. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.3.1. Também será admitida a substituição parcial ou total de documentação de habilitação técnica por certificado de pré-qualificação válido quando da solicitação de sua apresentação pela Comissão de Licitação;

9.3.2. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.3.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF ou do certificado de pré-qualificação para que estejam vigentes quando da solicitação pela comissão ou encaminhar a respectiva documentação de habilitação atualizada, conforme previsto neste Edital.

9.4. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhar, no prazo de 4 (quatro) horas, documentação válida que comprove o atendimento das exigências de habilitação deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.4.1. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, sob pena de inabilitação.

9.4.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.3.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.5.1. Habilitação jurídica:

9.5.1.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.1.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.5.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.5.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.5.1.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.5.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.5.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.5.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.2.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º, do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.5.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.5.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Caso não conste na certidão negativa a data ou prazo de validade, somente serão aceitas certidões expedidas há menos de 01 (um) ano anterior à data de apresentação.

9.5.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.5.3.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{(ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$SG = \frac{(ATIVO TOTAL)}{(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)}$$

$$LC = \frac{(ATIVO CIRCULANTE)}{(PASSIVO CIRCULANTE)}$$

9.5.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão

comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.5.4. Qualificação Técnica:

9.5.4.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

9.5.4.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, tendo a seguinte característica mínima:

| ITEM | SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS | QUANTIDADE TOTAL DA ÁREA NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | EXIGÊNCIAS TÉCNICAS: QUANTIDADE A SER COMPROVADA (\geq 50%) |
|-------|---|---|--|
| 3.5.1 | Fornecimento, montagens e instalação de estrutura metálica, inclusive pintura com fundo anticorrosivo. | 24.980,60 kg | 12.490,30 kg |
| 4.1 | Telhado com Telha de Aço/Alumínio E = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019. | 1.046,00 m ² | 523,00 m ² |
| 6.3.1 | Instalação de Vidro Temperado, E = 10 mm, encaixado em perfil U. AF_01/2021_PS | 83,14 m ² | 41,57 m ² |
| 6.4.2 | Guarda Corpo em Tubo Ind. 2.1/2" CH.18, Fixado em pilares de tubo ind. 2.1/2 CH 18, Fechamento em tubo ind. 1" a cada 15cm, inclus. Fundo e | 352,87 m ² | 176,43 m ² |

| | | | |
|------|---|--------|--------|
| | Esmalte Sintético, Ambos em duas demãos, Conf. Detalhe Anexo (A-15.001) | | |
| 18.3 | Elevador, 1 Andar para mínimo de 3 pessoas. | 01 un. | 01 un. |

9.5.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

9.5.4.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução da obra ou serviços que compõem, tendo a seguinte característica mínima:

| ITEM | SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS | QUANTIDADE TOTAL DA ÁREA NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | EXIGÊNCIAS TÉCNICAS: QUANTIDADE A SER COMPROVADA (≥ 50%) |
|-------|--|---|--|
| 3.5.1 | Fornecimento, montagens e instalação de estrutura metálica, inclusive pintura com fundo anticorrosivo. | 24.980,60 kg | 12.490,30 kg |
| 4.1 | Telhado com Telha de Aço/Alumínio E = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019. | 1.046,00 m ² | 523,00 m ² |
| 6.3.1 | Instalação de Vidro Temperado, E = 10 mm, encaixado em perfil U. AF_01/2021_PS | 83,14 m ² | 41,57 m ² |

| | | | |
|-------|---|-----------------------|-----------------------|
| 6.4.2 | Guarda Corpo em Tubo Ind. 2.1/2" CH.18, Fixado em pilares de tubo ind. 2.1/2 CH 18, Fechamento em tubo ind. 1" a cada 15cm, inclus. Fundo e Esmalte Sintético, Ambos em duas demãos, Conf. Detalhe Anexo (A-15.001) | 352,87 m ² | 176,43 m ² |
| 18.3 | Elevador, 1 Andar para mínimo de 3 pessoas. | 01 un. | 01 un. |

9.5.4.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

9.5.4.6. No decorrer da execução da obra ou do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela FAPEC.

9.5.4.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.5.4.8. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual;

9.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.6.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

9.7.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da FAPEC, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para a aceitação da proposta subsequente.

9.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, poderá o licitante, que desejar apresentar recurso, manifestar a intenção de recorrer imediatamente após o término de cada sessão, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.1.1. São suscetíveis de recurso neste momento as seguintes decisões:

10.1.1.1. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

10.1.1.2. Julgamento das propostas;

10.1.2. Independentemente do momento de realização do ato a ser recorrido, o recurso deverá ser apresentado nesta fase recursal única.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Comissão de Licitação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento a Comissão de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de cinco dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros cinco dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.4. A competência e prazo para análise do recurso observará o disposto no art. 56 do Decreto nº 7.581, de 2011.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Finalizada a fase recursal, a FAPEC poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

11.2. Exaurida a negociação acima, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

11.2.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;

11.2.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;

11.2.3. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou,

11.2.4. Adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

11.3. Caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contado a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto no item 11 desse edital, no que couber.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a FAPEC poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela FAPEC.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

13.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da FAPEC previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

13.4. Previamente à contratação a FAPEC realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

13.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a FAPEC, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares assinar o contrato nas condições ofertadas pelo licitante originalmente vencedor.

13.6.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a FAPEC poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

14. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

15. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

17.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462, de 2011, o licitante que:

18.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no item 13.6 deste Edital;

18.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

18.1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.4. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

18.1.5. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

18.1.7. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a FAPEC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a FAPEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais.

18.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a FAPEC enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser reme das à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a FAPEC poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme ar go 419 do Código Civil.

18.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.462, de 2011, e subsidiariamente nas Leis nº 8.666, de 1993 e 9.784, de 1999.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@fapec.org , ou por petição dirigida ou protocolada à Comissão Permanente de Licitações, sediada à Rua 9 de Julho, nº 1.922, Vila Ipiranga, Campo Grande/MS.

19.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Comissão de Licitação até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.6. Para fins de recebimento dos pedidos de esclarecimentos e impugnações, tanto para a via presencial quanto para a via eletrônica, será considerado o horário de expediente da FAPEC (das 7:30 as 11:20 e das 13:00 as 17:00 – horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul). Os pedidos enviados após o término do horário de expediente serão considerados como recebidos no início do horário de expediente do dia útil seguinte.

19.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a FAPEC.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do RDC divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão de Licitação.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário do Estado de Mato Grosso do Sul.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da FAPEC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FAPEC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FAPEC.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.fapec.org, e também poderão ser lidos e/ou obtidos pelo e-mail licitacao@fapec.org ou no endereço da Comissão Permanente de Licitações, sediada à Rua 9 de Julho, nº 1.922, Vila Ipiranga, Campo Grande/MS, nos dias úteis, no horário das 7:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.12.1. **ANEXO I** - Projeto Básico;

20.12.1.1. **Anexo A** – Memorial Descritivo;

20.12.1.2. **Anexo B** – Orçamento e Cronograma físico-financeiro;

20.12.1.3. **Anexo C** – Projetos.

20.12.2. **ANEXO II** - Minuta de Termo de Contrato.

Campo Grande/MS, 18 de janeiro de 2023.

Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC
Nilde Clara de Souza Benites Brun
Diretora Presidente

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução da obra do Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil – AUTOCINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS), que ocorrerá na área do AUTOCINE, localizada no Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grandes/MS, com área aproximada de 2.134,80 m², com 2 pavimentos em arquitetura modular, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, condições e quantidades estabelecidas neste Projeto Básico e demais anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de obra engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nos anexos deste documento.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de **14 (quatorze)** meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5. O prazo de execução será de **12 (doze)** meses, conforme cronograma físico-financeiro anexo.

1.5. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura tem por objeto proporcionar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Desta forma, para atender às necessidades dos referidos projetos, em especial do Projeto de Desenvolvimento Institucional denominado “Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil da UFMS”, a FAPEC necessita realizar a contratação de empresa especializada para a execução da obra do referido centro de convivência, a fim de garantir todas as condições de qualidade e eficiência para a continuidade das atividades do referido projeto, buscando a maior economicidade possível.

2.2. O projeto acima mencionado tem como objetivo geral promover o desenvolvimento social, comunitário e o empreendedorismo estudantil em Mato Grosso do Sul por meio da implantação, governança e gestão do Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil – Autocine.

2.3. Ressalta-se que a plataforma de infraestrutura da UFMS tem passado por significativos processos de reformas e revitalização, visando atender à legislação e também à comunidade acadêmica, conforme consta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFMS 2020-2024). Assim, à luz dos objetivos definidos na política de infraestrutura física da UFMS, foi idealizada a revitalização do

AUTOCINE, para a construção de um Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil moderno, dinâmico e acessível, centrado em três eixos: mobilização, educação empreendedora e entretenimento.

2.4. Assim, a implantação do Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil, prevista na Meta 1 do plano de trabalho inerente ao projeto em questão, visa a revitalização do espaço para a construção de ambiente para além dos limites da sala de aula, na forma de um hub de conexão que permitirá o diálogo entre estudantes de diferentes cursos, empresas juniores e times de empreendedorismo social oferecendo um espaço atrativo para a permanência, convivência e aprendizado, a partir do estímulo às atitudes empreendedores no âmbito universitário, bem como a aproximação da comunidade externa da UFMS, de modo a permitir a integração da sociedade no processo de desenvolvimento científico e tecnológico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Contratação de empresa especializada, por meio da realização de Regime Diferenciado de Contratação, para a execução da obra do Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil – AUTOCINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS), que ocorrerá na área do AUTOCINE, localizada no Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grandes/MS, com área aproximada de 2.134,80 m², com 2 pavimentos em arquitetura modular.

3.2. Deverão ser consideradas todas as especificações técnicas, acabamentos e generalidades previstas nos projetos, memorial descritivo, projetos estrutural, metálica, hidrossanitários e elétrico, bem como orçamento não desonerado, anexos ao presente documento.

3.3. O regime de execução será o de empreitada por preço global.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Tratando-se de obra de engenharia, deve ser contratada mediante RDC, na forma eletrônica. A escolha do RDC dá-se pela busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, além de promover tratamento isonômico entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Fundação.

4.1.1. Fundamento legal: Inciso X do artigo 1º da Lei Federal nº 12.462/2011.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da futura contratada e a FAPEC, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4 O modo de disputa será aberto.

4.5. O critério de julgamento das propostas é o maior desconto global.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratada, sempre que necessário, adotará os procedimentos ambientalmente adequados para o desempenho dos serviços contratados.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste documento e demais anexos.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h e das 13h30min às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto ao departamento de licitações da FAPEC, pelo telefone (67) 3345-5900.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, mediante a apresentação de documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá entregar CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, para que sejam salvas as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A autorização para o início dos serviços será efetivada por meio de anotação por escrito (Autorização de fornecimento) fornecida pela FAPEC, cujas etapas observarão o cronograma de execução dos serviços.

7.2. Os serviços de engenharia (objeto deste projeto) serão executados pela licitante vencedora obedecendo às normas legais e regulares pertinentes e de acordo com este Projeto Básico, projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas e de seus complementos.

7.2.1. Tudo a ser edificado deverá seguir as Normas Técnicas aplicáveis (NBRs, Plano Diretor do Município de Campo Grande/MS, ENERGISA, Empresa de Saneamento local, Códigos de Edificações Oficiais, CREA, CONFEA, INMETRO).

7.3. A empresa ganhadora da licitação deverá apresentar novos projetos (projetos “as built”), caso constatada a necessidade de quaisquer modificações em projetos constantes deste edital ou em condições de novas técnicas de construções que, porventura, se fizerem necessárias às execuções de cada uma das etapas dos serviços.

7.4. Serão obrigatórias as anotações dos andamentos dos serviços em diário de obras, o qual deverá permanecer no canteiro e ficar disponível todos os dias à fiscalização dos serviços (FAPEC/UFMS) ou a qualquer outro órgão oficial de fiscalização que precisar fazer algum tipo de anotação referente aos serviços em execução. Este diário de obra deverá ser elaborado de forma contínua e simultânea à execução dos serviços, com o registro sistemático, objetivo, sintético e diário dos eventos ocorridos nos serviços ou a eles relacionados, bem como fazer as observações e comentários pertinentes. A não apresentação dos diários originais de obra à fiscalização, impedirá o visto nas notas fiscais referentes às medições dos serviços executados no período (para efetuar medições, os serviços deverão estar executados).

7.4.1. Caso o Diário de Obra esteja desatualizado ou não estiver no canteiro dos serviços de engenharia, será aplicada à LICITANTE VENCEDORA multa equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, em cada uma das vezes que o fato ocorrer.

7.5. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à licitante vencedora apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da FAPEC/UFMS, à qual competirá, no prazo de até 30 (trinta) dias, a verificação dos serviços executados, consoante os critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.

7.5.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

7.6. A FAPEC realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização técnica competente, acompanhada dos profissionais encarregados pelos serviços de engenharia, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.6.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas (observar procedimento do item 14).

7.6.2. A licitante vencedora fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

7.7. Para fins de recebimento definitivo pela FAPEC, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários (observar item 14).

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O período de medição dos serviços será o mês de competência da medição, contado a partir do dia da ordem de serviços do mês anterior até o dia correspondente do mês de competência da medição.

8.2. Para verificação e aceitação preliminar, o Boletim de Medição deverá ser apresentado à FISCALIZAÇÃO no primeiro dia útil depois de encerrado o período da medição.

8.3. A FISCALIZAÇÃO, no prazo de até dois dias úteis a partir da data de apresentação do Boletim de Medição, verificará e informará à CONTRATADA:

8.3.1. A aceitação preliminar da medição; ou,

8.3.2. As correções que devam ser realizadas no Boletim de Medição, com as correspondentes justificativas.

8.4. As imperfeições apontadas pela FISCALIZAÇÃO, no Boletim de Medição, deverão ser corrigidas pela CONTRATADA e só então reapresentados os documentos de cobrança correspondentes.

8.5. Caso a CONTRATADA não considere nem justifique as correções exigidas conforme o disposto anteriormente, a FISCALIZAÇÃO retornar-lhe-á os documentos de cobrança correspondentes.

8.6. A FISCALIZAÇÃO realizará, ao longo do período subsequente, a verificação definitiva do Boletim de Medição.

8.7. O Boletim de Medição deverá conter, além das colunas Planilha de Serviços e Preços, as seguintes colunas extras:

8.7.1. Quantidade Acumulada até a Medição Anterior;

8.7.2. Preço Total Acumulado até a Medição Anterior.

8.7.3. Saldo das quantidades;

8.7.4. Saldo de valores do contrato.

8.8. O Boletim de Medição deverá conter todos os serviços presentes na Planilha de Serviço e Preços, mesmo aqueles que não tenham quantidade medida no período ou acumulada até a medição.

8.9. O Boletim de Medição deverá ser apresentado preferencialmente em formato A4 (210x297 mm – orientação paisagem) e ter, em cada folha:

8.9.1. Número do Contrato;

8.9.2. Campo para aprovação do FISCAL DO CONTRATO;

8.9.3. Número parcial/total de folhas;

8.9.4. Período de referência da Medição.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

- 9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, os projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, etc, após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 9.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 9.11.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 9.11.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 9.11.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 9.11.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 9.11.6. Exigir a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 9.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico, demais anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios

necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento, seus anexos e em sua proposta.

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

10.6. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.23. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar esses produtos sem limitações.

10.24. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

10.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

10.28. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

10.29. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

10.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.

10.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

10.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

10.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.34. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

10.35. **Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;**

10.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

10.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

10.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

10.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

10.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local dos serviços.

10.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos.

10.42. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no(s) projeto(s) (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais

e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).

10.43. No caso de execução de obra, cumpre ainda:

10.43.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas fixados em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

10.43.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

10.43.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

10.43.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

10.43.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

10.43.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que a contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

10.43.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

10.43.8. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada desses serviços, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.11. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o

estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.16. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

13.16.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

13.16.1.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

13.16.1.2. À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

13.16.1.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

13.16.1.4. Aos depósitos do FGTS; e

13.16.1.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

13.16.2. Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

13.13.3. Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

13.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

14.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

14.1.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal, da seguinte forma:

14.1.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.1.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.1.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.1.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.1.3.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.1.3.6. No prazo de até 30 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.1.3.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.13.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.13.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.2. No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. O prazo de validade;

15.4.2. A data da emissão;

15.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4. O período de prestação dos serviços;

15.4.5. O valor a pagar; e

15.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1. Não produziu os resultados acordados;

15.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta no cadastro consolidado do TCU para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, sendo assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

15.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5. Cometer fraude fiscal.

16.2. Pela Inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. **Multa de:**

16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

16.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. **Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com a FAPEC pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a FAPEC, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

20/29

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.2, 16.2.3 e 16.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|----------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |

| | | |
|---|--|----|
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.3.1. Valor Global Máximo: **R\$ 6.636.372,80 (seis milhões seiscentos e trinta e seis mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).**

17.3.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao presente documento.

17.4. O critério de julgamento da proposta é maior desconto global.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17.6. Os critérios relativos à qualificação técnica são:

17.6.1. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, tendo a seguinte característica mínima:

| ITEM | SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS | QUANTIDADE TOTAL DA ÁREA NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | EXIGÊNCIAS TÉCNICAS: QUANTIDADE A SER COMPROVADA (\geq 50%) |
|-------|------------------------------|---|--|
| 3.5.1 | Fornecimento, montagens e | 24.980,60 kg | 12.490,30 kg |

| | | | |
|-------|---|-------------------------|-----------------------|
| | instalação de estrutura metálica, inclusive pintura com fundo anticorrosivo. | | |
| 4.1 | Telhado com Telha de Aço/Alumínio E = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019. | 1.046,00 m ² | 523,00 m ² |
| 6.3.1 | Instalação de Vidro Temperado, E = 10 mm, encaixado em perfil U. AF_01/2021_PS | 83,14 m ² | 41,57 m ² |
| 6.4.2 | Guarda Corpo em Tubo Ind. 2.1/2" CH.18, Fixado em pilares de tubo ind. 2.1/2 CH 18, Fechamento em tubo ind. 1" a cada 15cm, inclus. Fundo e Esmalte Sintético, Ambos em duas demãos, Conf. Detalhe Anexo (A-15.001) | 352,87 m ² | 176,43 m ² |
| 18.3 | Elevador, 1 Andar para mínimo de 3 pessoas. | 01 un. | 01 un. |

17.6.2. Comprovação de capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução da obra ou serviços que compõem, tendo a seguinte característica mínima:

| ITEM | SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS | QUANTIDADE TOTAL DA ÁREA NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | EXIGÊNCIAS TÉCNICAS: QUANTIDADE A SER COMPROVADA (\geq) |
|------|------------------------------|---|---|
|------|------------------------------|---|---|

| | | | 50%) |
|-------|---|-------------------------|-----------------------|
| 3.5.1 | Fornecimento, montagens e instalação de estrutura metálica, inclusive pintura com fundo anticorrosivo. | 24.980,60 kg | 12.490,30 kg |
| 4.1 | Telhado com Telha de Aço/Alumínio E = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019. | 1.046,00 m ² | 523,00 m ² |
| 6.3.1 | Instalação de Vidro Temperado, E = 10 mm, encaixado em perfil U. AF_01/2021_PS | 83,14 m ² | 41,57 m ² |
| 6.4.2 | Guarda Corpo em Tubo Ind. 2.1/2" CH.18, Fixado em pilares de tubo ind. 2.1/2 CH 18, Fechamento em tubo ind. 1" a cada 15cm, inclus. Fundo e Esmalte Sintético, Ambos em duas demãos, Conf. Detalhe Anexo (A-15.001) | 352,87 m ² | 176,43 m ² |
| 18.3 | Elevador, 1 Andar para mínimo de 3 pessoas. | 01 un. | 01 un. |

17.6.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

17.6.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa proponente, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com

o proponente, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o proponente seja efetivamente contratado.

17.6.5. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

17.6.6. A proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

17.6.7. A proposta deverá contemplar os quantitativos e orientações previstas neste Projeto Básico e Anexos.

17.6.8. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

17.6.9. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, sendo considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra.

18. GARANTIA

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

18.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.10. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado da contratação é **R\$ 6.636.372,80 (seis milhões seiscentos e trinta e seis mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).**

20.2. Tal valor foi obtido a partir da análise de preços da tabela SINAPI e SBC.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21.1. Os recursos financeiros são decorrentes do Contrato nº 72/2021 – UFMS.

22. ANEXOS

22.1. Integram este documento, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo A – Memorial Descritivo;
- Anexo B – Orçamento e Cronograma físico-financeiro;
- Anexo C – Projetos.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Havendo qualquer divergência entre este documento e os demais anexos (documentos técnicos: projetos, orçamentos, cronograma, planilha de preços, etc.), prevaleceram as informações contidas nos documentos técnicos.

Campo Grande/MS, 18 de janeiro de 2023.

Carlos Eduardo Nunes de Almeida Vieira
Analista de Projetos – Engenheiro Civil
CREA/MS nº 67968

ANEXO A

MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO DOS PROJETOS COMPLEMENTARES

Reforma e Implantação

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
DO SUL**

Município de Campo Grande / MS



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. NORMAS DE EXECUÇÃO | 6 |
| 3. SERVIÇOS GERAIS | 6 |
| 4. SERVIÇOS DE TERRA | 8 |
| 5. IMPERMEABILIZAÇÃO | 9 |
| 6. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA | 10 |
| I. FUNDAÇÃO | 10 |
| II. ESTRUTURA DE CONCRETO | 10 |
| 7. ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA | 12 |
| 8. ALVENARIA | 14 |
| 9. ESQUADRIAS E FERRAGENS | 15 |
| I. ESQUADRIAS METÁLICAS | 15 |
| II. ESQUADRIAS DE MADEIRA | 16 |
| III. ESQUADRIAS DE VIDRO | 16 |
| 10. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 17 |
| 11. INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS E ÁGUAS PLUVIAIS | 19 |
| 12. REVESTIMENTOS | 21 |
| I. REVESTIMENTOS DE PAREDES | 21 |
| II. REVESTIMENTOS DE PISO | 22 |
| III. PINTURA | 24 |
| IV. TETO | 25 |
| 13. LIMPEZA GERAL | 25 |
| 14. SERVIÇOS GERAIS | 26 |
| I. CONTAINERS MARITIMO | 26 |
| II. PAINEL FOTOVOLTÁICO | 26 |

08

1. INTRODUÇÃO

O memorial descritivo a seguir tem por objetivo estabelecer critérios que engloba as especificações técnicas e construtivas dos serviços e materiais de acabamento diretamente ligados a execução da obra.

Esta obra tem por finalidade a construção do Centro de Integração do Campo da Universidade Federal de Mato Grosso do SUL, onde irá disponibilizar de espaços destinados a cultura, lazer, entretenimentos, entre outros diversos possíveis usos.

Observadas as normas técnicas vigentes e os critérios exigidos pela Leis e recomendações das Normativas em vigência nos âmbitos Federais, Estaduais e Municipais, com mais particularidades, os seguintes itens deverão ser seguidos.

Obra: Centro de Integração do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Local: Cidade Universitária, Campo Grande / MS

Área do terreno: 12.694,87 m² Área

existente: 1.198,11 m² Área a

construir: 2.083,45 m² Área a

reformar: 1.198,11 m

| AMBIENTE | Piso | Forro | Parede | Revestimento parede |
|---------------|-----------------------------|-------|-----------|---------------------|
| COZINHA | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | CERAMICO 30 X 60 |
| LIVRARIA/CAFÉ | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | PELE DE VIDRO |
| LOUND CAFÉ | Deck de Garapeira | (-) | Alvenaria | (-) |
| RECEPÇÃO | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | PELE DE VIDRO |
| DMI | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | PINTURA BRANCA |

| | | | | |
|----------------------|-----------------------------|-------|-----------|------------------|
| WC FEM | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | CERAMICO 30 X 60 |
| WC MASC | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | CERAMICO 30 X 60 |
| PNE | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | CERAMICO 30 X 60 |
| PNE | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Alvenaria | CERAMICO 30 X 60 |
| COZINHA EXPERIMENTAL | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| OFFICE | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| MODULO ANCOR A 1 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| ALIMENTAÇÃO 1 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| LOJA SOUVINIR | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| ALIMENTAÇÃO 2 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| ALIMENTAÇÃO 3 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| ALIMENTAÇÃO 4 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| OFFICE 02 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| ÂNCORA 2 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| COWORKING 1 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| APOIO | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| COWORKING 2 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| TREINAMENTO | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| APOIO 2 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |

| | | | | |
|------------------|---------------------------------|-------|---------|------------------|
| WC PNE | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| COWORKING 3 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| TREINAMENTO 2 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |

28

| | | | | |
|---------------------|---------------------------------|-------|-----------|---------------------|
| APOIO 3 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| WC PNE 2 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| REUNIÃO 1 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| REUNIÃO 2 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| COWORKING 4 | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| APOIO 4 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| WC PNE 4 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| LAB EMPREENDEDOR | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| APOIO 5 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| WC PNE 5 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| RECEPÇÃO LOJA | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA CINZA |
| APOIO PALCO | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | ALVENARIA | PINTURA CINZA |
| BANHO | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | ALVENARIA | CERAMICO 30 X 60 |
| CAMARIM | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | ALVENARIA | PINTURA CINZA |
| APOIO TÉCNICO | LAMINADO EM CEREZO CARMEL | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| WC APOIO TÉC. | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | CERAMICO 30 X 60 |
| ADM | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
| BILHETERIA 1 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |


| | | | | |
|--------------|--------------------------------|-------|---------|-------------------|
| BILHETERIA 2 | Porcellanato Cinza 60x60 cm | Gesso | Drywall | PINTURA BRANCA |
|--------------|--------------------------------|-------|---------|-------------------|

[Handwritten signature]

2. NORMAS DE EXECUÇÃO

- Os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecerem ao presente memorial, projeto arquitetônico e as normas da ABNT no que couber;
- Serão atendidas todas as especificações da NBR – 9050, no que diz respeito à acessibilidade dos portadores de Necessidades Especiais;
- No caso em que a característica de determinado material por marca, denominação ou fabricação for acompanhada da expressão “ou similar”, será permitida a alternativa de material rigorosamente equivalente com a devida autorização averbada pela administração;
- A execução dos serviços obedecerá rigorosamente aos projetos em sua forma, dimensão e concepção arquitetônica e ao presente memorial;
- A Empreiteira deverá fixar as placas de obra e de autores do projeto em locais visíveis dentro da área destinada à obra de maneira segura, a se evitar acidentes que possam ocorrer por ação de ventos, chuvas e depredação;
- Toda e qualquer ocorrência dentro do canteiro de obras, será de total responsabilidade da Empreiteira.

3. SERVIÇOS GERAIS

- Deverão ser removidos todos os detritos, entulhos ou outros materiais existentes no terreno;
 - Após as demolições descritas no projeto o terreno deverá estar regularizado;
 - A Empreiteira deverá executar as instalações provisórias, tais como, barracões para escritórios, escritórios da Administração, almoxarifado, depósitos e respectivas instalações de hidráulica e elétrica.
- 

- A implantação geral do Canteiro de Obras, bem como, seu sistema construtivo com detalhes suficientes, deverá ser submetido à apreciação prévia da Administração.

- Cimento: deverá ser armazenado após seu recebimento na obra, em depósitos isentos de umidade, à prova d'água adequadamente ventilado e providos de assoalho isolado do solo. Deverão ser atendidas as prescrições das normas da ABNT sobre o assunto.;

- Aços: deverão ser depositados em pátios cobertos com pedriscos, colocados sobre travessas de madeira e classificados conforme tipo e Bitola.

- Madeira: deverão ser armazenadas em locais abrigados, com suficiente espaçamento entre as pilhas para a prevenção de incêndio. O material proveniente da desforma, quando não reaproveitado, deverá ser depositado em local que não interfira no bom andamento da obra na circulação interna do canteiro

- Outros materiais (meio – fio, tubos de concreto, pedras irregulares, pedrisco e pó de pedra): deverão ser armazenados de forma a serem asseguradas as características e prescrições para seu emprego

- Rede de abastecimento de água: deverá incluir o fornecimento de água para abastecimento de todo o canteiro e de água potável para os operários. Ficará por conta da Empreiteira o custo das despesas com o consumo de água necessário ao funcionamento do Canteiro.

- Rede de fornecimento de energia elétrica: deverá manter a rede provisória de luz e força para abastecimento do canteiro e os equipamentos da obra, bem como as condições de operação e manutenção, deverão obedecer às normas da ABNT e às exigências da concessionária local

- Ferramentas: Deverão ser apropriadas ao uso a que se destinam devendo ser retiradas do serviço as ferramentas defeituosas, danificadas ou improvisadas



- Caberá à Empreiteira manter no canteiro, pessoal de obra capacitado e em número adequado aos serviços a executar dentro dos prazos fixados no cronograma. No caso da Administração constatar que a qualidade ou a quantidade do pessoal não atende ao necessário andamento das obras, a Empreiteira será obrigada a substituir ou aumentar sua equipe

- Deverá a Empreiteira providenciar, em tempo hábil, a colocação no canteiro dos materiais cujo fornecimento é de sua responsabilidade, bem como dos equipamentos e suas correspondentes unidades de reserva, em qualidade e número suficiente, exigidos pela programação de trabalho.

- Após o término das obras, a Empreiteira deverá remover todas as instalações e construção do canteiro, inclusive, se necessário, re aterrando e compactando todas as escavações executadas, de maneira a reconstruir o terreno.

- A locação da obra será através de gabarito de tábuas corridas pontaletadas a cada 1,50 metros, devidamente esquadrejado e nivelado. A locação dos eixos será executada através de topografia. A obra deverá ser locada seguindo a planta de locação do projeto estrutural, tanto em nível como em distâncias

4. SERVIÇOS DE TERRA

- Os aterros deverão ser executados exclusivamente em solo limpo, espalhado em camadas de 0,20m umedecidas e apiloadas, com material isento de matéria orgânica, entulho ou detritos de qualquer espécie, até atingir a cota indicada em projeto;

- Os aterros deverão ser executados antes do estaqueamento, tendo o cuidado de verificar as cotas de arrasamento;

- A abertura de valas para execução da fundação deverá ter espaço suficiente para colocação do escoramento das formas, de modo a



não permitir alteração em suas medidas e deverão se apoiadas antes da colocação do lastro de concreto;

- Nas valas serão executados os serviços de fundação (bloco e baldrame) deverão receber uma camada de lastro magro para não ocorrer à perda da nata de cimento do concreto da peça.

- As superfícies a serem aterradas deverão ser previamente limpas, tomando-se o cuidado para que não haja nenhuma espécie de vegetação ou qualquer tipo de entulho. O trabalho de reaterro será executado com material bem escolhido, de preferência terra de 1ª qualidade, sem nenhum vestígio de turfa, argila orgânica, detritos vegetais, pedras ou entulhos, que venham a prejudicar a compactação e resistência do aterro, em camadas de 20 cm e devidamente umedecidas e compactadas por processo manual com maço de até 30 kg ou compactador de placa, tipo "sapo".

5. IMPERMEABILIZAÇÃO

- Proceder à limpeza das superfícies a impermeabilizar, removendo excessos de argamassa, partículas soltas, materiais estranhos, eliminar gorduras e vestígios orgânicos;

- Obturar falhas, ninhos ou descontinuidade das superfícies com argamassa de cimento e areia no traço 1:3;

- Executar as concordâncias entre as superfícies a impermeabilizar e elementos tais como ralos, grelhas ou tubos;

- Nenhum serviço de impermeabilização deverá ser executado em superfície úmida ou em dias de chuvas;

- A execução de cada etapa dos serviços deve ser feita quando a camada anterior tenha cura completa, com intervalo mínimo de 24 horas;

- Para definição dos sistemas de impermeabilização ver projeto arquitetônico e seguir orientações dos fabricantes.

6. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA

I. FUNDAÇÃO

- Execução de lastro de concreto magro no fundo das valas, devidamente nivelado, com espessura de 5 cm
- As formas das fundações serão executadas com tábuas e travadas com sarrafos a cada 0,50 metros. Deverão obedecer rigorosamente as dimensões do projeto estrutural, verificando com rigor o nivelamento e locação.
- O aço a ser empregado será CA-50 para as armaduras de tração, nas bitolas estabelecidas pelo projeto estrutural.
- O aço para execução dos estribos e armaduras de compressão será CA-60, sempre de acordo com o projeto estrutural.
- O fck do concreto será no mínimo 30,0 Mpa. A concretagem será bombeada através de bomba estacionária, tomando-se cuidado com o adensamento e cura do concreto.

II. ESTRUTURA DE CONCRETO

- As vigas e pilares serão em concreto armado "in loco" e lajes serão pré-moldadas. As resistências características à compressão (fck) a serem adotadas serão aquelas constantes em projeto, neste caso com o mínimo de 30 Mpa.
- As vigas deverão ter uniformidade de coloração, homogeneidade de textura e superfície regular. As formas serão em chapa de madeira compensada resinada, considerando seu reaproveitamento de 2 vezes
- As formas serão de madeira compensada, resinadas para melhor acabamento das peças e reforçadas com sarrafos e escoradas com pontaletes de madeira, devendo obedecer rigorosamente as dimensões do projeto estrutural, verificando com rigor o nivelamento e locação. Não podem

ter erro de colocação maior que cinco milímetros. Sua estanqueidade, horizontalidade e verticalidade serão verificadas rigorosamente durante a execução e mais, antes do lançamento do concreto. Os pregos do lado do concreto serão rebatidos e calafetados

- As fôrmas deverão ser retiradas somente quando, o endurecimento do concreto seja tal que garanta uma total segurança da estrutura e de modo algum antes dos prazos estipulados pela NB-1 da ABNT

- O aço a ser empregado será CA-50 para as armaduras de tração, nas bitolas estabelecidas pelo projeto estrutural. As barras da armadura de aço do tipo CA-50 e CA60 deverão ser aplicadas rigorosamente nas posições indicadas nos desenhos de detalhamento do projeto estrutural, de modo a garantir a integridade das peças estruturais. Antes da colocação, as barras deverão ser cuidadosamente limpas da camada de ferrugem e de resíduos de qualquer natureza que possam reduzir ou prejudicar a aderência do concreto

- O fck do concreto será no mínimo 30,0 Mpa. A concretagem será bombeada, tomando-se cuidado com o adensamento e cura do concreto. Deverá ser imprescindivelmente usinado com resistências que atendam ao projeto estrutural com abatimento 10 +/- 2.

- O concreto deverá ser vibrado até que se obtenha a máxima densidade possível e que impossibilite a existência de vazios e bolhas de ar. O concreto deverá adaptar-se perfeitamente a superfície das fôrmas e aderir às peças incorporadas ao concreto. Deverão ser tomadas precauções necessárias para que não se altere a posição da armadura nas fôrmas.

- A cura terá um período mínimo de sete dias. Durante a cura, o concreto será mantido molhado. As superfícies expostas podem ser cobertas com serragem (cinco cm), lona plástica transparente (indicada para tal fim) ou película química conforme M.05. A desmoldagem das faces laterais ocorrerá em 3 dias, e das inferiores em 14 dias. Para as peças escoradas recomenda-se o início da descarga das cunhas aos 21 dias e progressivamente até 28 dias.



- A execução da laje deverá ser de conformidade com o projeto estrutural. Será mista com vigotas de concreto e treliças metálicas e enchimento com blocos cerâmicos e capeamento de concreto mínimo de 4 cm. A armadura da laje será executada com barras de aço CA50, CA60 e tela eletro soldada Q92.

7. ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA

- A mão-de-obra a empregar será, obrigatoriamente, de qualidade comprovada, de acabamento esmerado e de inteiro acordo com as especificações constantes no memorial descritivo. A empresa executante da obra se obriga a executar rigorosamente os serviços, obedecendo fielmente aos projetos, especificações e documentos, bem como os padrões de qualidade, resistência e segurança estabelecidos nas normas recomendadas ou aprovadas pela ABNT, ou, na sua falta, pelas normas usuais indicadas pela boa técnica.;

- O presente projeto atende às normas vigentes da ABNT para edificações, Leis/Decretos Municipais, Estaduais e Federais. Tais requisitos deverão ser atendidos pelo seu executor, que também deverá atender ao que está explicitamente indicado nos projetos, devendo o serviço obedecer às especificações do presente Caderno de Especificações.

- Trata-se de estrutura metálica , (Perfil Estrutural U, Perfil U enrijecido, Perfil Metálico Quadrado (1/4"), Perfil "I" , Perfil "H", cantoneiras 1 1/4"), conforme especificações de projeto.

- Cobertura metálica com perfis laterais com perfil U enrijecido, estrutura de forração com perfil "U" duplo, telha de cobertura isotermica tipo sanduiche com telha trapezoidal 0,50 mm externa e folha lisa interna inclusive pintura.

- As calhas serão de aço carbono de mesma especificação das chapas de fechamento, fazendo vedação com fita metálica e silicone em todas as junções.
- Os rufos também deverão ser de aço carbono, e farão a impermeabilização entre a parede e calha.
- As dimensões devem seguir o indicado no projeto, porém as medidas deverão ser conferidas "in loco". Neste sentido, destaca-se que a representação não identifica todos os nós, individualmente, devido à dificuldade de representação de forma clara. Entretanto, a estrutura 8 será montada em cima de laje devendo por obrigatoriedade realizar as medidas necessárias para realizar o corte conforme projeto de cobertura.
- As ligações devem ser realizadas por solda elétrica utilizando eletrodo e7018, a solda deve ser homogênea e sem irregularidades, salvo onde parafusado. Não deve ser aceita soldas com pontos não preenchidos, a linha de solda deve percorrer sempre a totalidade da emenda, por ambos os lados. Serão aceitos apenas parafusos autobrocantes e autoatarraxantes que tiverem borracha em sua fixação.
- O assentamento das telhas deve iniciar sempre no sentido contrário ao dos ventos predominantes na região, sempre da beira para a cumeeira.
- O deslocamento do pessoal sobre as telhas deve ser feito sobre as tábuas apoiadas no sentido longitudinal das telhas e sobre três terças de apoio.
- As calhas devem ser apoiadas horizontalmente em uma superfície lisa, livre de imperfeições, e colocadas umas sobre as outras, presas de modo que não deslizem.



8. ALVENARIA

- Locar cuidadosamente os panos de alvenaria pelos seus eixos ou faces, conforme indicado em projeto. Na locação por face, considerar a espessura do revestimento;
- Programar e instalar arranques para os pilares e cintas, quando necessários à consolidação dos panos de alvenaria de dimensões maiores;
- Os tijolos deverão ser sempre de primeira qualidade, ter dimensões regulares, faces desempenadas e resistência compatível com o uso a que se destinam;
- Os painéis de alvenaria deverão ser executados absolutamente no prumo, evitando-se acertos com argamassa; o assentamento deve ser feito com juntas amarradas, galgando nos cantos;
- Deve-se ter o cuidado de executar as vergas e contra-vergas nos vãos abertos para portas e janelas;
- Deverá ser empregado, em todos os vãos de portas e janelas, vergas e contra-vergas (este último, evidentemente, não será empregado em portas, e poderá ser dispensado quando da ocorrência de vãos menores que 60 cm). O engastamento lateral mínimo é de 30,0 cm ou 1,5 vezes a espessura da parede, prevalecendo o maior. Quando os vãos forem relativamente próximos e na mesma altura, recomenda-se uma única verga sobre todos. Além disso, para vãos maiores que 2,40 m, a verga deverá ser calculada como viga;
- Deverá ser executado o devido encunhamento da alvenaria em tijolo maciço junto às vigas;
- Divisórias em parede de gesso acartonado RU (chapa RU — resistência a umidade, na cor verde — indicada para áreas úmidas, como banheiro, cozinha e área de serviço). Onde devem ser fixados começando por uma extremidade e terminando na outra, com espaçamento de 50 cm entre os montantes. Com a chapa na vertical, parafuse de cima para baixo,

deixando um espaço de 1 cm entre o parafuso e a borda da placa, a uma distância de 25 cm entre os parafusos. As placas devem ser instaladas dos dois lados do perfil, Nas emendas, após instalar parede de gesso, use fita e massa corrida. A finalização é como em qualquer outra parede: para o assentamento de azulejos utilize argamassa e rejunte. Na pintura, passe massa para cobrir todos os furos e corrigir as imperfeições, lixe e depois pinte na cor escolhida.

9. ESQUADRIAS E FERRAGENS

As esquadrias obedecerão às quantidades, posições, dimensionamento e funcionamentos constantes no projeto arquitetônico. Todos os ambientes terão fechadura de cilindro, com maçaneta de bola e espelho cromado. Durante os trabalhos em obra as fechaduras deverão estar totalmente protegidas da sujeira e de choques que a possam danificar.

I. ESQUADRIAS METÁLICAS

- Deverão ainda ser raspadas, lixadas e aplicado preparo de base para pintura de esmalte sintético e em seguida submetida a duas demãos de tinta esmalte sintético;
- Verificar na obra as dimensões dos vãos antes da instalação das esquadrias;
- Marcar as esquadrias de modo a permitir a fácil identificação dos respectivos locais de assentamento;
- Verificar seu funcionamento, corrigindo eventuais falhas ou imprecisões;
- As esquadrias deverão ser com materiais de boa qualidade, novo, limpo, perfeitamente desempenado, sem defeitos de fabricação ou falhas de laminação, que deverão ser cortados e ajustados com precisão;
- As esquadrias deverão ser protegidas contra corrosão com aplicação de pintura zarcão a base de cromato de zinco, sendo vedada à utilização de partes que apresentem ferrugem;

CP

- Proteger as esquadrias contra respingos de argamassa e outros materiais que possam comprometer seu funcionamento e aspecto;
- Não forçar as esquadrias em vãos de esquadro ou dimensões insuficientes, bem como certificar-se de que não se deformem durante a fixação;
- As especificações das esquadrias deverão ser seguidas conforme o projeto arquitetônico.

II. ESQUADRIAS DE MADEIRA

- serão instaladas portas lisa (standart) de imbuia da *Sincol* ou similar, na medidas indicadas, com batentes de (15x3,5)cm de peroba do norte ou angelim e guarnições (5x1)cm de angelim ou cedrinho.
- Os batentes deverão estar perfeitamente lixados e com os cantos internos do lado oposto ao rebaixo da porta arredondados.
- As guarnições terão a forma trapezoidal, com 5 cm de altura e bases de 1cm e 2cm, devendo o canto externo da base de 2cm ser arredondada . Sua fixação no batente deverá ser feita com pregos sem cabeça, cujo buraco de penetração deverá ser preenchido com cera de abelha para perfeito acabamento.
- Recomenda-se que quando a porta não couber no batente por eventual diferença de nível de piso, nunca tirar os excessos na porta em um só topo.

III. ESQUADRIAS DE VIDRO

- As portas especificadas serão executadas com vidro temperado com espessura de 10 mm, com bandeiras e laterais fixas, incluindo fechadura, mola e todos os elementos de fixação e movimentação das portas em metal cromado e nível de piso, nunca tirar os excessos na porta em um só topo.

- Os vidros serão de boa qualidade, liso, com 4mm de espessura, fixado com baguete tendo entre eles mangueira de plástico incolor.
- O corte dos vidros deverá ser limpo e sem lascas, todos os vidros que apresentarem sinais de ruptura deverão ser eliminados.
- Os vidros não deverão receber, quando no canteiro de obras ou por ocasião de movimentação posterior, projeções de cimento ou de pintura silicosa (em caso de projeção acidental, limpa-los imediatamente), bem como jatos de faíscas ou respingos de solda, que atacariam superficialmente o vidro, inutilizando-o.
- Por ocasião da limpeza, especialmente no final da obra, tomar cuidado quanto aos riscos de arranhões provocados por poeira abrasiva (cimento, areia, etc.).
- Além das prescrições anteriores, o vidro deve ter suas dimensões determinadas em função das dimensões do fundo no rebaixo do perfil e das folgas a adotar, tendo em vista a tolerância dos caixilhos.

10. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

A instalação elétrica deverá ser executada de conformidade com o projeto executivo e as normas técnicas: ABNT - NBR-5410, Normas CELESC e Especificações de Fabricantes de Materiais Elétricos.

Condutores: em eletroduto de seção circular aparente, com distribuição superior em eletrocalhas, fios encordoados de cobre eletrolítico nú classe 2, tensão de 750V, isolamento termoplástico polivinílico (PVC), classe térmica 70°C, Antichama. Os condutores deverão ser identificados por cores em todos os pontos da seguinte forma:

- Fase: preto, branco ou vermelho; ☐ Neutro: azul-claro; ☐ Terra: verde ou verde-amarelo; ☐ Retorno e sinalização: outras cores.



Eletrodutos: PVC rígido antichama com extremidades roscadas, de sobrepor, fixados com abraçadeiras de PVC,

Caixas de ligação e passagem em PVC de 4 x 2 para tomadas e interruptores. Espelhos 4 x 2.

Eletrodutos: Galvanizado com extremidades roscadas, de sobrepor, fixados com abraçadeiras.

As tomadas de força devem ser hexagonais e atender a norma NBR 14136, deverão ser de embutir com placa na cor branca. Tomadas sem indicação de corrente serão de 10A, sendo que as que alimentam condicionadores de ar devem ser de 20A. Tomadas com a indicação (2x) na planta elétrica são duplas. As tomadas devem ter em sua placa a indicação do circuito e da voltagem.

Disjuntores bipolares, termomagnéticos fixos, corrente nominal de 10A até 80A – 240V norma DIN e disjuntor tripolar norma DIN 90A, 240V. Quadros de distribuição de embutir com capacidade para 40 e 50 disjuntores.


A instalação de lógica deverá ser executada conforme projeto executivo. Será aparente e as caixas serão de sobrepor Sistema tipo X. As tomadas e cabos serão específicos para redes de lógica.

Os cabos para a rede de lógica serão categoria 6, capa com cor azul, UTP, 4 pares, bitola 23 AWG.

As tomadas de lógica serão de embutir com placa na cor branca com conectores RJ 45 categoria 6.

A instalação de telefonia deverá ser executada conforme projeto executivo. Será aparente e as caixas serão de sobrepor tipo Sistema X. As tomadas e cabos serão específicos para redes de telefonia.

A instalação do sistema de segurança não está incluso nesse memorial.



11. INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS E ÁGUAS PLUVIAIS

O projeto de instalação de água fria foi elaborado seguindo as prescrições da NBR 5626/98 que estabelecem as exigências mínimas de segurança e economia. Todo o projeto foi desenvolvido para tubos e conexões de PVC rígido da linha soldável. Torneiras com regulagem de vazão tipo decamatic para os lavatórios e bancadas. Os registros de gaveta e as válvulas de retenção serão de Bronze tipo Europa. Obedecer ao projeto executivo de instalações hidráulicas.

Bacia sanitária com caixa acoplada de louça na cor branca, de primeira qualidade, sem abertura frontal, modelo Deca Vogue Plus Conforto

P.515.17 ou equivalente técnico. Instalação utilizando anel de vedação. Fixação com parafusos de cabeça cromada e buchas plásticas, conforme as recomendações do fabricante. Assento compatível com a bacia, sem abertura frontal.

Bacia sanitária, para sanitário de portadores de deficiência, de louça branca para válvula de descarga, completa com assento e tampa, tubo de ligação, conjunto de fixação, barras de apoio e demais acessórios necessários para o seu funcionamento da deca ou similar;

Lavatório de louça para portadores de deficiência, incluindo conjunto para fixação, barra de apoio contorno do lavatório, sifão, válvula, engate e torneira cromada com alavanca tipo pressmatic ou similar;

Mictório sifonado de louca branca com pertences, com registro de pressão 1/2" com canopla cromada acabamento simples e conjunto para fixação da deca ou similar;;

Bancadas de granito para sanitários 0,55m, com lavatórios de louça, tipo cuba embutida, incluindo sifões, válvulas, engates e torneiras com regulagem de vazão por meio de registro integrado, acabamento cromado (ref. deca linha profissional, Decamatic código 1170c ou similar);



Tanque de louça branco sem coluna, para área de serviço, completo com sifão, válvula, engate e torneira para tanque;

Torneira de mesa metálica cromada, com fechamento automático do tipo pressmatic para acionamento com a mão, com arejador econômico, modelo Deca Decamatic Eco 1173C ou equivalente técnico.

Dispenser para papel toalha interfolhada, em plástico ABS. Instalação na parede com parafusos e buchas a 1,20 m de altura do piso. Cor branca. Prolim linha Toilet Plus ou similar.

Reservatório externo tipo taça metálica, conjunto de bomba ebara ou similar para alimentação dos ramais.

O projeto de esgoto sanitário foi elaborado de maneira a permitir o rápido escoamento dos despejos e fácil desobstrução das tubulações; não permitir vazamentos, escapamento de gases e formação de depósitos no interior das tubulações; vedar a passagem de gases e animais das tubulações para o interior das edificações.

Os efluentes serão captados por rede de tubulações e encaminhados por gravidade, às caixas de inspeção em alvenaria e concreto, revestidas com argamassa de cimento e areia.

Das caixas de inspeção os esgotos seguirão para a fossa séptica para esgoto sanitário, nas dimensões 322x224cm, em polipropileno reforçado, com capacidade para 10.000litros.

As tubulações de esgoto deverão ter declividade mínima de 1% (um por cento) para diâmetros maiores que 100 mm e 2% para tubulações de 50 mm e 75 mm.

A rede do esgoto sanitário será executada com tubos e conexões de PVC branco e executada conforme projeto executivo de instalação sanitária.

A caixa de gordura será de bitola dn100, corpo de PVC e tampa de ABS, 2 entradas de 75mm, 1 entrada de 50mm e uma saída de 100mm, nas

dimensões de 558x300mm, capacidade de 19 litros de gordura, da marca tigre ou similar.

A rede de esgotamento pluvial será composta de elementos de chapa dobrada de alumínio 0,7mm (calhas e rufos) e tubos de queda do mesmo material. A ligação entre a calha e a parede deverá ser protegida com rufos de alumínio.

As águas pluviais serão captadas através de calhas de alumínio do tipo beiral, com caimento mínimo de 0,5% (meio por cento), conduzidas verticalmente através de condutores em PVC, até as respectivas caixas de areia e serão encaminhadas para a cisterna para depósito de aproveitamento de água pluvial.

Deverá ser colocada uma placa indicativa de água não potável nas tubulações aparentes e torneiras especificadas para este fim.

12. REVESTIMENTOS

I. REVESTIMENTOS DE PAREDES

- O revestimento de uma superfície só poderá ser iniciado após a colocação de todos os fixadores de esquadrias, tubulações, cantoneiras, caixas, quadros embutidos e após as redes condutoras de fluidos em geral terem sido testadas as pressões recomendadas em normas técnicas;
- A superfície a ser revestida deve estar limpa de todas as substâncias que possam acarretar futuros desprendimentos;
- Fica proibida a reutilização de argamassa com vestígio de endurecimento e utilização de saibro como componente da argamassa;
- As superfícies em alvenaria de tijolos cerâmicos serão revestidas com argamassa deverão receber chapisco de aderência no traço 1:3 com 0,5cm de espessura;



- As superfícies de alvenaria deverão ser molhadas antes de receberem o chapisco de aderência;
- O revestimento com argamassa só poderá ser iniciada após a pega de argamassa de assentamento da alvenaria e do chapisco de aderência;
- O revestimento será em emboço paulista (massa única de cimento, cal hidratada e areia) no traço 1:2:9, espessura de 2cm;
- Todo desempenamento do revestimento com argamassa a ser pintado posteriormente, deverá ser executado com desempenadeira com espuma de borracha (esponja de poliéster expandido);
- Concluída a operação de tamponamento, será procedida a verificação do desempenho das superfícies, deixando "guias" para que se obtenha, após a conclusão do revestimento de azulejos ou de ladrilhos, superfície perfeitamente desempenada, no esquadro e no prumo.
- Nas áreas indicadas as paredes serão revestidas de azulejo cerâmico 30 x 60 cm branco, com absorção de água máxima de 10%, assentados a prumo com argamassa colante em pó ACII (Quartzolit ou similar), juntas de 6mm ou conforme orientação do fabricante (ver caixa) preenchidas com rejunte impermeável e flexível de cor branca;
- No acabamento das quinas, serão utilizadas cantoneiras em alumínio em barras de 1 mm de espessura, coladas na cerâmica.

II. REVESTIMENTOS DE PISO

- Em concreto armado desempenado, $f_{ck}=20\text{mpa}$, $\text{esp}=10\text{cm}$ e sobre base compactada na rampa;
- Em Porcelanato Bold 60x60, primeira qualidade, cor branca, empregando argamassa colante em pó, quartzolit ou similar, inclusive rejunte



5mm l-flex da Portobello sobre contrapiso de concreto sobre base compactada;

- Granito polido preto;
- Deck de madeira colado, esp. 2,5 cm madeira tipo ype ou sumilar.
- Os pisos deverão ser iniciados depois de concluídos os demais revestimentos e executadas as tubulações dos projetos complementares existentes sob o mesmo;
- Todos os pisos laváveis deverão ter declividade mínima de 0,5% para o ralo ou porta externa;
- Os pisos deverão obedecer às especificações do projeto arquitetônico;
- Para preparação da base, verificar se a base está curada há mais de 14 dias, limpa, seca e plana e que tenham sido efetuadas todas as retrações próprias do cimento e estabilizadas as possíveis fissuras, e, se necessário, nivelá-la;
- Na aplicação, utilizar espaçadores entre peças para manter seus alinhamentos. Rejuntar após 72 horas;
- Não será tolerado o assentamento de peças rachadas, emendadas, com retoques visíveis de massa, com veios capazes de comprometer seu aspecto, durabilidade e resistência ou com quaisquer outros defeitos;
- Caberá a Contratada minimizar ao máximo as variações de tamanho e tonalidade especificadas em relação às cores existentes buscando sua aproximação evitando assim caracterizar diferentes cores no piso;



- Os rodapés serão confeccionados com as placas cerâmicas descritas no item anterior, observando-se os mesmos cuidados executivos, com altura de 10 cm.

III. PINTURA

- Nas paredes internas e externas será em látex acrílico, os tetos serão pintados com látex pva, em duas demãos no mínimo, sobre selador acrílico;

- As superfícies internas deverão receber emassamento pva em duas demãos;

- As esquadrias e as estruturas metálicas receberão pintura de esmalte sintético em duas demãos sobre uma de fundo óxido de ferro / zarcão;

- As superfícies a serem pintadas deverão estar limpas, secas livre de quaisquer substâncias que possam acarretar problemas à pintura;

- Cada demão ou tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca;

- Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de fitas adesivas de PVC e lonas plásticas, no sentido de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

- As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas de pincéis;

- As superfícies pintadas deverão apresentar, depois de prontas, uniformidade de textura e tonalidade.

- As tintas deverão ser de boa qualidade e deverão estar dentro do prazo de validade;

- Deverá ser empregada tintas da linha Suvnil, Coral ou similar.

- Para as vagas de estacionamento deverão ser executados serviços de pintura e demarcação de vagas.

IV. TETO

Forro em gesso acartonado, fixados em perfil de alumínio.

- Marcar o nível no forro nas paredes por todo o perímetro, com um nível de mangueira ou o nível laser. Nos casos onde houver azulejo nas paredes, o forro será aplicado sobre o nível do azulejo assentado;
- Fixar as cantoneiras ou as tabicas, com parafuso, no encontro do forro com a parede, em todo o perímetro, com espaçamento máximo 60 cm para cada parafuso. Verificar o projeto de decoração para identificar onde serão aplicadas cantoneiras, e onde serão aplicadas tabicas
- Fixar os tirantes/canaletas no teto com parafuso e bucha ou pino de aço, colocar o suportes niveladores já posicionados e nivelados para encaixe dos perfis. Deixar o desconto da placa para posterior fixação da mesma, a fim ficar com altura acabada de projeto. Assim que o sistema estiver posicionado, travar os suportes
- Posicionar as placas de gesso acartonado perpendicular aos perfis e parafusar; iniciando pelo canto que se encontra encostado na parede. As placas devem ser parafusadas com parafusadeira a 1 cm da extremidade da borda, e com espaçamento entre os parafusos de no máximo 30 cm;
- Após colocação de todas as placas e fechamento do forro, aplicar a massa de acabamento, nos parafusos de fixação e nas juntas com uma espátula, aplicar a fita de acabamento sobre a massa no eixo das juntas, pressionar a fita com a espátula retirando as bolhas de ar e o excesso de massa, recobrir a fita com massa e dar acabamento final.

13. LIMPEZA GERAL

- A obra deverá ser entregue completamente limpa, sem nenhum material do canteiro de obras.



14. SERVIÇOS GERAIS

I. CONTAINERS MARITIMO

Aquisição de container montado para utilização, com dimensões 2,438 m largura x 6,058 de comprimento (20 pés) e dimensões 2,34 m largura x 6,058 de comprimento (40 pés) ou Teto e paredes com isolamento termo- acústico em poliestireno expandido prensado entre chapas de metal. Piso em compensado naval com 12 mm de espessura revestido com emborrachado plurigoma, fixados em base de concreto tipo radier (concreto armado), inclusive transporte e instalação.

Todos os containers deverão ser conforme padrão internacional de comercialização intermodal – Padrão Classe A

II. PAINEL FOTOVOLTAICO

Considerado a instalação de 30 placas fotovoltaicas para geração de energia com tamanho aproximado de 2,00 x 1,00.

O sistema de geração fotovoltaica é composto por diversos alinhamentos de séries de módulos, onde cada série é composta por diversos módulos fotovoltaicos, que por sua vez são compostos de diversas células fotovoltaicas (as células fotovoltaicas captam a luz do sol, fonte primária de energia, transformando a energia luminosa em energia elétrica).

Os cabos provenientes dos diversos conjuntos de series se conectam entre si por intermédio de uma caixa de junção ou diretamente ao inversor, caso este apresente as proteções necessárias para dispensar o uso de caixa de junção.

A quantidade de energia gerada em um dia por um sistema fotovoltaico, é proporcional à irradiação disponível no plano dos módulos fotovoltaicos. A energia gerada pelos módulos fotovoltaicos, em corrente

contínua, é fornecida a carga local ou injetada na rede de forma sincronizada através dos inversores, que por sua vez, é transformada em corrente alternada.

O módulo fotovoltaico fabricado pela CANADIAN SOLAR INC. é constituído de células de silício policristalino. Possui robustas esquadrias de alumínio resistente à corrosão e independentemente testado para suportar altas cargas de vento e cargas de neve.

O inversor é o equipamento responsável por transformar a energia elétrica gerada nos módulos fotovoltaicos em corrente contínua (DC), na forma de corrente alternada (AC) para entregar à rede.


O equipamento é parametrizado pelo fabricante de acordo com a "ABNT NBR 16149, capítulo 4 - Compatibilidade com a rede e capítulo 5 - Segurança pessoal e proteção do sistema FV", quanto às faixas de operação normal de: Tensão CA, Injeção de Componente CC, Frequência (Hz), Fator de Potência, Distorção harmônica de corrente, Proteção contra ilhamento, Reconexão, Isolação e Seccionamento

A instalação será equipada com uma estrutura baseada em perfis de alumínio para evitar corrosão por conta de intempéries. Estas estruturas de apoio para módulos fotovoltaicos são calculadas tendo em conta o peso da carga de vento para a área em questão, e a altitude da instalação. Os pontos de fixação para o módulo fotovoltaico são calculados para uma perfeita distribuição de peso na estrutura, seguindo todas as recomendações do fabricante

No padrão de entrada será colocado uma ou mais placas de advertência, confeccionada em aço inoxidável ou alumínio anodizado, deverá ser afixada de forma permanente na tampa da caixa de medição do padrão de entrada ou cabine primária da unidade consumidora, com os dizeres "CUIDADO - RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO - GERAÇÃO PRÓPRIA", com gravação indelével.

O sistema de medição de energia utilizado pelo usuário será do tipo bidirecional. Em outras palavras, o medidor instalado na entrada deste usuário, será capaz de registrar o consumo e a geração de eletricidade. Este medidor bidirecional certificado pelo INMETRO

O medidor do tipo bidirecional terá dois registradores, com numerações distintas, um para o consumo e outro para a geração de eletricidade. Isso permitirá a apresentação de dois valores, um de geração e outro de consumo, nas faturas de eletricidade dos usuários que possuem um sistema fotovoltaico registrado junto à concessionária.


Carlos Eduardo Nunes de Almeida Vieira
Analista de Projetos - Engenheiro Civil
CREA/MS nº 67968

ANEXO B

ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

PLANILHA DE ORÇAMENTO

| | | | | | | | | | |
|--|----------------------------|-------------|-----------|---|---------|------------|---|----------------------|--------------------|
| OBJETO: CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS | | | | | | | RESPONSÁVEL ORÇAMENTO | | |
| MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE - MS | | | | | | | | | |
| LOCAL: AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS | | | | | | | | | |
| BDI C/DES: 28,34%BDI DIF: 20,92% | | | | | | | | | |
| SIST./REF.: AGESUL(JANEIRO/2022) SINAPI (ABRIL/2022) SBC (ABRIL/2022) | | | | | | | FÁBIO MARQUES RIBEIRO CREA nº 15.276/MS | | |
| ENCARGOS: ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: 83,83%(HORA) 46,70%(MÊS) | | | | | | | PRAZO EXEC.: 540 dias DATA ORÇAMENTO: 21/12/2022 | | |
| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
| CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS | | | | | | | | | R\$ 6.636.372,80 |
| 1. | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | | | R\$ 46.861,11 |
| 1.1 | SERVIÇO | AGESUL | 101000101 | PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA N. 22, ADESIVADA | M2 | 8,00 | 526,61 | 675,86 | 5.406,88 |
| 1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 93584 | EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF. 04/2016 | M2 | 8,00 | 932,68 | 1.197,03 | 9.576,24 |
| 1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 93207 | EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF. 02/2016 | M2 | 6,00 | 1.156,26 | 1.483,98 | 8.903,88 |
| 1.4 | SERVIÇO | SINAPI | 93210 | EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF. 02/2016 | M2 | 6,00 | 605,80 | 777,50 | 4.665,00 |
| 1.5 | SERVIÇO | AGESUL | 101000114 | INSTALACAO PROVISORIA DE AGUA E ESGOTO | UN | 1,00 | 1.394,99 | 1.790,37 | 1.790,37 |
| 1.6 | SERVIÇO | AGESUL | 101000115 | PADRAO PROVISORIO TRIFASICO ATE 27 KW | UN | 1,00 | 5.870,78 | 7.534,74 | 7.534,74 |
| 1.7 | SERVIÇO | AGESUL | 201002161 | LOCACAO DE CACAMBA (4M3) (7 DIAS) | UN | 25,00 | 280,00 | 359,36 | 8.984,00 |
| | | | | | | | | | |
| 2. | DEMOLIÇÕES E RETIRADAS | | | | | | | | R\$ 32.040,13 |
| 2.1 | DEMOLIÇÕES | | | | | | | | R\$ 18.580,13 |
| 2.1.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 01 | REMOÇÃO E DESENERGIZAÇÃO DE TRANSFORMADOR COM REAPROVEITAMENTO | UN | 1,00 | 1.091,00 | 1.400,22 | 1.400,22 |
| 2.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 97622 | DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 12/2017 | M3 | 52,20 | 45,34 | 58,19 | 3.037,51 |
| 2.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 97627 | DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 12/2017 | M3 | 24,72 | 264,01 | 338,83 | 8.375,87 |
| 2.1.4 | SERVIÇO | SINAPI | 97629 | DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 12/2017 | M3 | 36,00 | 116,64 | 149,69 | 5.388,84 |
| 2.1.5 | SERVIÇO | SINAPI | 97634 | DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 12/2017 | M2 | 27,67 | 10,64 | 13,65 | 377,69 |
| 2.2 | RETIRADAS | | | | | | | | R\$ 13.460,00 |
| 2.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 97647 | REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 12/2017 | M2 | 300,00 | 2,72 | 3,49 | 1.047,00 |
| 2.2.2 | SERVIÇO | SINAPI | 97655 | REMOÇÃO DE TRAMA METÁLICA PARA COBERTURA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 12/2017 | M2 | 300,00 | 28,85 | 37,02 | 11.106,00 |
| 2.2.3 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 02 | DEMOLICAO DE CERCA DE ARAME FARPADO E MOUROES DE CONCRETO S/ REMOCAO - REF. SINAPI 85379 | UN | 200,00 | 2,61 | 3,34 | 668,00 |
| 2.2.4 | SERVIÇO | SINAPI | 98530 | CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M.AF. 05/2018 | UN | 5,00 | 99,58 | 127,80 | 639,00 |
| | | | | | | | | | |
| 3. | ESTRUTURA | | | | | | | | R\$ 2.595.548,49 |
| 3.1 | BASE DE CONCRETO CONTAINER | | | | | | | | R\$ 103.290,10 |
| BLOCO | | | | | | | | | |
| 3.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 96523 | ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF. 06/2017 | M3 | 60,80 | 78,69 | 100,99 | 6.140,19 |
| 3.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 96617 | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 3 CM. AF. 08/2017 | M2 | 36,86 | 17,61 | 22,60 | 832,92 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|---------|--------------------------------|-------------|-----------|--|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 3.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 96534 | FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017 | M2 | 240,24 | 83,36 | 106,98 | 25.700,87 |
| 3.1.4 | SERVIÇO | SINAPI | 96545 | ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017 | KG | 1.183,00 | 15,75 | 20,21 | 23.908,43 |
| 3.1.5 | SERVIÇO | SINAPI | 94965 | CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021 | M3 | 34,58 | 499,49 | 641,06 | 22.167,85 |
| 3.1.6 | SERVIÇO | SINAPI | 103670 | LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022 | M3 | 34,58 | 235,72 | 302,53 | 10.461,48 |
| 3.1.7 | SERVIÇO | SINAPI | 98557 | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF_06/2018 | M2 | 240,24 | 42,60 | 54,67 | 13.133,92 |
| 3.1.8 | SERVIÇO | SINAPI | 93382 | REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016 | M3 | 26,22 | 28,07 | 36,02 | 944,44 |
| 3.2 | CONTAINER | | | | | | | R\$ | 1.012.858,92 |
| 3.2.1 | SERVIÇO | COTAÇÃO | CT 001 | 26 UNIDADES DE CONTAINER HC 12 METROS, DRY DE 40 PÉS HIGH CUBE (HC), COMPRIMENTO: 12.030M; LARGURA: 2.350M; ALTURA: 2.890M; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL: 28.570KG; TAXA APROXIMADA: 3.930KG E 08 UNIDADES DE CONTAINER ST 6 METROS, DRY DE 20 PÉS STANDARD (ST); COMPRIMENTO: 6.058M; LARGURA: 2.438M; ALTURA: 2.591M; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL: 21.780KG; TAXA APROXIMADA: 2.220KG | M2 | 1,00 | 814.000,00 | 984.326,80 | 984.326,80 |
| 3.2.2 | SERVIÇO | SINAPI | 89272 | GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHP DIURNO. AF_11/2014 | CHP | 68,00 | 226,34 | 290,49 | 19.753,32 |
| 3.2.3 | SERVIÇO | SINAPI | 89273 | GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, POTÊNCIA 97 KW, TRAÇÃO 4 X 4 - CHI DIURNO. AF_11/2014 | CHI | 68,00 | 100,59 | 129,10 | 8.778,80 |
| 3.3 | ESTRUTURA METÁLICA - CONTAINER | | | | | | | R\$ | 146.195,21 |
| 3.3.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 03 | VIGA METÁLICA EM PERFIL EM PERFIL UDC ("U" DOBRADO DE CHAPA) SIMPLES DE ACO LAMINADO, GALVANIZADO, ASTM A36, 127 X 50 MM, E= 3 MM, INCLUSIVE PINTURA COM FUNDO ANTICORROSIVO , COM CONEXÕES PARAFUSADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO REF-100763 | KG | 7.361,29 | 15,48 | 19,86 | 146.195,21 |
| 3.4 | ESTRUTURA METÁLICA - BRISE | | | | | | | R\$ | 14.130,56 |
| 3.4.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 04 | BRISE METÁLICO EM PERFIL DE METALON QUADRADO 100 X 100 #3.0MM , COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. REF - 100764 | KG | 995,11 | 11,07 | 14,20 | 14.130,56 |
| 3.5 | ESTRUTURA METÁLICA - COBERTURA | | | | | | | R\$ | 619.518,88 |
| 3.5.1 | SERVIÇO | AGESUL | 901000135 | FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALACAO DE ESTRUTURA METALICA, INCLUSIVE PINTURA COM FUNDO ANTICORROSIVO | KG | 24.980,60 | 19,33 | 24,80 | 619.518,88 |
| 3.6 | ESCADAS | | | | | | | R\$ | 95.894,28 |
| 3.6.1 | BASE | | | | | | | | |
| 3.6.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 96523 | ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017 | M3 | 2,24 | 78,69 | 100,99 | 226,21 |
| 3.6.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 96617 | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_08/2017 | M2 | 6,91 | 17,61 | 22,60 | 156,24 |
| 3.6.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 96540 | FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017 | M2 | 12,60 | 121,58 | 156,03 | 1.965,97 |
| 3.6.1.4 | SERVIÇO | SINAPI | 96545 | ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017 | KG | 123,20 | 15,75 | 20,21 | 2.489,87 |
| 3.6.1.5 | SERVIÇO | SINAPI | 94965 | CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021 | M3 | 1,40 | 499,49 | 641,06 | 897,48 |
| 3.6.1.6 | SERVIÇO | SINAPI | 103670 | LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022 | M3 | 1,40 | 235,72 | 302,53 | 423,54 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|---------|-----------------|-------------|------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 3.6.1.7 | SERVIÇO | SINAPI | 98557 | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF_06/2018 | M2 | 12,60 | 42,60 | 54,67 | 688,84 |
| 3.6.1.8 | SERVIÇO | SINAPI | 93382 | REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016 | M3 | 0,84 | 28,07 | 36,02 | 30,25 |
| 3.6.2 | | | | ESTRUTURA METÁLICA | | | | | |
| 3.6.2.1 | SERVIÇO | AGESUL | 901000135 | FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALACAO DE ESTRUTURA METALICA, INCLUSIVE PINTURA COM FUNDO ANTICORROSIVO | KG | 3.589,35 | 19,33 | 24,80 | 89.015,88 |
| 3.7 | | | | PASSARELA | | | | R\$ | 482.512,22 |
| 3.7.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 05 | EXECUÇÃO DE PASSARELA EM CHAPA EXPANDIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | M2 | 553,67 | 157,86 | 202,60 | 112.173,54 |
| 3.7.2 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 06 | VIGA METÁLICA EM PERFIL "I" DE ACO LAMINADO, ABAS PARALELAS, "W", QUALQUER BITOLA, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. REF-100764 | KG | 8.561,90 | 15,45 | 19,82 | 169.696,85 |
| 3.7.3 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 07 | PILAR METÁLICO EM PERFIL "I" DE ACO LAMINADO, ABAS PARALELAS, "W", QUALQUER BITOLA, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. REF-100764 | KG | 8.854,45 | 17,66 | 22,66 | 200.641,83 |
| 3.8 | | | | ESTRUTURA METÁLICA PÓRTICO | | | | R\$ | 121.148,32 |
| 3.8.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | 901000135 | FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALACAO DE ESTRUTURA METALICA, INCLUSIVE PINTURA COM FUNDO ANTICORROSIVO | KG | 3.478,56 | 19,33 | 24,80 | 86.268,28 |
| 3.8.2 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | 901000142 | TESTEIRA EM CHAPA METALICA N. 16 SEM SUSTENTACAO (CONSIDERANDO DESENVOLVIMENTO TOTAL DA CHAPA) | M2 | 155,34 | 174,96 | 224,54 | 34.880,04 |
| 4. | | | | COBERTURA | | | | R\$ | 110.315,10 |
| 4.1 | SERVIÇO | SINAPI | 94213 | TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019 | M2 | 1.046,00 | 81,19 | 104,20 | 108.993,20 |
| 4.2 | SERVIÇO | SINAPI | 92580 | TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019 | M2 | 18,60 | 55,38 | 71,07 | 1.321,90 |
| 5. | | | | REVESTIMENTO DE PAREDES E TETOS | | | | R\$ | 286.656,21 |
| 5.1 | | | | REVESTIMENTO DE PAREDES | | | | R\$ | 188.547,95 |
| 5.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 96370 | PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM UMA FACE SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_06/2017_PS | M2 | 658,76 | 70,58 | 90,58 | 59.670,88 |
| 5.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 96371 | PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM UMA FACE SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS. AF_06/2017_PS | M2 | 730,45 | 84,67 | 108,66 | 79.370,83 |
| 5.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 96358 | PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_06/2017_PS | M2 | 28,56 | 102,84 | 131,98 | 3.769,34 |
| 5.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 87268 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014 | M2 | 28,56 | 68,99 | 88,54 | 2.528,70 |
| 5.1.4 | SERVIÇO | SINAPI | 87273 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014 | M2 | 438,30 | 64,05 | 82,20 | 36.028,16 |
| 5.1.5 | SERVIÇO | SINAPI | 1501000100 | CHAPISCO PARA PAREDES EXTERNAS E INTERNAS COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3 | M2 | 120,71 | 6,21 | 7,97 | 962,07 |
| 5.1.6 | SERVIÇO | SINAPI | 87529 | MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014 | M2 | 44,44 | 33,03 | 42,39 | 1.883,81 |
| 5.1.7 | SERVIÇO | SINAPI | 87527 | EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, PARA AMBIENTE COM ÁREA MENOR QUE 5M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014 | M2 | 15,12 | 36,07 | 46,29 | 699,90 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|------------|---|-------------|------------|--|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 5.1.8 | SERVIÇO | SINAPI | 87775 | EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022 | M2 | 61,15 | 46,31 | 59,43 | 3.634,26 |
| 5.2 | REVESTIMENTO DE TETO | | | | | | | R\$ | 98.108,26 |
| 5.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 96110 | FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_PS | M2 | 677,72 | 75,70 | 97,15 | 65.840,49 |
| 5.2.2 | SERVIÇO | SINAPI | 96123 | ACABAMENTOS PARA FORRO (MOLDURA EM DRYWALL, COM LARGURA DE 15 CM). AF_05/2017_PS | M | 663,40 | 37,90 | 48,64 | 32.267,77 |
| 6. | ESQUADRIAS | | | | | | | R\$ | 586.634,96 |
| 6.1 | JANELAS | | | | | | | R\$ | 54.202,62 |
| 6.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 94569 | JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 | M2 | 11,21 | 930,26 | 1.193,92 | 13.381,45 |
| 6.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 94570 | JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 | M2 | 21,60 | 490,80 | 629,90 | 13.605,84 |
| 6.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 94573 | JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 | M2 | 37,71 | 562,27 | 721,63 | 27.215,33 |
| 6.2 | PORTAS | | | | | | | R\$ | 197.435,81 |
| 6.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 91341 | PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 | M2 | 12,80 | 751,00 | 963,85 | 12.337,28 |
| 6.2.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1101002010 | PORTA EM CHAPA VINCADA - 1 FOLHA, INCLUSIVE ACABAMENTO E FERRAGENS - ANEXO A-045 (ESQ.) | M2 | 42,63 | 984,64 | 1.263,71 | 53.871,95 |
| 6.2.4 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 08 | PORTA DE ABRIR COM MOLA HIDRÁULICA, EM VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS, ESPESSURA DD 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021 | M2 | 49,84 | 1.269,82 | 1.629,72 | 81.218,72 |
| 6.2.5 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 09 | PORTA DE CORRER, EM VIDRO TEMPERADO, 4 FOLHAS, ESPESSURA DD 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021 | M2 | 21,63 | 927,06 | 1.189,81 | 25.735,59 |
| 6.2.6 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 10 | PORTA DE AÇO AUTOMÁTICA DE CORRER 4 FOLHAS COM VIDRO TEMPERADO E=8MM, COM PERFIL NATURAL | UN | 1,00 | 16.500,00 | 21.176,62 | 21.176,62 |
| 6.2.7 | SERVIÇO | SBC | 23392 | FORNECIMENTO PORTA DE ALUMINO UMA FOLHA CORRER | M2 | 1,47 | 528,22 | 677,93 | 996,55 |
| 6.2.8 | SERVIÇO | SINAPI | 90830 | FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 | UN | 10,00 | 163,56 | 209,91 | 2.099,10 |
| 6.3 | PAREDE DE VIDRO | | | | | | | R\$ | 57.939,55 |
| 6.3.1 | SERVIÇO | SINAPI | 102181 | INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 10 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_01/2021_PS | M2 | 83,14 | 543,02 | 696,92 | 57.939,55 |
| 6.4 | GRADIS, CORRIMÃOS E GUARDA-CORPO | | | | | | | R\$ | 277.056,98 |
| 6.4.1 | SERVIÇO | AGESUL | 2001004042 | GRADIL EM METALON, H=1,80M, INCLUSIVE BROCA DE 25CM (0,80M), PINTURA EM FUNDO ANTICORROSIVO (2 DEMAOS) E ESMALTE EM 2 DEMAOS - ANEXO A-061 (S.C.) | M | 73,20 | 648,01 | 831,67 | 60.878,24 |
| 6.4.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1101002050 | GUARDA CORPO EM TUBO IND. 2.1/2" CH.18, FIXADO EM PILARETES DE TUBO IND. 2.1/2" CH 18, FECHAMENTO EM TUBO IND. 1" CH 18 A CADA 15CM, INCLUS. FUNDO E ESMALTE SINTETICO, AMBOS EM DUAS DEMAOS, CONF. DETALHE ANEXO (A-15.001) | M2 | 352,87 | 477,34 | 612,63 | 216.178,74 |
| 7. | PISO | | | | | | | R\$ | 208.979,94 |
| 7.1 | TRATAMENTO DO COMPENSADO NAVAL - CONTAINER | | | | | | | R\$ | 76.265,59 |
| 7.1.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 11 | TRATAMENTO DE COMPENSADO NAVAL COM USO DE MANTA LÍQUIDA | M2 | 713,83 | 83,25 | 106,84 | 76.265,59 |
| 7.2 | CALÇADA | | | | | | | R\$ | 130.624,24 |
| 7.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 94991 | EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022 | M3 | 137,86 | 738,26 | 947,50 | 130.624,24 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|------------|-----------------|-------------|-------------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|-----------------------|
| 7.3 | | | | PISOS | | | | | R\$ 2.090,11 |
| 7.3.1 | SERVIÇO | SINAPI | 95241 | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016 | M2 | 11,07 | 28,35 | 36,38 | 402,72 |
| 7.3.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1701000116 | REGULARIZACAO SARRAFEADA PARA REVESTIMENTO DE PISO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:3, NA(S) ESPESSURA(S):- 2 CM | M2 | 11,07 | 24,26 | 31,13 | 344,60 |
| 7.3.3 | SERVIÇO | SINAPI | 87256 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF_06/2014 | M2 | 11,07 | 94,52 | 121,30 | 1.342,79 |
| 8. | | | | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS/SANITÁRIAS/ÁGUAS PLUVIAIS | | | | | R\$ 123.980,26 |
| 8.1 | | | | INSTALAÇÕES HIDRAULICAS | | | | | R\$ 77.373,42 |
| 8.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 94703 | ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | UN | 1,00 | 23,17 | 29,73 | 29,73 |
| 8.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 89410 | CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 5,00 | 10,78 | 13,83 | 69,15 |
| 8.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 94796 | TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021 | UN | 1,00 | 46,47 | 59,64 | 59,64 |
| 8.1.4 | SERVIÇO | SINAPI | 89402 | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | M | 113,84 | 11,89 | 15,26 | 1.737,19 |
| 8.1.5 | SERVIÇO | SINAPI | 89440 | TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 3,00 | 10,40 | 13,34 | 40,02 |
| 8.1.6 | SERVIÇO | SINAPI | 97902 | CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020 | UN | 20,00 | 524,55 | 673,22 | 13.464,40 |
| 8.1.7 | SERVIÇO | SINAPI | 89491 | CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_06/2022 | UN | 20,00 | 108,29 | 138,98 | 2.779,60 |
| 8.1.8 | SERVIÇO | SINAPI | 104063 | CURVA LONGA, 45 GRAUS, PVC OCRE, JUNTA ELÁSTICA, DN 100 MM, PARA COLETOR PREDIAL DE ESGOTO. AF_06/2022 | UN | 7,00 | 59,87 | 76,83 | 537,81 |
| 8.1.9 | SERVIÇO | SINAPI | 89748 | CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 10,00 | 48,02 | 61,63 | 616,30 |
| 8.1.10 | SERVIÇO | SINAPI | 89728 | CURVA CURTA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 27,00 | 12,43 | 15,95 | 430,65 |
| 8.1.11 | SERVIÇO | SINAPI | 89726 | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 11,00 | 7,98 | 10,24 | 112,64 |
| 8.1.12 | SERVIÇO | SINAPI | 89802 | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022 | UN | 18,00 | 11,15 | 14,31 | 257,58 |
| 8.1.13 | SERVIÇO | SINAPI | 89744 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 37,00 | 29,31 | 37,61 | 1.391,57 |
| 8.1.14 | SERVIÇO | SINAPI | 89731 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 33,00 | 14,32 | 18,37 | 606,21 |
| 8.1.15 | SERVIÇO | SINAPI | 89724 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 26,00 | 11,55 | 14,82 | 385,32 |
| 8.1.16 | SERVIÇO | AGESUL | 1301005094 | - JUNCAO SIMPLES COM REDUCAO (100 X 50) MM | UN | 14,00 | 37,87 | 48,60 | 680,40 |
| 8.1.17 | SERVIÇO | SINAPI | 89797 | JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 15,00 | 55,22 | 70,87 | 1.063,05 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|--------|-----------------|-------------|--------|---|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 8.1.18 | SERVIÇO | SINAPI | 89783 | JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 2,00 | 14,00 | 17,96 | 35,92 |
| 8.1.19 | SERVIÇO | SINAPI | 89827 | JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF 08/2022 | UN | 6,00 | 22,18 | 28,46 | 170,76 |
| 8.1.20 | SERVIÇO | SINAPI | 89714 | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | M | 257,05 | 38,33 | 49,19 | 12.644,28 |
| 8.1.21 | SERVIÇO | SINAPI | 89711 | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | M | 34,89 | 18,96 | 24,33 | 848,87 |
| 8.1.22 | SERVIÇO | SINAPI | 89712 | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | M | 64,84 | 25,29 | 32,45 | 2.104,05 |
| 8.1.23 | SERVIÇO | SINAPI | 89784 | TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 3,00 | 25,13 | 32,25 | 96,75 |
| 8.1.24 | SERVIÇO | SINAPI | 89804 | CURVA LONGA 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF 08/2022 | UN | 13,00 | 21,62 | 27,74 | 360,62 |
| 8.1.25 | SERVIÇO | SINAPI | 89802 | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF 08/2022 | UN | 6,00 | 11,15 | 14,31 | 85,86 |
| 8.1.26 | SERVIÇO | SINAPI | 89744 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 1,00 | 29,31 | 37,61 | 37,61 |
| 8.1.27 | SERVIÇO | SINAPI | 89731 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 15,00 | 14,32 | 18,37 | 275,55 |
| 8.1.28 | SERVIÇO | SINAPI | 89827 | JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF 08/2022 | UN | 2,00 | 22,18 | 28,46 | 56,92 |
| 8.1.29 | SERVIÇO | SINAPI | 104348 | TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF 08/2022 | UN | 8,00 | 11,02 | 14,14 | 113,12 |
| 8.1.30 | SERVIÇO | SINAPI | 89712 | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | M | 57,16 | 25,29 | 32,45 | 1.854,84 |
| 8.1.31 | SERVIÇO | SINAPI | 89784 | TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 14,00 | 25,13 | 32,25 | 451,50 |
| 8.1.32 | SERVIÇO | SINAPI | 94794 | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021 | UN | 3,00 | 98,27 | 126,12 | 378,36 |
| 8.1.33 | SERVIÇO | SINAPI | 94499 | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021 | UN | 2,00 | 168,90 | 216,77 | 433,54 |
| 8.1.34 | SERVIÇO | SINAPI | 89986 | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021 | UN | 6,00 | 48,76 | 62,58 | 375,48 |
| 8.1.35 | SERVIÇO | SINAPI | 89353 | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021 | UN | 25,00 | 23,64 | 30,34 | 758,50 |
| 8.1.36 | SERVIÇO | SINAPI | 89987 | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021 | UN | 1,00 | 55,62 | 71,38 | 71,38 |
| 8.1.37 | SERVIÇO | SINAPI | 90373 | JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022 | UN | 26,00 | 14,88 | 19,09 | 496,34 |
| 8.1.38 | SERVIÇO | SINAPI | 96846 | JOELHO 90 GRAUS, ROSCA FÊMEA TERMINAL, METÁLICO, PARA INSTALAÇÕES EM PEX, DN 25 MM X 3/4", CONEXÃO POR ANEL DESLIZANTE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2015 | UN | 2,00 | 27,50 | 35,29 | 70,58 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|--------|-----------------|-------------|--------|--|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 8.1.39 | SERVIÇO | SINAPI | 89385 | LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 1,00 | 6,93 | 8,89 | 8,89 |
| 8.1.40 | SERVIÇO | SINAPI | 89383 | ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 51,00 | 5,84 | 7,49 | 381,99 |
| 8.1.41 | SERVIÇO | SINAPI | 89391 | ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 1 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 12,00 | 8,18 | 10,49 | 125,88 |
| 8.1.42 | SERVIÇO | SINAPI | 94662 | ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | UN | 6,00 | 13,48 | 17,30 | 103,80 |
| 8.1.43 | SERVIÇO | SINAPI | 94666 | ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM X 2 1/2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | UN | 4,00 | 38,39 | 49,27 | 197,08 |
| 8.1.44 | SERVIÇO | SINAPI | 103948 | BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 5,00 | 6,84 | 8,77 | 43,85 |
| 8.1.45 | SERVIÇO | SINAPI | 103966 | BUCHA DE REDUÇÃO, LONGA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 10,00 | 10,38 | 13,32 | 133,20 |
| 8.1.46 | SERVIÇO | SINAPI | 103967 | BUCHA DE REDUÇÃO , LONGA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 X 32 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 5,00 | 12,40 | 15,91 | 79,55 |
| 8.1.47 | SERVIÇO | SINAPI | 103960 | BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 X 60 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 2,00 | 32,27 | 41,41 | 82,82 |
| 8.1.48 | SERVIÇO | SINAPI | 89410 | CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 67,00 | 10,78 | 13,83 | 926,61 |
| 8.1.49 | SERVIÇO | SINAPI | 89415 | CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 8,00 | 17,84 | 22,89 | 183,12 |
| 8.1.50 | SERVIÇO | SINAPI | 94679 | CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | UN | 16,00 | 31,27 | 40,13 | 642,08 |
| 8.1.51 | SERVIÇO | SINAPI | 94682 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | UN | 7,00 | 149,57 | 191,96 | 1.343,72 |
| 8.1.52 | SERVIÇO | SINAPI | 103974 | JOELHO DE REDUÇÃO, 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 12,00 | 9,90 | 12,70 | 152,40 |
| 8.1.53 | SERVIÇO | SINAPI | 89402 | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | M | 141,30 | 11,89 | 15,26 | 2.156,23 |
| 8.1.54 | SERVIÇO | SINAPI | 89357 | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | M | 62,00 | 30,54 | 39,19 | 2.429,78 |
| 8.1.55 | SERVIÇO | SINAPI | 94651 | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | M | 133,42 | 28,09 | 36,05 | 4.809,79 |
| 8.1.56 | SERVIÇO | SINAPI | 94653 | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | M | 151,23 | 68,54 | 87,96 | 13.302,19 |
| 8.1.57 | SERVIÇO | SINAPI | 89440 | TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 40,00 | 10,40 | 13,34 | 533,60 |
| 8.1.58 | SERVIÇO | SINAPI | 89443 | TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 7,00 | 16,50 | 21,17 | 148,19 |
| 8.1.59 | SERVIÇO | SINAPI | 89625 | TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 6,00 | 25,08 | 32,18 | 193,08 |
| 8.1.60 | SERVIÇO | SINAPI | 94697 | TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | UN | 1,00 | 110,82 | 142,22 | 142,22 |
| 8.1.61 | SERVIÇO | SINAPI | 89622 | TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 15,00 | 14,75 | 18,93 | 283,95 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|--------|-----------------------|-------------|------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 8.1.62 | SERVIÇO | SINAPI | 89627 | TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 4,00 | 20,76 | 26,64 | 106,56 |
| 8.1.63 | SERVIÇO | SINAPI | 103976 | TE DE REDUÇÃO, 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 32 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 5,00 | 29,64 | 38,04 | 190,20 |
| 8.1.64 | SERVIÇO | SINAPI | 94698 | TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM X 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016 | UN | 7,00 | 95,42 | 122,46 | 857,22 |
| 8.1.65 | SERVIÇO | SINAPI | 89366 | JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 27,00 | 16,93 | 21,72 | 586,44 |
| 8.1.66 | SERVIÇO | SINAPI | 90373 | JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 34,00 | 14,88 | 19,09 | 649,06 |
| 8.1.67 | SERVIÇO | SINAPI | 102607 | CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021 | UN | 1,00 | 465,81 | 597,83 | 597,83 |
| 8.3 | DRENO AR CONDICIONADO | | | | | | | R\$ | 8.222,21 |
| 8.3.1 | SERVIÇO | AGESUL | 1301006064 | ESCAVACAO (MANUAL) DE VALAS, PARA ASSENTAMENTO DE TUBOS, NO(S) DIAMETRO(S):- (100 A 150)MM | M | 49,78 | 4,44 | 5,69 | 283,21 |
| 8.3.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1301006067 | REATERRO (MANUAL) DE VALAS, COM TUBOS ASSENTADOS, NO(S) DIAMETRO(S):- (100 A 150)MM | M | 49,78 | 4,35 | 5,58 | 277,74 |
| 8.3.3 | SERVIÇO | SINAPI | 89865 | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022 | M | 117,51 | 15,60 | 20,02 | 2.352,55 |
| 8.3.4 | SERVIÇO | SINAPI | 103952 | BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 X 20 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 21,00 | 4,78 | 6,13 | 128,73 |
| 8.3.5 | SERVIÇO | SINAPI | 89867 | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022 | UN | 8,00 | 7,44 | 9,54 | 76,32 |
| 8.3.6 | SERVIÇO | SINAPI | 89866 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022 | UN | 67,00 | 6,32 | 8,11 | 543,37 |
| 8.3.7 | SERVIÇO | SINAPI | 89868 | LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM DRENO DE AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2022 | UN | 2,00 | 4,97 | 6,37 | 12,74 |
| 8.3.8 | SERVIÇO | SINAPI | 89395 | TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022 | UN | 1,00 | 11,25 | 14,43 | 14,43 |
| 8.3.9 | SERVIÇO | SINAPI | 97895 | CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020 | UN | 12,00 | 190,91 | 245,01 | 2.940,12 |
| 8.3.10 | SERVIÇO | SBC | 70340 | CAIXA DE PASSAGEM P/ SPLIT 35X13X7CM DRENO INFERIOR DE PLAST | UN | 30,00 | 41,38 | 53,10 | 1.593,00 |
| 8.4 | PLUVIAL | | | | | | | R\$ | 38.384,63 |
| 8.4.1 | SERVIÇO | AGESUL | 1301006064 | ESCAVACAO (MANUAL) DE VALAS, PARA ASSENTAMENTO DE TUBOS, NO(S) DIAMETRO(S):- (100 A 150)MM | M | 200,81 | 4,44 | 5,69 | 1.142,58 |
| 8.4.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1301006067 | REATERRO (MANUAL) DE VALAS, COM TUBOS ASSENTADOS, NO(S) DIAMETRO(S):- (100 A 150)MM | M | 200,81 | 4,35 | 5,58 | 1.120,49 |
| 8.4.3 | SERVIÇO | SINAPI | 89713 | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | M | 14,50 | 33,49 | 42,98 | 623,21 |
| 8.4.4 | SERVIÇO | SINAPI | 89714 | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | M | 338,87 | 38,33 | 49,19 | 16.669,01 |
| 8.4.5 | SERVIÇO | SINAPI | 104166 | TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022 | M | 31,37 | 113,58 | 145,77 | 4.572,80 |
| 8.4.6 | SERVIÇO | SINAPI | 89737 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 2,00 | 23,52 | 30,18 | 60,36 |
| 8.4.7 | SERVIÇO | SINAPI | 89744 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022 | UN | 45,00 | 29,31 | 37,61 | 1.692,45 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|-------------|-----------------|-------------|------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|----------------------|
| 8.4.8 | SERVIÇO | SINAPI | 89854 | JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 6,00 | 114,86 | 147,41 | 884,46 |
| 8.4.9 | SERVIÇO | SINAPI | 89746 | JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 1,00 | 29,23 | 37,51 | 37,51 |
| 8.4.10 | SERVIÇO | SINAPI | 89817 | LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF 08/2022 | UN | 6,00 | 13,59 | 17,44 | 104,64 |
| 8.4.11 | SERVIÇO | SINAPI | 89778 | LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 46,00 | 17,86 | 22,92 | 1.054,32 |
| 8.4.12 | SERVIÇO | SINAPI | 95693 | LUVA SIMPLES, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 08/2022 | UN | 2,00 | 56,52 | 72,53 | 145,06 |
| 8.4.13 | SERVIÇO | SINAPI | 99250 | CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF 12/2020 | UN | 2,00 | 166,69 | 213,93 | 427,86 |
| 8.4.14 | SERVIÇO | SINAPI | 99251 | CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF 12/2020 | UN | 6,00 | 261,13 | 335,14 | 2.010,84 |
| 8.4.15 | SERVIÇO | SINAPI | 99253 | CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF 12/2020 | UN | 2,00 | 508,81 | 653,02 | 1.306,04 |
| 8.4.16 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 12 | TANQUE SLIM 600 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 4,00 | 1.272,57 | 1.633,25 | 6.533,00 |
| 9. | | | | LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS | | | | | R\$ 21.258,10 |
| 9.1 | | | | VASO SANITÁRIO E ACESSÓRIOS | | | | | R\$ 12.529,12 |
| 9.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 86932 | VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 16,00 | 562,82 | 722,34 | 11.557,44 |
| 9.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 100849 | ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 01/2020 | UN | 16,00 | 47,32 | 60,73 | 971,68 |
| 9.2 | | | | LAVATÓRIOS E CUBAS | | | | | R\$ 3.261,76 |
| 9.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 86923 | TÂNQUE DE LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 18L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 2,00 | 560,78 | 719,72 | 1.439,44 |
| 9.2.2 | SERVIÇO | SINAPI | 86943 | LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 6,00 | 236,65 | 303,72 | 1.822,32 |
| 9.3 | | | | ACESSÓRIOS | | | | | R\$ 5.467,22 |
| 9.3.1 | SERVIÇO | AGESUL | 1301002030 | PAPELEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO ROLAO - FORNECIMENTO E INSTALACAO | UN | 22,00 | 69,22 | 88,83 | 1.954,26 |
| 9.3.2 | SERVIÇO | SINAPI | 95547 | SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 22,00 | 55,21 | 70,85 | 1.558,70 |
| 9.3.3 | SERVIÇO | AGESUL | 1301004064 | TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO | UN | 22,00 | 69,22 | 88,83 | 1.954,26 |
| 10. | | | | ACESSIBILIDADE | | | | | R\$ 30.250,68 |
| 10.1 | | | | VASO SANITÁRIO E ACESSÓRIOS | | | | | R\$ 5.369,76 |
| 10.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 86932 | VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 6,00 | 562,82 | 722,34 | 4.334,04 |
| 10.1.2 | SERVIÇO | AGESUL | 2401001000 | ASSENTO UNIVERSAL PARA BACIA SANITARIA, EM POLIPROPILENO LINHA EVOLUTION SOFT CLOSE DA TUPAN OU SIMILAR | UN | 6,00 | 134,50 | 172,62 | 1.035,72 |
| 10.2 | | | | BARRAS DE APOIO | | | | | R\$ 12.887,58 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|--------|-----------------|-------------|------------|--|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 10.2.1 | SERVIÇO | AGESUL | 2401002010 | BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO DE 40CM, DIAMETRO MINIMO DE 3CM | UN | 12,00 | 291,80 | 374,50 | 4.494,00 |
| 10.2.2 | SERVIÇO | SINAPI | 100867 | BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 6,00 | 354,89 | 455,47 | 2.732,82 |
| 10.2.3 | SERVIÇO | SINAPI | 100868 | BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 12,00 | 367,56 | 471,73 | 5.660,76 |
| 10.3 | | | | TORNEIRAS E ACESSÓRIOS | | | | R\$ | 11.993,34 |
| 10.3.1 | SERVIÇO | AGESUL | 2401001017 | TORNEIRA PARA LAVATORIO DE MESA PRESSMATIC BENEFIT REF. 00490706 DA DOCOL OU SIMILAR | UN | 6,00 | 920,51 | 1.181,41 | 7.088,46 |
| 10.3.2 | SERVIÇO | SINAPI | 100874 | PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020 | UN | 6,00 | 335,84 | 431,02 | 2.586,12 |
| 10.3.3 | SERVIÇO | AGESUL | 2401002050 | PROTETOR DE IMPACTO EM ACO INOX POLIDO 304 SHIELD, ALTURA DE 40CM, LARGURA DE 80CM OU 90CM | UN | 6,00 | 301,12 | 386,46 | 2.318,76 |
| 11. | | | | INSTALAÇÕES ELETRICAS | | | | R\$ | 631.650,91 |
| 11.1 | SERVIÇO | SINAPI | 91925 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 4.620,09 | 3,33 | 4,27 | 19.727,78 |
| 11.2 | SERVIÇO | SINAPI | 91933 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 1.814,13 | 14,99 | 19,23 | 34.885,71 |
| 11.3 | SERVIÇO | SINAPI | 92994 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 120 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2021 | M | 11,20 | 127,87 | 164,11 | 1.838,03 |
| 11.4 | SERVIÇO | SINAPI | 101561 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2020 | M | 233,70 | 16,24 | 20,84 | 4.870,30 |
| 11.5 | SERVIÇO | SINAPI | 101562 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM ² , 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2020 | M | 1.640,00 | 25,14 | 32,26 | 52.906,40 |
| 11.6 | SERVIÇO | SINAPI | 91927 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 1.489,52 | 4,49 | 5,76 | 8.579,63 |
| 11.7 | SERVIÇO | SINAPI | 91929 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 3.863,16 | 6,62 | 8,49 | 32.798,22 |
| 11.8 | SERVIÇO | SINAPI | 91931 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 631,66 | 9,37 | 12,02 | 7.592,55 |
| 11.9 | SERVIÇO | SINAPI | 91924 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 2.076,22 | 2,74 | 3,51 | 7.287,53 |
| 11.10 | SERVIÇO | SINAPI | 91926 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 3.209,47 | 3,99 | 5,12 | 16.432,48 |
| 11.11 | SERVIÇO | SINAPI | 91928 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 1.265,13 | 6,18 | 7,93 | 10.032,48 |
| 11.12 | SERVIÇO | SINAPI | 91939 | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | UN | 52,00 | 25,82 | 33,13 | 1.722,76 |
| 11.13 | SERVIÇO | SINAPI | 91941 | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | UN | 137,00 | 9,50 | 12,19 | 1.670,03 |
| 11.14 | SERVIÇO | SINAPI | 91940 | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | UN | 168,00 | 13,94 | 17,89 | 3.005,52 |
| 11.15 | SERVIÇO | SBC | 62101 | TOMADA DE PISO COMPLETA EM CAIXA 4X2 | UN | 4,00 | 74,51 | 95,62 | 382,48 |
| 11.16 | SERVIÇO | SINAPI | 91936 | CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | UN | 233,00 | 12,96 | 16,63 | 3.874,79 |
| 11.17 | SERVIÇO | SINAPI | 96986 | HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2017 | UN | 3,00 | 124,24 | 159,45 | 478,35 |
| 11.18 | SERVIÇO | SINAPI | 91928 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 1.265,13 | 6,18 | 7,93 | 10.032,48 |
| 11.19 | SERVIÇO | SINAPI | 97886 | CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF 12/2020 | UN | 33,00 | 151,52 | 194,46 | 6.417,18 |
| 11.20 | SERVIÇO | SINAPI | 91955 | INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | UN | 38,00 | 29,43 | 37,77 | 1.435,26 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|-------|-----------------|-------------|------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 11.21 | SERVIÇO | SINAPI | 91957 | INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 2,00 | 43,32 | 55,59 | 111,18 |
| 11.22 | SERVIÇO | SBC | 59106 | PLACA COM UM FURO IMPERIA BRANCO IRIEL P/ SAIDA CABO ANTENA | UN | 15,00 | 14,19 | 18,21 | 273,15 |
| 11.23 | SERVIÇO | SINAPI | 92023 | INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 5,00 | 42,22 | 54,18 | 270,90 |
| 11.24 | SERVIÇO | SINAPI | 91992 | TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 52,00 | 36,53 | 46,88 | 2.437,76 |
| 11.25 | SERVIÇO | SINAPI | 92000 | TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 71,00 | 25,14 | 32,26 | 2.290,46 |
| 11.26 | SERVIÇO | SINAPI | 92001 | TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 12,00 | 27,28 | 35,01 | 420,12 |
| 11.27 | SERVIÇO | SINAPI | 91996 | TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 88,00 | 28,33 | 36,35 | 3.198,80 |
| 11.28 | SERVIÇO | SINAPI | 91997 | TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 53,00 | 30,47 | 39,10 | 2.072,30 |
| 11.29 | SERVIÇO | SBC | 62441 | PONTO TOMADA 100W EMBUTIDA EM PISO | UN | 4,00 | 162,08 | 208,01 | 832,04 |
| 11.30 | SERVIÇO | SINAPI | 92008 | TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 42,00 | 40,40 | 51,85 | 2.177,70 |
| 11.31 | SERVIÇO | SINAPI | 92004 | TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 4,00 | 46,77 | 60,02 | 240,08 |
| 11.32 | SERVIÇO | SINAPI | 91955 | INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 38,00 | 29,43 | 37,77 | 1.435,26 |
| 11.33 | SERVIÇO | SINAPI | 101632 | RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020 | UN | 12,00 | 40,15 | 51,52 | 618,24 |
| 11.34 | SERVIÇO | SINAPI | 93660 | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 33,00 | 57,83 | 74,22 | 2.449,26 |
| 11.35 | SERVIÇO | SINAPI | 93661 | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 5,00 | 58,91 | 75,60 | 378,00 |
| 11.36 | SERVIÇO | SINAPI | 93662 | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 1,00 | 61,17 | 78,50 | 78,50 |
| 11.37 | SERVIÇO | SINAPI | 93663 | DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 2,00 | 61,17 | 78,50 | 157,00 |
| 11.38 | SERVIÇO | SINAPI | 93668 | DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 16,00 | 73,90 | 94,84 | 1.517,44 |
| 11.39 | SERVIÇO | SINAPI | 93669 | DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 6,00 | 77,27 | 99,17 | 595,02 |
| 11.40 | SERVIÇO | SINAPI | 93670 | DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 1,00 | 77,27 | 99,17 | 99,17 |
| 11.41 | SERVIÇO | SINAPI | 93671 | DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 4,00 | 81,34 | 104,39 | 417,56 |
| 11.42 | SERVIÇO | SINAPI | 93672 | DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 3,00 | 87,50 | 112,30 | 336,90 |
| 11.43 | SERVIÇO | SINAPI | 101894 | DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 2,00 | 155,38 | 199,41 | 398,82 |
| 11.44 | SERVIÇO | SBC | 64160 | DISJUNTOR TRIPOLAR 90A CURVA C | UN | 2,00 | 435,12 | 558,44 | 1.116,88 |
| 11.45 | SERVIÇO | SINAPI | 93653 | DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 73,00 | 11,76 | 15,09 | 1.101,57 |
| 11.46 | SERVIÇO | SINAPI | 93654 | DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 27,00 | 12,30 | 15,78 | 426,06 |
| 11.47 | SERVIÇO | AGESUL | 1201005132 | DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 175 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC) | UN | 28,00 | 83,03 | 106,56 | 2.983,68 |
| 11.48 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 13 | INTERRUPTOR BIPOLAR DR-25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 6,00 | 172,01 | 220,76 | 1.324,56 |
| 11.49 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 14 | INTERRUPTOR BIPOLAR DR-40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 3,00 | 174,53 | 223,99 | 671,97 |
| 11.50 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 15 | INTERRUPTOR BIPOLAR DR-63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 1,00 | 184,52 | 236,81 | 236,81 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|--------|-----------------------|-------------|------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 11.51 | SERVIÇO | SINAPI | 91857 | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 13,46 | 16,91 | 21,70 | 292,08 |
| 11.52 | SERVIÇO | SINAPI | 91855 | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 1.283,77 | 11,35 | 14,56 | 18.691,69 |
| 11.53 | SERVIÇO | SINAPI | 97667 | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2021 | M | 1.152,42 | 8,97 | 11,51 | 13.264,35 |
| 11.54 | SERVIÇO | SINAPI | 97667 | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2021 | M | 1.188,02 | 8,97 | 11,51 | 13.674,11 |
| 11.55 | SERVIÇO | SINAPI | 97668 | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2021 | M | 857,38 | 12,80 | 16,42 | 14.078,17 |
| 11.56 | SERVIÇO | SINAPI | 97669 | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 90 (3"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2021 | M | 51,10 | 18,75 | 24,06 | 1.229,46 |
| 11.57 | SERVIÇO | SINAPI | 91871 | ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 646,12 | 13,73 | 17,62 | 11.384,63 |
| 11.58 | SERVIÇO | SBC | 60117 | SPOT EMBUTIR RECUADO II 1XDICROICA GU10 B50321BT NEW LINE | UN | 16,00 | 72,14 | 92,58 | 1.481,28 |
| 11.59 | SERVIÇO | COTAÇÃO | CT 006 | POSTE DE ILUMINAÇÃO RETO PRETO 2 PÉTALAS 150W 6 METROS DE ALTURA | CJ | 43,00 | 3.158,10 | 4.053,20 | 174.287,60 |
| 11.60 | SERVIÇO | AGESUL | 1201001104 | LUMINARIA TUBULAR LED, REF. CALHA SLIN (2X18W), 3.250LM, 120CM LINEAR, DA RCA OU SIMILAR - FORNECIMENTO E INSTALACAO | UN | 49,00 | 121,36 | 155,75 | 7.631,75 |
| 11.61 | SERVIÇO | AGESUL | 1201001001 | LUMINARIA TIPO PLAFON COM PAINEL LED, 30X30CM, EMBUTIR, POTENCIA DE 24W, 6500K, LUZ NEUTRA, ELGIN OU SIMILAR - FORNECIMENTO E INSTALACAO | UN | 87,00 | 79,73 | 102,32 | 8.901,84 |
| 11.62 | SERVIÇO | AGESUL | 1201008030 | SUBESTACAO DE ELETRICA DE 150KVA, CLASSE 13.8KV, PARA FINS DE ATENDIMENTO DE UMA UNIDADE CONSUMIDOURA EM BT, PROVIDO DE DUTOS, PROTECAO, POSTES E ISOLADORES (REDE PROTEGIDA) | UN | 1,00 | 66.020,95 | 84.733,37 | 84.733,37 |
| 11.63 | SERVIÇO | SINAPI | 101883 | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020 | UN | 24,00 | 556,56 | 714,30 | 17.143,20 |
| 11.64 | SERVIÇO | SINAPI | 101879 | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020 | UN | 2,00 | 583,95 | 749,45 | 1.498,90 |
| 11.65 | SERVIÇO | AGESUL | 1201005009 | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENRGIA DE EMBUTIR, BARRAMENTO TRIFASICO DE 100A, CAPACIDADE PARA 48 MODULOS DIN DA CEMAR OU SIMILAR - FORNECIMENTO E INSTALACAO | UN | 3,00 | 1.371,74 | 1.760,53 | 5.281,59 |
| 11.66 | SERVIÇO | SINAPI | 92992 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 95 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2021 | M | 11,20 | 98,31 | 126,17 | 1.413,10 |
| 11.67 | SERVIÇO | SINAPI | 91930 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 2,40 | 8,65 | 11,10 | 26,64 |
| 12. | TELEFONIA E LÓGICA | | | | | | | R\$ | 58.244,90 |
| 12.1 | EQUIPAMENTOS PASSIVOS | | | | | | | R\$ | 20.489,22 |
| 12.1.1 | SERVIÇO | SBC | 59085 | MINI RACK DESMONTAVEL 12U x 400mm SEM FUNDO | UN | 5,00 | 420,16 | 539,24 | 2.696,20 |
| 12.1.4 | SERVIÇO | SBC | 59252 | SWITCH WIRED TP - LINK GIGABIT 24 PORTAS TL - SG1024D | UN | 7,00 | 1.980,52 | 2.541,86 | 17.793,02 |
| 12.2 | ELETRODUTOS E CABOS | | | | | | | R\$ | 33.603,95 |
| 12.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 98292 | CABO TELEFÔNICO CCI-50 6 PARES, SEM BLINDAGEM, INSTALADO EM DISTRIBUIÇÃO DE EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 11/2019 | M | 625,50 | 5,68 | 7,28 | 4.553,64 |
| 12.2.2 | SERVIÇO | SINAPI | 98297 | CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 11/2019 | M | 1.585,60 | 10,94 | 14,04 | 22.261,82 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|--------|-----------------|-------------|------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 12.2.3 | SERVIÇO | SINAPI | 91879 | LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 2,00 | 7,19 | 9,22 | 18,44 |
| 12.2.4 | SERVIÇO | SINAPI | 91876 | LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 100,00 | 7,89 | 10,12 | 1.012,00 |
| 12.2.5 | SERVIÇO | SINAPI | 91863 | ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | M | 276,60 | 12,82 | 16,45 | 4.550,07 |
| 12.2.6 | SERVIÇO | SINAPI | 91864 | ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | M | 54,00 | 17,43 | 22,37 | 1.207,98 |
| 12.3 | | | | TOMADAS | | | | R\$ | 4.151,73 |
| 12.3.1 | SERVIÇO | SINAPI | 91941 | CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 | UN | 33,00 | 9,50 | 12,19 | 402,27 |
| 12.3.2 | SERVIÇO | SINAPI | 98307 | TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019 | UN | 20,00 | 44,00 | 56,47 | 1.129,40 |
| 12.3.3 | SERVIÇO | SINAPI | 98308 | TOMADA PARA TELEFONE RJ11 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019 | UN | 13,00 | 28,83 | 37,00 | 481,00 |
| 12.3.4 | SERVIÇO | SINAPI | 97886 | CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020 | UN | 11,00 | 151,52 | 194,46 | 2.139,06 |
| 13. | | | | PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO | | | | R\$ | 173.059,42 |
| 13.1 | | | | ACESSÓRIOS TUBOS HIDRANTE E GÁS | | | | | 1.372,04 |
| 13.1.1 | SERVIÇO | SINAPI | 94499 | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021 | UN | 2,00 | 168,90 | 216,77 | 433,54 |
| 13.1.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1401000135 | VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, COM PORTINHOLA PARA SISTEMA HIDRAULICO DE INCENDIO, MARCA MIPEL, DOCOL OU SIMILAR, NO(S) DIAMETRO(S):- 2 1/2" /UN | UN | 1,00 | 297,17 | 381,39 | 381,39 |
| 13.1.3 | SERVIÇO | SINAPI | 95249 | VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021 | UN | 4,00 | 35,95 | 46,13 | 184,52 |
| 13.1.4 | SERVIÇO | AGESUL | 1401000127 | REGISTRO TIPO GLOBO ANGULAR 45º 2 1/2", BUCKA SPIERO, NLF, PIRABRONZE OU SIMILAR, INCLUSIVE ADAPTADOR STORZ (ROSCA 2 1/2" X STORZ 1 1/2") /UN | UN | 1,00 | 290,31 | 372,59 | 372,59 |
| 13.2 | | | | TUBOS | | | | | 36.666,03 |
| 13.2.1 | SERVIÇO | AGESUL | 1401000108 | ESCAVACAO (MANUAL) DE VALAS, PARA ASSENTAMENTO DE TUBOS, COM DIAMETROS ATE 4" /M | M | 177,15 | 4,44 | 5,69 | 1.007,98 |
| 13.2.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1401000109 | REATERRO (MANUAL) DE VALAS /M | M | 177,15 | 4,35 | 5,58 | 988,49 |
| 13.2.3 | SERVIÇO | SINAPI | 92342 | TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | M | 200,20 | 131,30 | 168,51 | 33.735,70 |
| 13.2.4 | SERVIÇO | SINAPI | 97536 | TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 25 (1"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | M | 11,91 | 61,10 | 78,41 | 933,86 |
| 13.3 | | | | CONEXÕES | | | | | 3.642,11 |
| 13.3.1 | SERVIÇO | SINAPI | 92642 | TÊ, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 3,00 | 160,27 | 205,69 | 617,07 |
| 13.3.2 | SERVIÇO | SINAPI | 92390 | JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 18,00 | 117,14 | 150,34 | 2.706,12 |
| 13.3.3 | SERVIÇO | SINAPI | 92694 | NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 8,00 | 18,11 | 23,24 | 185,92 |
| 13.3.4 | SERVIÇO | SINAPI | 92701 | JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 20 (3/4"), INSTALADO EM RAMAIS E SUB-RAMAIS DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | UN | 4,00 | 25,91 | 33,25 | 133,00 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|-------------|-----------------|-------------|-------------------|---|---------|------------|----------------|----------------------|-----------------------|
| 13.4 | | | | DISPOSITIVOS DE INCÊNDIO | | | | | 117.463,16 |
| 13.4.1 | SERVIÇO | AGESUL | 1201002082 | ACIONADOR MANUAL TIPO QUEBRA VIDRO PARA ALARME, DA ACERO OU SIMILAR /UN | UN | 5,00 | 102,61 | 131,69 | 658,45 |
| 13.4.2 | SERVIÇO | SBC | 58110 | CENTRAL DE ALARME DE INCENDIO INTELBRAS CIE 1125 ENDERECAVEL | UN | 1,00 | 1.665,91 | 2.138,08 | 2.138,08 |
| 13.4.3 | SERVIÇO | AGESUL | 1201002083 | ACIONADOR MANUAL (QUEBRA-VIDRO) LIGA-DESLIGA PARA ACIONAMENTO DE BOMBA DE INCENDIO /UN | UN | 5,00 | 112,61 | 144,52 | 722,60 |
| 13.4.4 | SERVIÇO | SBC | 55436 | SIRENE AUDIOVISUAL CONVENCIONAL 12VCC SAV-C ILUMAC | UN | 5,00 | 162,86 | 209,01 | 1.045,05 |
| 13.4.5 | SERVIÇO | AGESUL | 1201007131 | QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA DE INCENDIO COM MOTOR DE:- 5 CV /UN | | 1,00 | 1.394,78 | 1.790,10 | 1.790,10 |
| 13.4.6 | SERVIÇO | AGESUL | 1401000144 | CONJUNTO MOTO-BOMBA SCHNEIDER OU SIMILAR, BPI-21R/5,0 CV TR 220V /UN | UN | 1,00 | 6.351,77 | 8.152,06 | 8.152,06 |
| 13.4.7 | SERVIÇO | AGESUL | 1301001148 | RESERVATORIO METALICO ELEVADO TIPO TACA, COLUNA SECA, ANEXO H.S.-012 (A.F.). NA(S) CAPACIDADE(S):- 20.000 LITROS E H=9,00 M /UN | UN | 1,00 | 50.900,00 | 65.326,66 | 65.326,66 |
| 13.4.8 | SERVIÇO | AGESUL | 1301001168 | - 20 M3 E H=7,50 M (CONFIRMAR COM PROJETISTA APOS SONDAGEM) /UN | UN | 1,00 | 8.483,93 | 10.888,54 | 10.888,54 |
| 13.4.9 | SERVIÇO | AGESUL | 1401000119 | ABRIGO P/ HIDRANTE, 90X60X17CM, C/ REG. GLOBO ANGULAR 45G 2.1/2", ADAP.STORZ 2.1/2"X1.1/2", 2 MANGUEIRAS INCENDIO 1.1/2", TIPO 2, 15M CADA,ESGUINCHO LATAO 1.1/2",CH DUPLA P/ CONEXOES TIPO STORZ,TAMPAO C/ CORRENTE, EM LATAO,ENGATE RAPIDO-FORN. INST /UN | UN | 5,00 | 2.652,80 | 3.404,68 | 17.023,40 |
| 13.4.10 | SERVIÇO | SBC | 50003 | CAIXA/REGISTRO DE PASSEIO INCENDIO/ALVEN./TAMPAO Fo.Fo. | UN | 1,00 | 1.504,76 | 1.931,25 | 1.931,25 |
| 13.4.11 | SERVIÇO | SINAPI | 91855 | ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 260,26 | 11,35 | 14,56 | 3.789,38 |
| 13.4.12 | SERVIÇO | SINAPI | 91926 | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2015 | M | 780,78 | 3,99 | 5,12 | 3.997,59 |
| 13.5 | | | | EXTINTORES E PLACAS DE SINALIZAÇÃO | | | | | 11.921,69 |
| 13.5.1 | SERVIÇO | SINAPI | 101908 | EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 4 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020_P | UN | 9,00 | 239,44 | 307,30 | 2.765,70 |
| 13.5.2 | SERVIÇO | SINAPI | 101905 | EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2020_P | UN | 6,00 | 246,95 | 316,94 | 1.901,64 |
| 13.5.3 | SERVIÇO | AGESUL | 1401000170 | PLACA DE SINALIZACAO DE ORIENTACAO E SALVAMENTO, SIMBOLO RETANGULAR, FUNDO VERDE, PICTOGRAMA FOTOLUMINESCENTE, EM PVC, 2MM ANTI-CHAMAS, NAS DIMENSOES (13X26)CM /UN | UN | 58,00 | 25,25 | 32,40 | 1.879,20 |
| 13.5.4 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 16 | INSTALAÇÃO PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE | M2 | 4,23 | 990,48 | 1.271,21 | 5.375,15 |
| 13.6 | | | | ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA | | | | | 1.994,39 |
| 13.6.1 | SERVIÇO | SINAPI | 97599 | LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 02/2020 | UN | 53,00 | 29,32 | 37,63 | 1.994,39 |
| 14. | | | | URBANIZAÇÃO | | | | | R\$ 156.827,05 |
| 14.1 | SERVIÇO | SINAPI | 101094 | PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF 05/2020 | M | 150,00 | 177,12 | 227,32 | 34.098,00 |
| 14.2 | SERVIÇO | SINAPI | 103946 | PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF 05/2022 | M2 | 3.280,63 | 11,95 | 15,33 | 50.292,05 |
| 14.3 | SERVIÇO | SINAPI | 94263 | GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 13 CM BASE X 22 CM ALTURA. AF 06/2016 | M | 1.700,00 | 31,94 | 40,99 | 69.683,00 |
| 14.4 | SERVIÇO | SINAPI | 102498 | PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF 05/2021 | M | 1.700,00 | 1,27 | 1,62 | 2.754,00 |
| 15. | | | | PINTURA | | | | | R\$ 301.297,57 |
| 15.1 | | | | ELEMENTOS METÁLICOS | | | | | R\$ 180.192,16 |
| 15.1.2 | SERVIÇO | SINAPI | 100743 | PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF 01/2020_P | M2 | 15.903,99 | 8,83 | 11,33 | 180.192,16 |
| 15.2 | | | | PAREDES INTERNAS | | | | | R\$ 40.145,66 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|-------------|--------------------------------------|-------------|-------------------|--|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 15.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 88485 | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M2 | 762,21 | 2,32 | 2,97 | 2.263,76 |
| 15.2.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1901003033 | APLICACAO E LIXAMENTO DE MASSA ACRILICA EM PAREDES EM DUAS DEMAOS | M2 | 762,21 | 24,10 | 30,93 | 23.575,20 |
| 15.2.3 | SERVIÇO | SINAPI | 88489 | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M2 | 762,21 | 14,63 | 18,77 | 14.306,70 |
| 15.3 | PAREDES EXTERNAS | | | | | | | R\$ | 41.733,33 |
| 15.3.1 | SERVIÇO | SINAPI | 88485 | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M2 | 792,36 | 2,32 | 2,97 | 2.353,29 |
| 15.3.2 | SERVIÇO | AGESUL | 1901003033 | APLICACAO E LIXAMENTO DE MASSA ACRILICA EM PAREDES EM DUAS DEMAOS | M2 | 792,36 | 24,10 | 30,93 | 24.507,54 |
| 15.3.3 | SERVIÇO | SINAPI | 88489 | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M2 | 792,36 | 14,63 | 18,77 | 14.872,50 |
| 15.4 | TETO | | | | | | | R\$ | 39.226,42 |
| 15.4.1 | SERVIÇO | SINAPI | 88484 | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014 | M2 | 677,72 | 2,68 | 3,43 | 2.324,57 |
| 15.4.2 | SERVIÇO | SINAPI | 88496 | APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M2 | 677,72 | 26,16 | 33,57 | 22.751,06 |
| 15.4.3 | SERVIÇO | SINAPI | 88488 | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014 | M2 | 677,72 | 16,27 | 20,88 | 14.150,79 |
| 16. | PEDRAS, BANCADAS E DIVISÓRIAS | | | | | | | R\$ | 126.011,51 |
| 16.1 | BANCADAS | | | | | | | R\$ | 87.786,92 |
| 16.1.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 17 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X130CM, COM PREVISÃO PARA COOKTOP (46X76) EXCETO COOKTOP, APOIADA SOB MÃO FRANCESA INCLUSIVE FRONTÃO EM GRANITO ALTURA DE 10CM E ESPESSURA DE 2CM E ARMÁRIO SOB BANCADA EM MDF BRANCO ESPESSURA DE 18MM (ver detalhe de projeto bancada 01)- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 1,00 | 1.275,18 | 1.636,60 | 1.636,60 |
| 16.1.2 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 18 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X462CM, COM CUBA 50X112 DE AÇO INOX, TORNEIRAS CROMADAS LONGA DE PAREDE, APOIADA SOB MÃO FRANCESA INCLUSIVE FRONTÃO EM GRANITO ALTURA DE 10CM E ESPESSURA DE 2CM E ARMÁRIO SOB BANCADA EM MDF BRANCO ESPESSURA DE 18MM (ver detalhe de projeto bancada 02) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | M2 | 1,00 | 4.923,88 | 6.319,46 | 6.319,46 |
| 16.1.3 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 19 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X293CM, COM DUAS CUBAS DE AÇO INOX 50X44, TORNEIRAS CROMADAS LONGA DE PAREDE, APOIADA SOB MÃO FRANCESA INCLUSIVE FRONTÃO EM GRANITO ALTURA DE 10CM E ESPESSURA DE 2CM E ARMÁRIO SOB BANCADA EM MDF BRANCO ESPESSURA DE 18MM (ver detalhe de projeto bancada 03) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 1,00 | 7.451,30 | 9.563,23 | 9.563,23 |
| 16.1.4 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 20 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X120CM, COM UMA CUBA DE AÇO INOX 50X44, TORNEIRA CROMADA LONGA DE PAREDE, APOIADA SOB MÃO FRANCESA INCLUSIVE FRONTÃO EM GRANITO ALTURA DE 10CM (ver detalhe de projeto bancada 04) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 6,00 | 2.932,10 | 3.763,14 | 22.578,84 |
| 16.1.5 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 21 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X358CM APOIADA SOBRE MURETA DE ALVENARIA INCLUSIVE FRONTÃO EM GRANITO ALTURA DE 10CM (ver detalhe de projeto bancada 05) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 1,00 | 2.224,43 | 2.854,90 | 2.854,90 |
| 16.1.6 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 22 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X140CM, COM PREVISÃO PARA COOKTOP (46X76) EXCETO COOKTOP, APOIADA SOB MÃO FRANCESA INCLUSIVE FRONTÃO EM GRANITO ALTURA DE 10CM E ESPESSURA DE 2CM E ARMÁRIO SOB BANCADA EM MDF BRANCO ESPESSURA DE 18MM (ver detalhe de projeto bancada 06)- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 1,00 | 1.316,09 | 1.689,11 | 1.689,11 |
| 16.1.7 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 23 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X180CM, COM DUAS CUBAS DE AÇO INOX 50X44, TORNEIRAS CROMADAS LONGA DE PAREDE, APOIADA SOB MÃO FRANCESA INCLUSIVE FRONTÃO EM GRANITO ALTURA DE 10CM (ver detalhe de projeto bancada 07) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 3,00 | 5.537,68 | 7.107,23 | 21.321,69 |

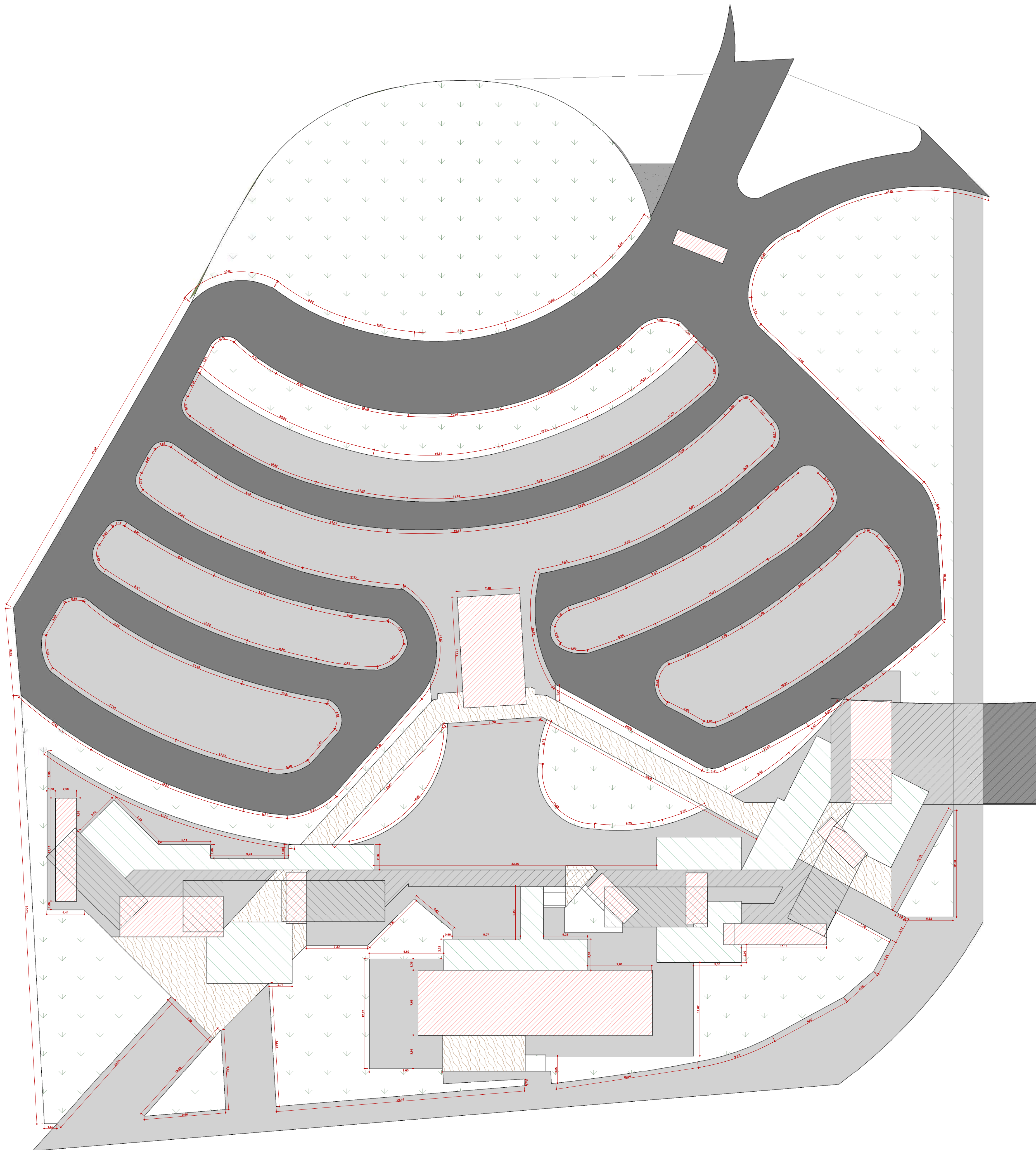
| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|---------|-------------------------|-------------|------------|--|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 16.1.8 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 24 | BANCADA DE GRANITO CINZA CORUMBÁ 60X260CM, COM QUATRO CUBAS CERÂMICAS OVAIS 35X42, TORNEIRAS DE ACIONAMENTO HIDROMECAÂNICO, APOIADA SOB MÃO FRANCESA INCLUSIVE FRONTAL EM GRANITO ALTURA DE 10CM (ver detalhe de projeto bancada 08) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO | UN | 2,00 | 4.455,90 | 5.718,84 | 11.437,68 |
| 16.1.9 | SERVIÇO | AGESUL | 2001003023 | BANCADA DE GRANITO CINZA ANDORINHA, COM ACABAMENTO RETO SIMPLES, ESPESSURA DE 2,5CM | M2 | 10,16 | 681,83 | 875,08 | 8.890,81 |
| 16.1.10 | SERVIÇO | SINAPI | 100862 | SUPORTE MÃO FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 | UN | 30,00 | 38,82 | 49,82 | 1.494,60 |
| 16.2 | DIVISÓRIAS | | | | | | | R\$ | 38.224,59 |
| 16.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 102253 | DIVISORIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E, EXCLUSIVE FERRAGENS. AF_01/2021 | M2 | 33,44 | 890,65 | 1.143,08 | 38.224,59 |
| 17. | PISOS EXTERNOS | | | | | | | R\$ | 709.407,39 |
| 17.1 | SERVIÇOS INICIAIS | | | | | | | R\$ | 121.696,49 |
| 17.1.1 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 25 | LEVANTAMENTO DE BLS- BOCA-DE-LOBO SIMPLES EM CONCRETO SIMPLES FCK 20 MPA, INCLUINDO FORMA, ESCAVAÇÃO, SARJETA DE CONTORNO (CHAMA) EM CONCRETO E GRELHAS EM F°F° TIPO PESADA, CONFORME PROJETO | UN | 7,00 | 1.493,47 | 1.916,76 | 13.417,32 |
| 17.1.2 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 26 | DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE BOCA DE LOBO | UN | 7,00 | 49,79 | 63,90 | 447,30 |
| 17.1.3 | SERVIÇO | AGESUL | 401001115 | CORTE E ATERRO COMPENSADO | M3 | 4.839,38 | 8,15 | 10,45 | 50.571,52 |
| 17.1.4 | SERVIÇO | AGESUL | 401002000 | ATERRO MECANIZADO DE SOLO, COM AQUISICAO DE TERRA, INCLUSO COMPACTACAO COM ROLO COMPACTADOR DE PNEUS | M3 | 663,04 | 67,29 | 86,36 | 57.260,35 |
| 17.2 | PISOS | | | | | | | R\$ | 587.710,90 |
| 17.2.1 | SERVIÇO | SINAPI | 92396 | EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015 | M2 | 2.710,63 | 72,72 | 93,33 | 252.983,09 |
| 17.2.2 | SERVIÇO | SINAPI | 95875 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 | M3XKM | 4.879,13 | 2,32 | 2,97 | 14.491,02 |
| 17.2.3 | SERVIÇO | AGESUL | 94993 | EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022 | M2 | 2.899,12 | 86,07 | 110,46 | 320.236,79 |
| 18. | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | | | | | | | R\$ | 210.203,91 |
| 18.1 | SERVIÇO | AGESUL | 1801000120 | ESPELHO CRISTAL, ESPESSURA 4MM FIXADO COM BOTAO FRANCES DE PLASTICO CROMADO, PARAFUSO E BUCHA, SEM MOLDURA - FORNECIMENTO E INSTALACAO | M2 | 10,88 | 555,34 | 712,74 | 7.754,61 |
| 18.2 | SERVIÇO | AGESUL | 2001003044 | PLACA DE SINALIZACAO EM ACRILICO ATE 240 CM2 COM 10 LETRAS, PARA PORTAS | UN | 18,00 | 78,53 | 100,78 | 1.814,04 |
| 18.3 | SERVIÇO | COTAÇÃO | CT 004 | ELEVADOR, 1 ANDAR PARA MÍNIMO DE 3 PESSOAS | UN | 1,00 | 65.800,00 | 79.568,43 | 79.568,43 |
| 18.6 | SERVIÇO | SINAPI | 98655 | EXECUÇÃO DE MURETA GUIA PARA CONTENÇÃO/ FUNDAÇÃO COM 30 CM DE ESPESSURA. AF_06/2018 | M | 6,40 | 636,68 | 817,13 | 5.229,63 |
| 18.7 | SERVIÇO | SINAPI | 98659 | EXECUÇÃO DE MURETA GUIA PARA CONTENÇÃO/ FUNDAÇÃO COM 80 CM DE ESPESSURA. AF_06/2018 | M | 100,00 | 685,09 | 879,26 | 87.926,00 |
| 18.8 | SERVIÇO | COMPOSIÇÃO | CPU 27 | EXECUÇÃO DE MURETA GUIA PARA CONTENÇÃO/ FUNDAÇÃO COM 100 CM DE ESPESSURA. | M | 25,00 | 856,35 | 1.099,06 | 27.476,50 |
| 18.9 | SERVIÇO | AGESUL | 2001004006 | LOCACAO MENSAL DE ANDAIME TUBULAR METALICO TIPO TORRE, COM LARGURA DE 1,00 ATE 1,50M E H=1,00M, INCLUSO A PRIMEIRA MONTAGEM E DESMONTAGEM | M | 10,00 | 35,95 | 43,47 | 434,70 |
| 19. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | | | R\$ | 222.243,36 |
| 19.1 | SERVIÇO | SINAPI | 90777 | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1.248,00 | 94,14 | 120,82 | 150.783,36 |
| 19.2 | SERVIÇO | SINAPI | 90780 | MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1.200,00 | 24,94 | 32,00 | 38.400,00 |
| 19.3 | SERVIÇO | SINAPI | 88326 | VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1.200,00 | 21,47 | 27,55 | 33.060,00 |

| ITEM | SERVIÇO/ INSUMO | REFERENCIAL | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | CUSTO UNITÁRIO | CUSTO UNITÁRIO C/BDI | CUSTO TOTAL C/ BDI |
|------|-----------------|-------------|-----------|--|---------|------------|----------------|----------------------|--------------------|
| 20. | | | | LIMPEZA FINAL | | | | | R\$ 4.901,80 |
| 20.1 | SERVIÇO | SINAPI | 99814 | LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019 | M2 | 1.500,00 | 1,62 | 2,07 | 3.105,00 |
| 20.2 | SERVIÇO | AGESUL | 201002161 | LOCACAO DE CACAMBA (4M3) (7 DIAS) | UN | 5,00 | 280,00 | 359,36 | 1.796,80 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--------|------------------|------------------|---------|-------------|------------------|--------|-------------|------------------|---------|-------------|------------------|--|-------------|------------------|--------|-------------|------------------|---------|-------------|---------|--|--|--|
| FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO - DESONERADO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBJETO: CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS | | | | | | | | | | | | | | RESPONSÁVEL ORÇAMENTO | | | | | | | | | | | |
| MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE - MS | | | | | | | | | | | | | | Fábio Marques Ribeiro CREA - 15276 D / MS | | | | | | | | | | | |
| LOCAL: AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SIST./REF.: AGESUL(JANEIRO/2022) SINAPI (ABRIL/2022) SBC (ABRIL/2022) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | % | VALOR ITEM | MÊS 1 | | | MÊS 2 | | | MÊS 3 | | | MÊS 4 | | | MÊS 5 | | | MÊS 6 | | | TOTAL | | | |
| | | | | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | | | | |
| 1. | SERVIÇOS PRELIMINARES | 0,71% | R\$ 46.861,11 | R\$ 46.861,11 | 100,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 2. | DEMOLIÇÕES E RETIRADAS | 0,48% | R\$ 32.040,13 | R\$ 32.040,13 | 100,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 3. | ESTRUTURA | 39,11% | R\$ 2.595.548,49 | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 10,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 20,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 30,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 40,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 50,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 60,00% | 60,00% | | | |
| 4. | COBERTURA | 1,66% | R\$ 110.315,10 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 5. | REVESTIMENTO DE PAREDES E TETOS | 4,32% | R\$ 286.656,21 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 85.996,86 | 30,00% | 30,00% | R\$ 85.996,86 | 30,00% | 60,00% | R\$ 85.996,86 | 30,00% | 90,00% | R\$ 0,00 | | 90,00% | 90,00% | | | |
| 6. | ESQUADRIAS | 8,84% | R\$ 586.634,96 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 7. | PISO | 3,15% | R\$ 208.979,94 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 8. | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS/SANITÁRIAS/ÁGUAS PLUVIAIS | 1,87% | R\$ 123.980,26 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 9. | LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS | 0,32% | R\$ 21.258,10 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 10. | ACESSIBILIDADE | 0,46% | R\$ 30.250,68 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 11. | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 9,52% | R\$ 631.650,91 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 12. | TELEFONIA E LÓGICA | 0,88% | R\$ 58.244,90 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 13. | PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO | 2,61% | R\$ 173.059,42 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 14. | URBANIZAÇÃO | 2,36% | R\$ 156.827,05 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 15. | PINTURA | 4,54% | R\$ 301.297,57 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 10,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 20,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 30,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 40,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 50,00% | 50,00% | | | |
| 16. | PEDRAS, BANCADAS E DIVISÓRIAS | 1,90% | R\$ 126.011,51 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 17. | PISOS EXTERNOS | 10,69% | R\$ 709.407,39 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 18. | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | 3,17% | R\$ 210.203,91 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 19. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 3,35% | R\$ 222.243,36 | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 8,33% | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 16,66% | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 24,99% | R\$ 18.535,10 | 8,34% | 33,33% | R\$ 18.535,10 | 8,34% | 41,67% | R\$ 18.535,10 | 8,34% | 50,01% | 50,01% | | | |
| 20. | LIMPEZA FINAL | 0,07% | R\$ 4.901,80 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | 0,00% | | | |
| 100,00% | | | | R\$ 6.636.372,80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| T OT AL MENSAL= | | | | R\$ 356.968,96 | | | R\$ 308.197,48 | | | R\$ 394.194,34 | | | R\$ 394.216,57 | | | R\$ 394.216,57 | | | R\$ 308.219,70 | | | | | | |
| T OT AL ACUMULADO= | | | | R\$ 356.968,96 | 5,38% | 5,38% | R\$ 665.166,44 | 4,64% | 10,02% | R\$ 1.059.360,78 | 5,94% | 15,96% | R\$ 1.453.577,34 | 5,94% | 21,90% | R\$ 1.847.793,91 | 5,94% | 27,84% | R\$ 2.156.013,61 | 4,64% | 32,49% | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | % | VALOR ITEM | MÊS 7 | | | MÊS 8 | | | MÊS 9 | | | MÊS 10 | | | MÊS 11 | | | MÊS 12 | | | TOTAL | | | |
| | | | | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | PROPONENTE | % | % ACUMULADA | | | | |
| 1. | SERVIÇOS PRELIMINARES | 0,71% | R\$ 46.861,11 | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 2. | DEMOLIÇÕES E RETIRADAS | 0,48% | R\$ 32.040,13 | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 3. | ESTRUTURA | 39,11% | R\$ 2.595.548,49 | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 70,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 80,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 90,00% | R\$ 259.554,85 | 10,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 4. | COBERTURA | 1,66% | R\$ 110.315,10 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 55.157,55 | 50,00% | 50,00% | R\$ 55.157,55 | 50,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 5. | REVESTIMENTO DE PAREDES E TETOS | 4,32% | R\$ 286.656,21 | R\$ 0,00 | | 90,00% | R\$ 0,00 | | 90,00% | R\$ 0,00 | | 90,00% | R\$ 28.665,62 | 10,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 6. | ESQUADRIAS | 8,84% | R\$ 586.634,96 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 205.322,24 | 35,00% | 35,00% | R\$ 205.322,24 | 35,00% | 70,00% | R\$ 175.990,49 | 30,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 7. | PISO | 3,15% | R\$ 208.979,94 | R\$ 41.795,99 | 20,00% | 20,00% | R\$ 41.795,99 | 20,00% | 40,00% | R\$ 41.795,99 | 20,00% | 60,00% | R\$ 41.795,99 | 20,00% | 80,00% | R\$ 41.795,99 | 20,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 8. | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS/SANITÁRIAS/ÁGUAS PLUVIAIS | 1,87% | R\$ 123.980,26 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 61.990,13 | 50,00% | 50,00% | R\$ 24.796,05 | 20,00% | 70,00% | R\$ 24.796,05 | 20,00% | 90,00% | R\$ 12.398,03 | 10,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 9. | LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS | 0,32% | R\$ 21.258,10 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 10.629,05 | 50,00% | 50,00% | R\$ 10.629,05 | 50,00% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 10. | ACESSIBILIDADE | 0,46% | R\$ 30.250,68 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 15.125,34 | 50,00% | 50,00% | R\$ 15.125,34 | 50,00% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 11. | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 9,52% | R\$ 631.650,91 | R\$ 63.165,09 | 10,00% | 10,00% | R\$ 189.495,27 | 30,00% | 40,00% | R\$ 189.495,27 | 30,00% | 70,00% | R\$ 189.495,27 | 30,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 12. | TELEFONIA E LÓGICA | 0,88% | R\$ 58.244,90 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 58.244,90 | 100,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 13. | PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO | 2,61% | R\$ 173.059,42 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 86.529,71 | 50,00% | 50,00% | R\$ 86.529,71 | 50,00% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 14. | URBANIZAÇÃO | 2,36% | R\$ 156.827,05 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 31.365,41 | 20,00% | 20,00% | R\$ 47.048,12 | 30,00% | 50,00% | R\$ 78.413,53 | 50,00% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 15. | PINTURA | 4,54% | R\$ 301.297,57 | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 60,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 70,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 80,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 90,00% | R\$ 30.129,76 | 10,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 16. | PEDRAS, BANCADAS E DIVISÓRIAS | 1,90% | R\$ 126.011,51 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 126.011,51 | 100,00% | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | R\$ 0,00 | | 100,00% | 100,00% | | | |
| 17. | PISOS EXTERNOS | 10,69% | R\$ 709.407,39 | R\$ 141.881,48 | 20,00% | 20,00% | R\$ 141.881,48 | 20,00% | 40,00% | R\$ 70.940,74 | 10,00% | 50,00% | R\$ 141.881,48 | 20,00% | 70,00% | R\$ 141.881,48 | 20,00% | 90,00% | R\$ 70.940,74 | 10,00% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 18. | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | 3,17% | R\$ 210.203,91 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 105.101,96 | 50,00% | 50,00% | R\$ 105.101,96 | 50,00% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 19. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 3,35% | R\$ 222.243,36 | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 58,34% | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 66,67% | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 75,00% | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 83,33% | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 91,66% | R\$ 18.512,87 | 8,33% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 20. | LIMPEZA FINAL | 0,07% | R\$ 4.901,80 | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 0,00 | | 0,00% | R\$ 4.901,80 | 100,00% | 100,00% | 100,00% | | | |
| 100,00% | | | | R\$ 6.636.372,80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| T OT AL MENSAL= | | | | R\$ 555.040,03 | | | R\$ 948.682,58 | | | R\$ 1.079.961,73 | | | R\$ 997.345,34 | | | R\$ 509.152,29 | | | R\$ 390.177,22 | | | | | | |
| T OT AL ACUMULADO= | | | | R\$ 2.711.053,65 | 8,36% | 40,85% | R\$ 6.597.362,28 | 14,30% | 55,15% | R\$ 4.739.697,96 | 16,27% | 71,42% | R\$ 5.737.043,29 | 15,03% | 86,45% | R\$ 6.246.195,58 | 7,67% | 94,12% | R\$ 6.636.372,80 | 5,88% | 100,00% | | | | |

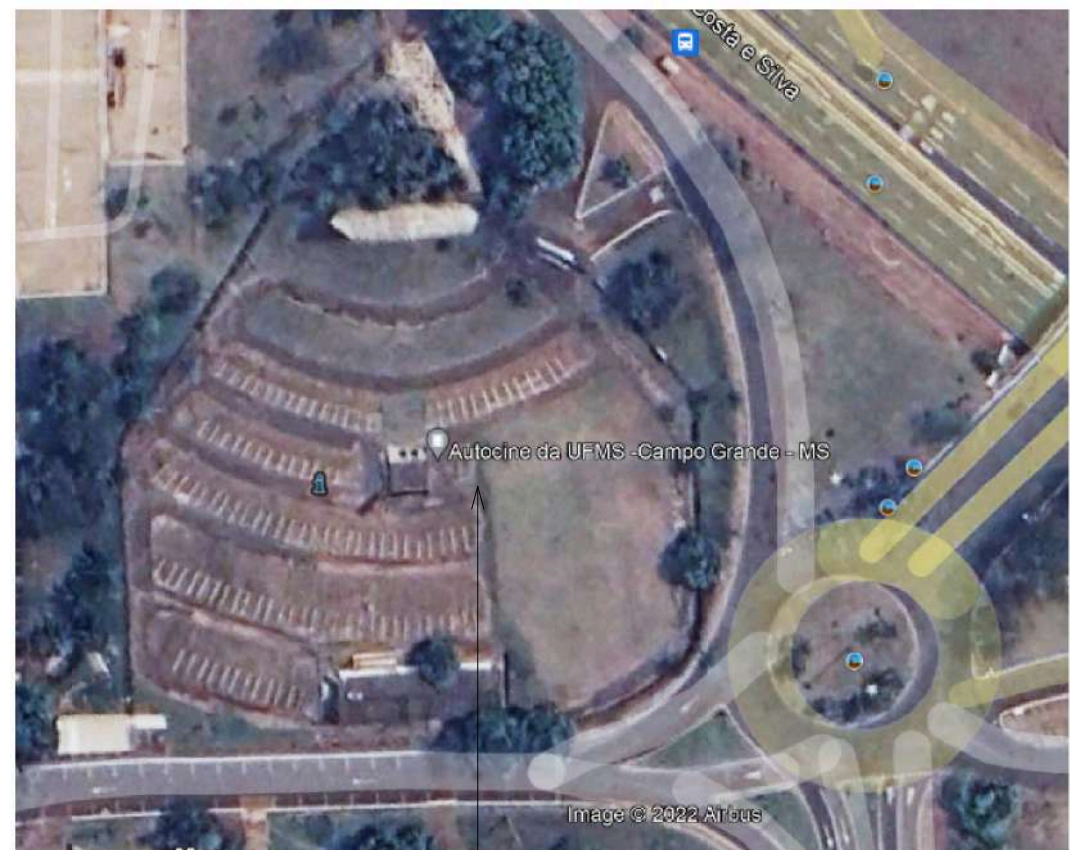
ANEXO C

PROJETOS

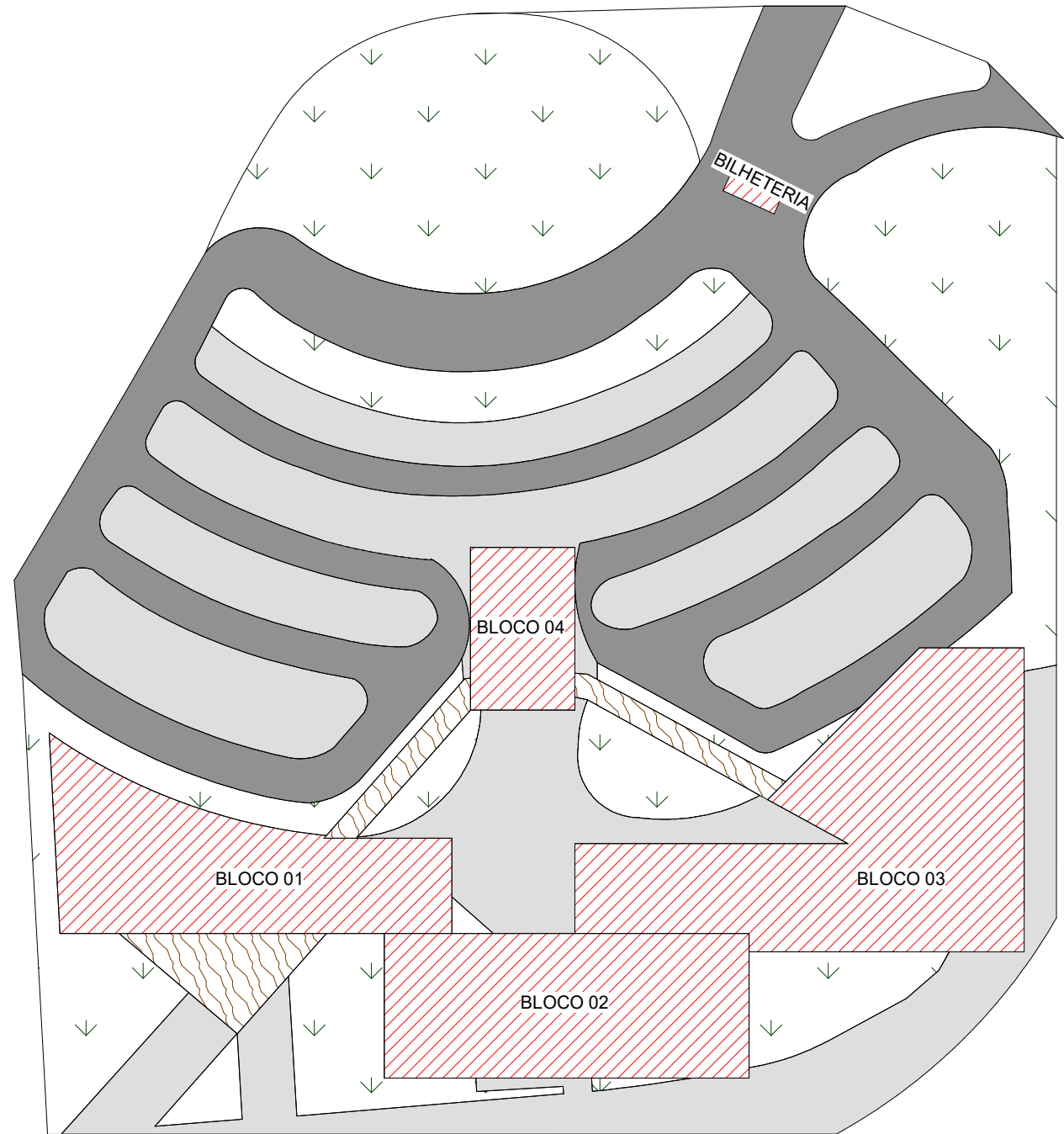


LEGENDA - IMPLANTAÇÃO

- PAVIMENTO
- ÁREA PERMEÁVEL
- TÉRREO
- SUPERIOR
- CALÇADA
- COBERTURA
- PISO DE MADEIRA



LOCALIZAÇÃO 20°29'58.92"S 54°36'36.03"O



PLANTA CHAVE GERAL

1 : 700

APROVAÇÃO



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRAS: CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL: AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUIDA: 2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO: 12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO: FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA: PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

FOLHA: 1/14

ESCALA: Como indicado

DATA: DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

COORDENADAS: 20°29'56.4"S 52°52'37.3"O

1 - IMPLANTAÇÃO
1 : 250

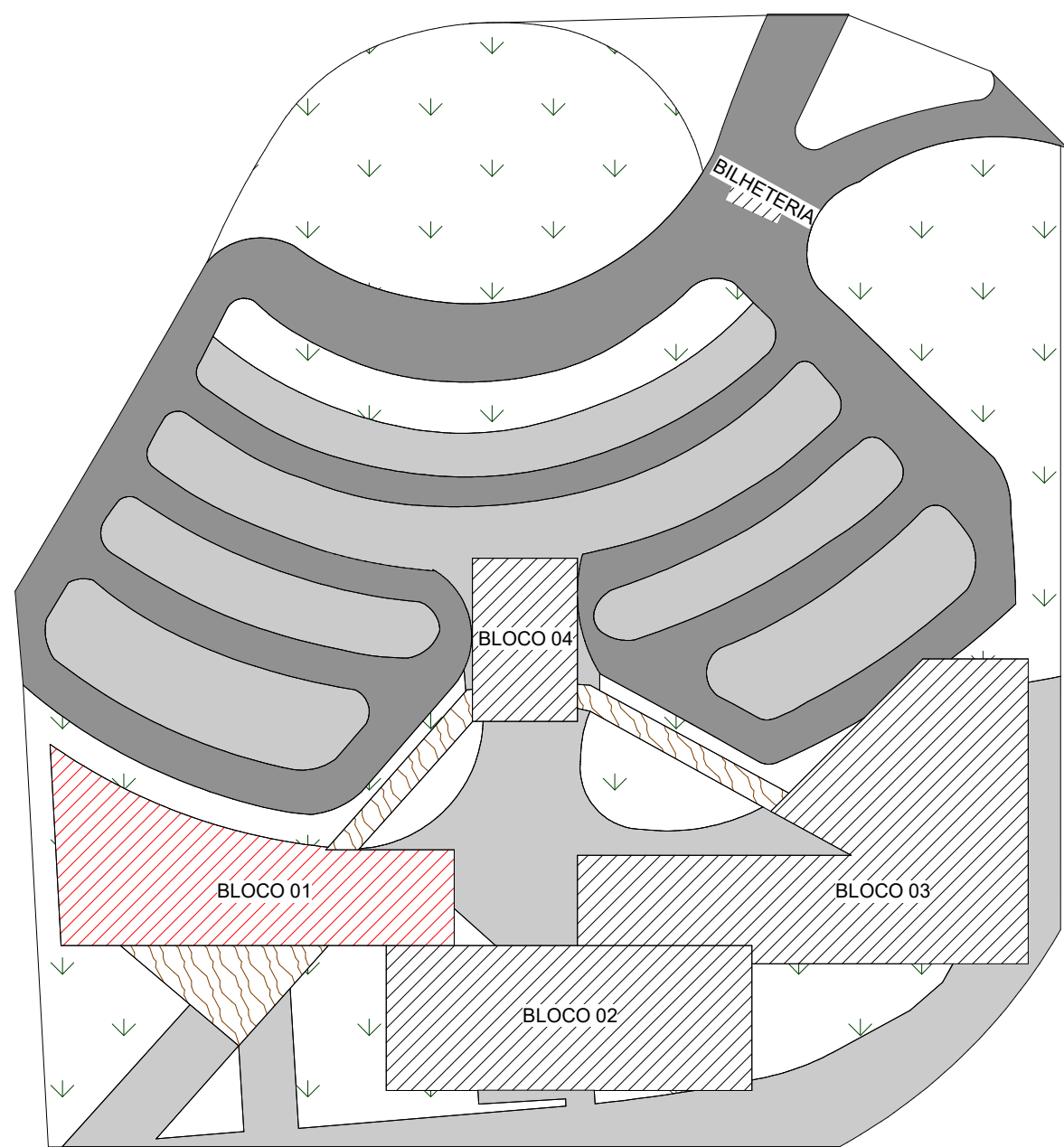


1 3-BLOCO 01

2 3-BLOCO 01 - GERAL

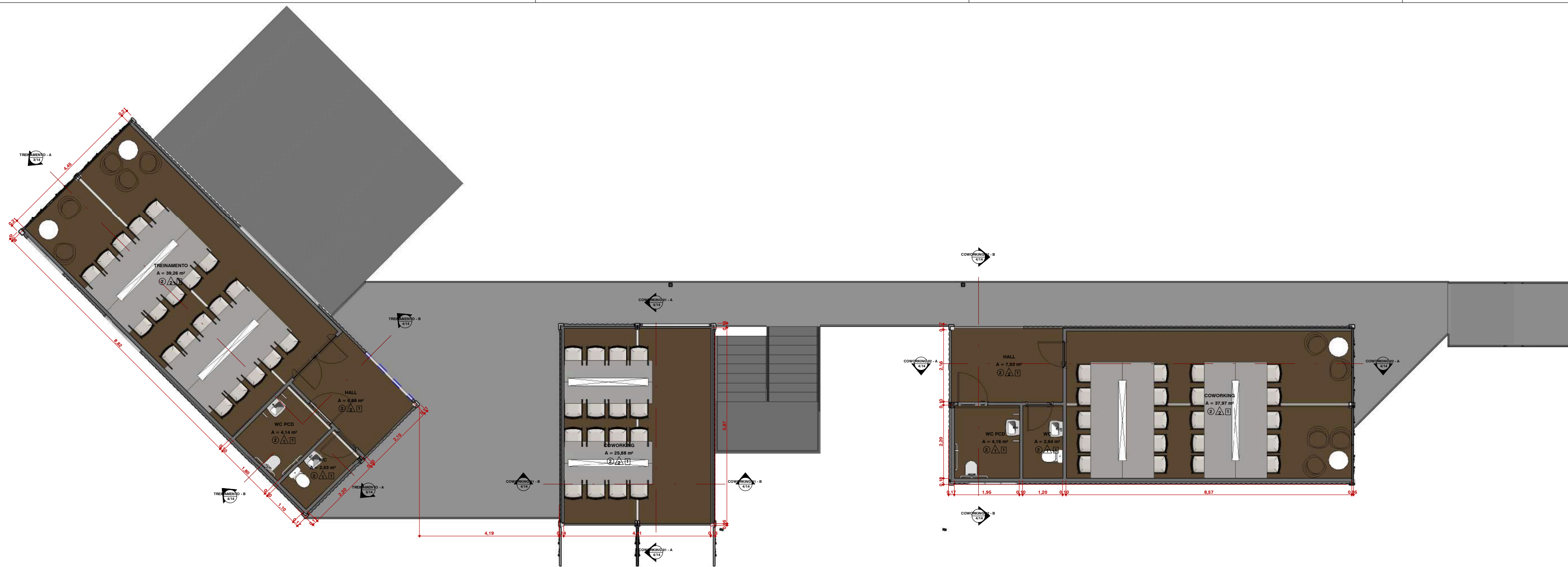


3 3-TÉRREO BLOCO 01
1 : 75

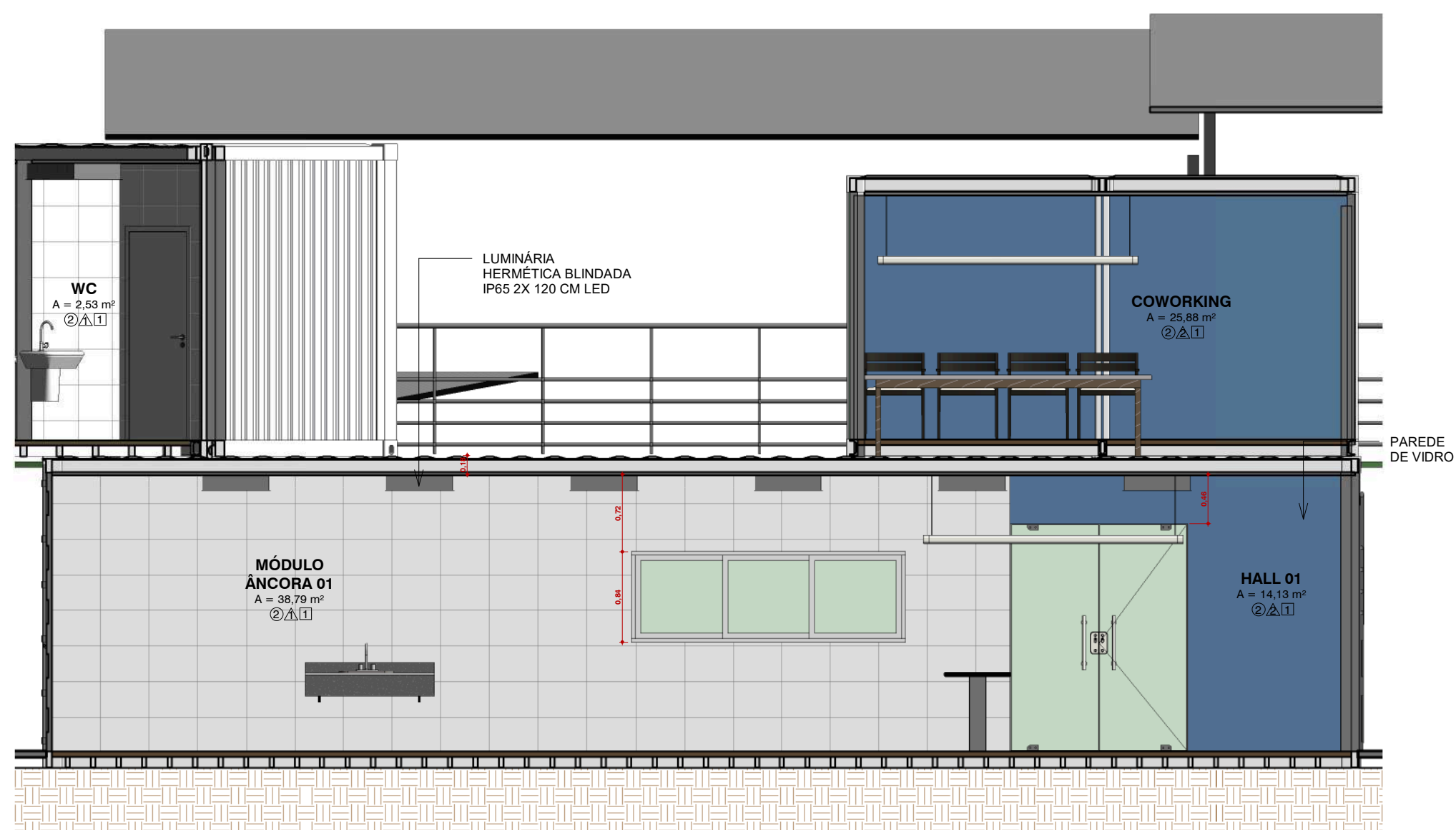


PLANTA CHAVE - BLOCO 01
1 : 750

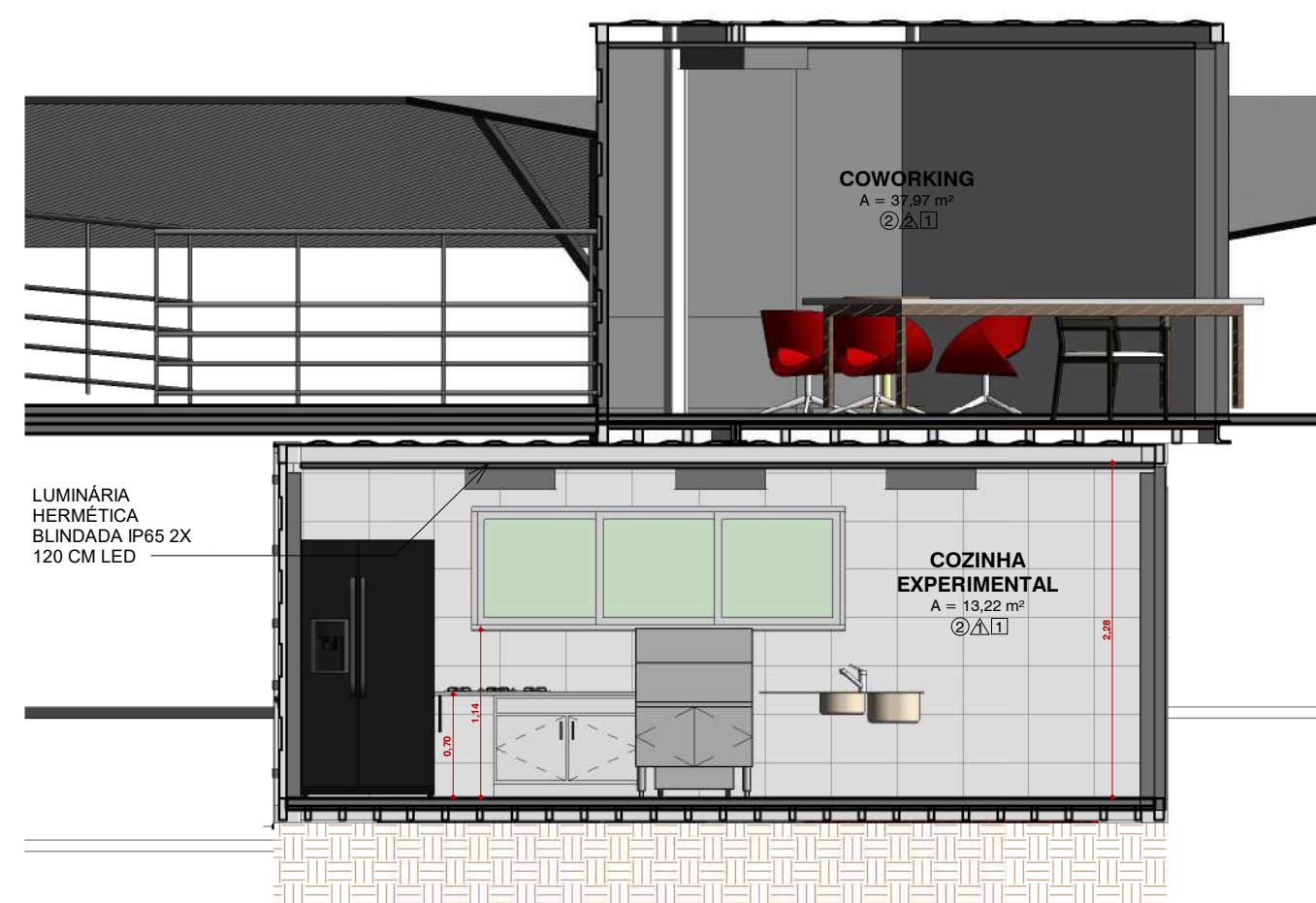
| | |
|---|---|
| APROVAÇÃO | |
|  | |
| FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC | |
| OBRA CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS | |
| LOCAL AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS | ÁREA CONSTRUÍDA 2134,80 m² ÁREA DO TERRENO 12552,66 m² |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO FÁBIO MARQUES RIBEIRO CREA nº 15.276/MS | CLIENTE FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC CNPJ: 15.513.690/0001-50 |
| DISCIPLINA PROJETO ARQUITETÔNICO | |
| CONTEÚDO PLANTA BAIXA BLOCO 01 | FOLHA 2/14 |
| ESCALA Como indicado | DATA DEZEMBRO/2022 |
| CONVÊNIO | |
| COORDENADAS 20°25'56.4"S 52°52'37.3"W | |



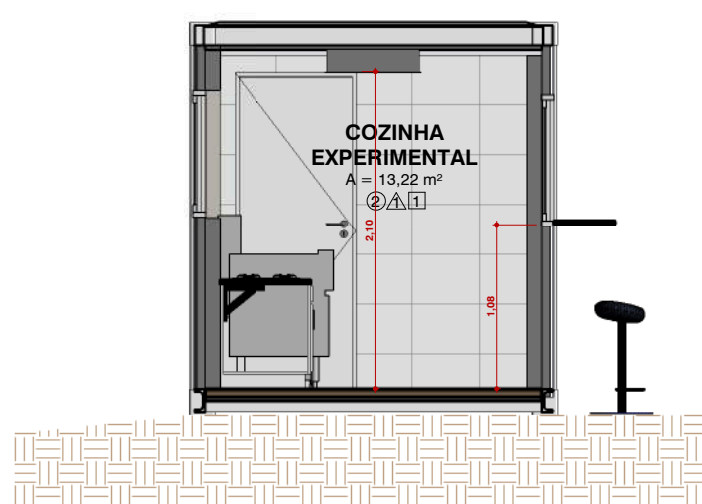
2 3-SUPERIOR BLOCO 01
1 : 100



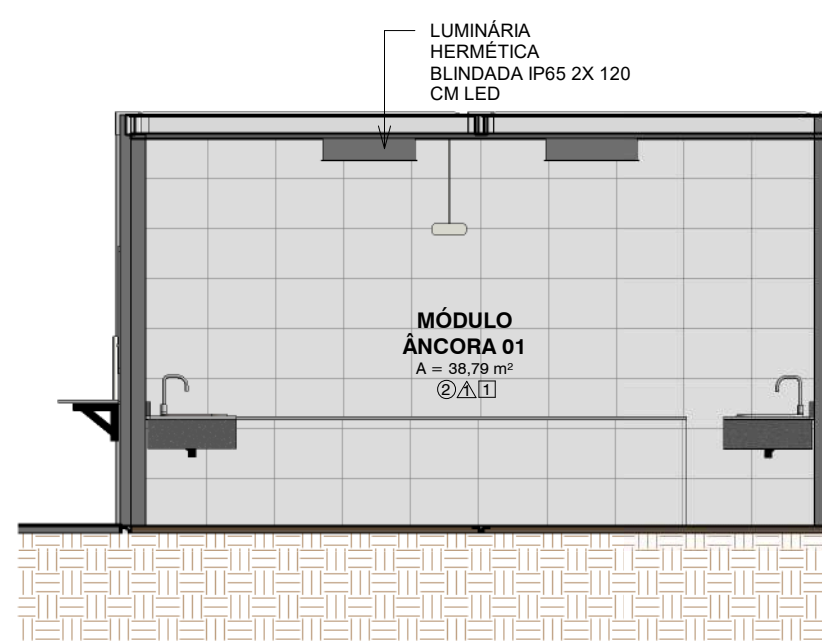
5 MÓDULO ÂNCORA 01 - A
1 : 50



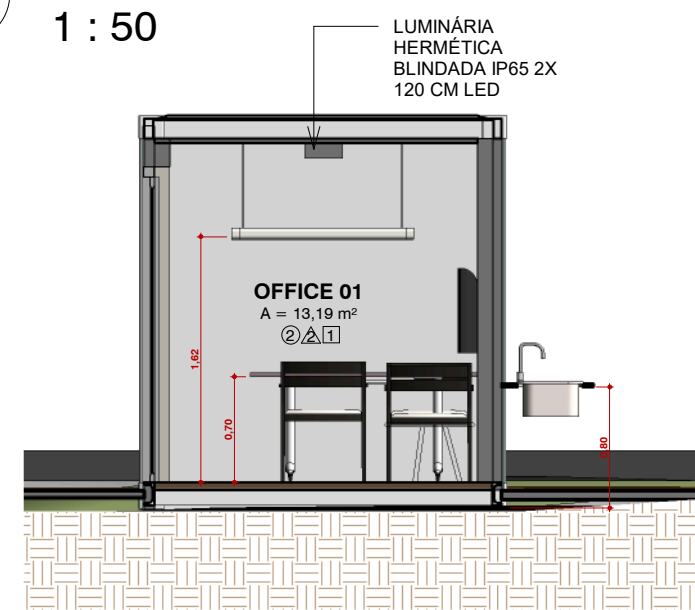
9 COZINHA EXPERIMENTAL - A
1 : 50



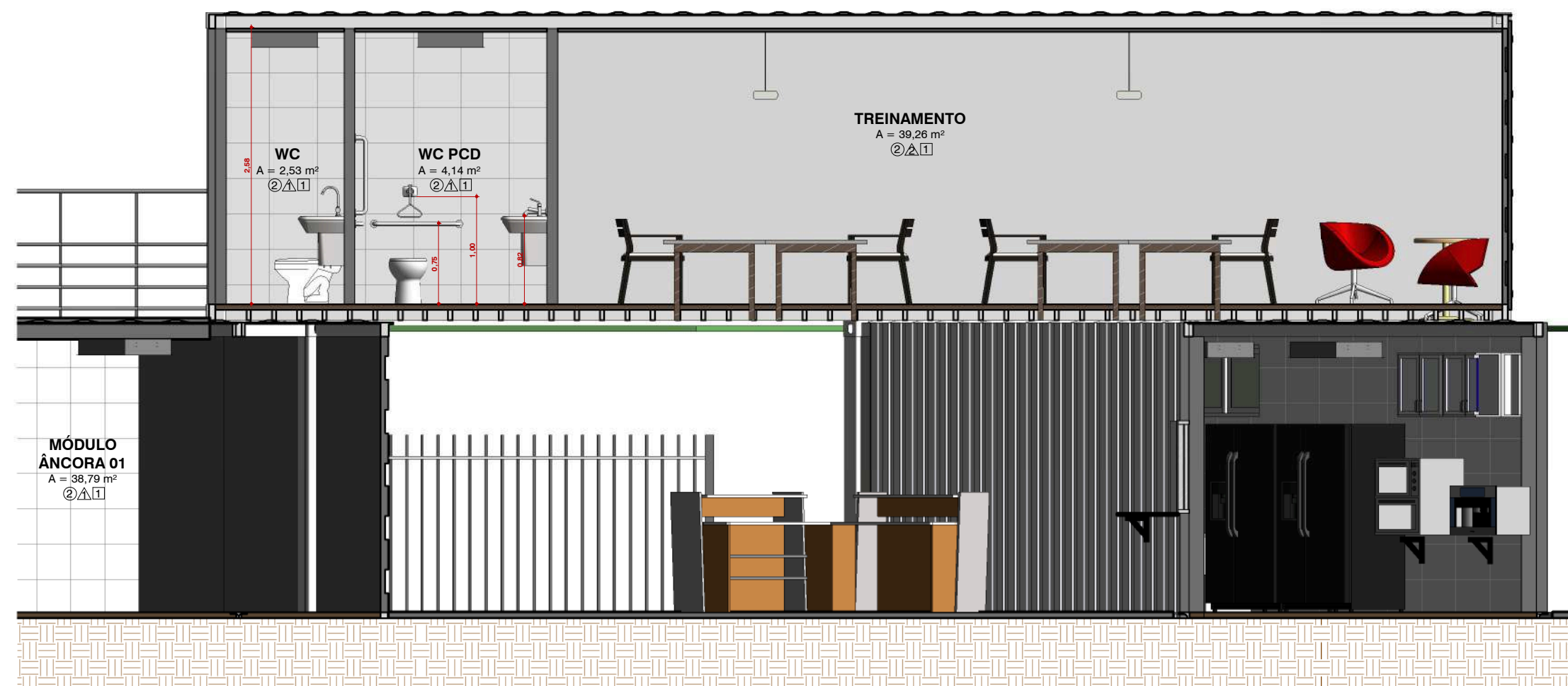
10 COZINHA EXPERIMENTAL - B
1 : 50



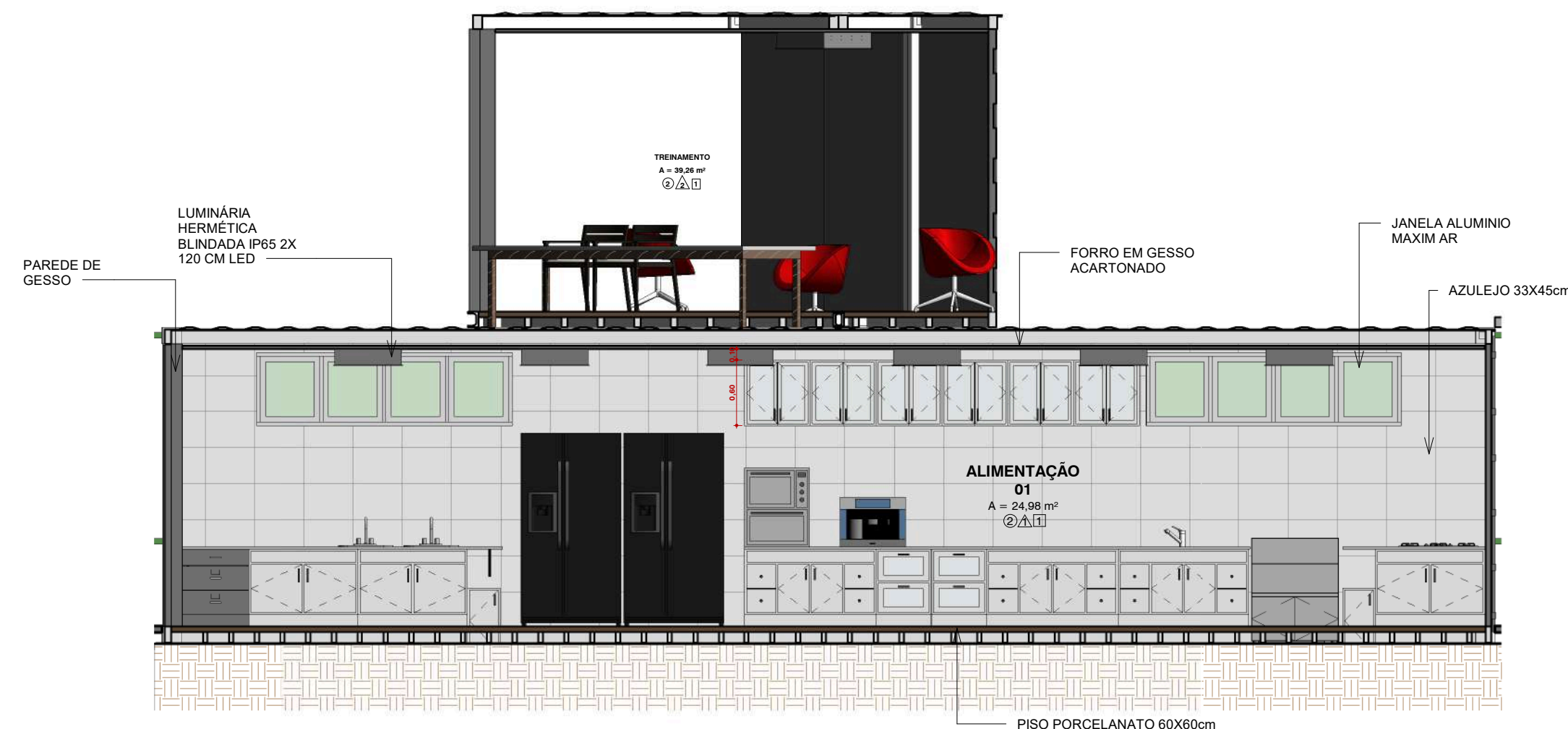
6 MÓDULO ÂNCORA 01 - B
1 : 50



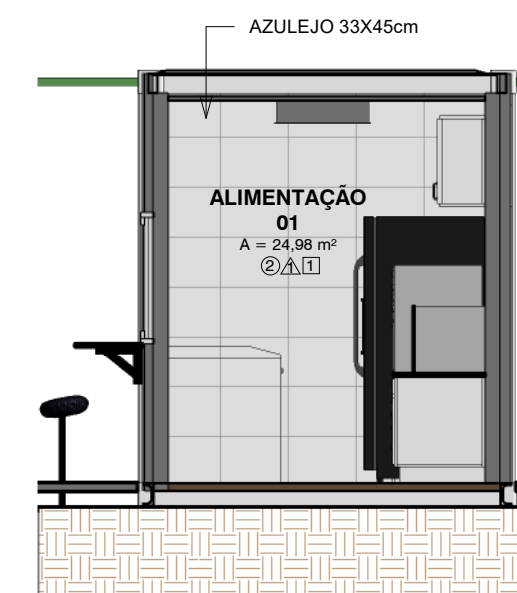
7 OFFICE 01 - A
1 : 50



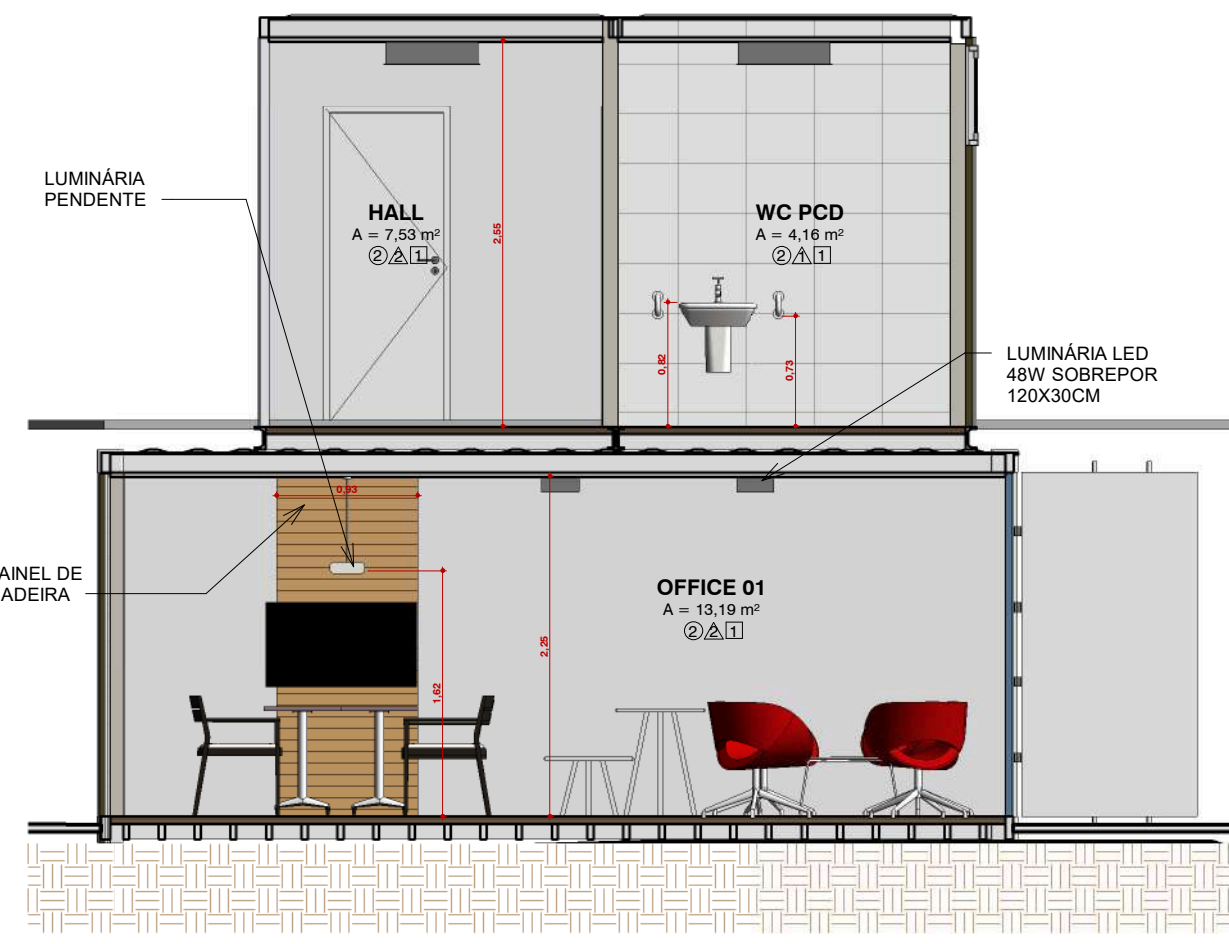
1 TREINAMENTO - A
1 : 50



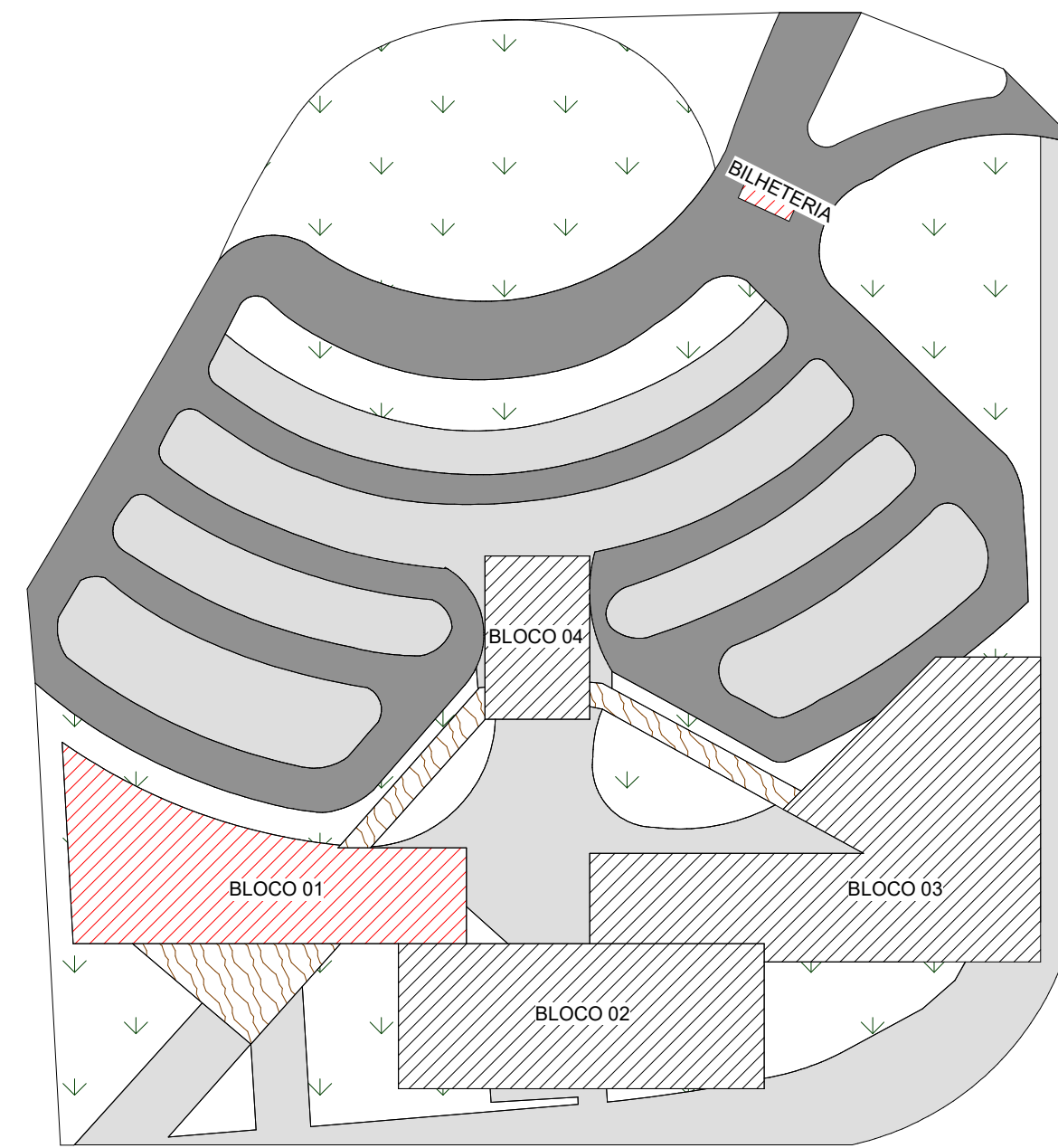
3 ALIMENTAÇÃO 01 - A
1 : 50



4 ALIMENTAÇÃO 01 - B
1 : 50



8 OFFICE 01 - B
1 : 50



APROVAÇÃO

ENGELUGA
ENGENHARIA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRA
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFGS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
BLOCO 1 - SUPERIOR E CORTES

ESCALA
Como indicado

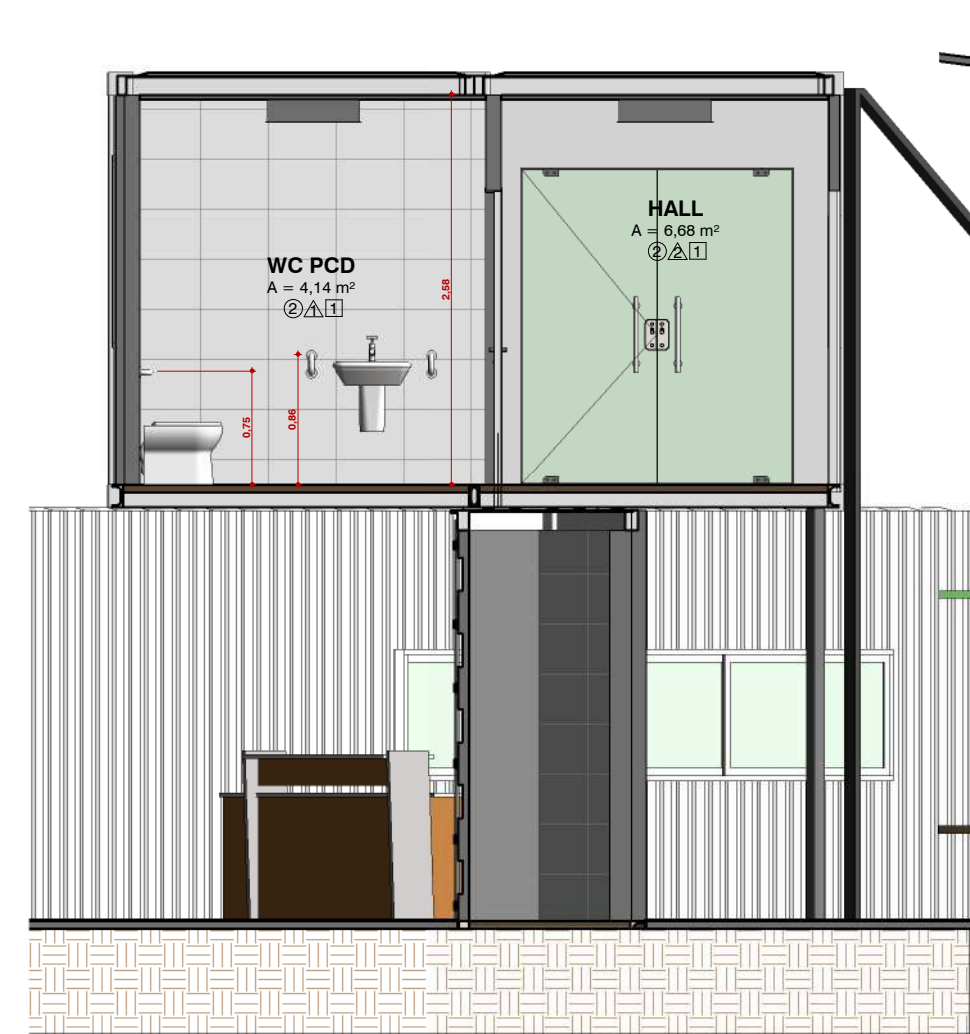
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

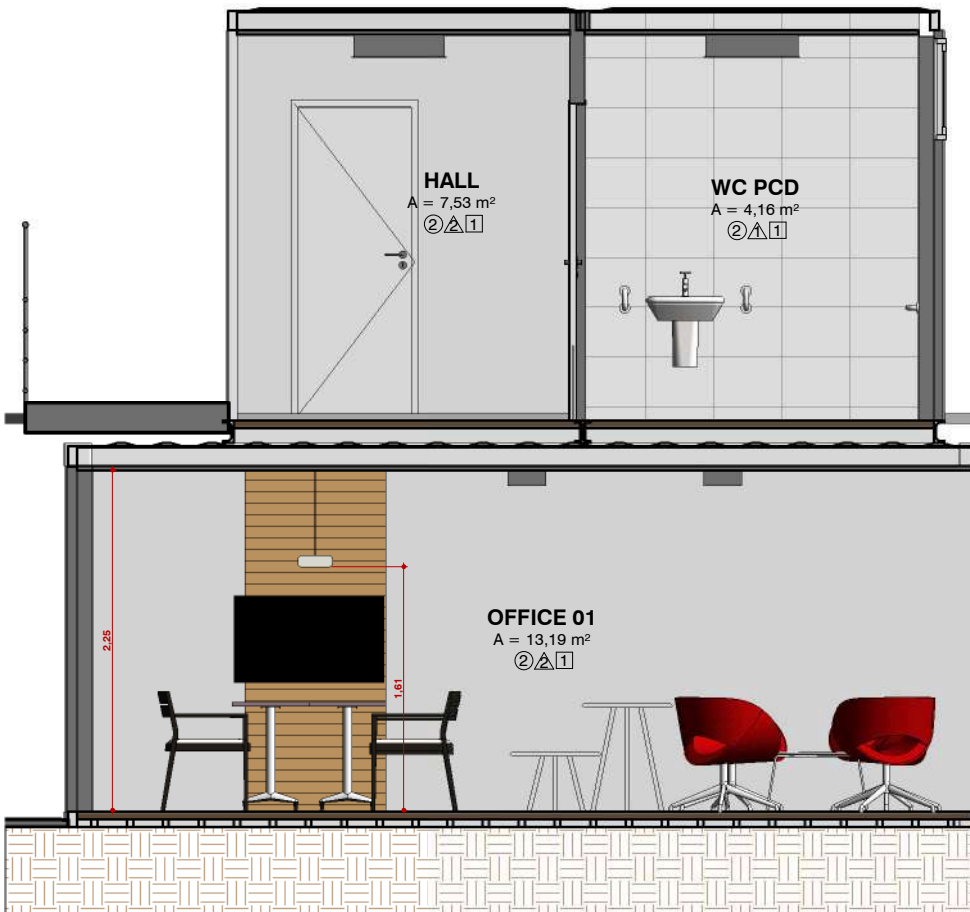
COORDENADAS
07°25'56.4"S
52°52'37.3"O

ÁREA CONSTRUÍDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

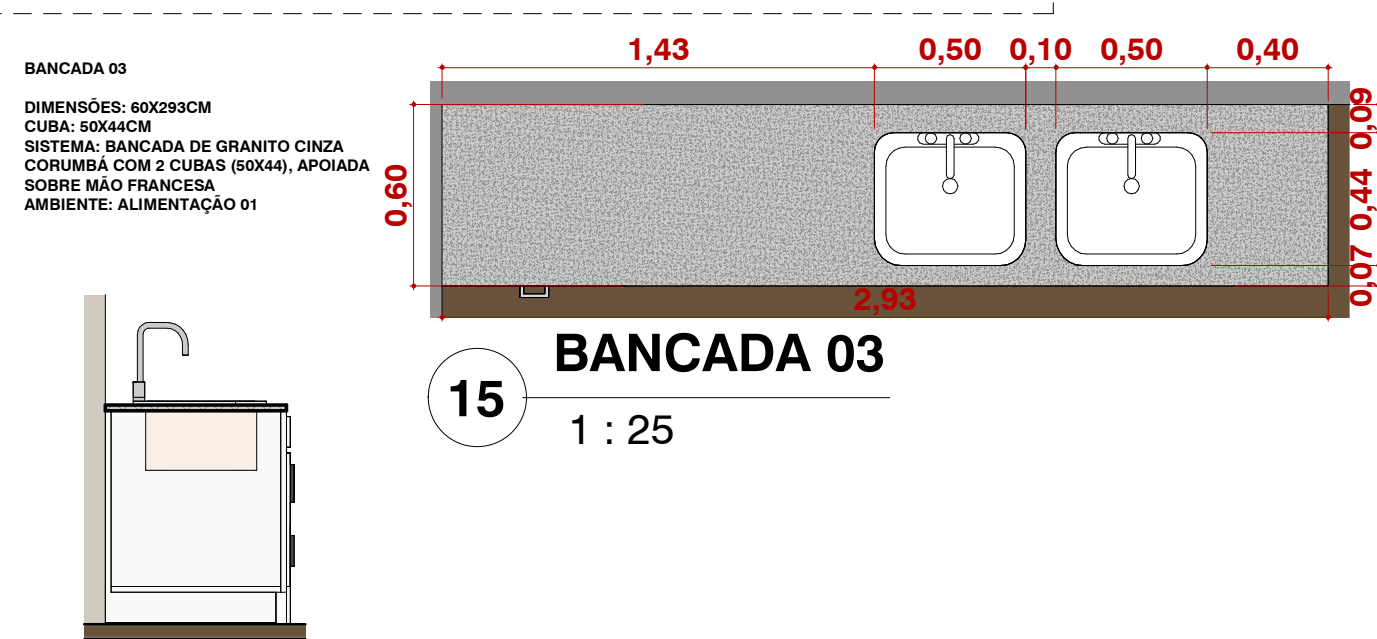
FOLHA
3/14



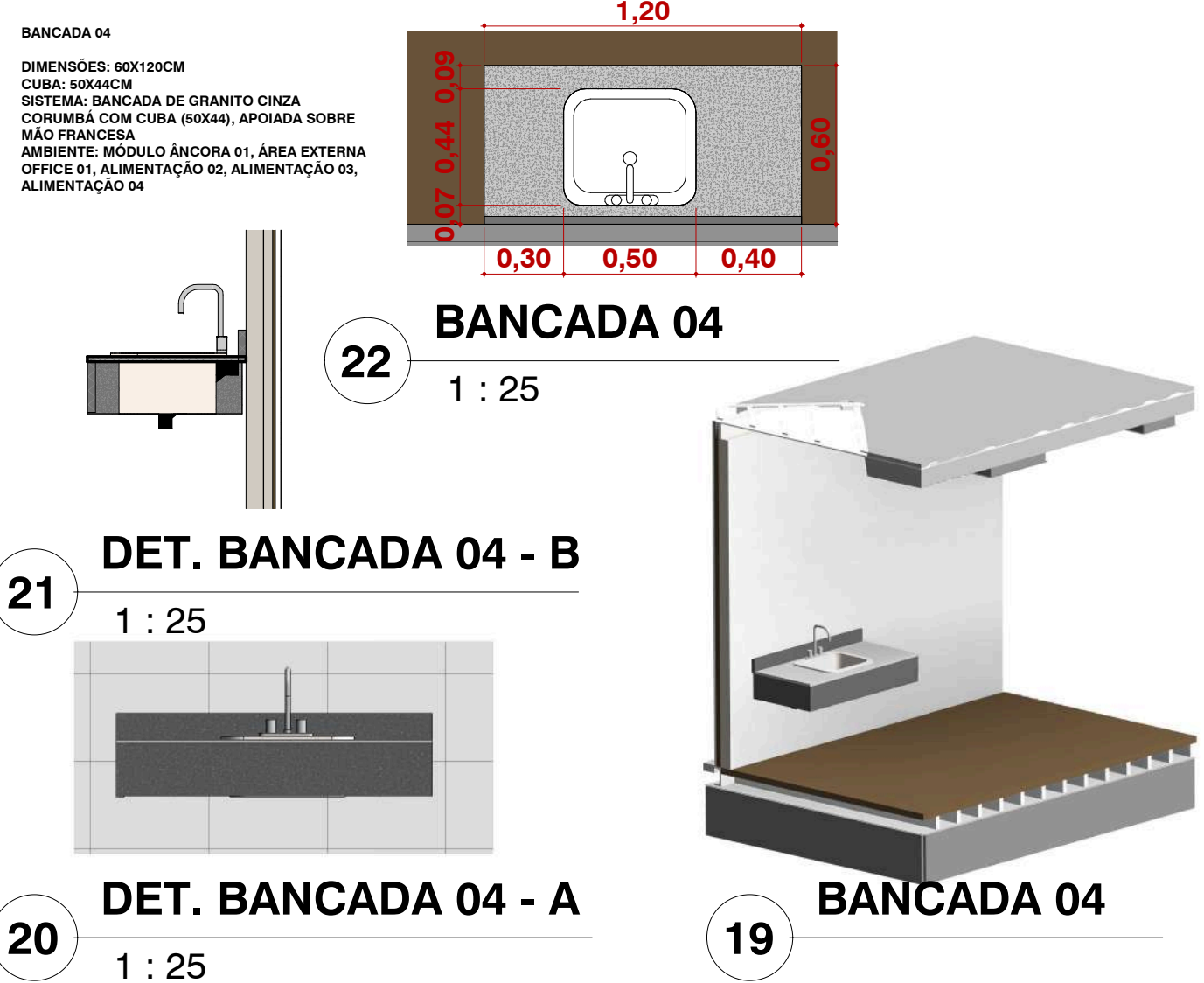
2 **TREINAMENTO - B**
1 : 50



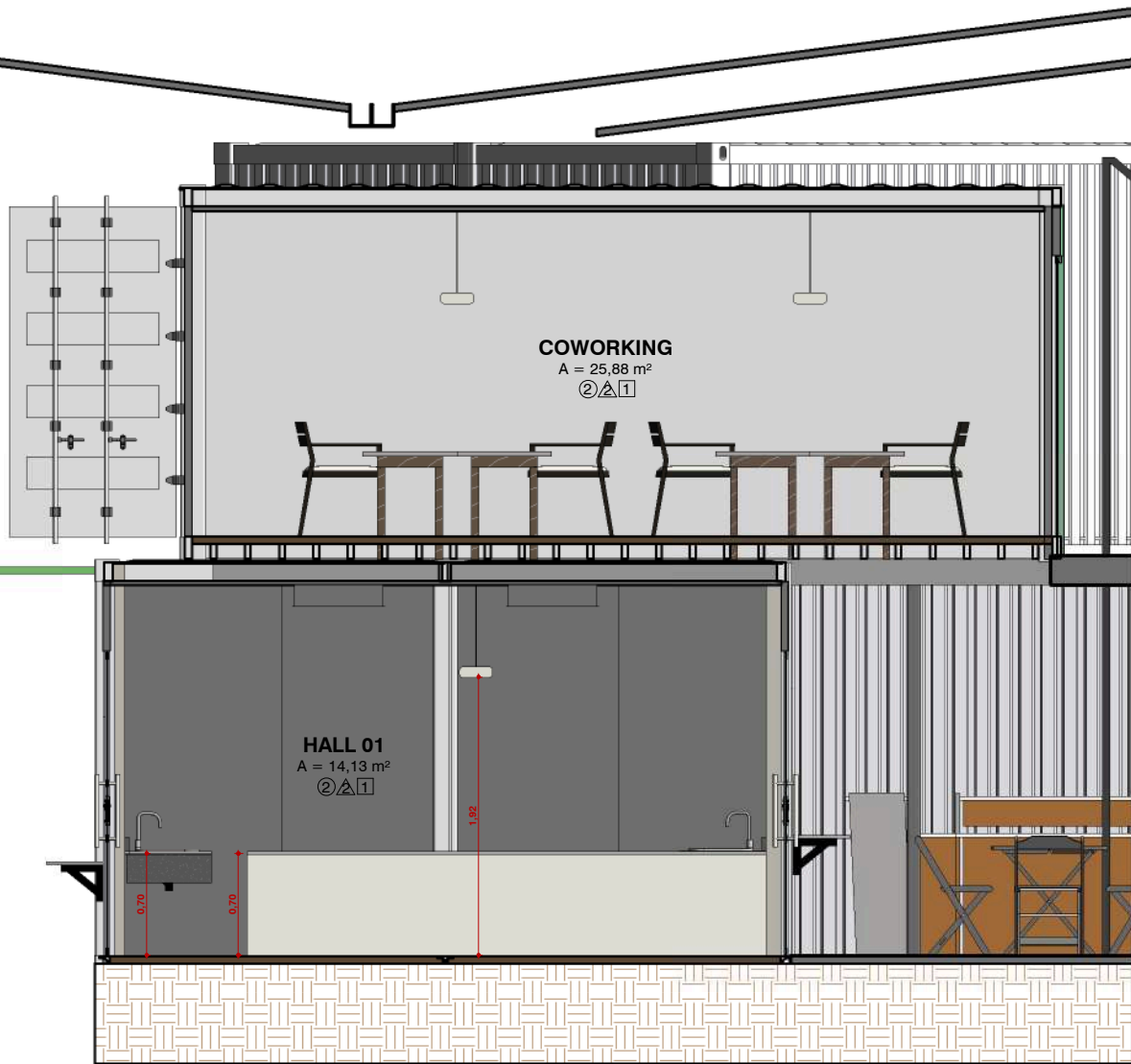
6 **COWORKING 02 - B**
1 : 50



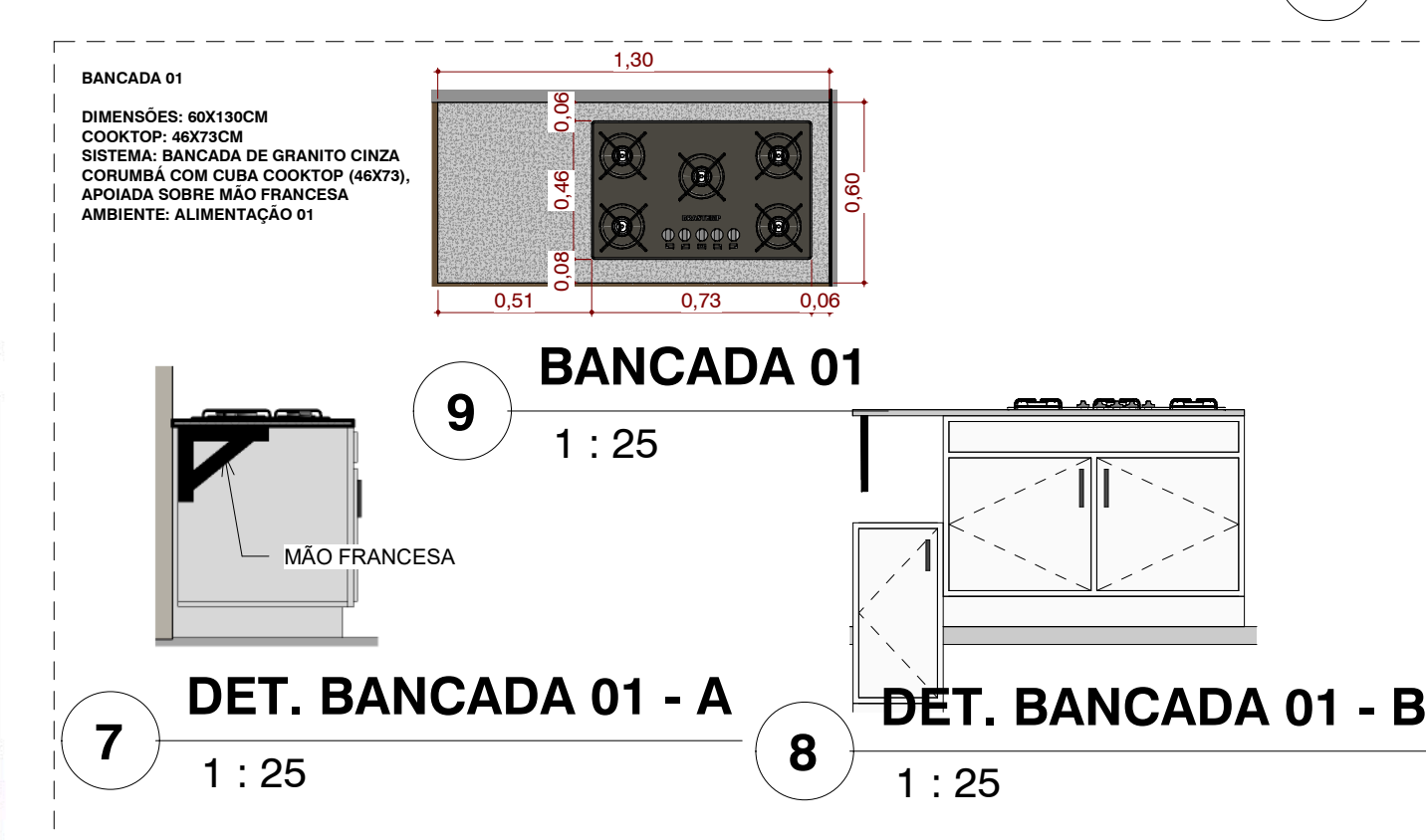
16 **DET. BANCADA 03 - A**
1 : 25



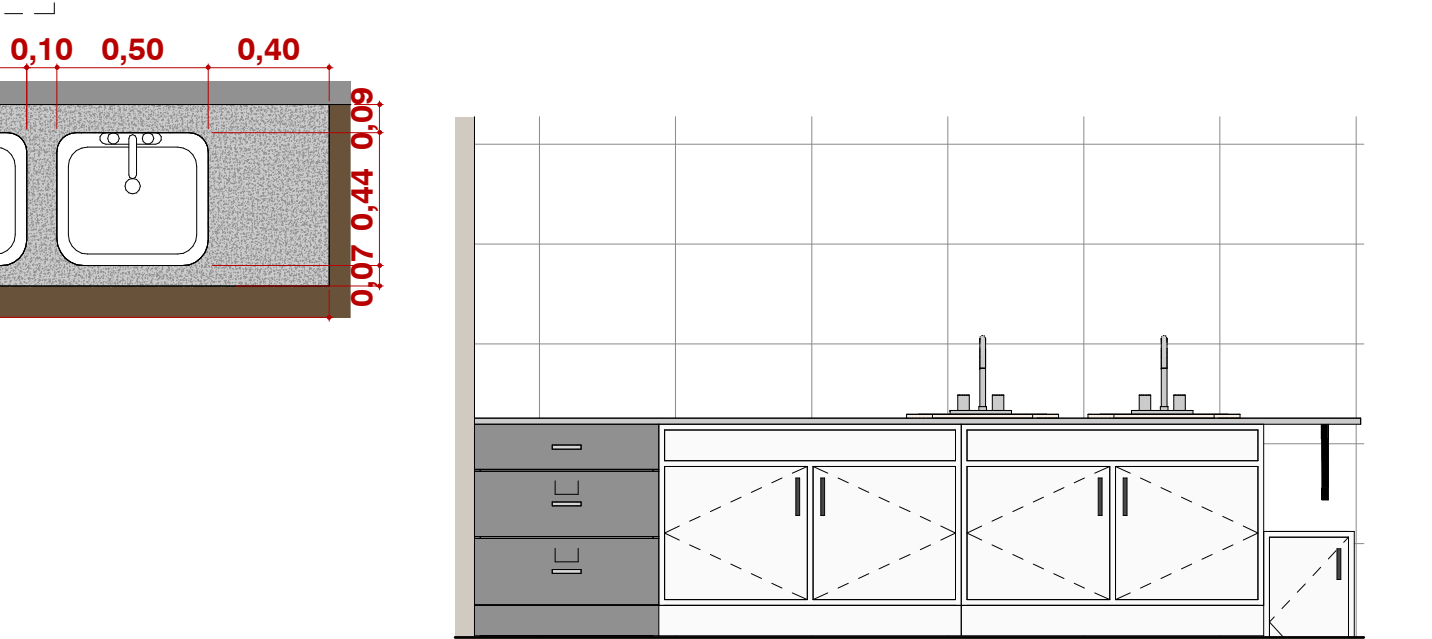
20 **DET. BANCADA 04 - A**
1 : 25



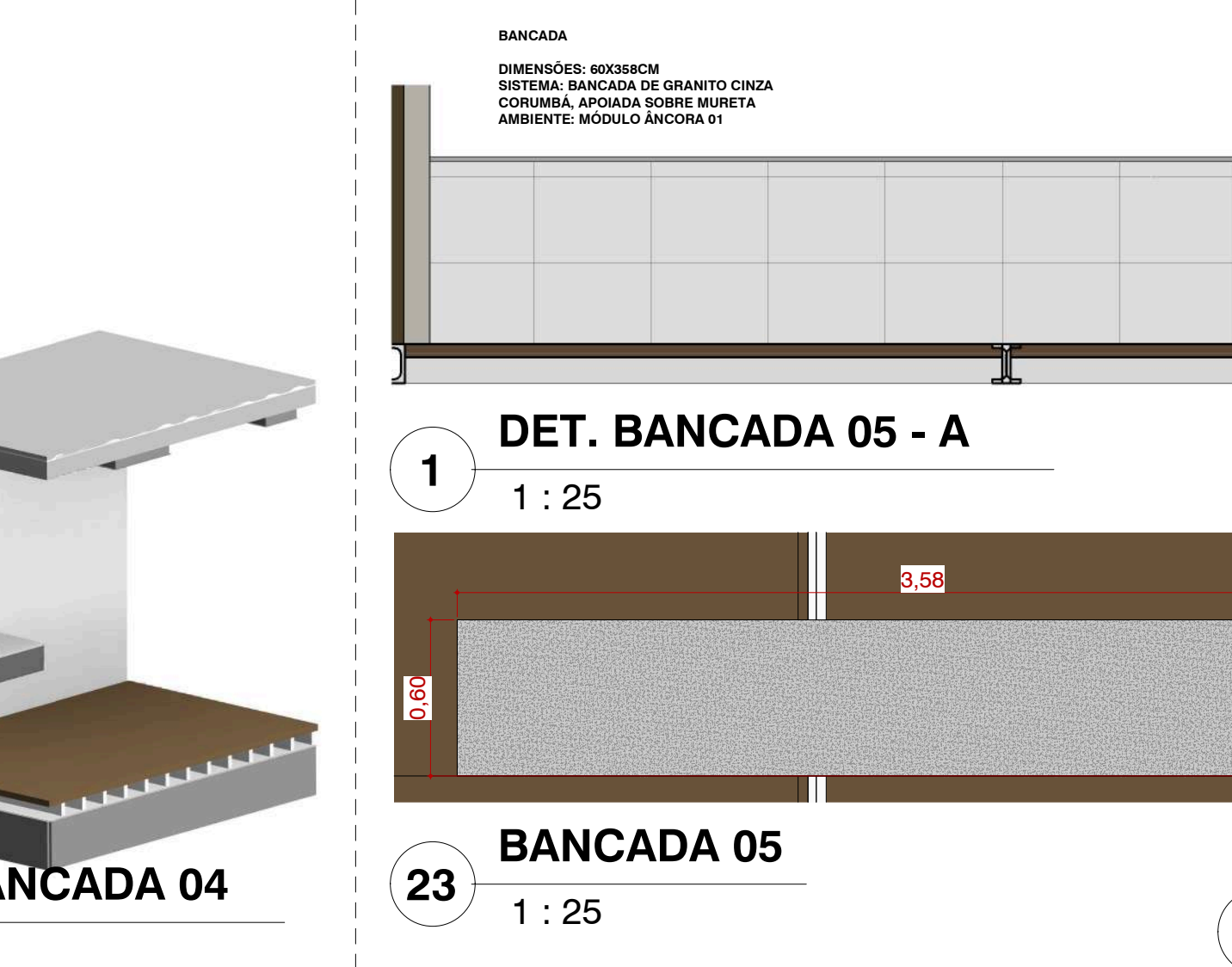
3 **COWORKING 01 - A**
1 : 50



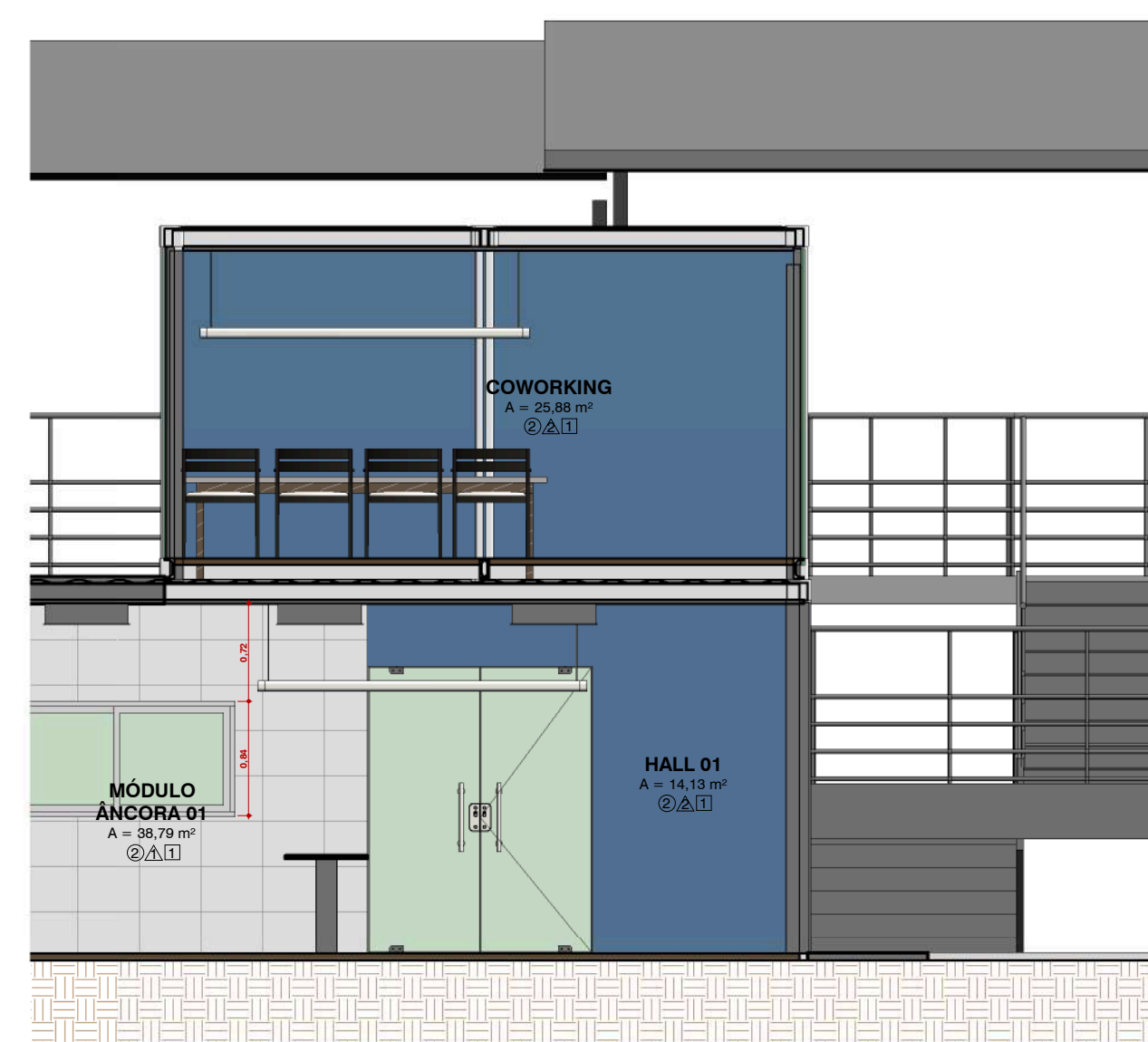
7 **DET. BANCADA 01 - A**
1 : 25



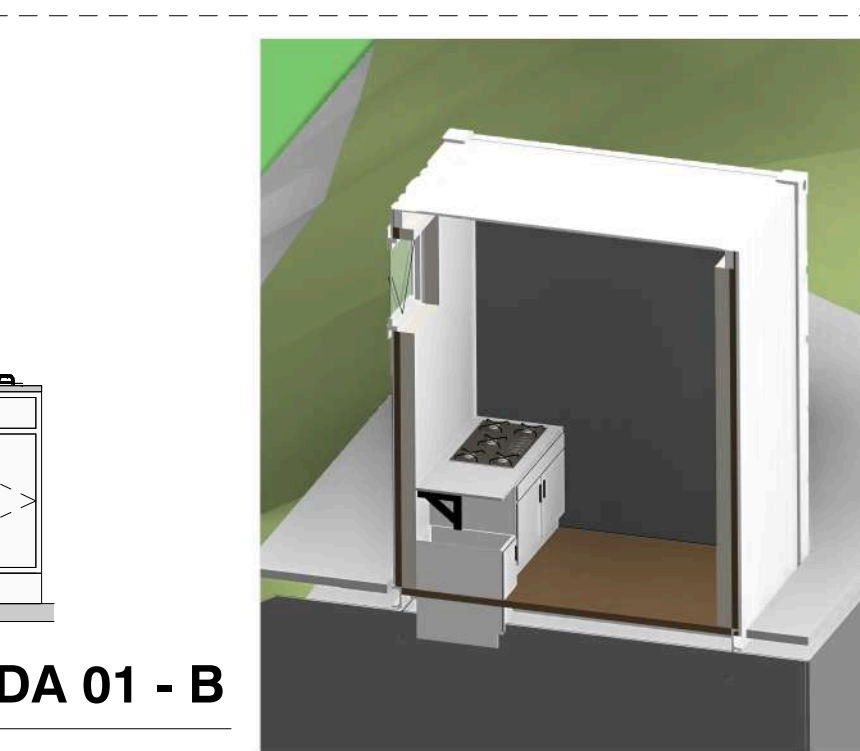
17 **DET. BANCADA 03 - B**
1 : 25



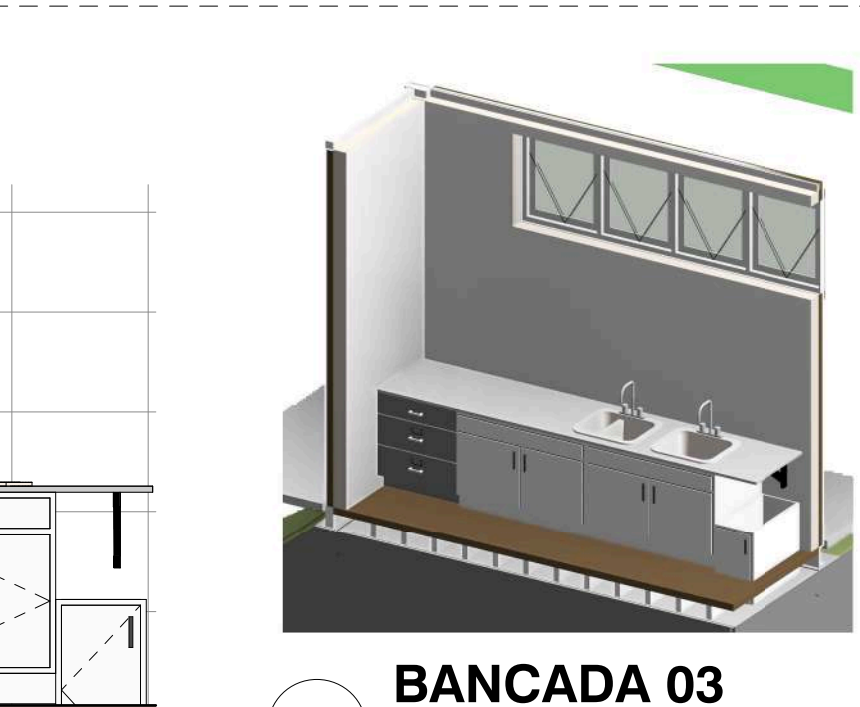
23 **BANCADA 05**
1 : 25



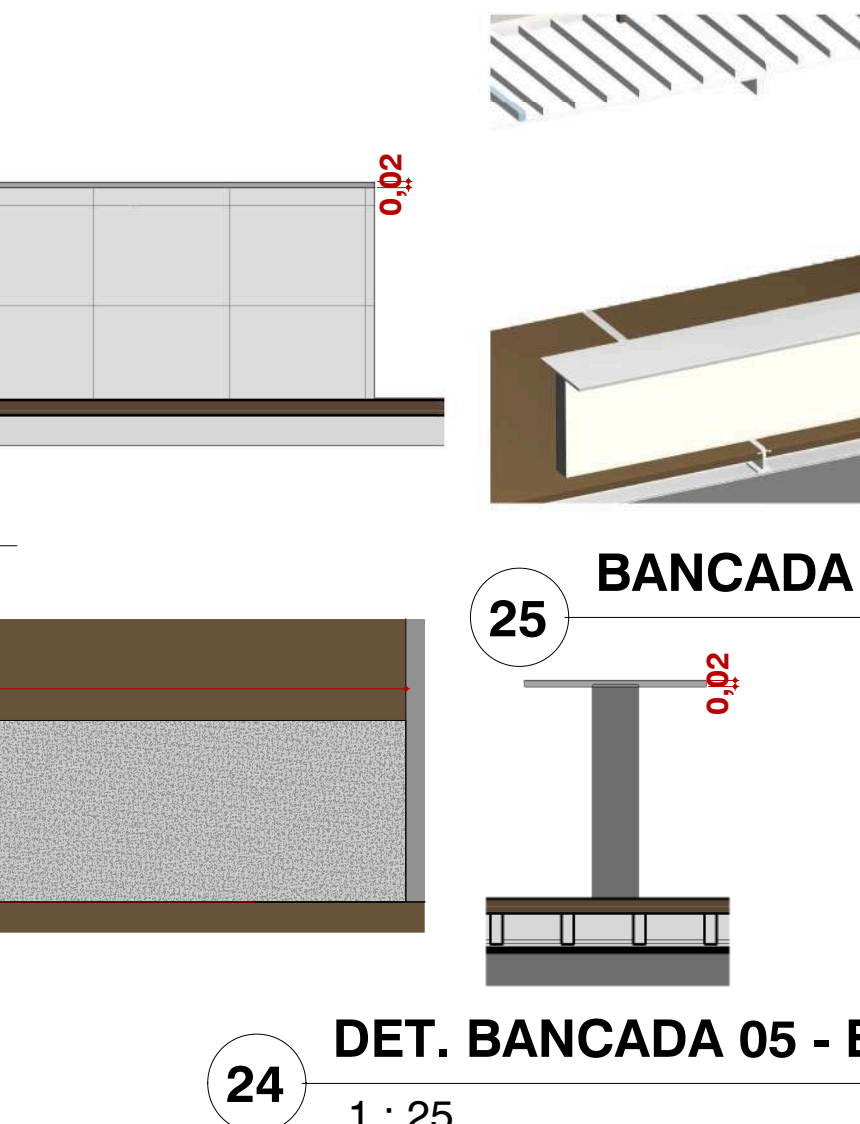
4 **COWORKING 01 - B**
1 : 50



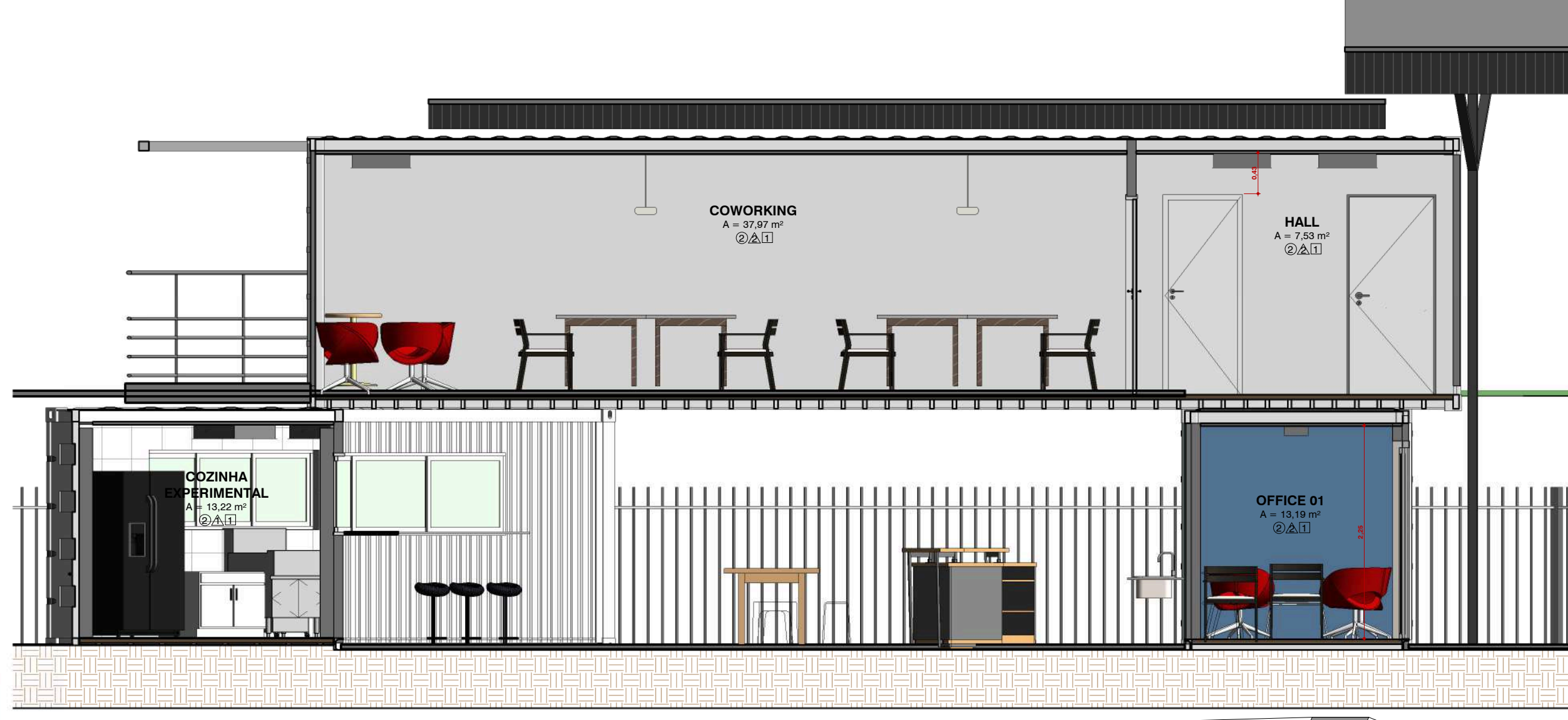
10 **BANCADA 01**
1 : 25



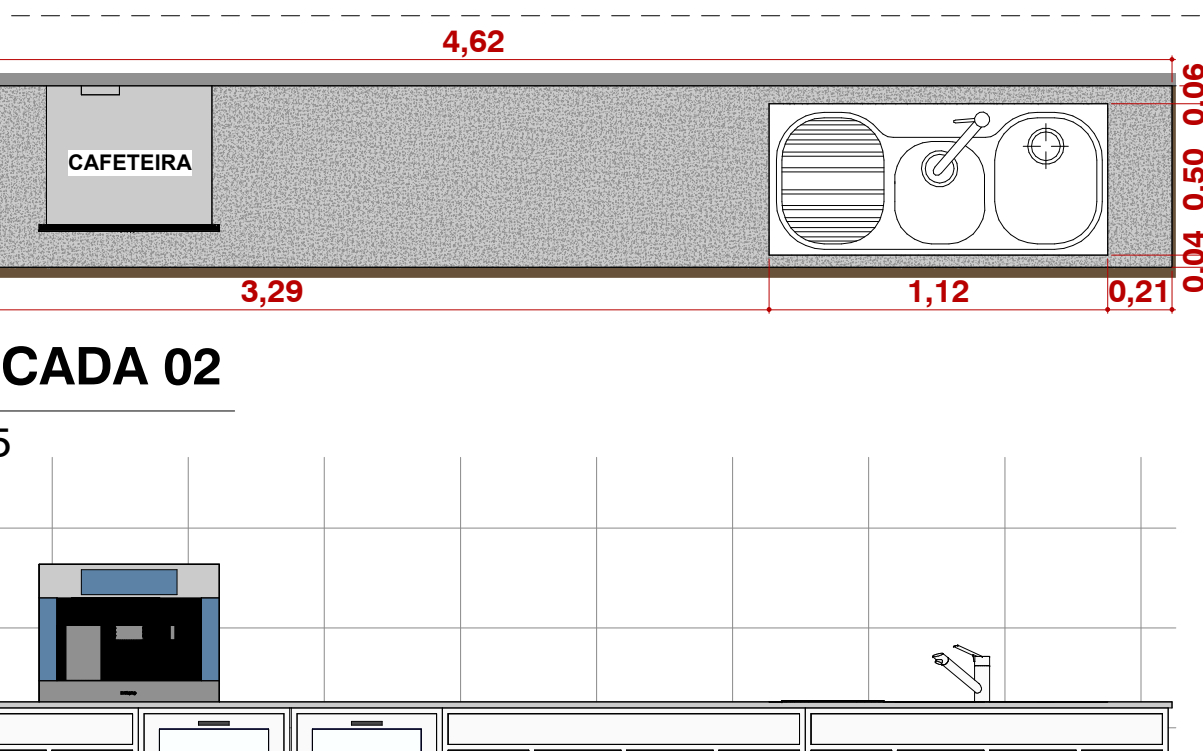
18 **BANCADA 03**
1 : 25



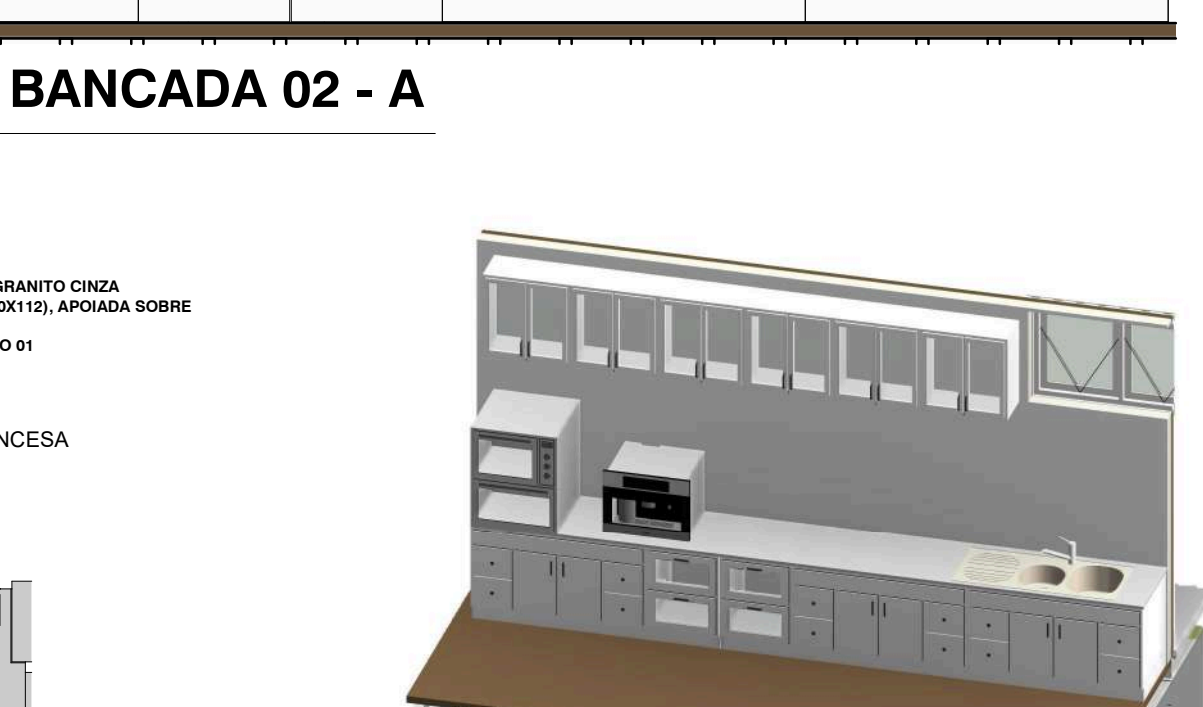
24 **DET. BANCADA 05 - B**
1 : 25



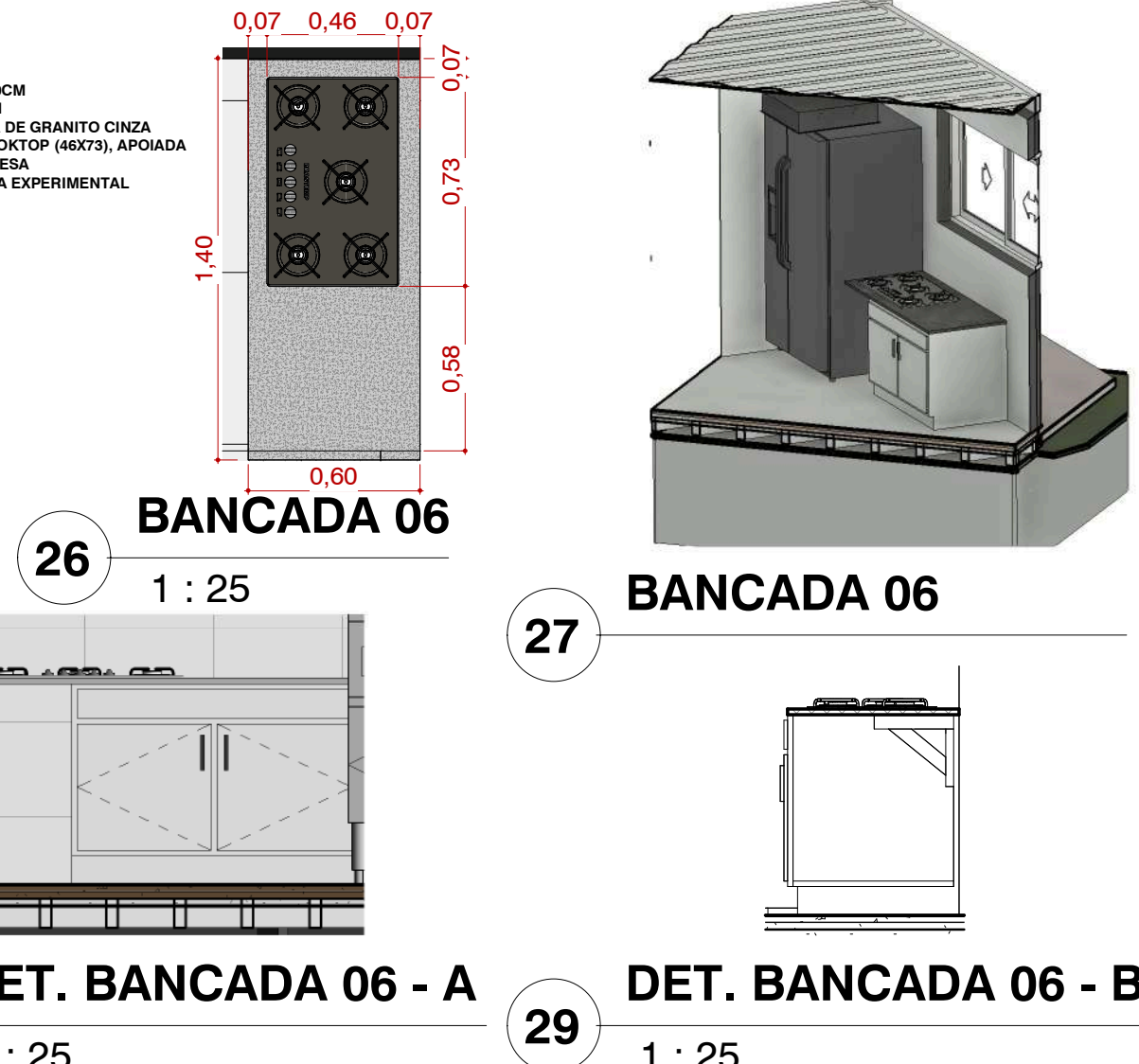
5 **COWORKING 02 - A**
1 : 50



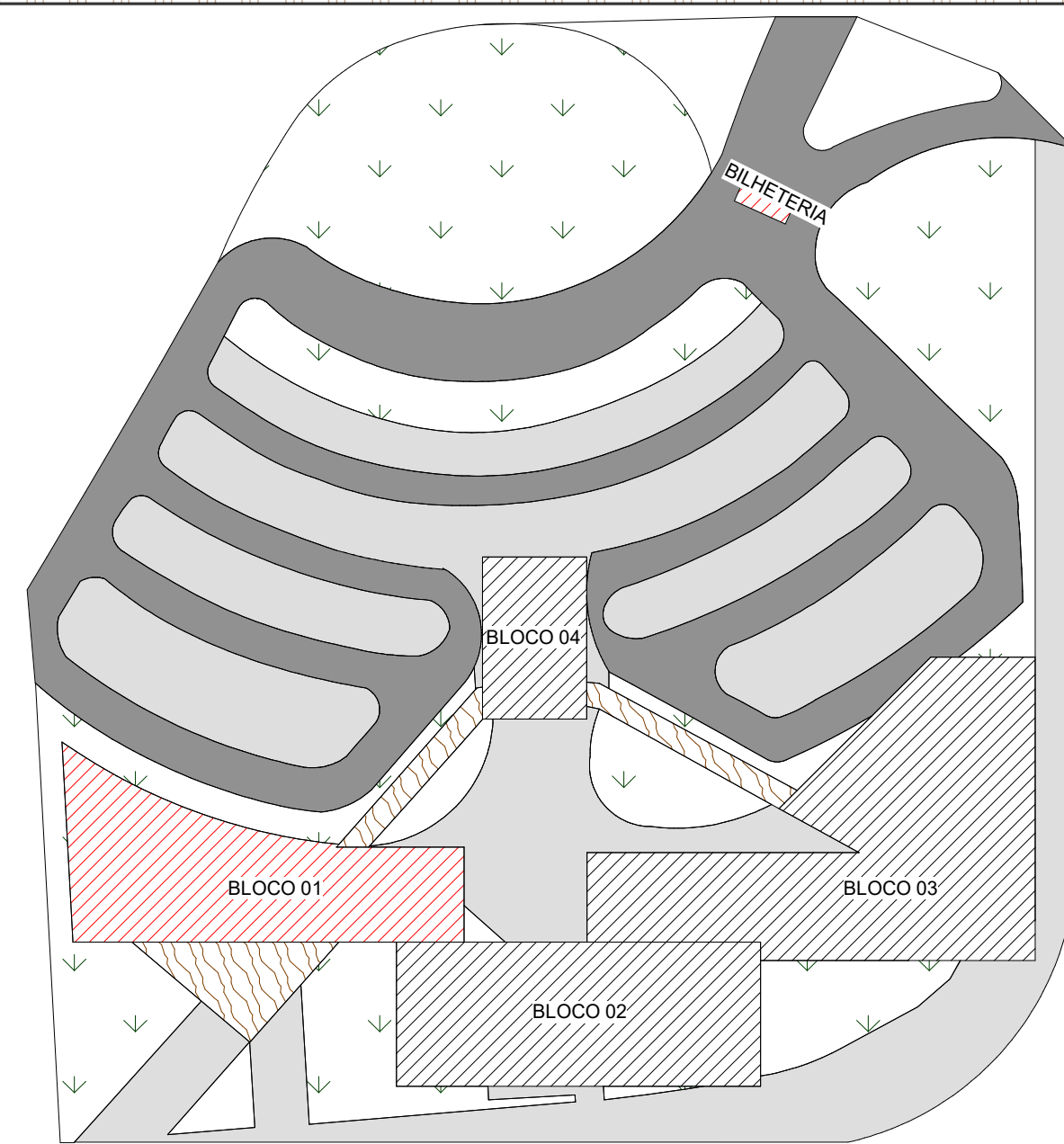
12 **BANCADA 02**
1 : 25



14 **DET. BANCADA 02 - B**
1 : 25



26 **BANCADA 06**
1 : 25



APROVAÇÃO



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRA
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFGS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

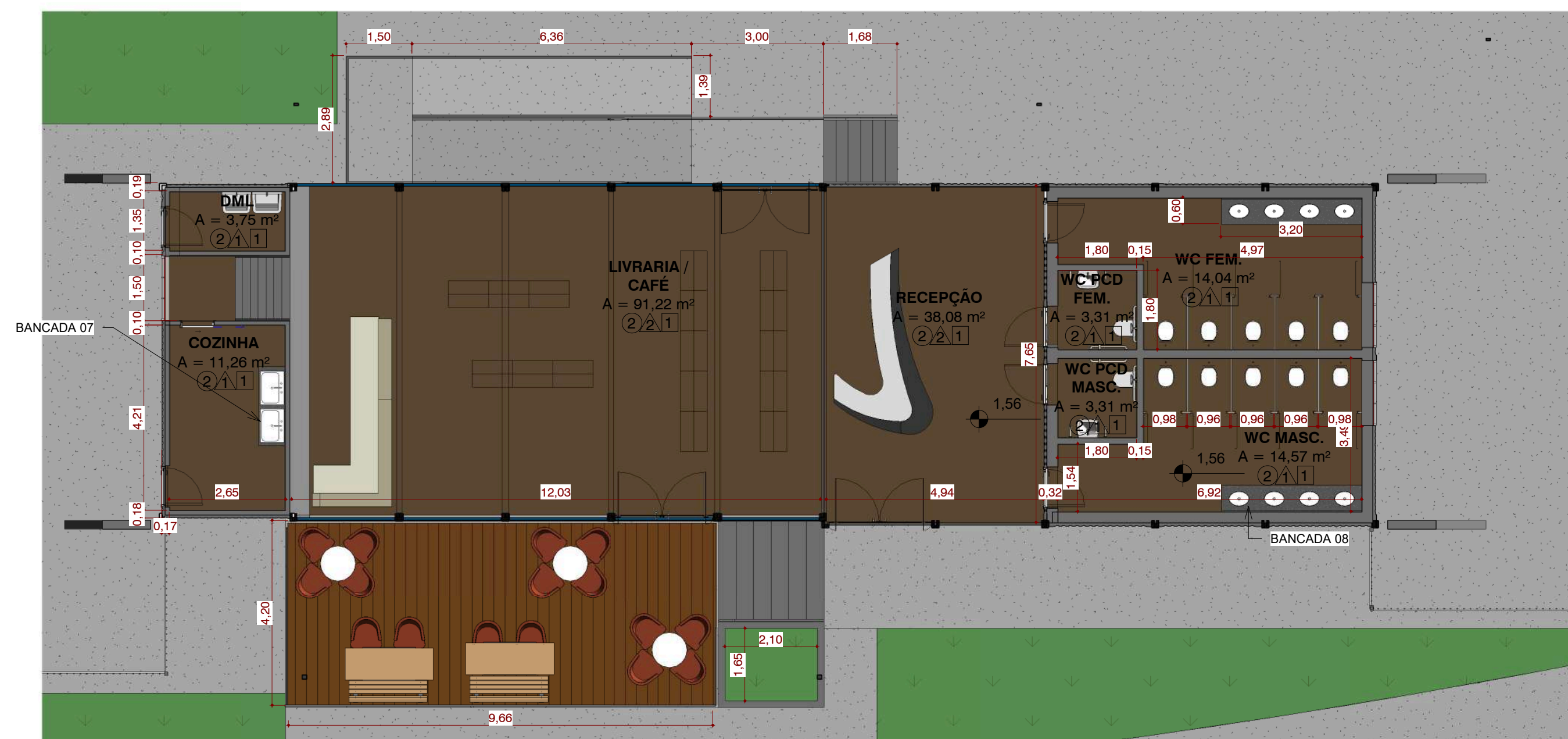
CONTEÚDO
BLOCO 1 - CORTES E DETALHAMENTOS

ESCALA
Como indicado

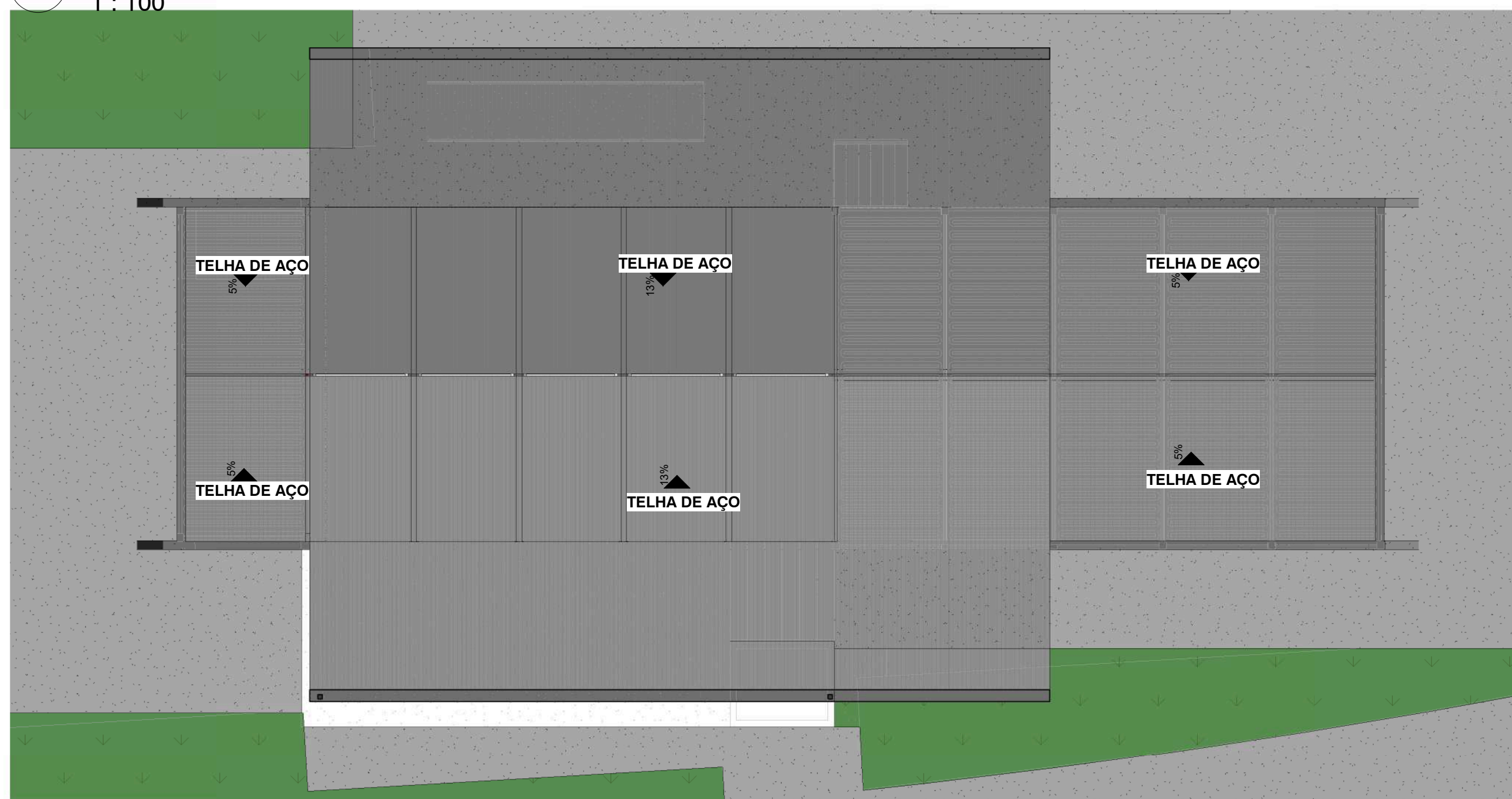
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

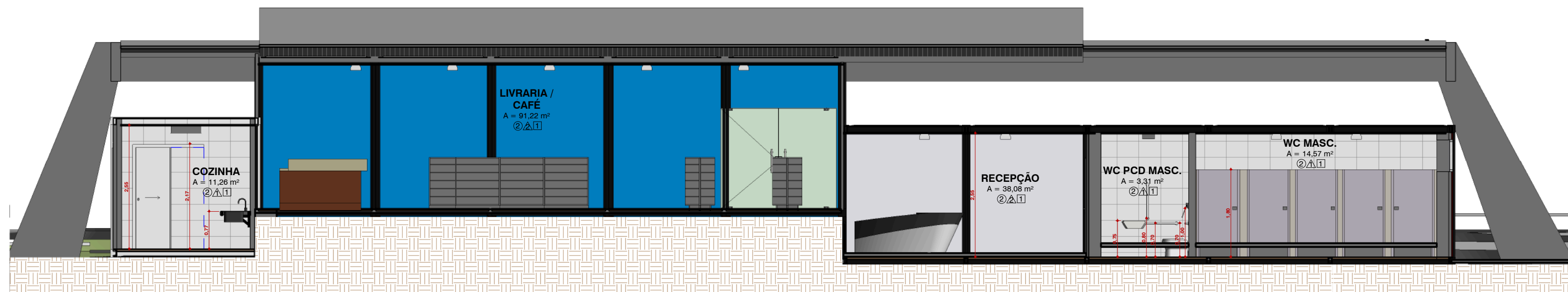
COORDENADAS
07°25'56.4"S
52°52'37.3"W



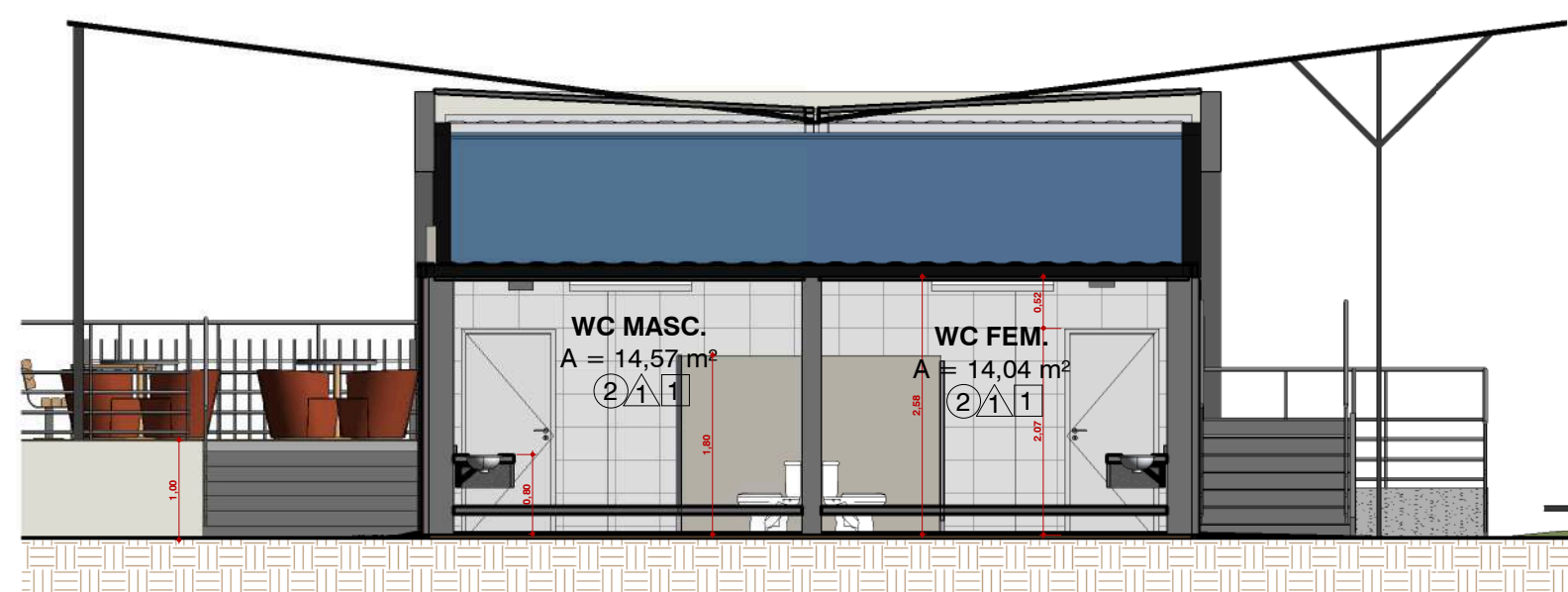
4-PLANTA BAIXA BLOCO 02
1 1 : 100



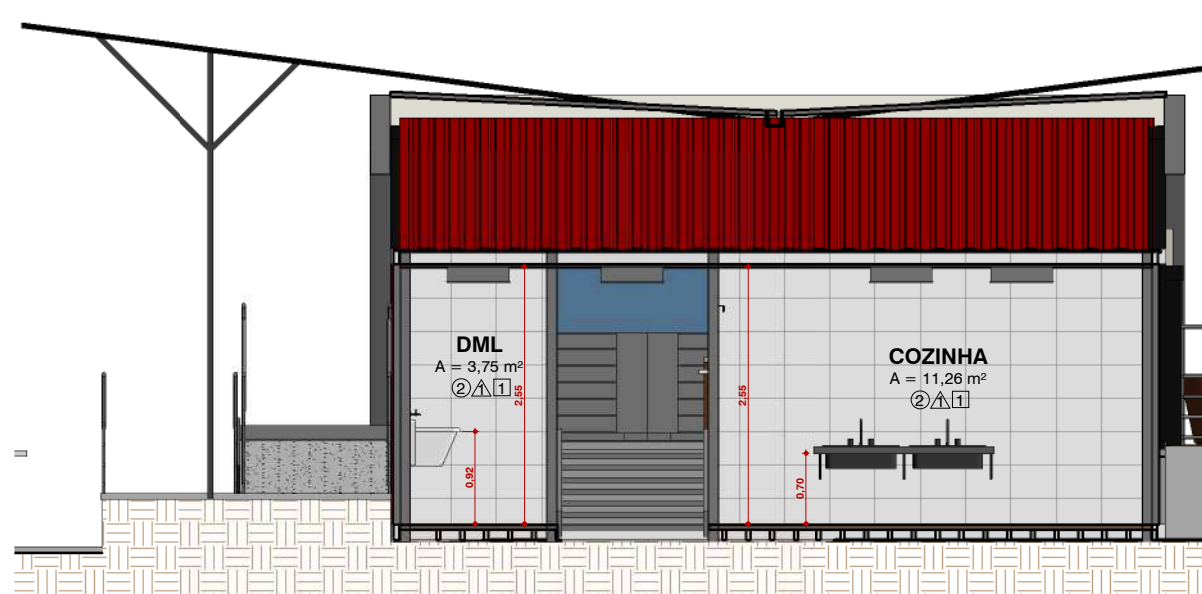
4-COBERTURA BLOCO 02
2 1 : 100



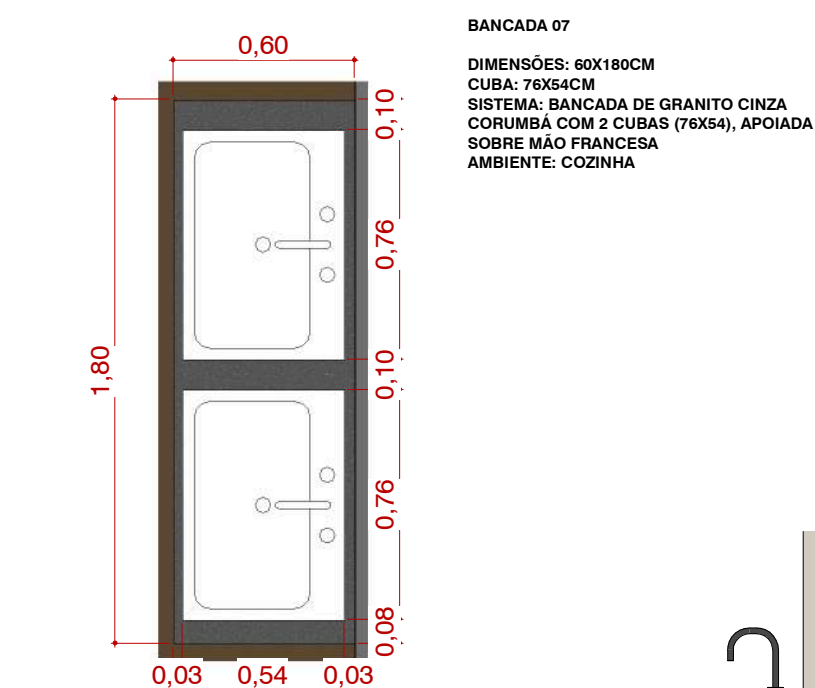
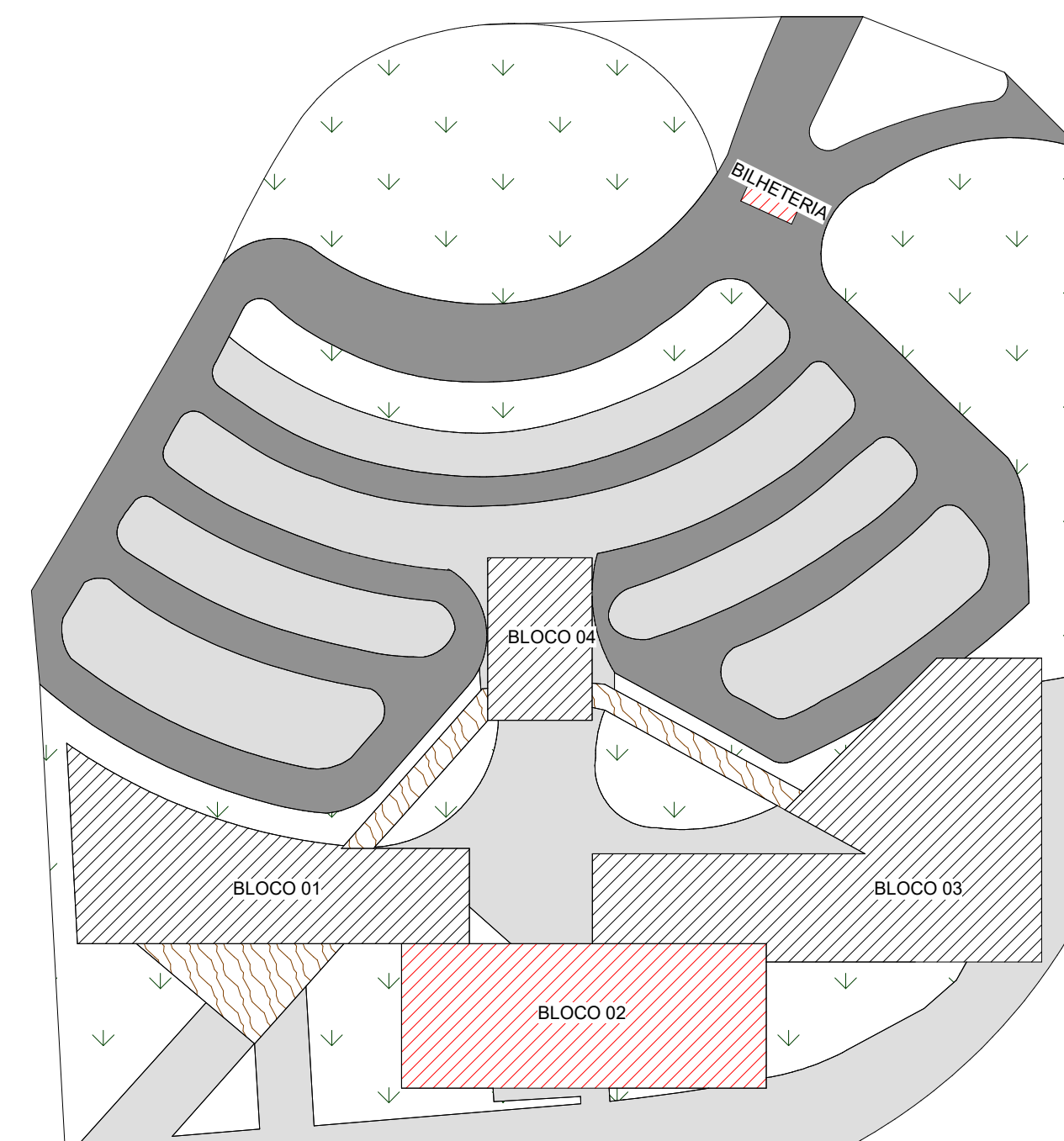
3 LIVRARIA - A
1 : 75



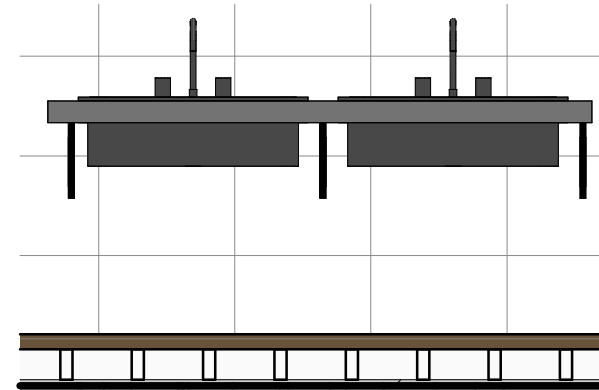
4 LIVRARIA - B
1 : 75



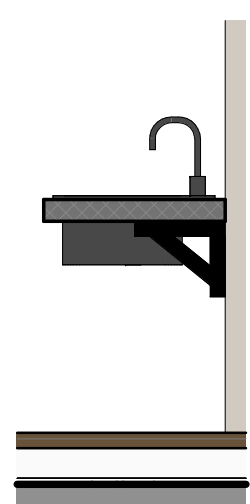
5 LIVRARIA - C
1 : 75



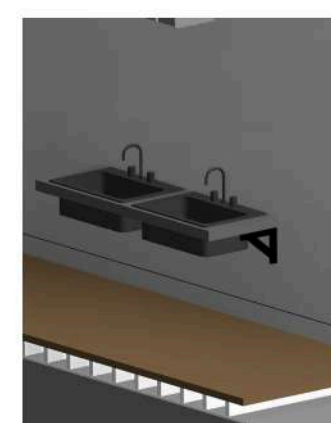
6 BANCADA 07
1 : 25



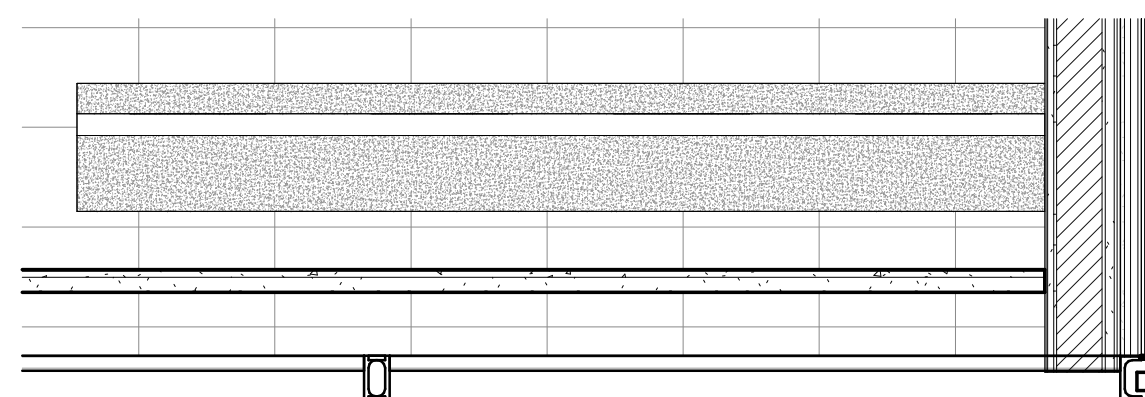
7 DET. BANCADA 07 - A
1 : 25



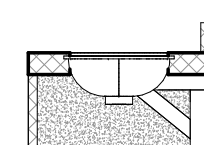
8 DET. BANCADA 07 - B
1 : 25



9 BANCADA 07
1 : 25

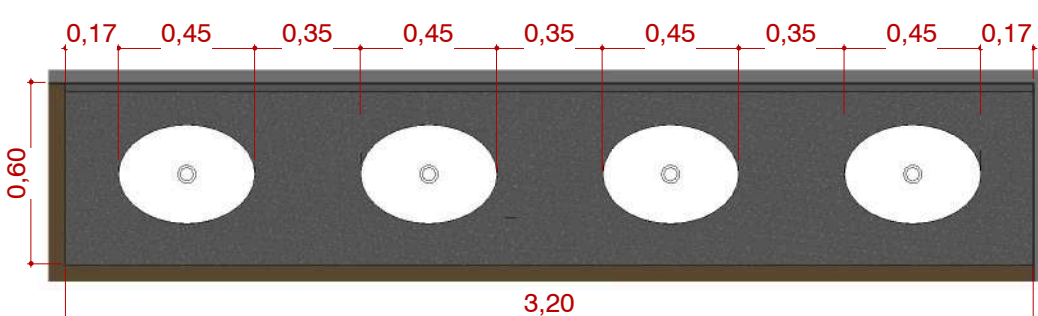


12 DET. BANCADA 08 - A
1 : 25

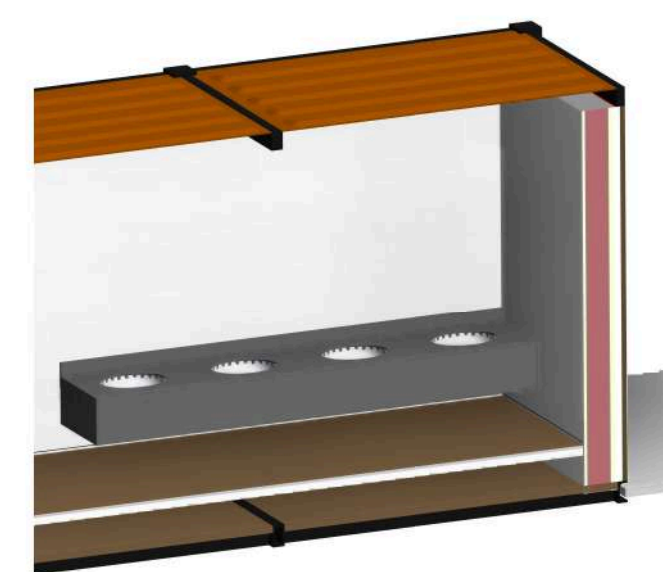


13 DET. BANCADA 08 - B
1 : 25

BANCADA 08
DIMENSÕES: 60X260CM
CUBA: 35X42CM
SISTEMA: BANCADA DE GRANITO CINZA
CORUMBÁ COM 4 CUBAS (35X42), APOIADA
SOBRE MÃO FRANCESA
AMBIENTE: WC



11 BANCADA 08
1 : 25



10 BANCADA 08
1 : 25



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRAS
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUÍDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO
ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
BLOCO 2 - PLANTA BAIXA, PLANTA DE COBERTURA,
CORTES, DETALHAMENTOS E PLANTA CHAVE

FOLHA
5/14

ESCALA
Como indicado

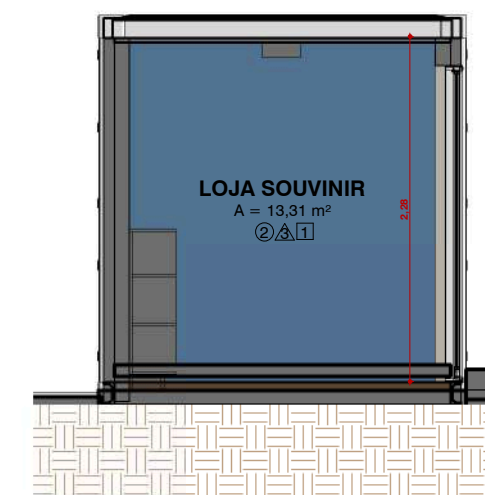
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

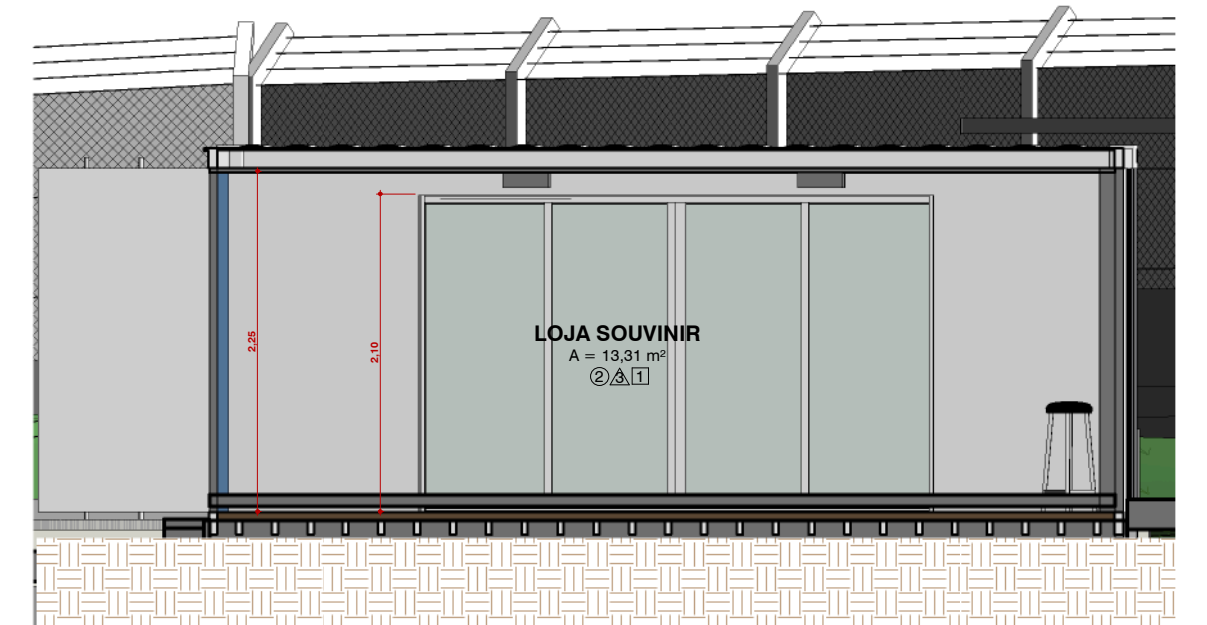
COORDENADAS
07°25'56.4"S
52°52'37.3"O



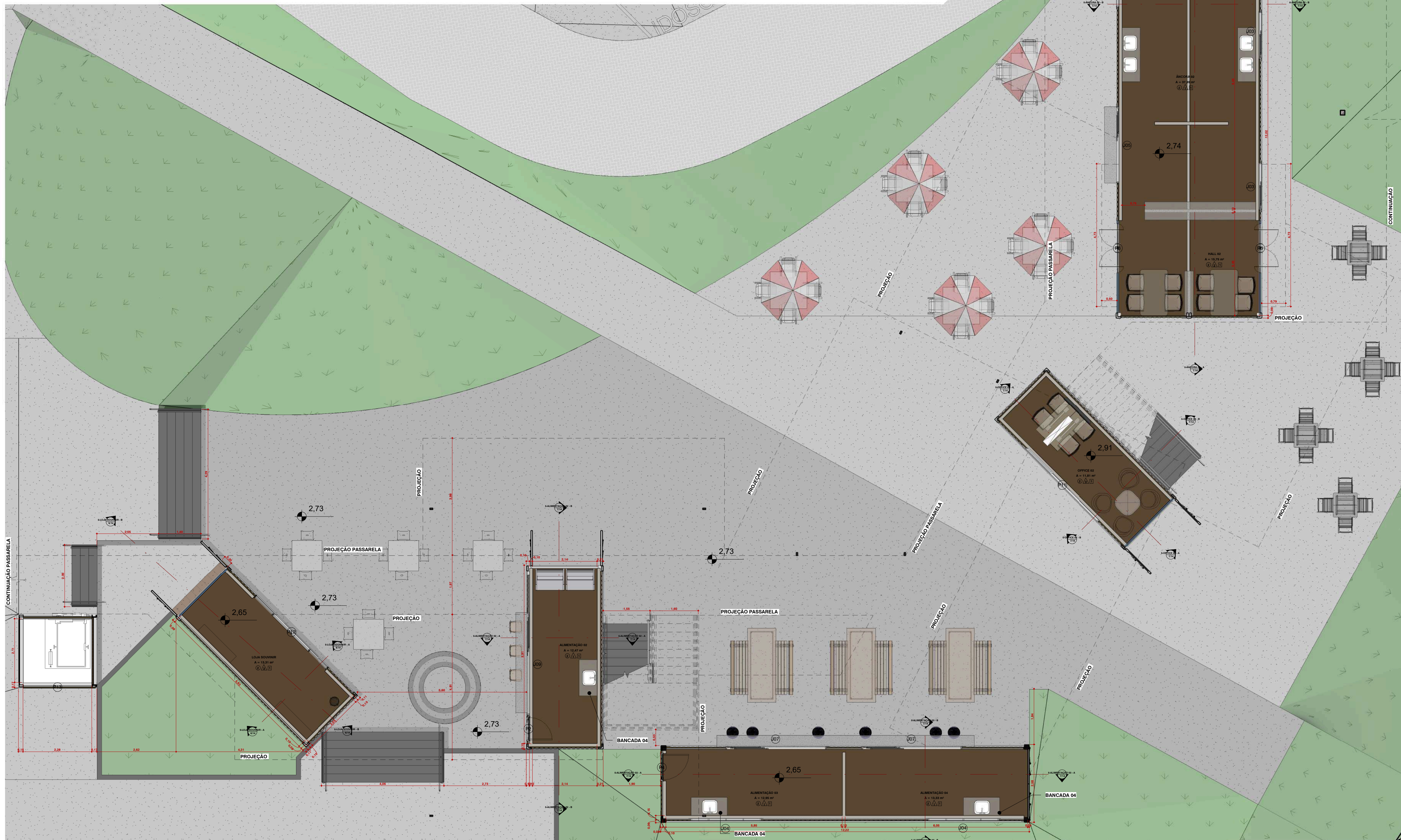
2 5-BLOCO 03



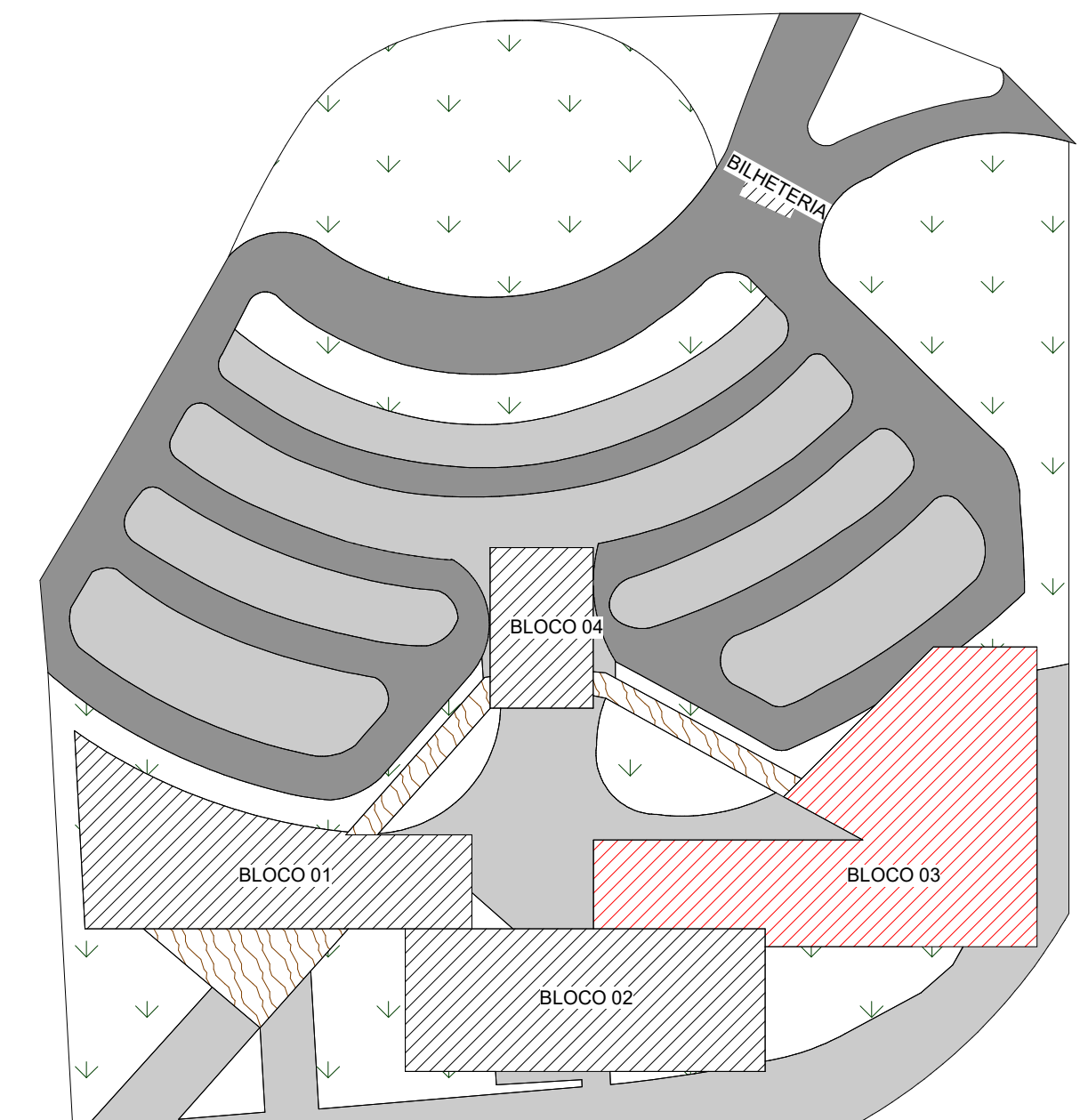
3 5-LOJA SOUVINIR - A
1 : 50



4 5-LOJA SOUVINIR - B
1 : 50



1 5-TÉRREO BLOCO 03
1 : 75



PLANTA CHAVE - BLOCO 03
1 : 750



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRAS
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUÍDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
PLANTA BAIXA BLOCO 03

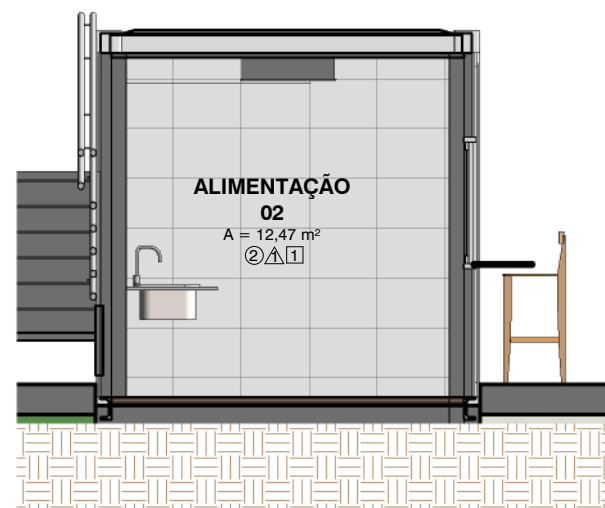
FOLHA
6/14

ESCALA
Como indicado

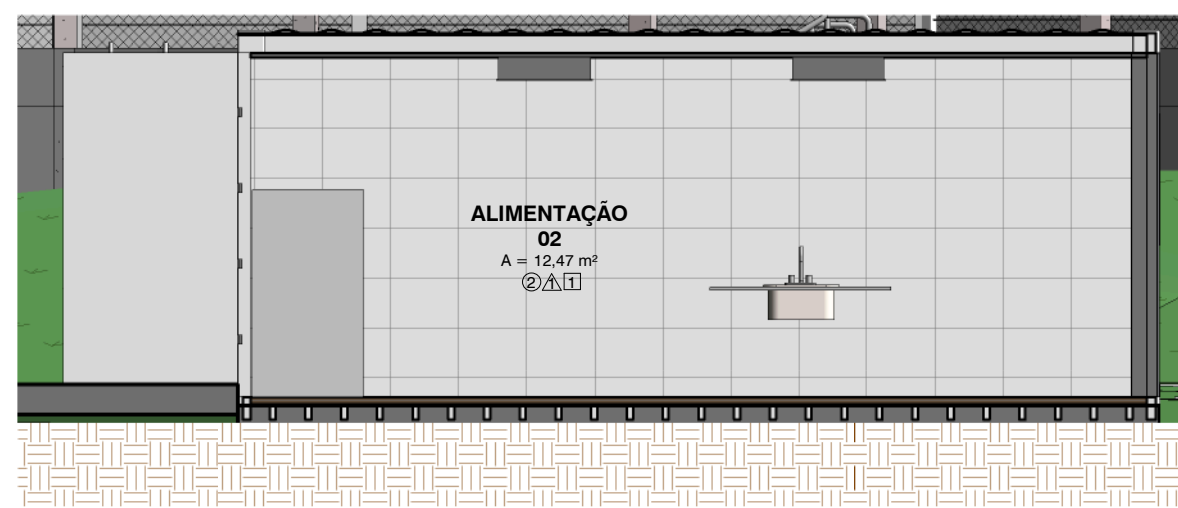
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

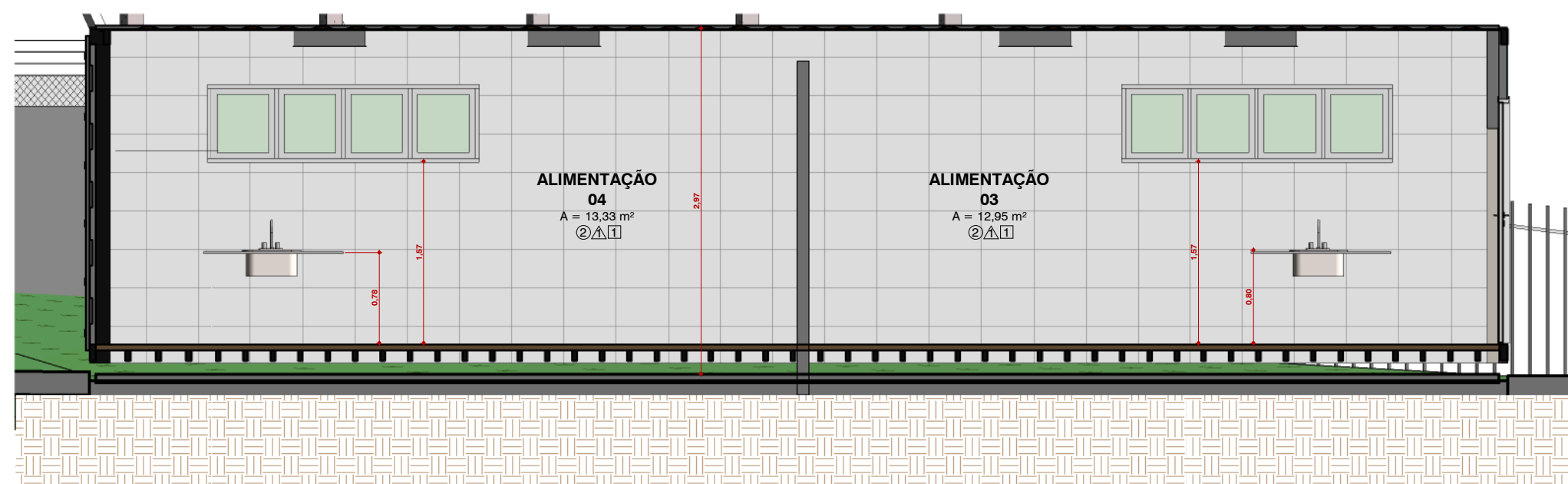
COORDENADAS
20°25'56.4"S
52°52'37.3"W



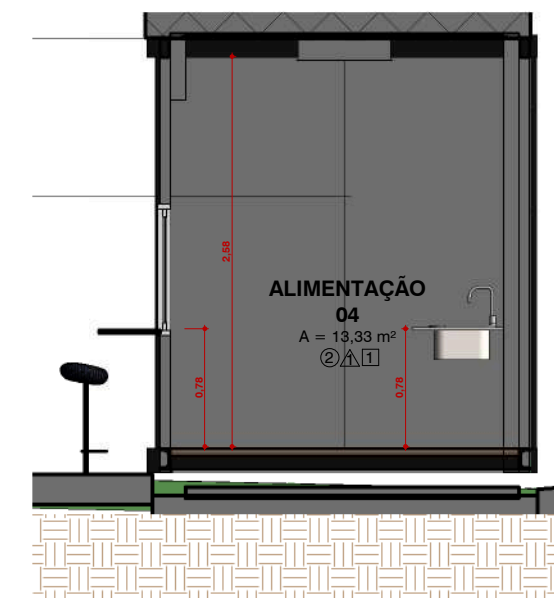
3 5-ALIMENTAÇÃO 02 - A
1 : 50



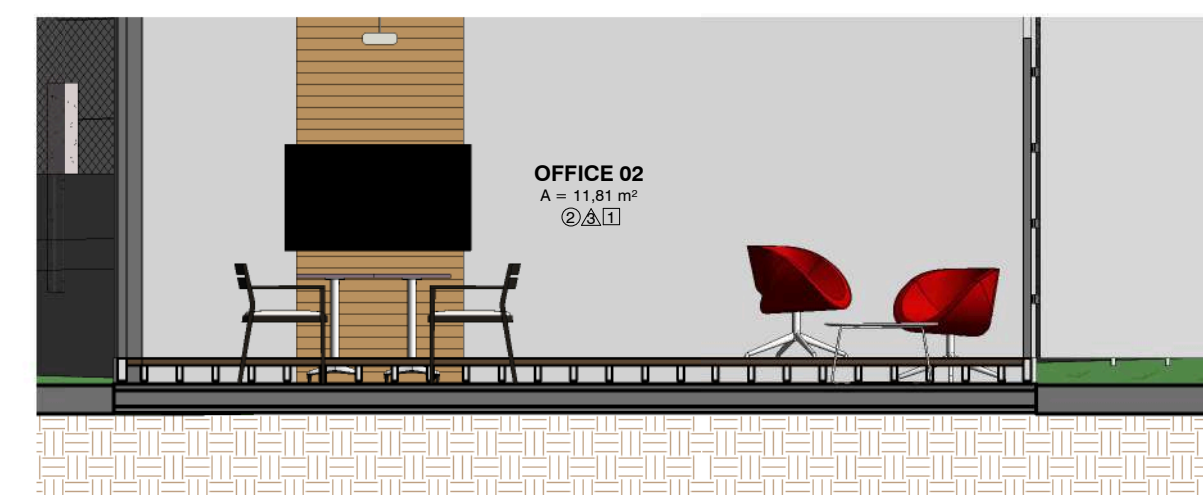
4 5-ALIMENTAÇÃO 02 - B
1 : 50



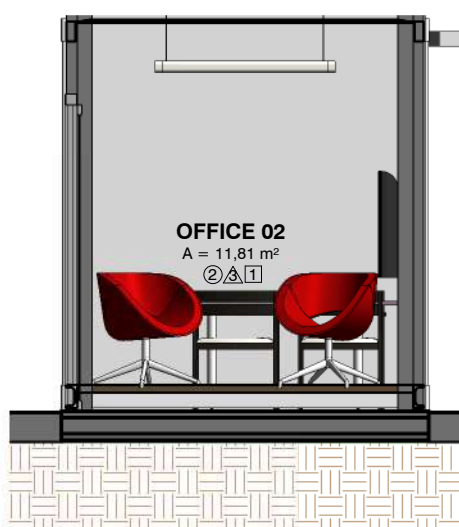
5 5-ALIMENTAÇÃO 03 - A
1 : 50



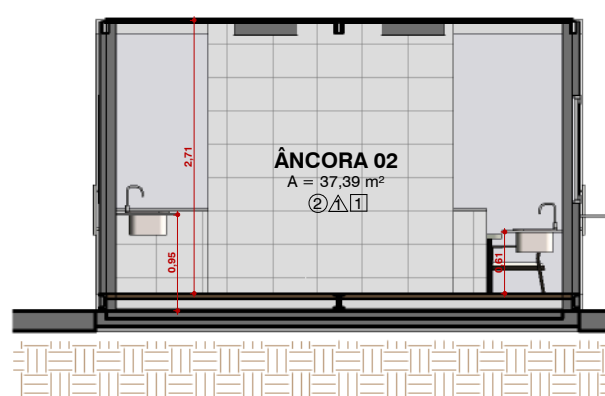
6 5-ALIMENTAÇÃO 03 - B
1 : 50



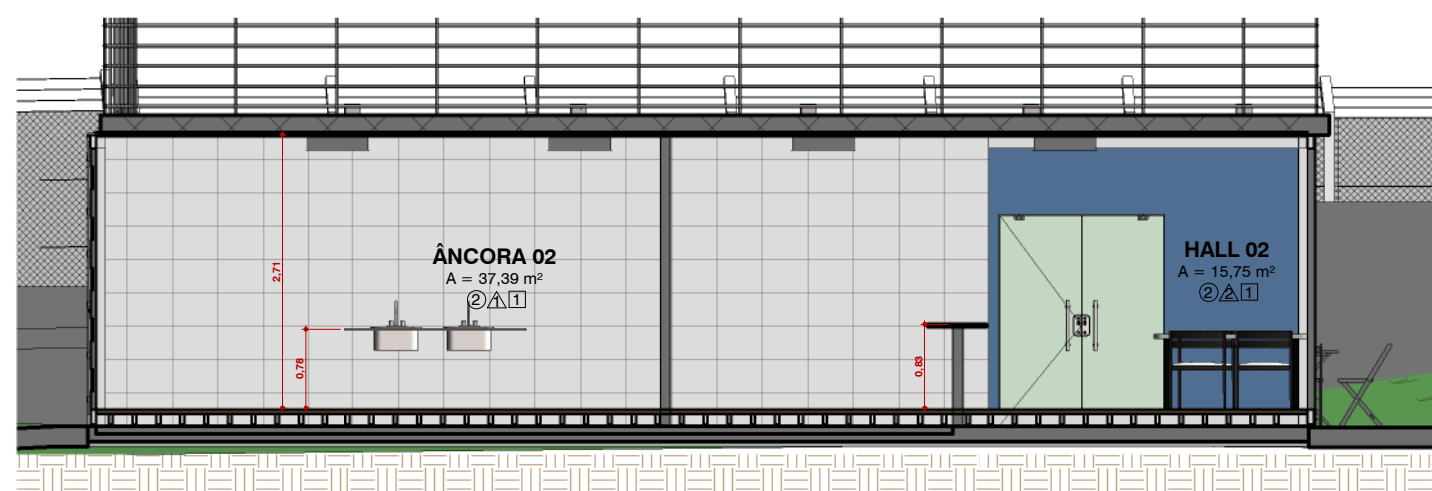
7 5-OFFICE 02 - A
1 : 50



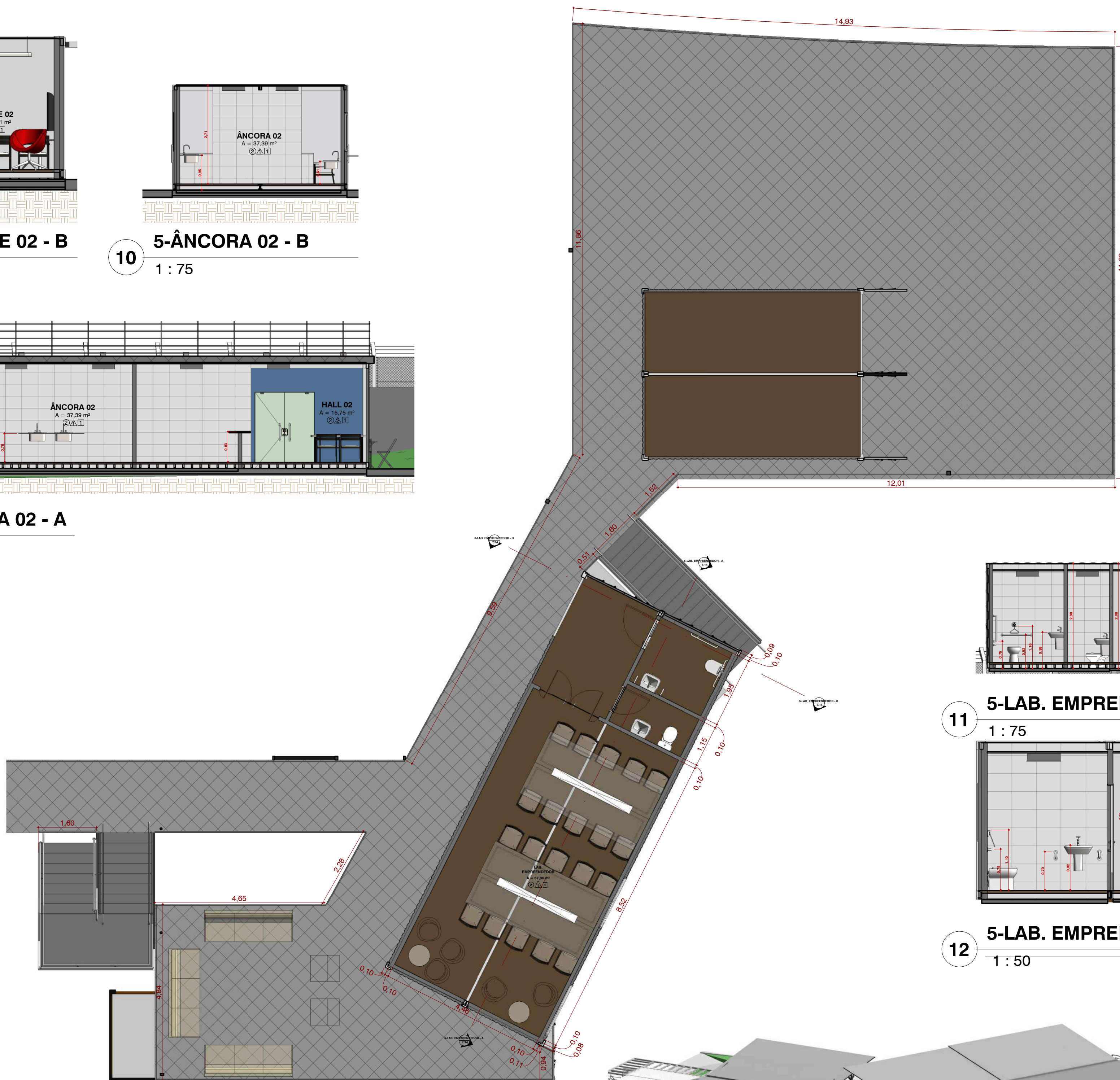
8 5-OFFICE 02 - B
1 : 50



10 5-ÂNCORA 02 - B
1 : 75



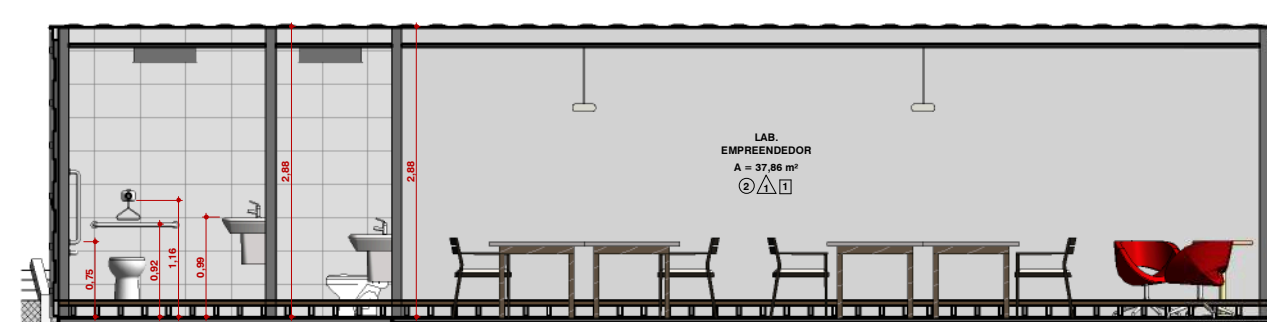
9 5-ÂNCORA 02 - A
1 : 75



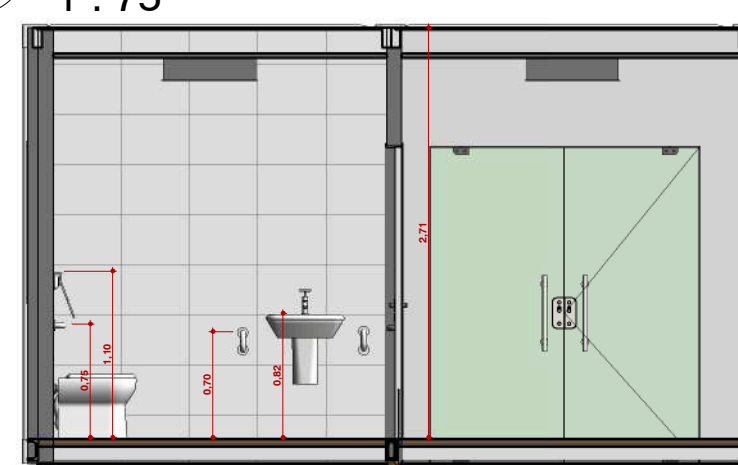
1 5-SUPERIOR BLOCO 03
1 : 75



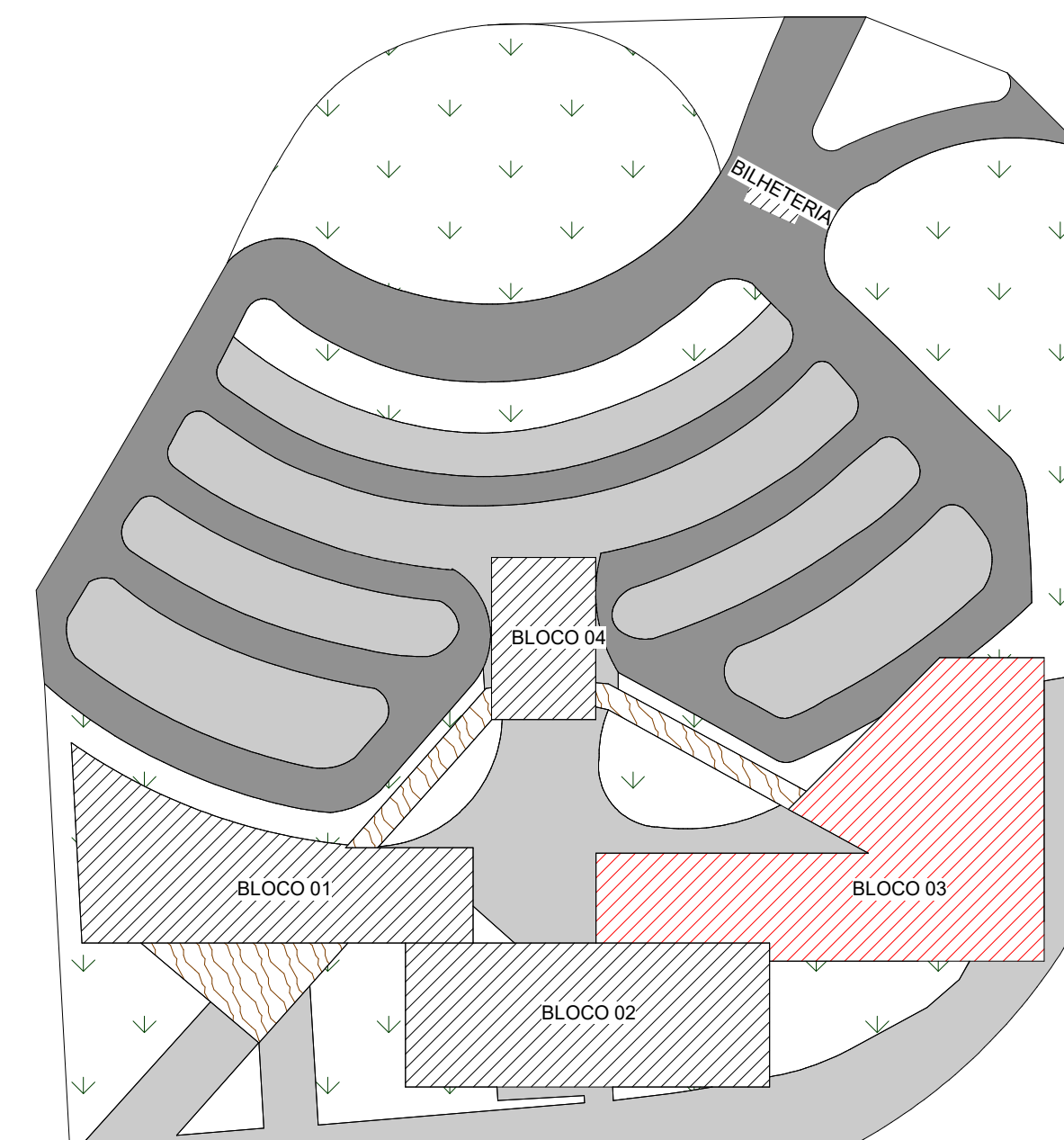
2 5-BLOCO 03 FUNDO



11 5-LAB. EMPREENDEDOR - A
1 : 75



12 5-LAB. EMPREENDEDOR - B
1 : 50



PLANTA CHAVE - BLOCO 03
1 : 750



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRAS
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
SUPERIOR - CORTES - BLOCO 03

ESCALA
Como indicado

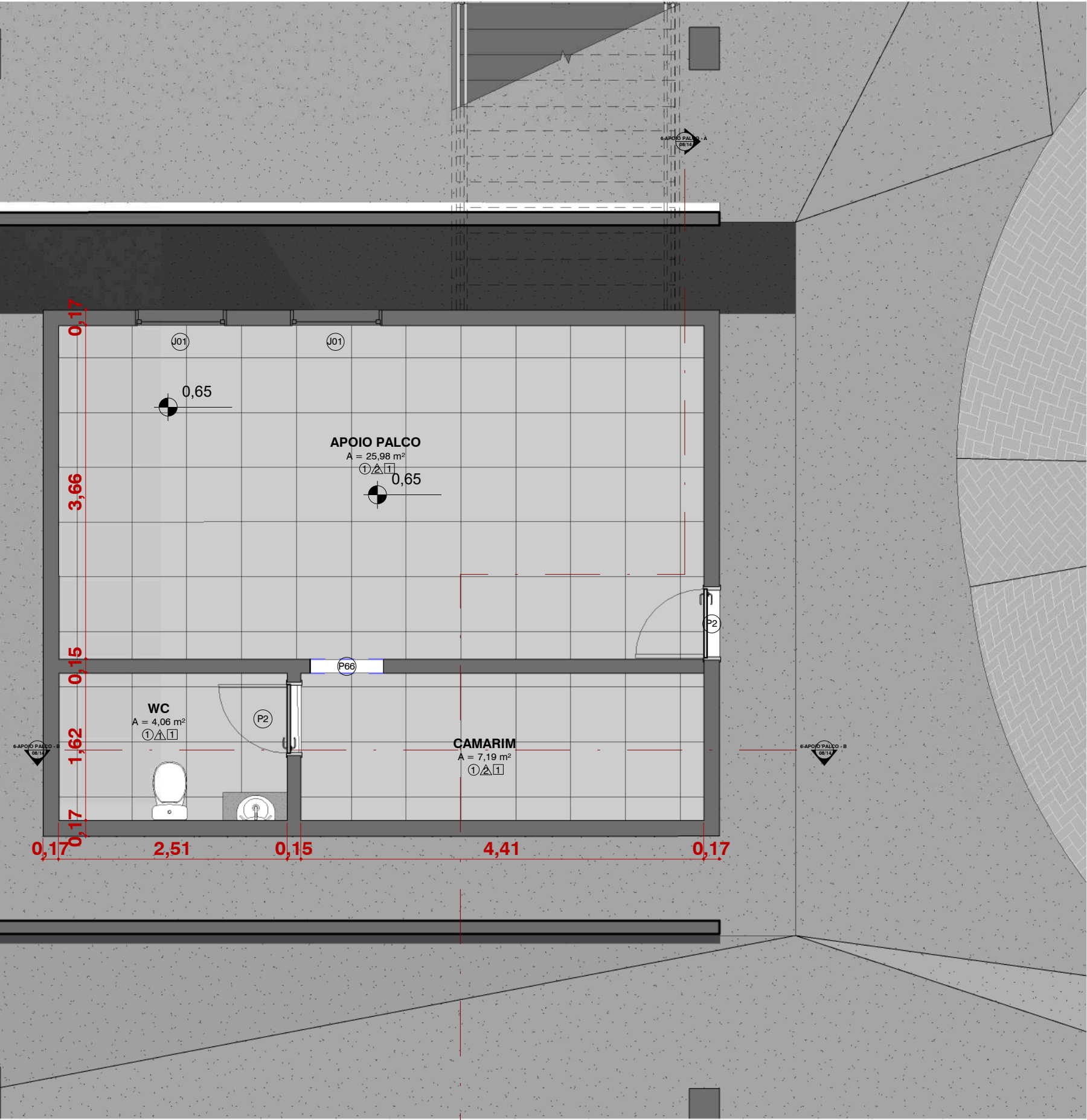
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

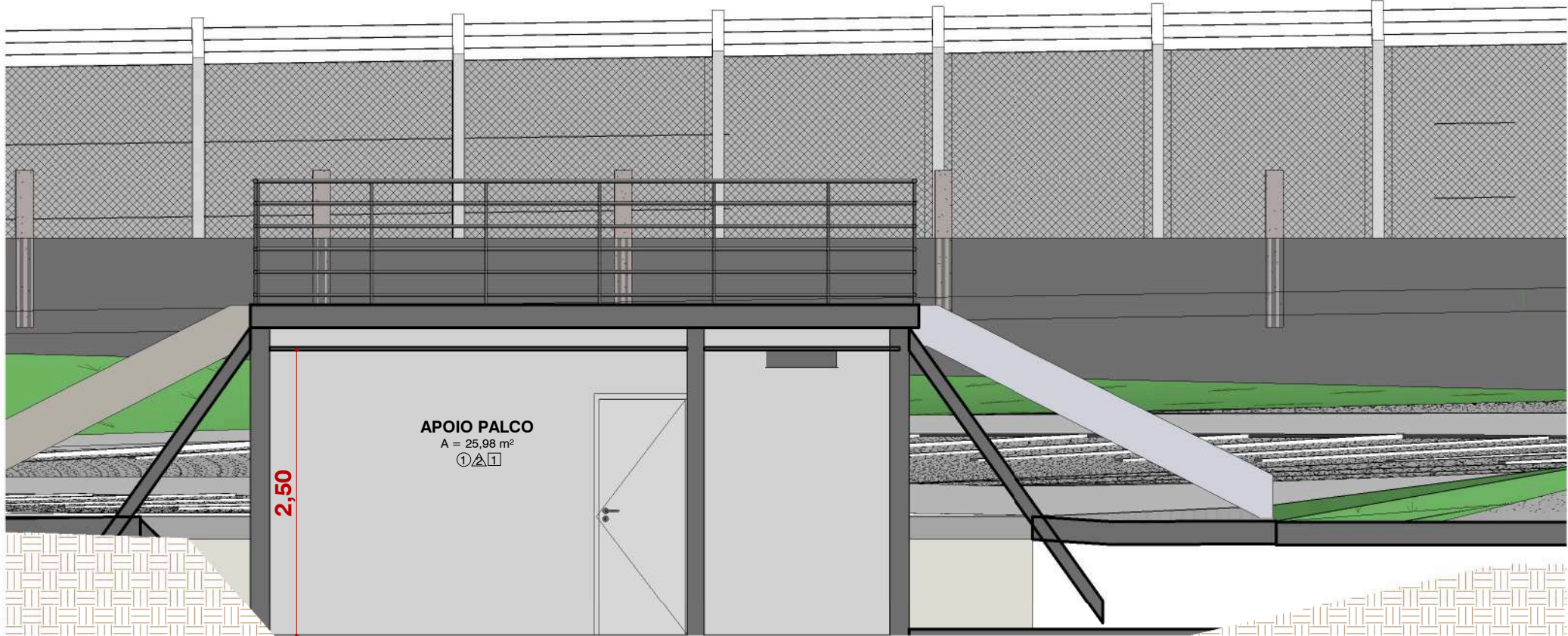
COORDENADAS
20°25'56.4"S
52°52'37.3"W



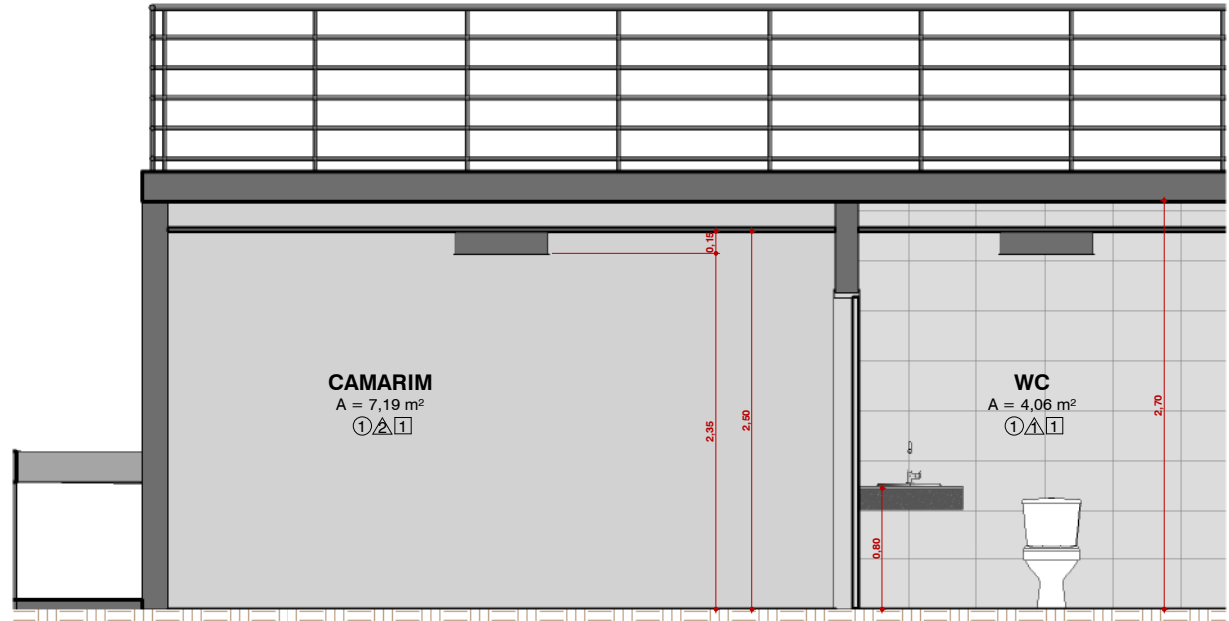
4 ISO GERAL



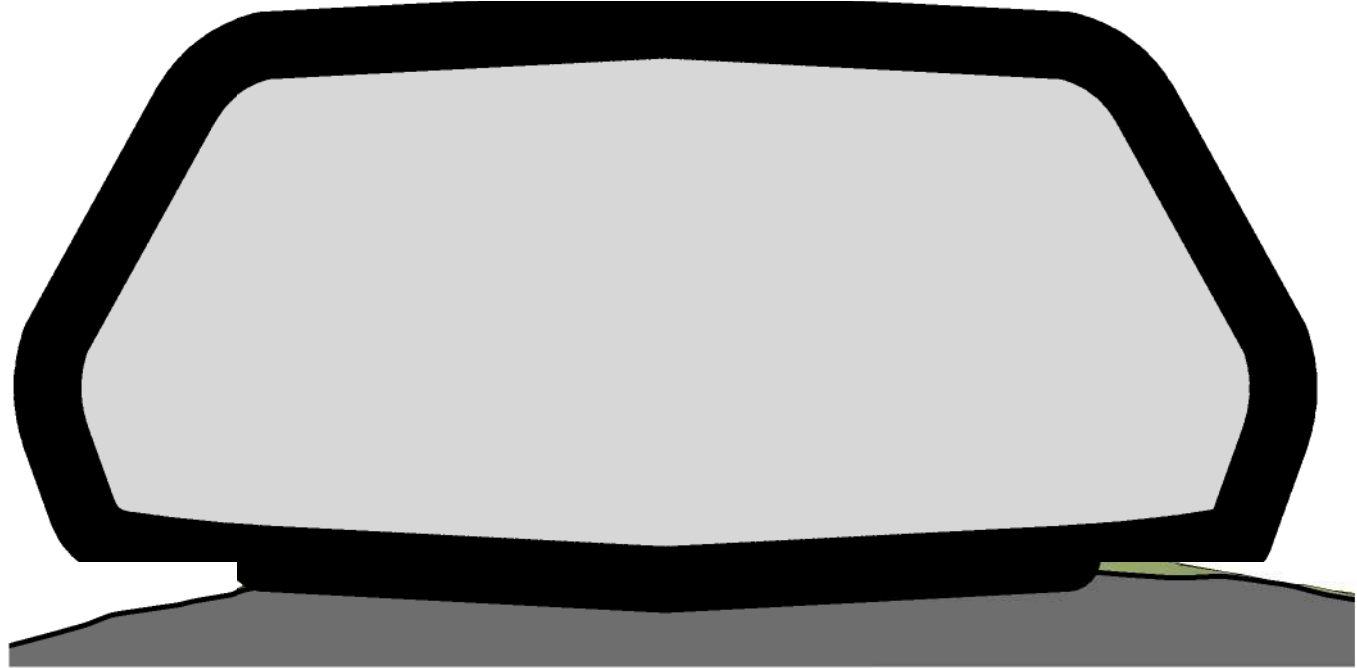
1 6-TÉRREO BLOCO 04
1 : 50



2 6-APOIO PALCO - A
1 : 50



3 6-APOIO PALCO - B
1 : 50



5 MONUMENTO
1 : 150



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRAS
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUÍDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
PLANTA BAIXA - CORTES - BLOCO 04

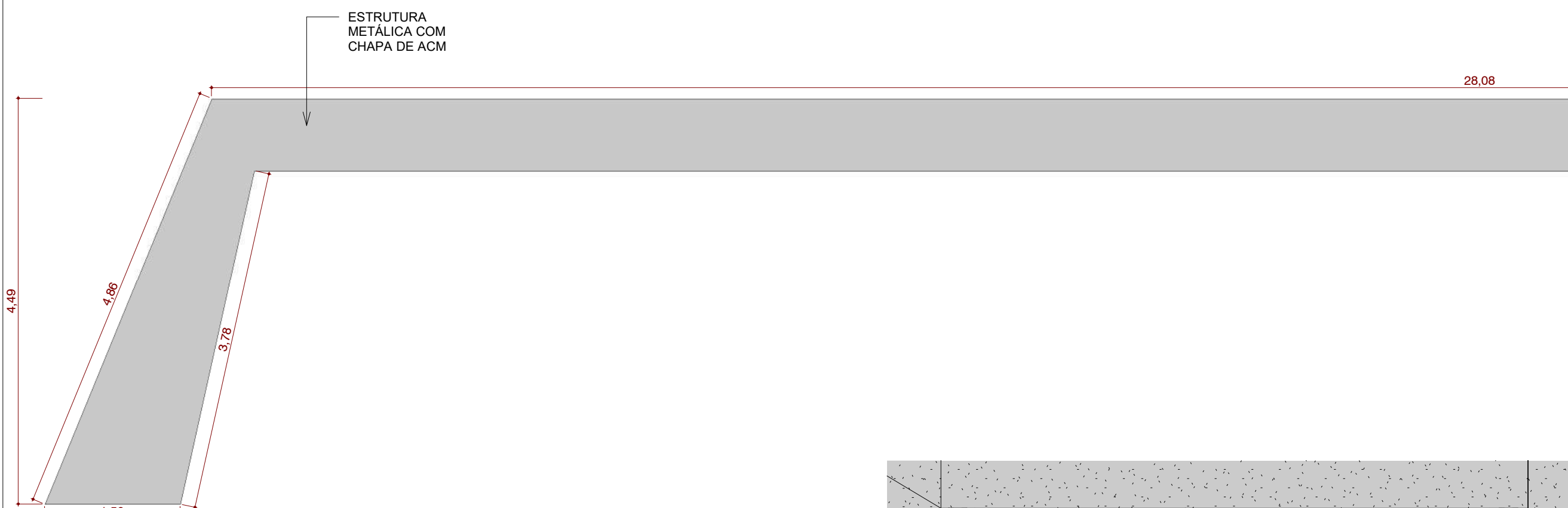
FOLHA
08/14

ESCALA
Como indicado

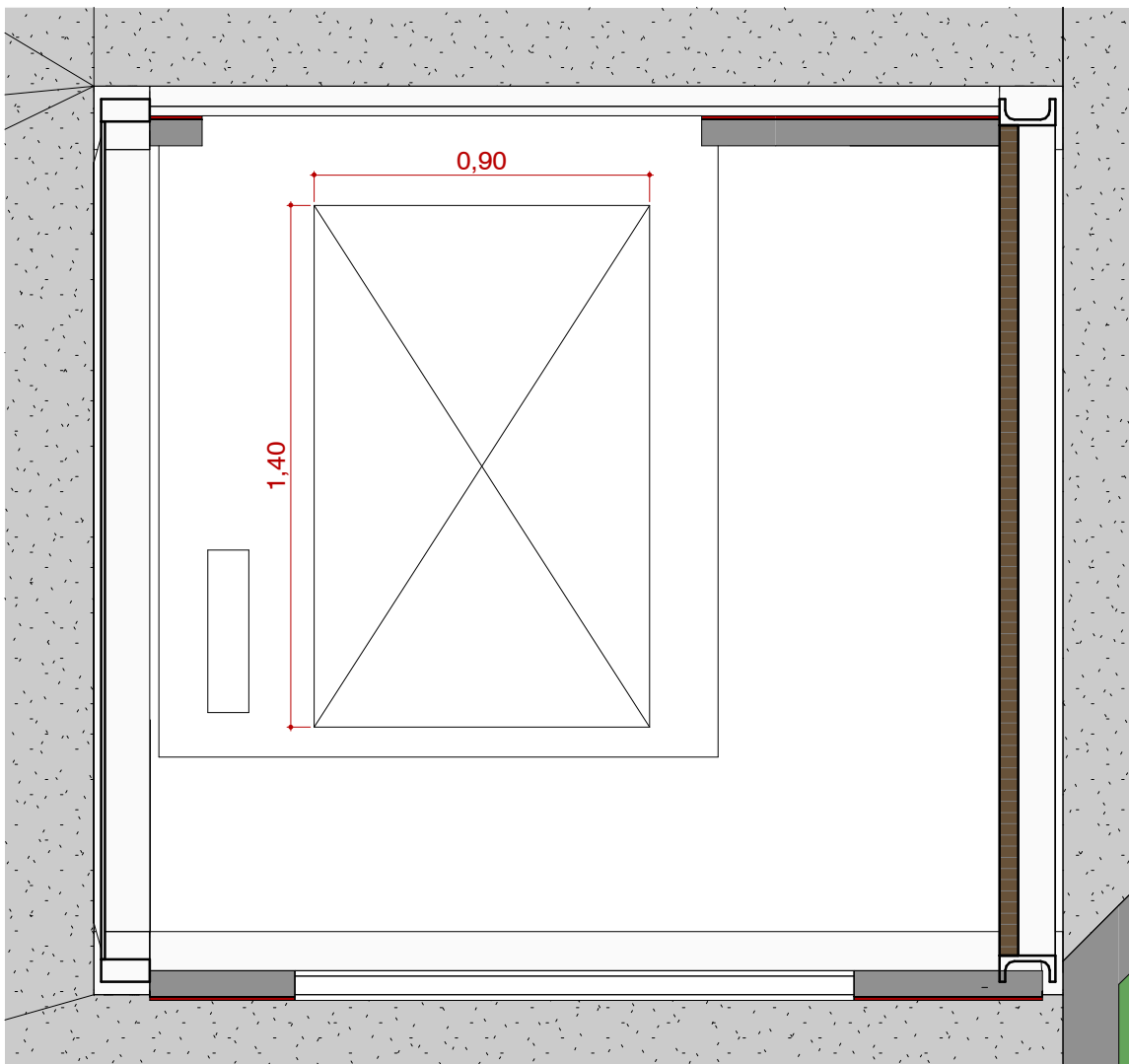
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

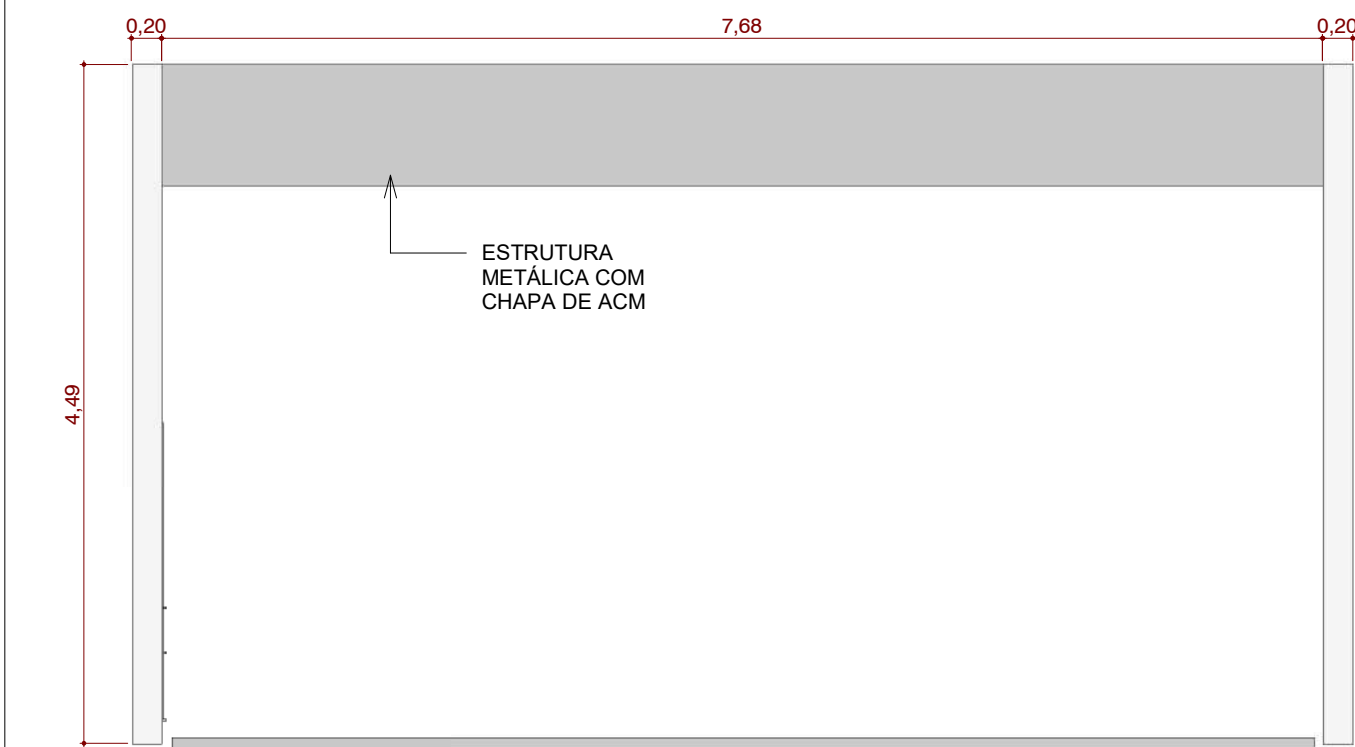
COORDENADAS
20°25'56,4"S
52°52'37,3"W



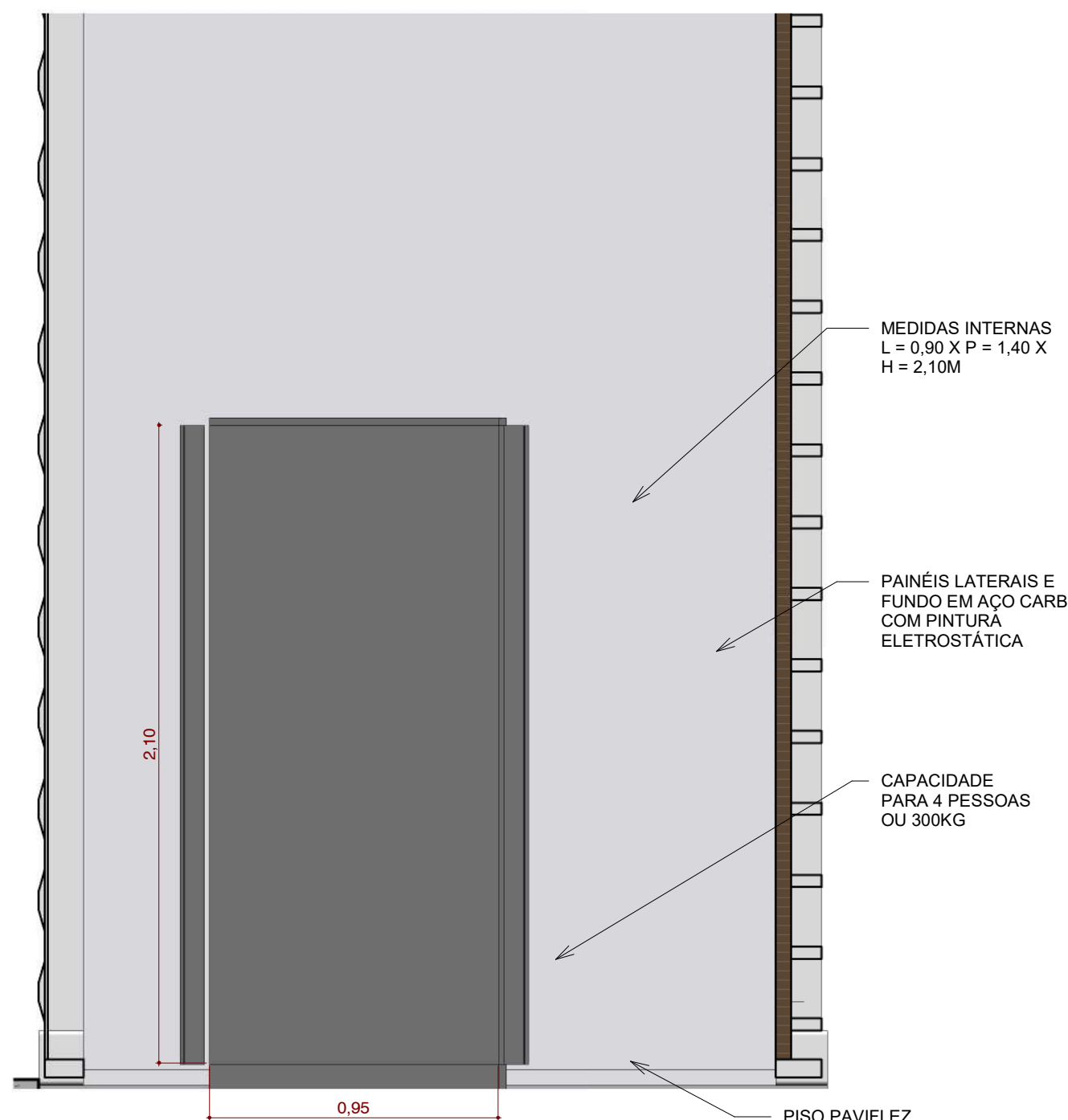
1 DET. FACHADA 01
1 : 50



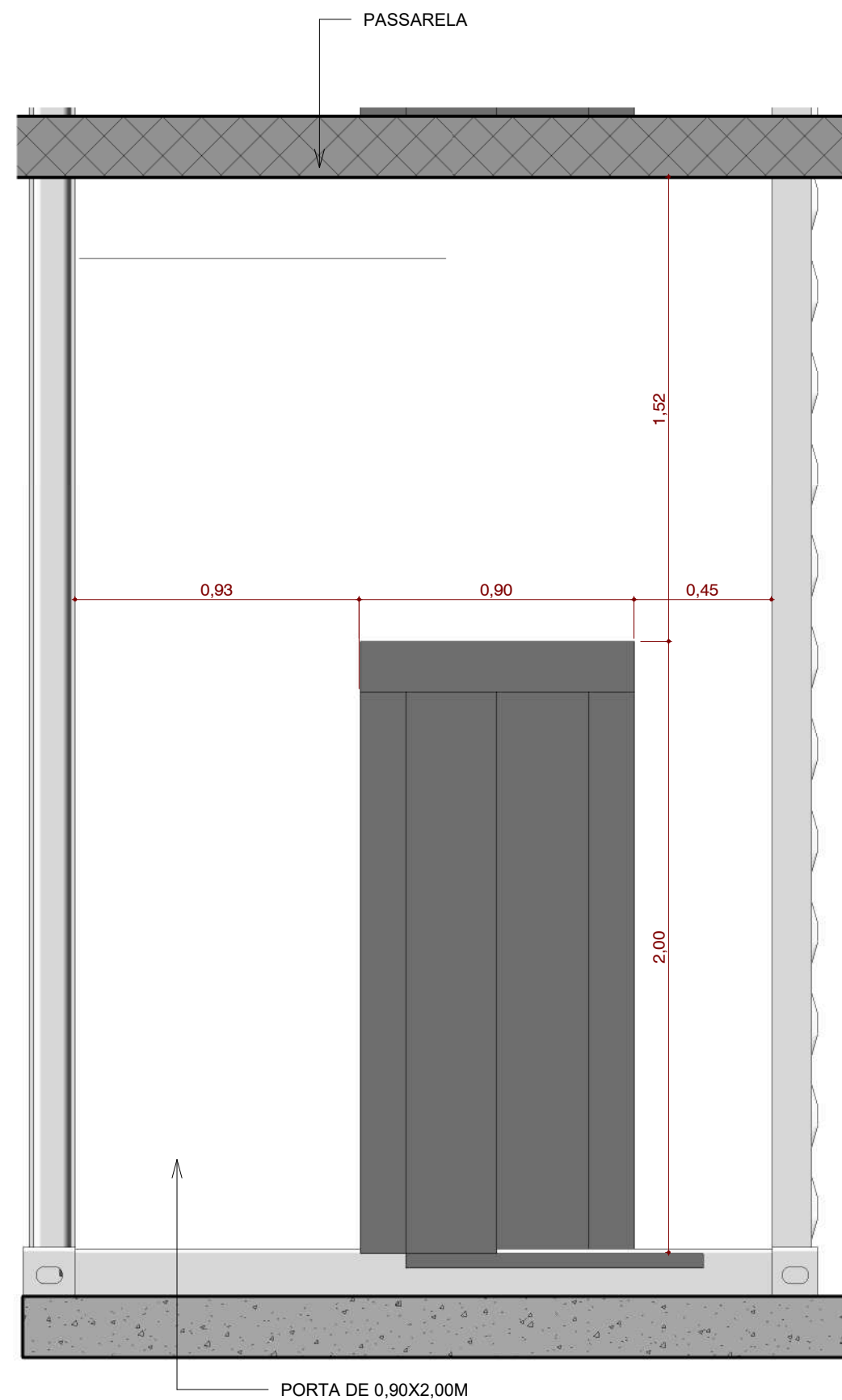
3 PLANTA ELEVADOR
1 : 20



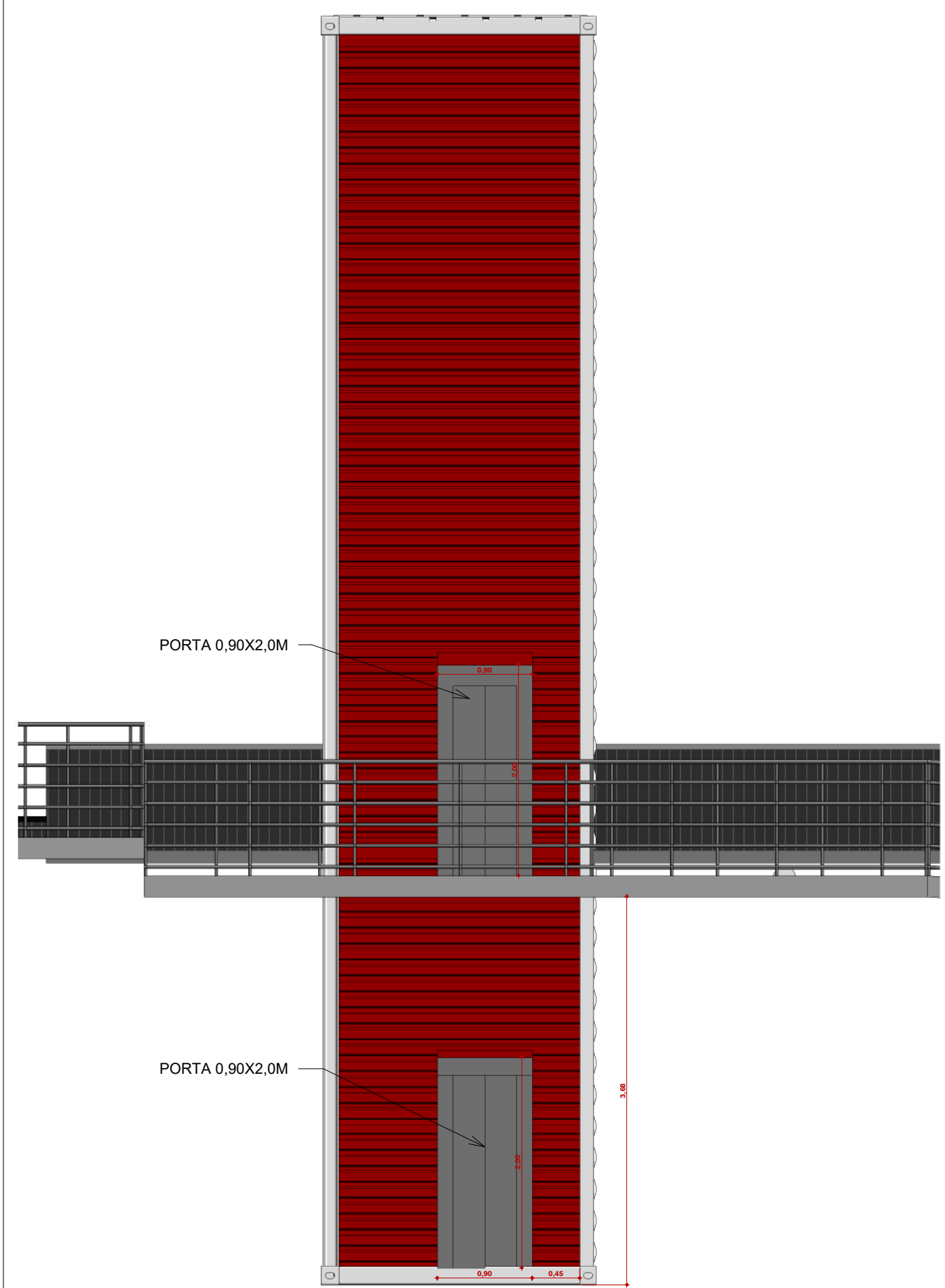
2 DET. FACHADA 02
1 : 50



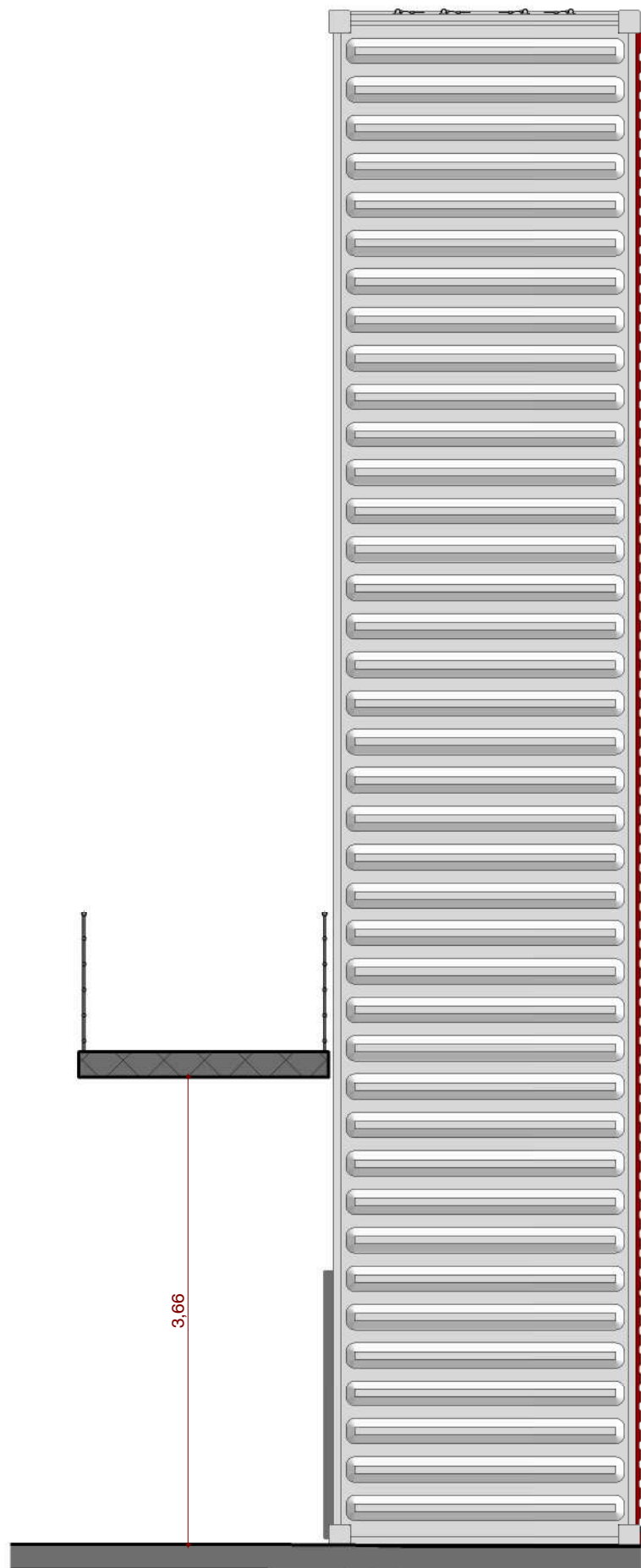
4 DET. ELEVADOR 01
1 : 20



5 DET. ELEVADOR 02
1 : 20



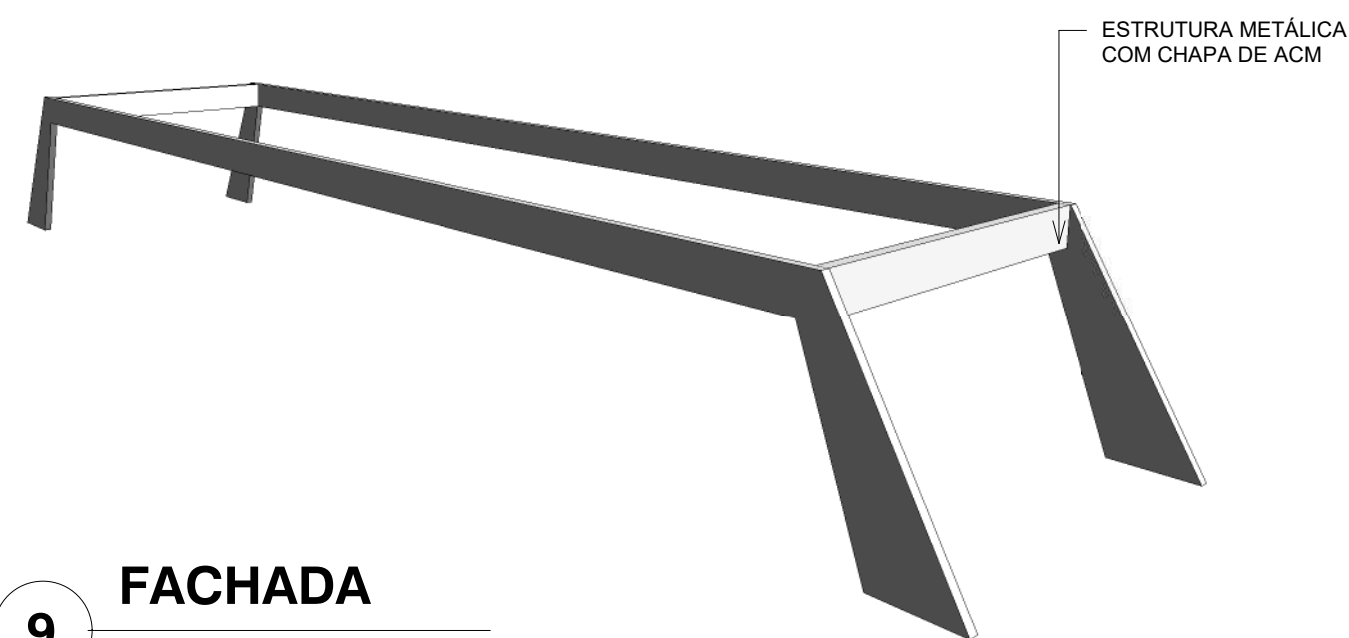
6 DET. PASSARELA
1 : 50



7 DET. ELEVADOR 03
1 : 50



8 ELEVADOR



9 FACHADA

APROVAÇÃO



ENGELUGA
ENGENHARIA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRAS
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUIDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
DET. ELEVADOR E DET. FACHADA

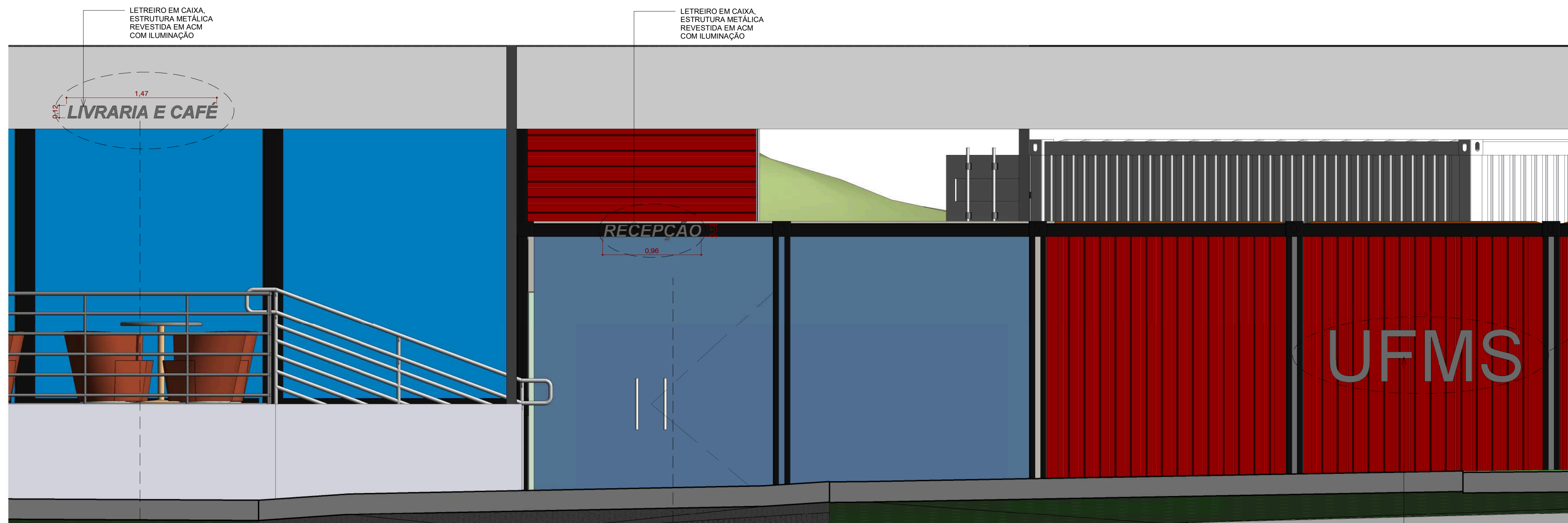
FOLHA
09/14

ESCALA
Como indicado

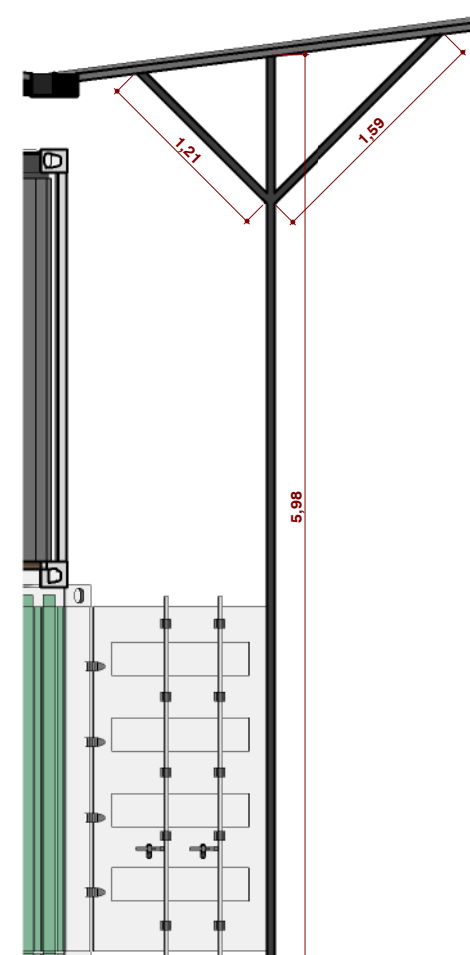
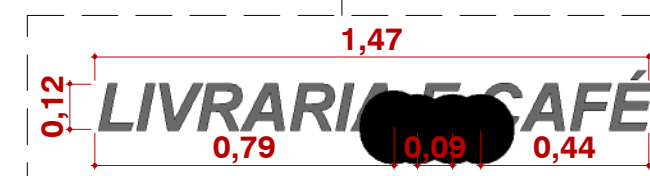
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

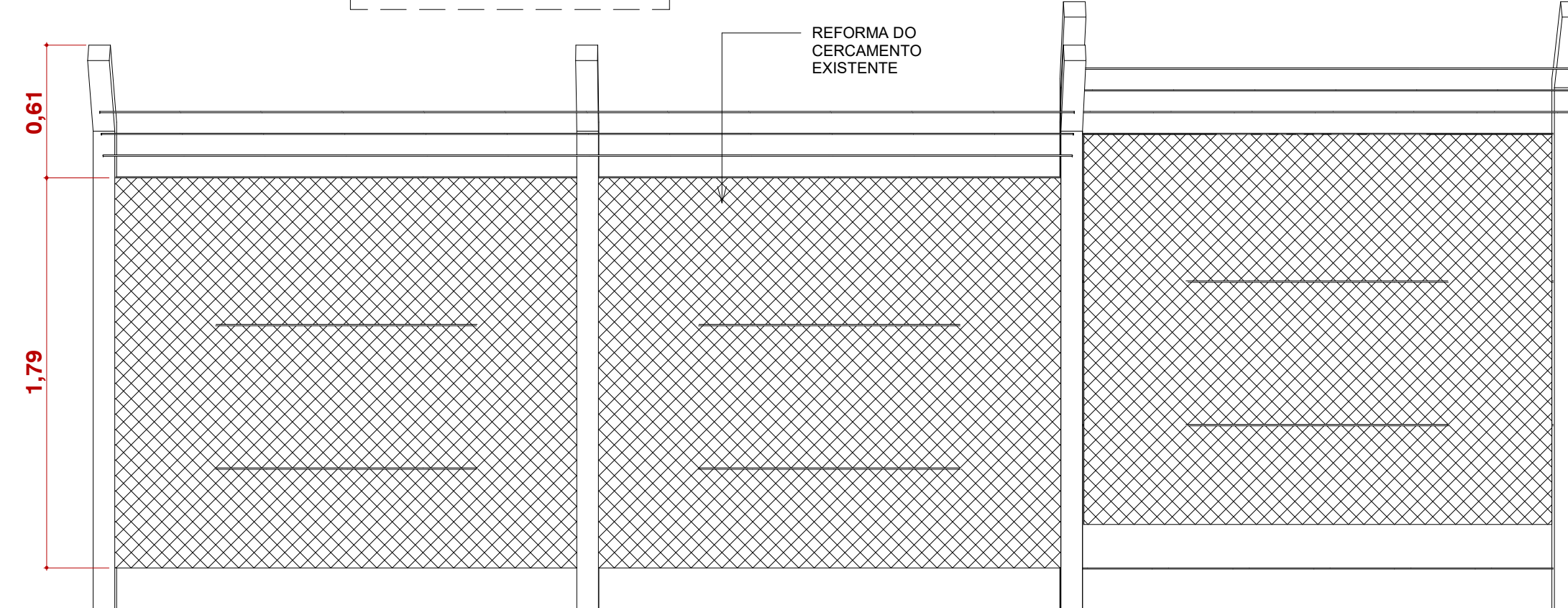
COORDENADAS
20°25'56.4"S
52°52'37.3"W



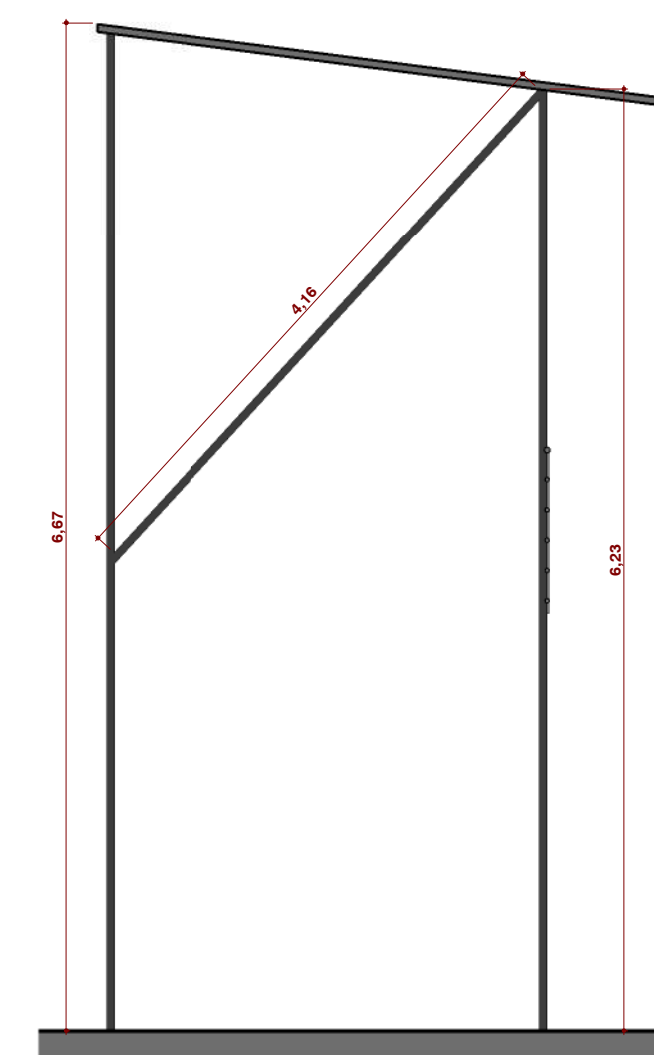
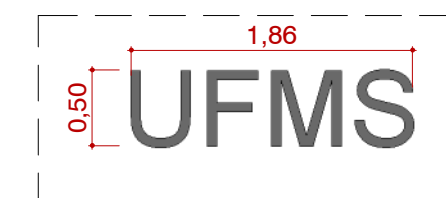
1 FACHADA LIVRARIA
1 : 25



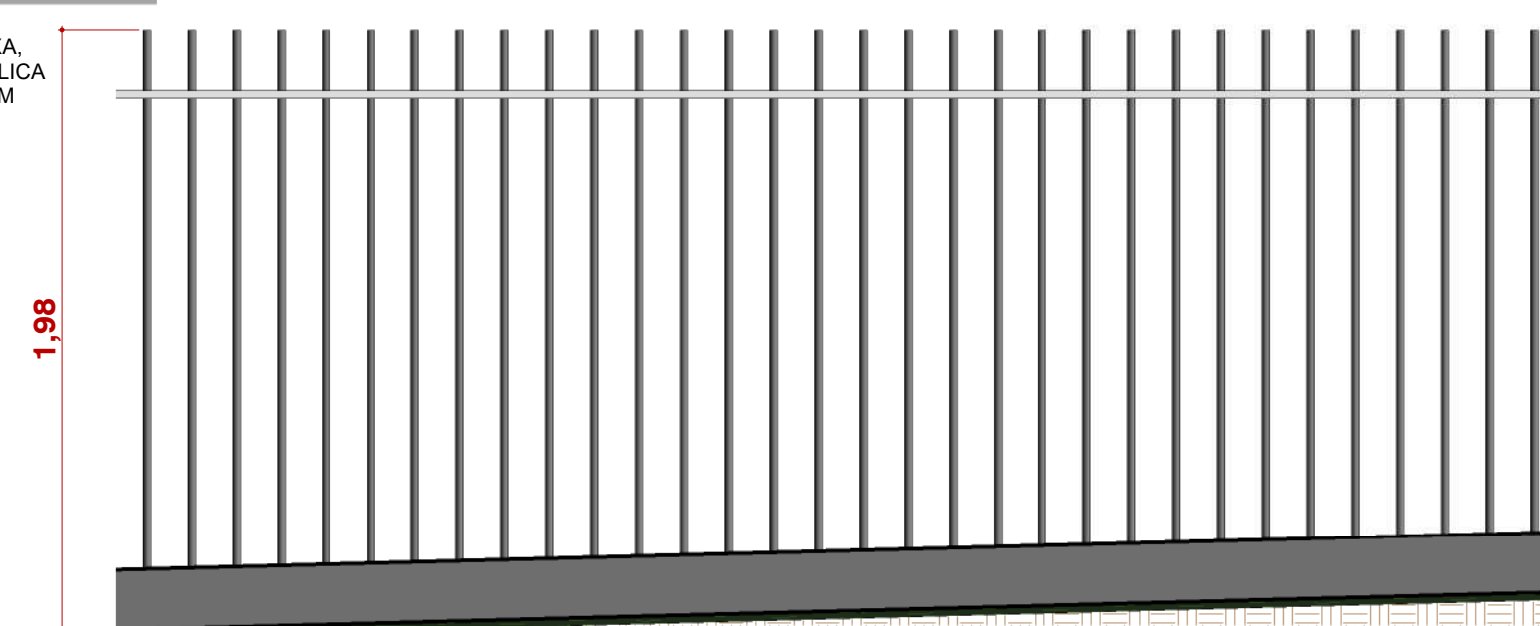
5 DET. PILAR 02
1 : 50



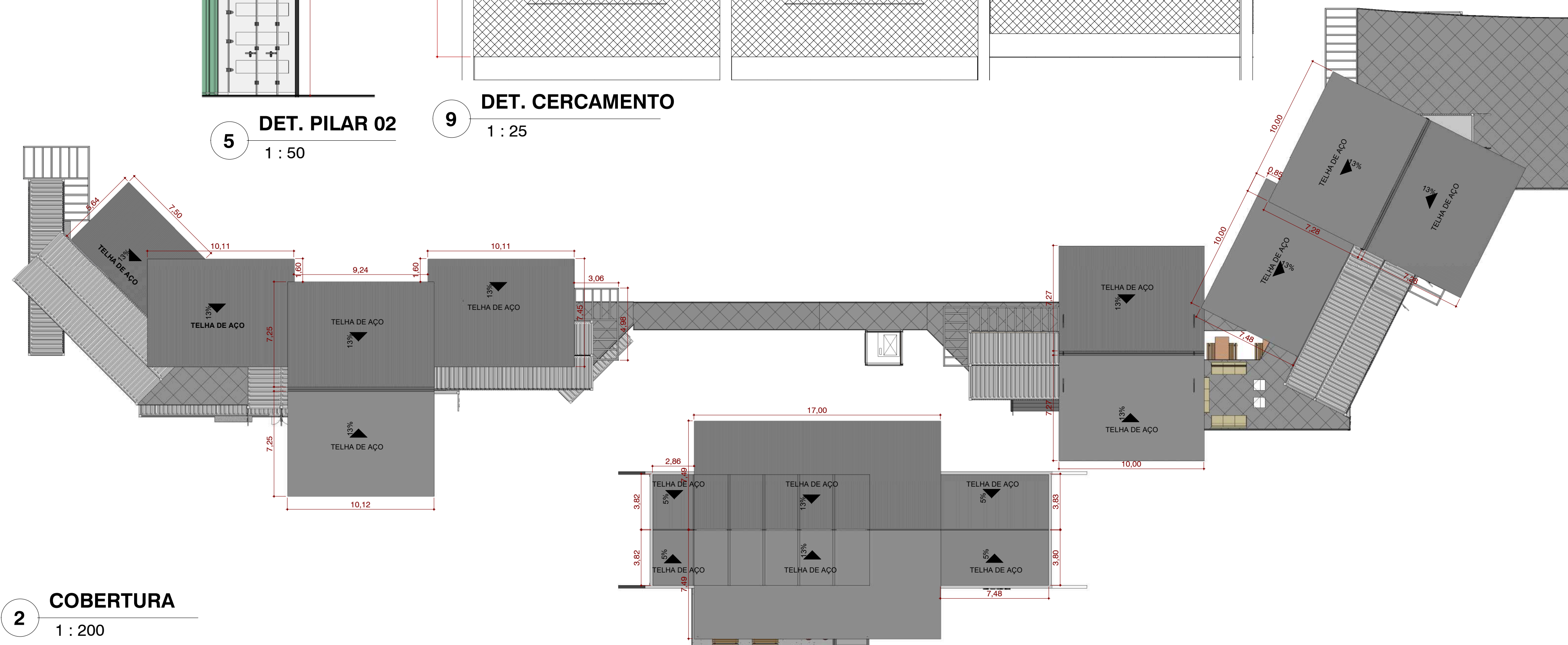
9 DET. CERCAMENTO
1 : 25



4 DET. PILAR 01
1 : 50



10 DET. GRADIL
1 : 25



2 COBERTURA
1 : 200



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRA
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUÍDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
FACHADA LIVRARIA, DET. CERCAMENTO, DET. GRADIL, COBERTURA E DET. PILAR

FOLHA
10/14

ESCALA
Como indicado

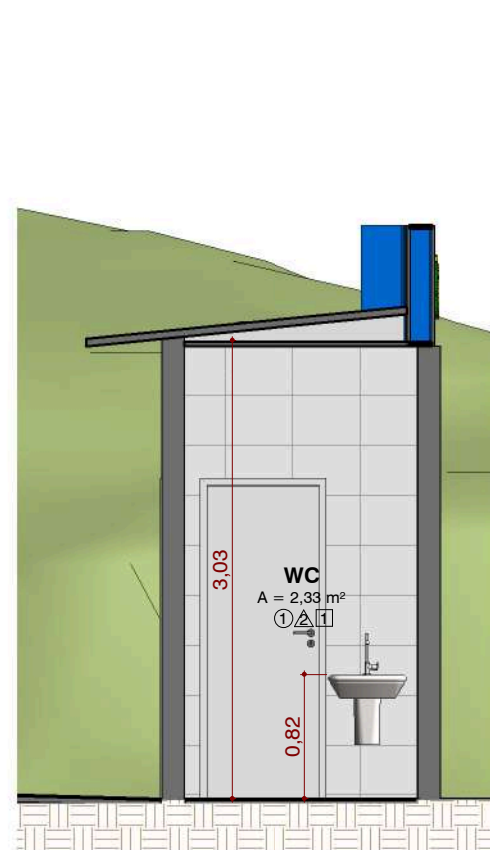
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

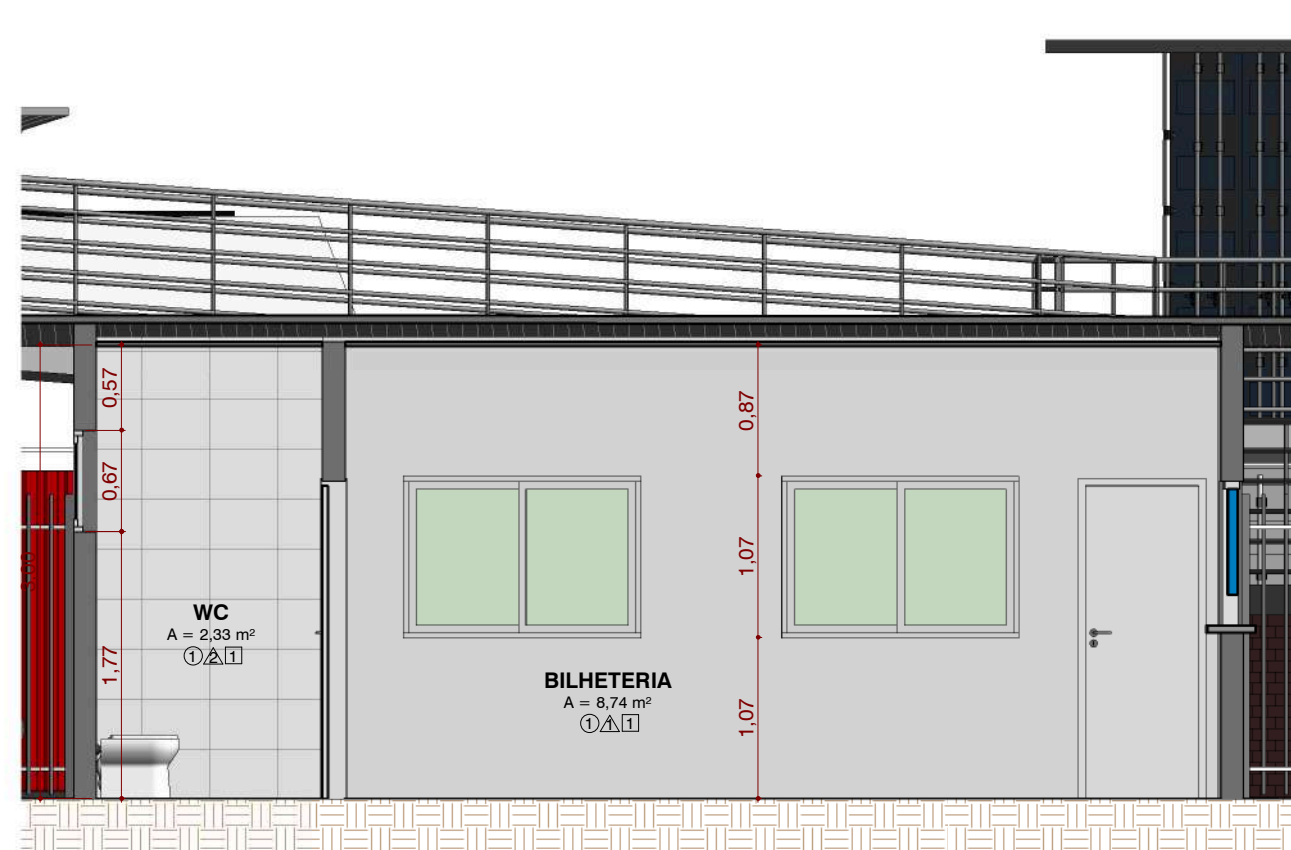
COORDENADAS
20°25'56.4"S
52°52'37.3"W



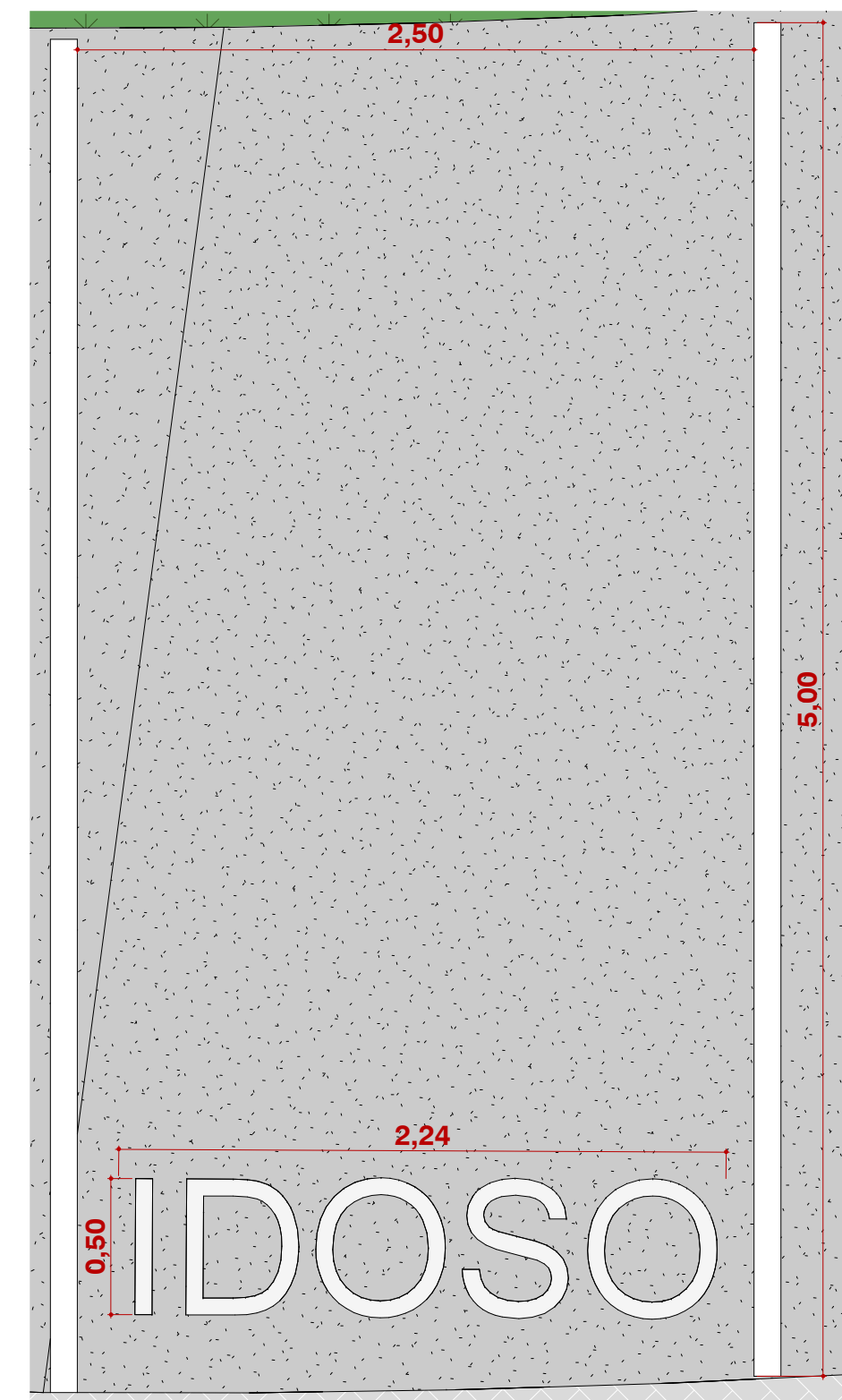
1 PLANTA BAIXA-BILHETERIA
1 : 50



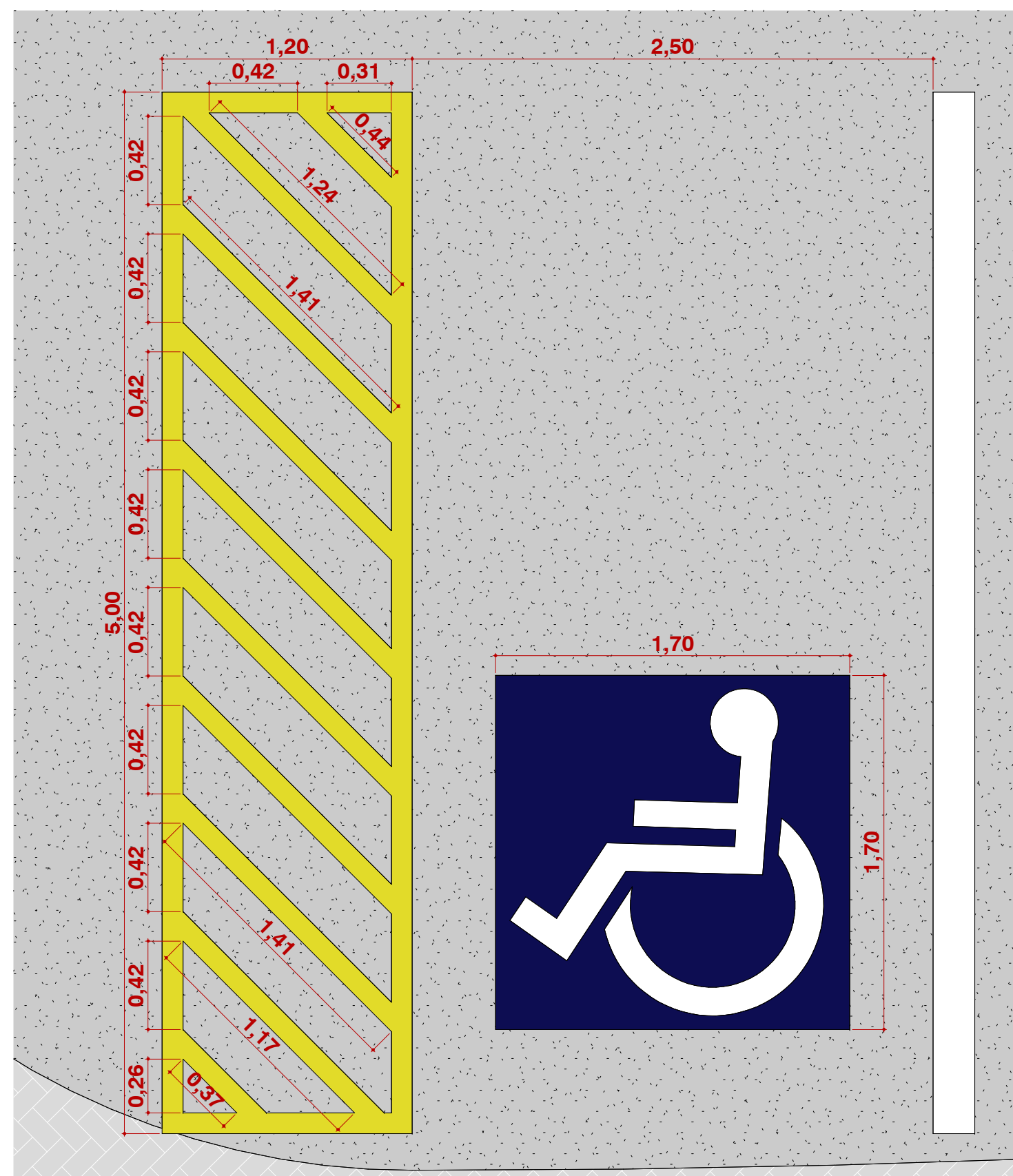
5 BILHETERIA - A
1 : 50



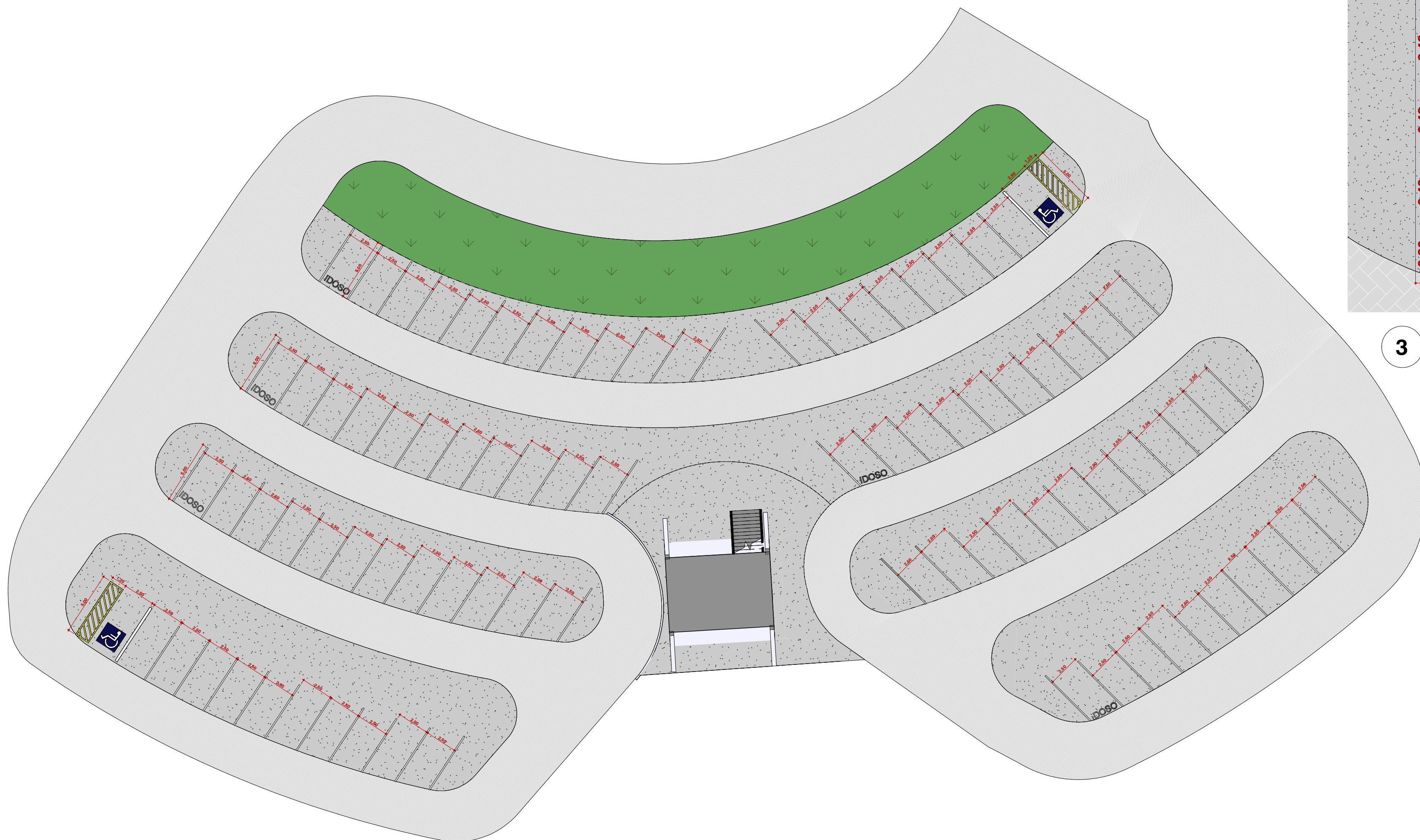
6 BILHETERIA - B
1 : 50



4 PLANTA BAIXA-VAGA IDOSO
1 : 25



3 PLANTA BAIXA-VAGA PCD
1 : 25



2 PLANTA BAIXA-ESTACIONAMENTO
1 : 250



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRA
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUÍDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
PLANTA BAIXA BILHETERIA, PLANTA BAIXA ESTACIONAMENTO, CORTE, DET. VAGA PCD E IDOSO

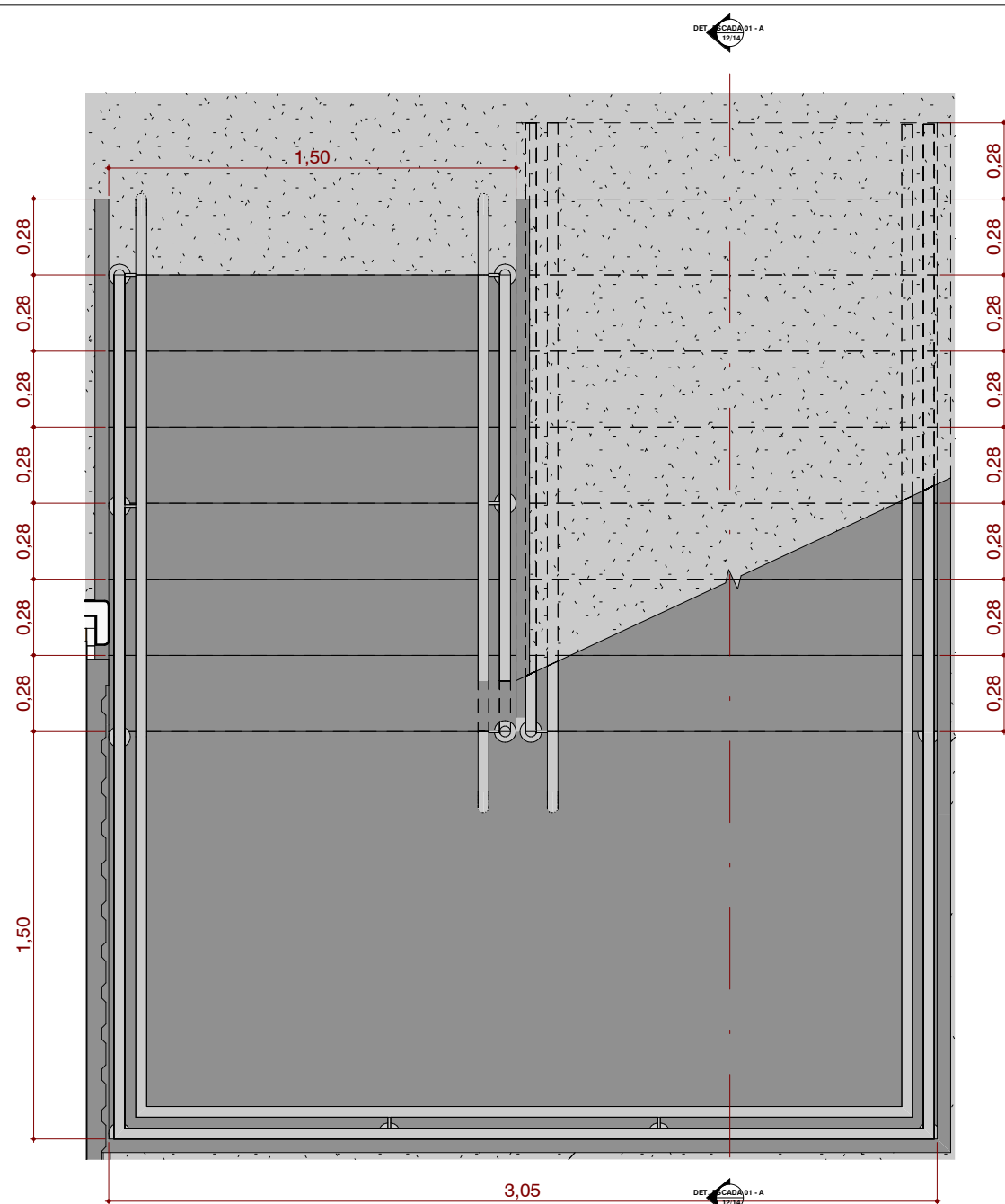
FOLHA
11/14

ESCALA
Como indicado

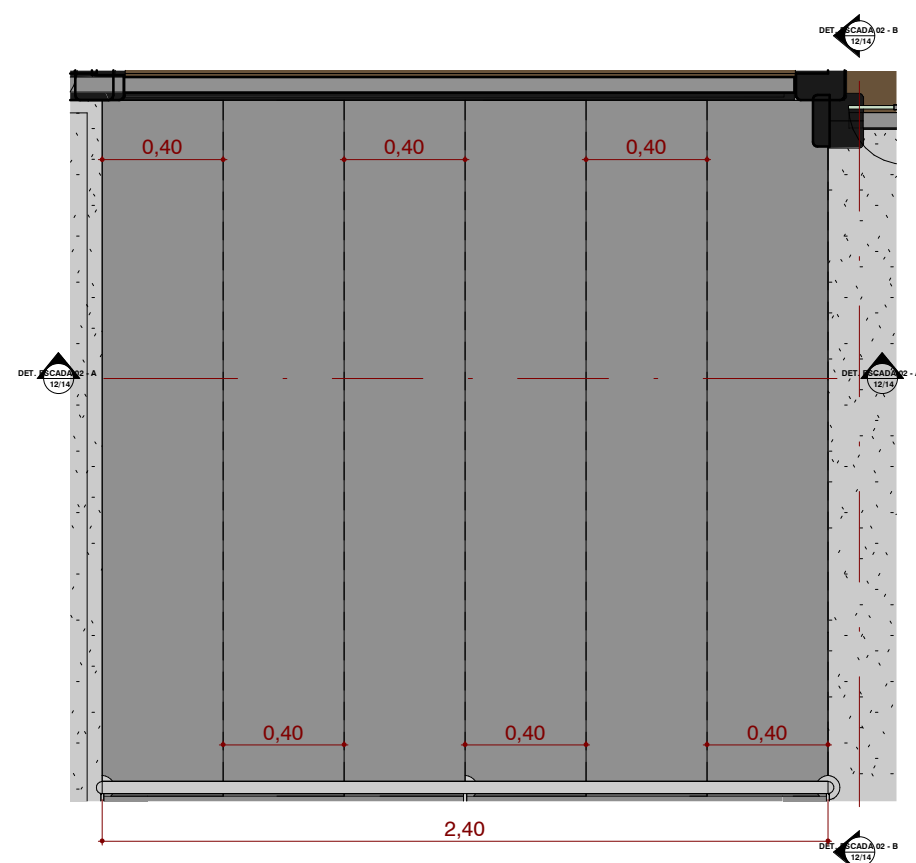
DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

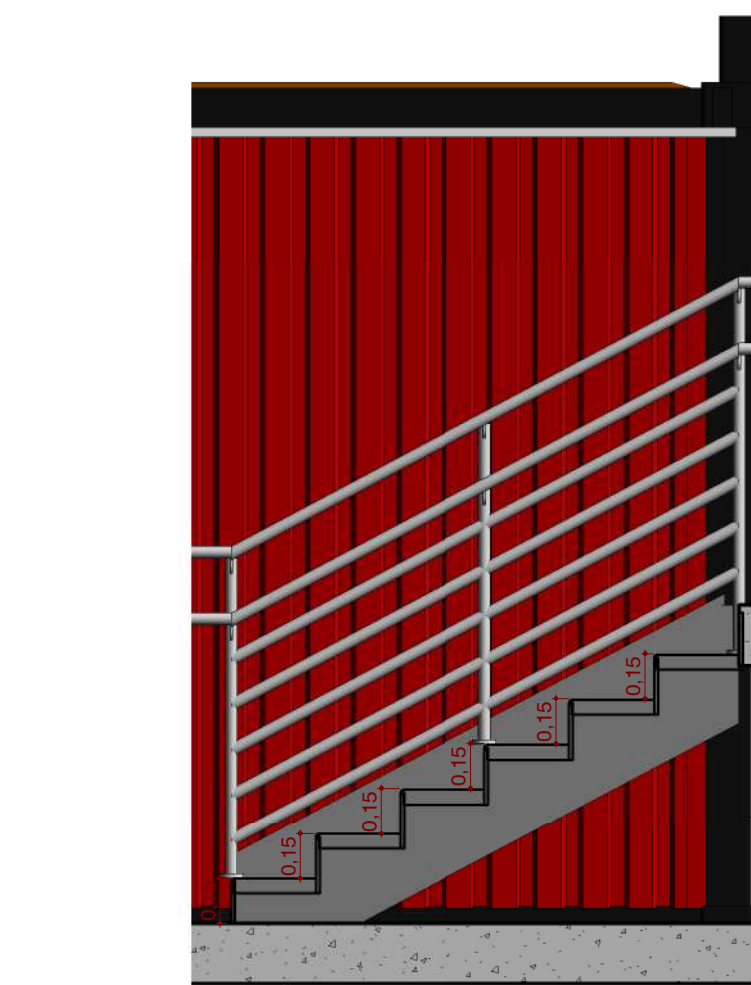
COORDENADAS
20°25'56.4"S
52°52'37.3"W



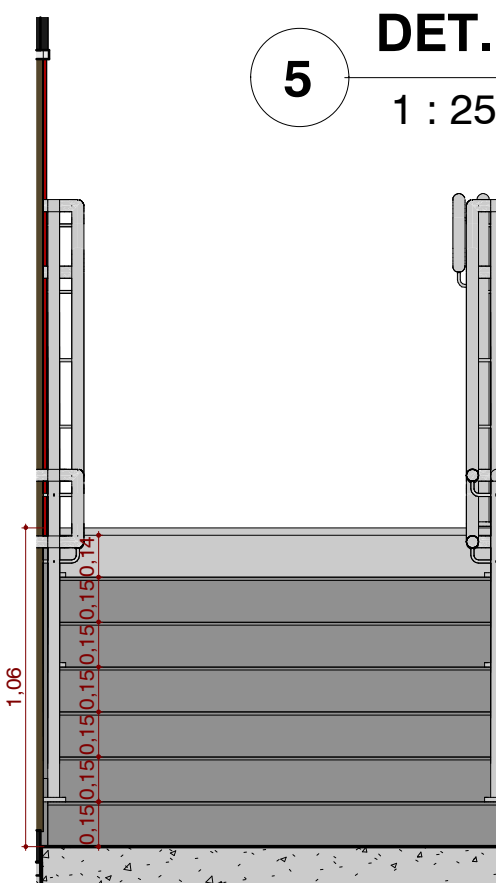
3 ESCADA 01
1 : 25



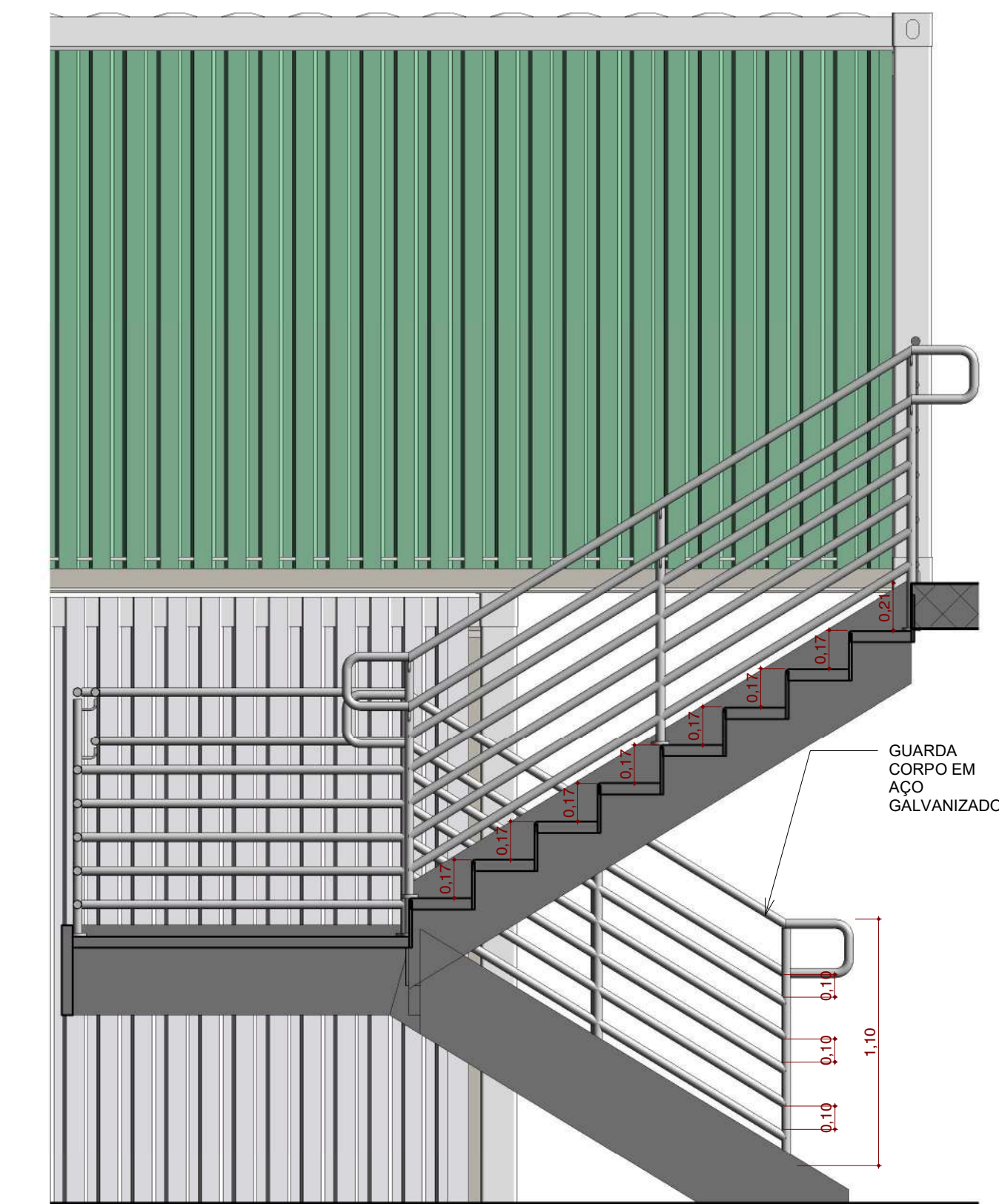
4 ESCADA 02
1 : 25



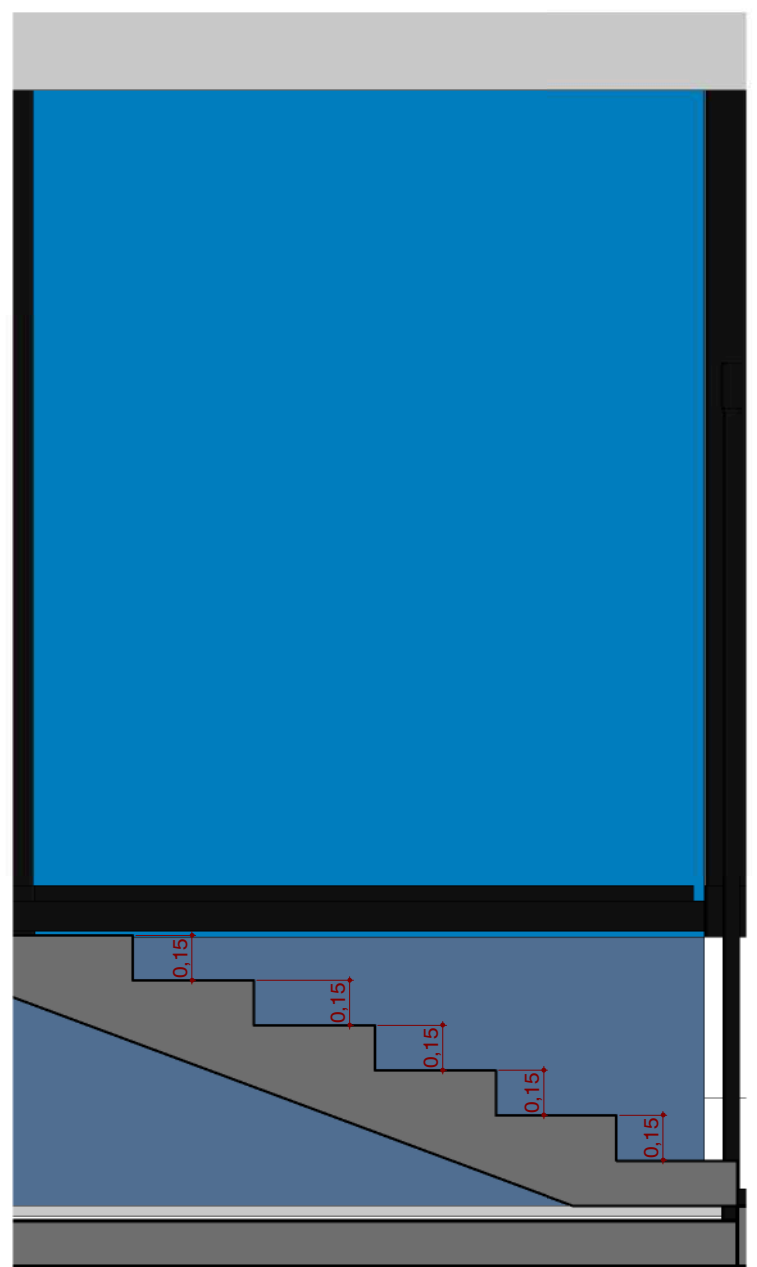
8 DET. ESCADA 03 - A
1 : 25



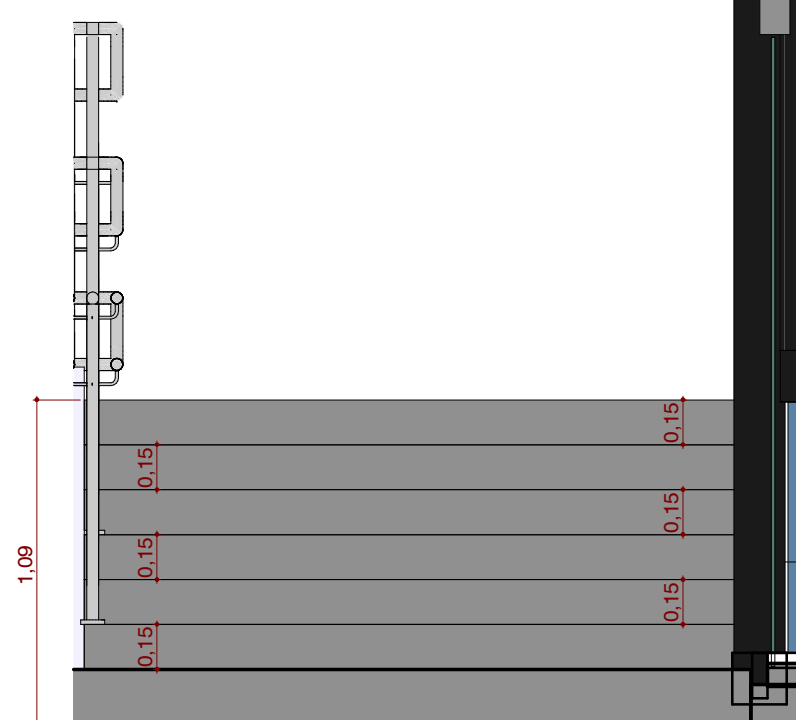
9 DET. ESCADA 03 - B
1 : 25



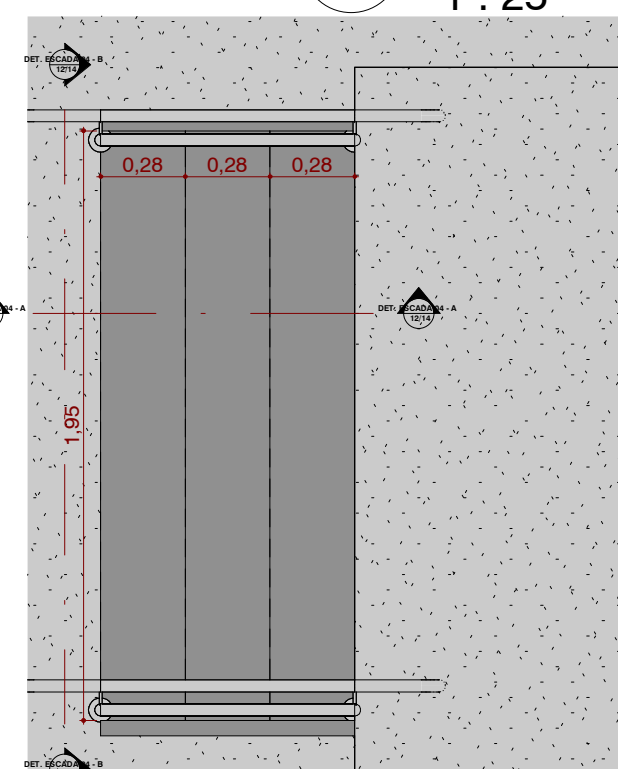
1 DET. ESCADA 01 - A
1 : 25



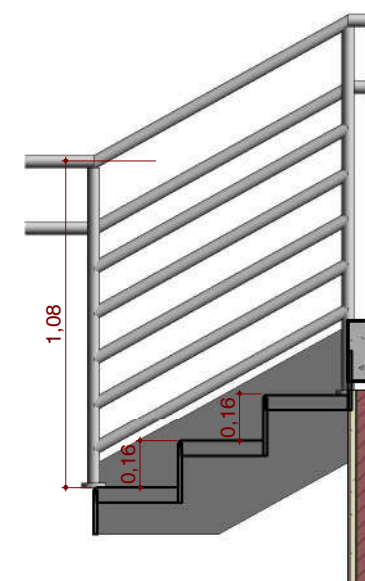
5 DET. ESCADA 02 - A
1 : 25



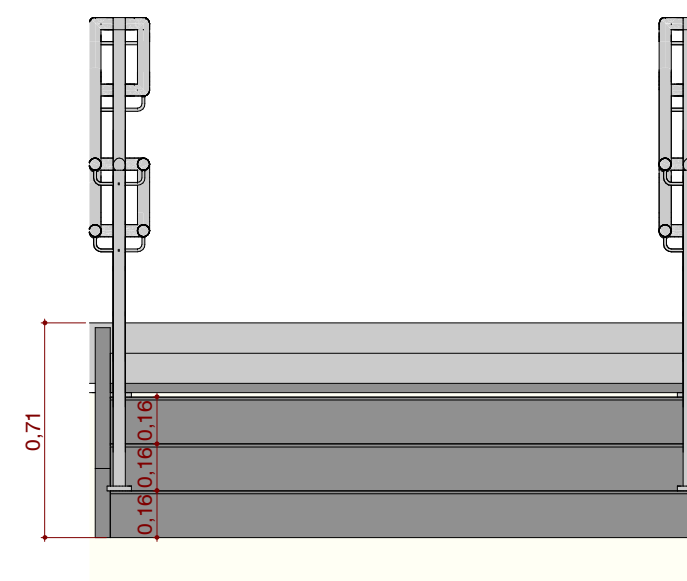
6 DET. ESCADA 02 - B
1 : 25



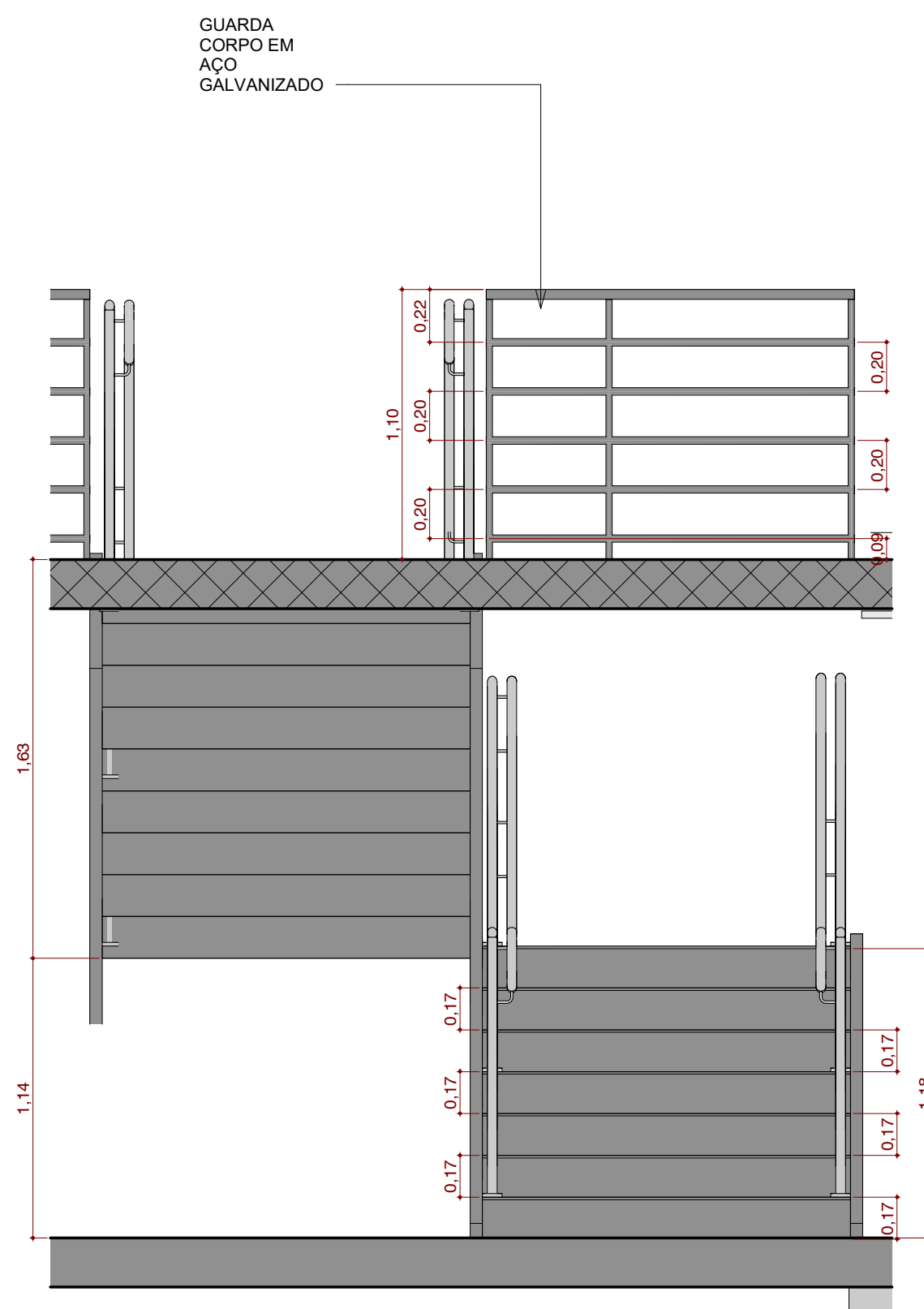
10 ESCADA 04
1 : 25



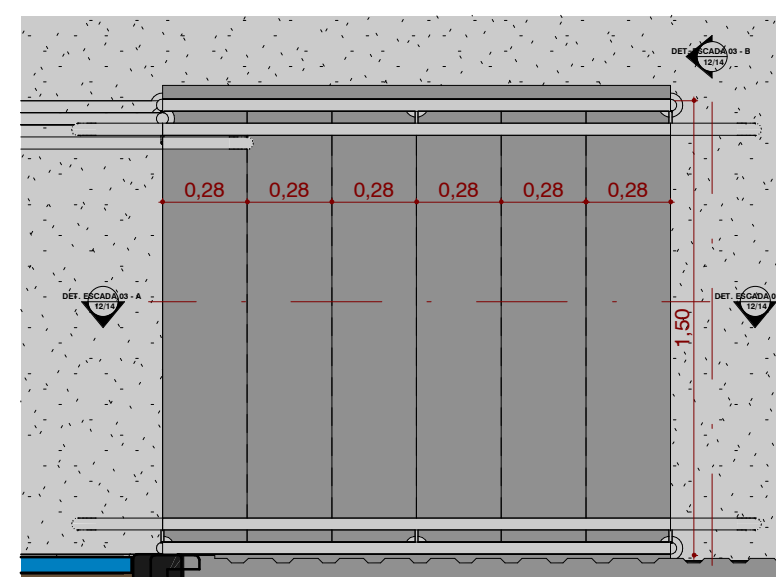
11 DET. ESCADA 04 - A
1 : 25



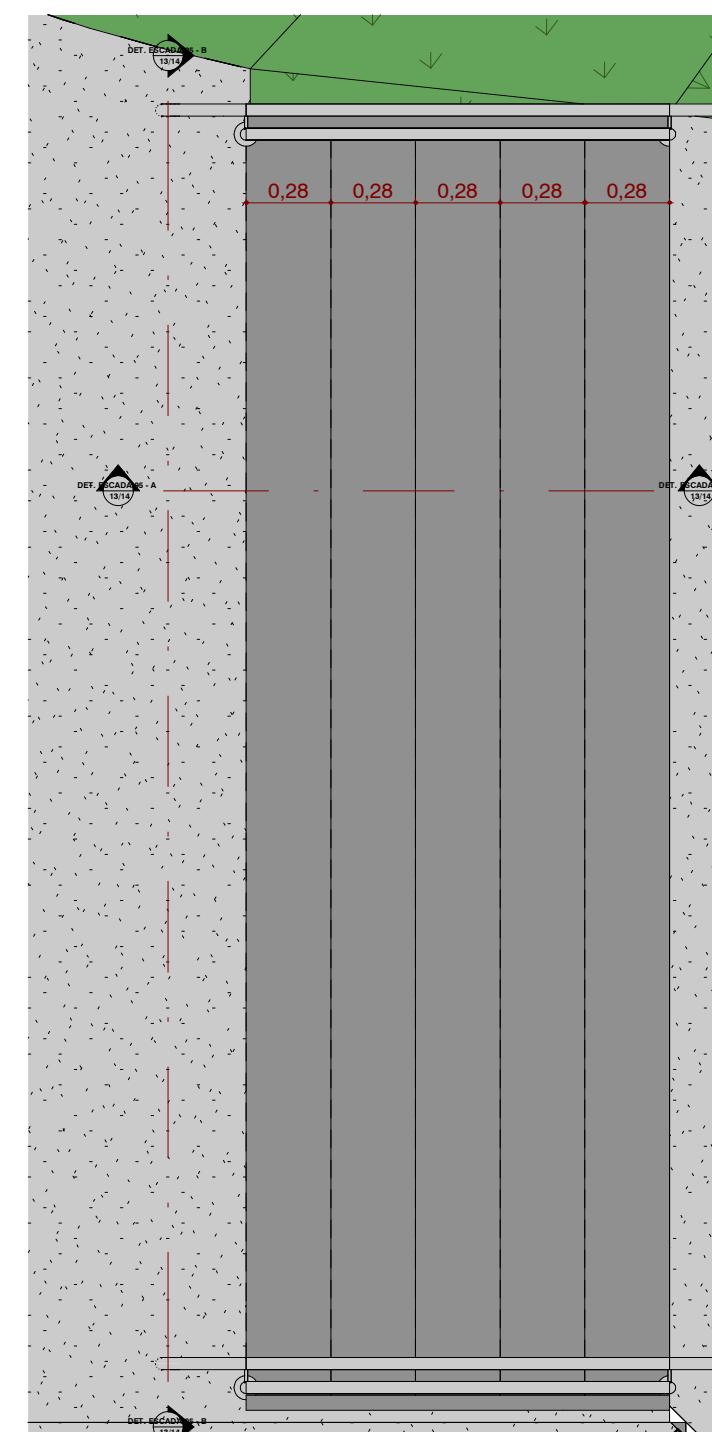
12 DET. ESCADA 04 - B
1 : 25



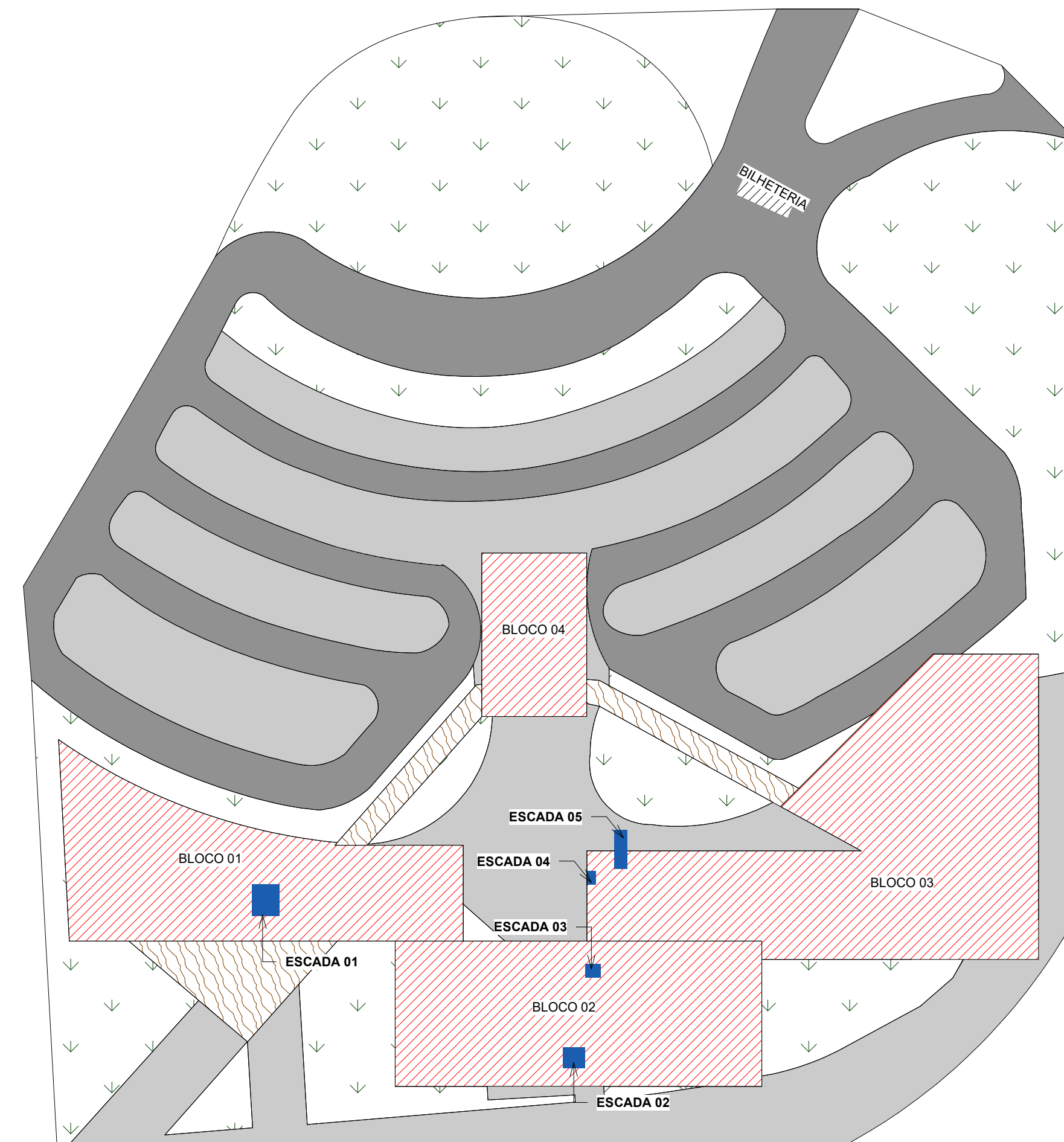
2 DET. ESCADA 01 - B
1 : 25



7 ESCADA 03
1 : 25

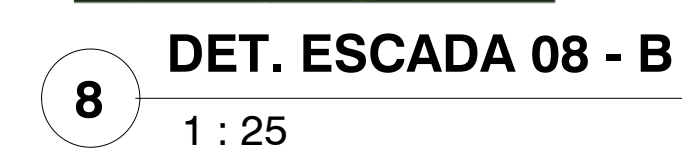
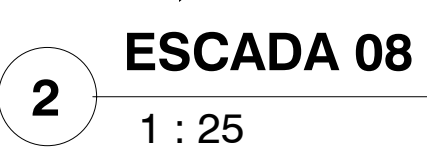
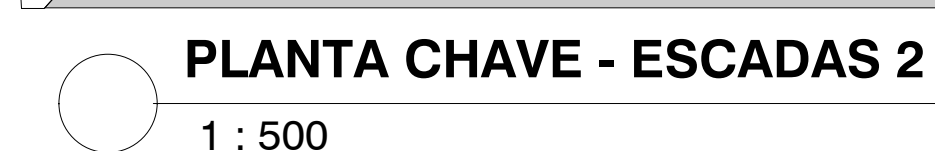
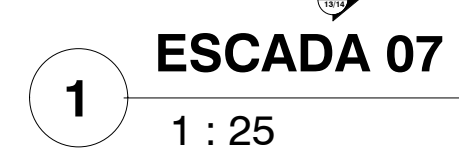


13 ESCADA 05
1 : 25



PLANTA CHAVE - ESCADAS
1 : 500

| | |
|--|--|
| APROVAÇÃO | |
| | |
| FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC | |
| OBRA CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS | |
| LOCAL AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS | ÁREA CONSTRUIDA 2134,80 m² ÁREA DO TERRENO 12552,66 m² |
| RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO FÁBIO MARQUES RIBEIRO CREA nº 15.276/MS | CLIENTE FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC CNPJ: 15.513.690/0001-50 |
| DISCIPLINA PROJETO ARQUITETÔNICO | |
| CONTEÚDO DET. ESCADA | FOLHA 12/14 |
| ESCALA Como indicado | DATA DEZEMBRO/2022 |
| CONVÊNIO | COORDENADAS 00°25'56.4"S 52°52'37.3"W |



OBRAS

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

RESPONSÁVEL TÉCNICO P/ PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO
ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO

DET. ESCADA

FOLHA

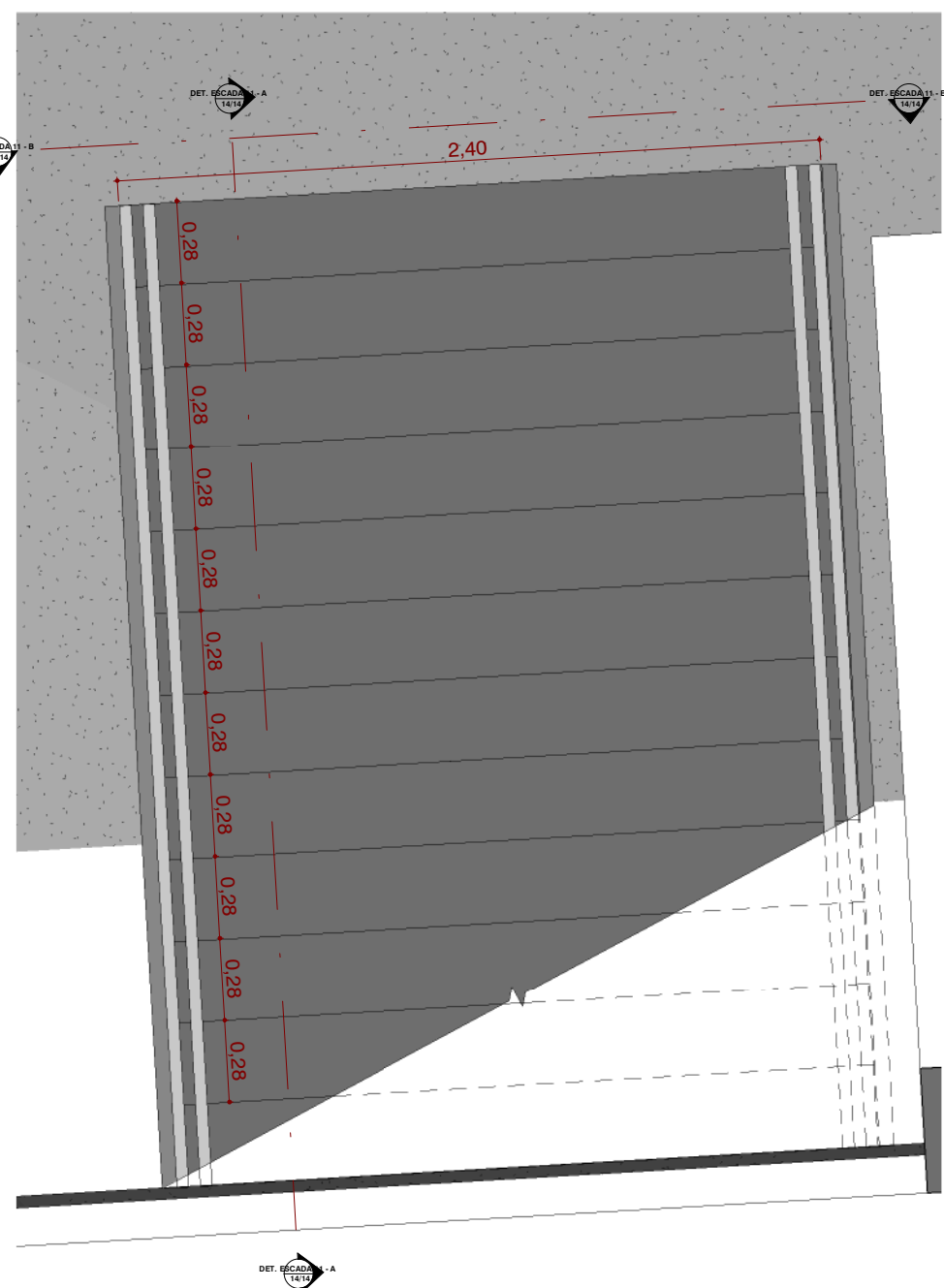
13/14

ESCALA

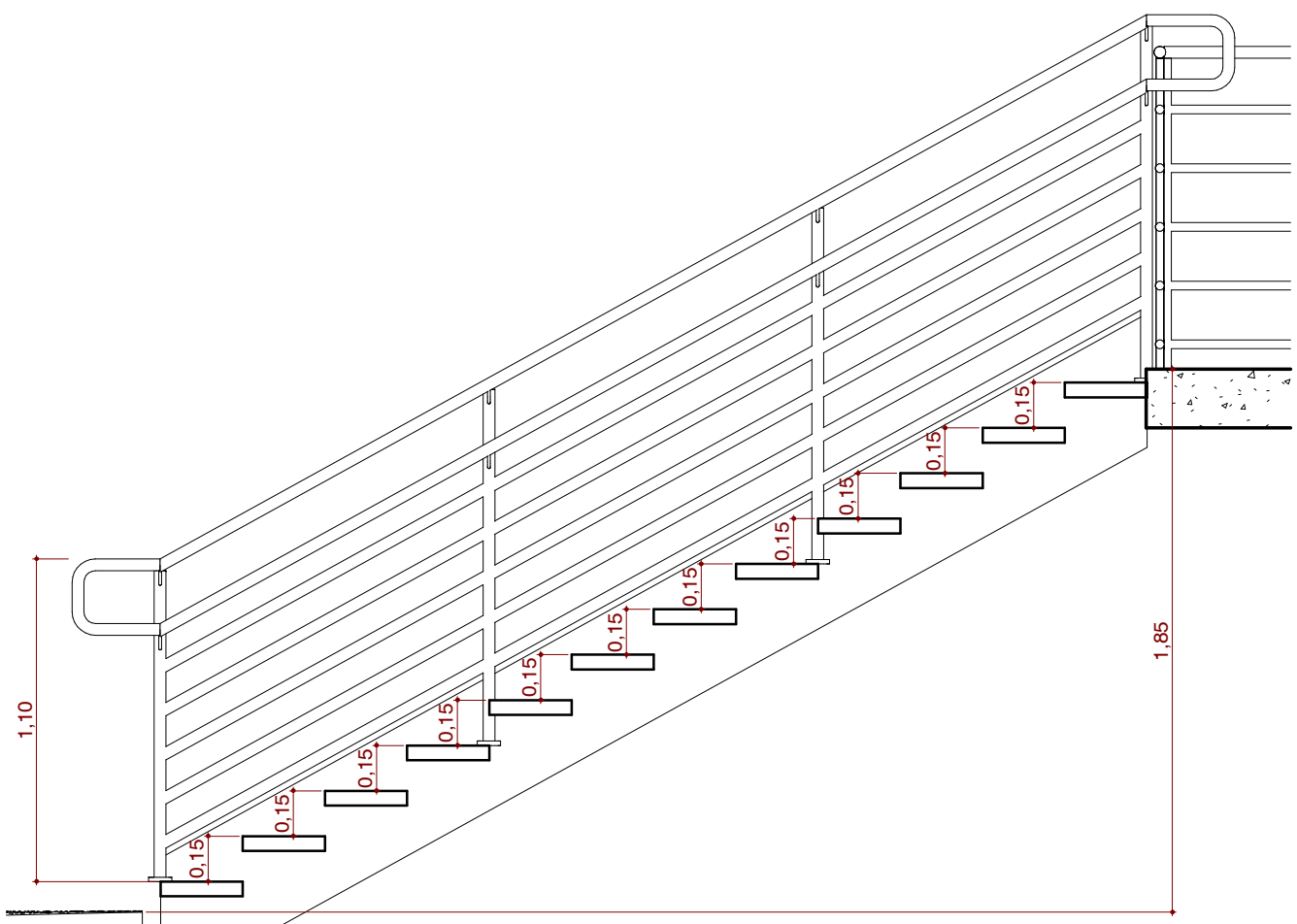
| | |
|------|---------------|
| DATA | DEZEMBRO/2022 |
|------|---------------|

CONVÊNIO

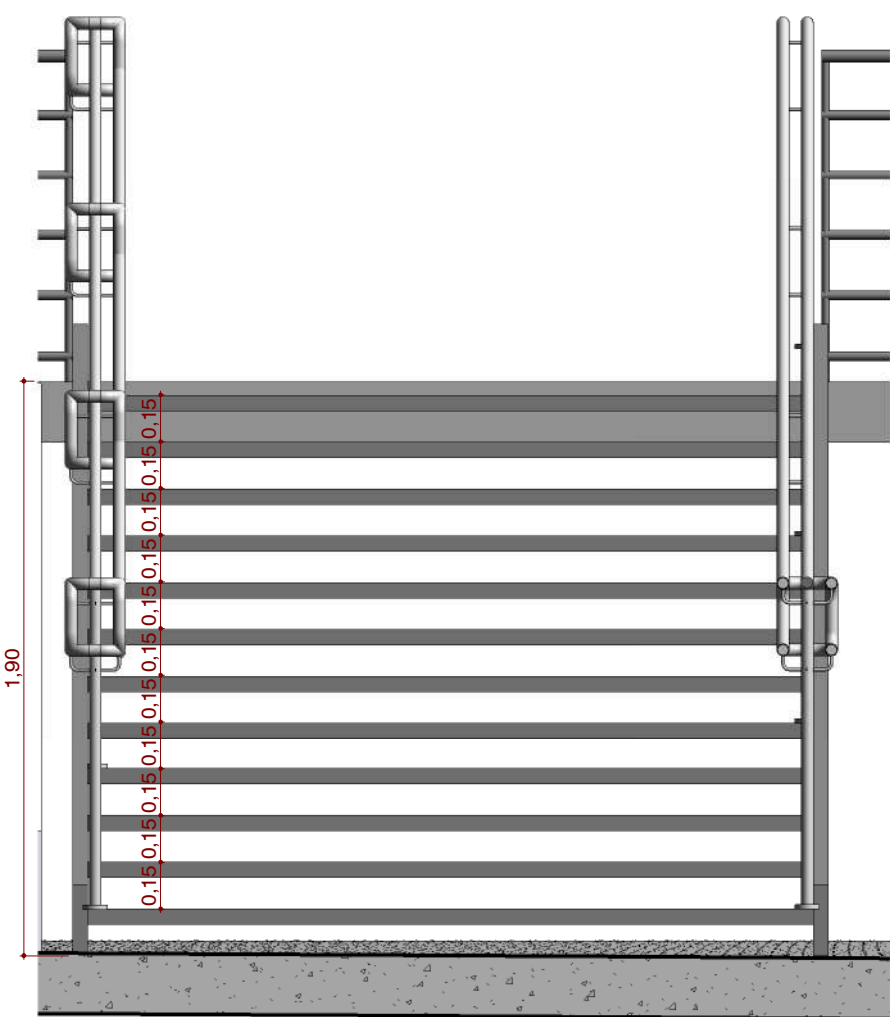
COORDENADAS
20°25'56.4"S
52°52'37.3"W



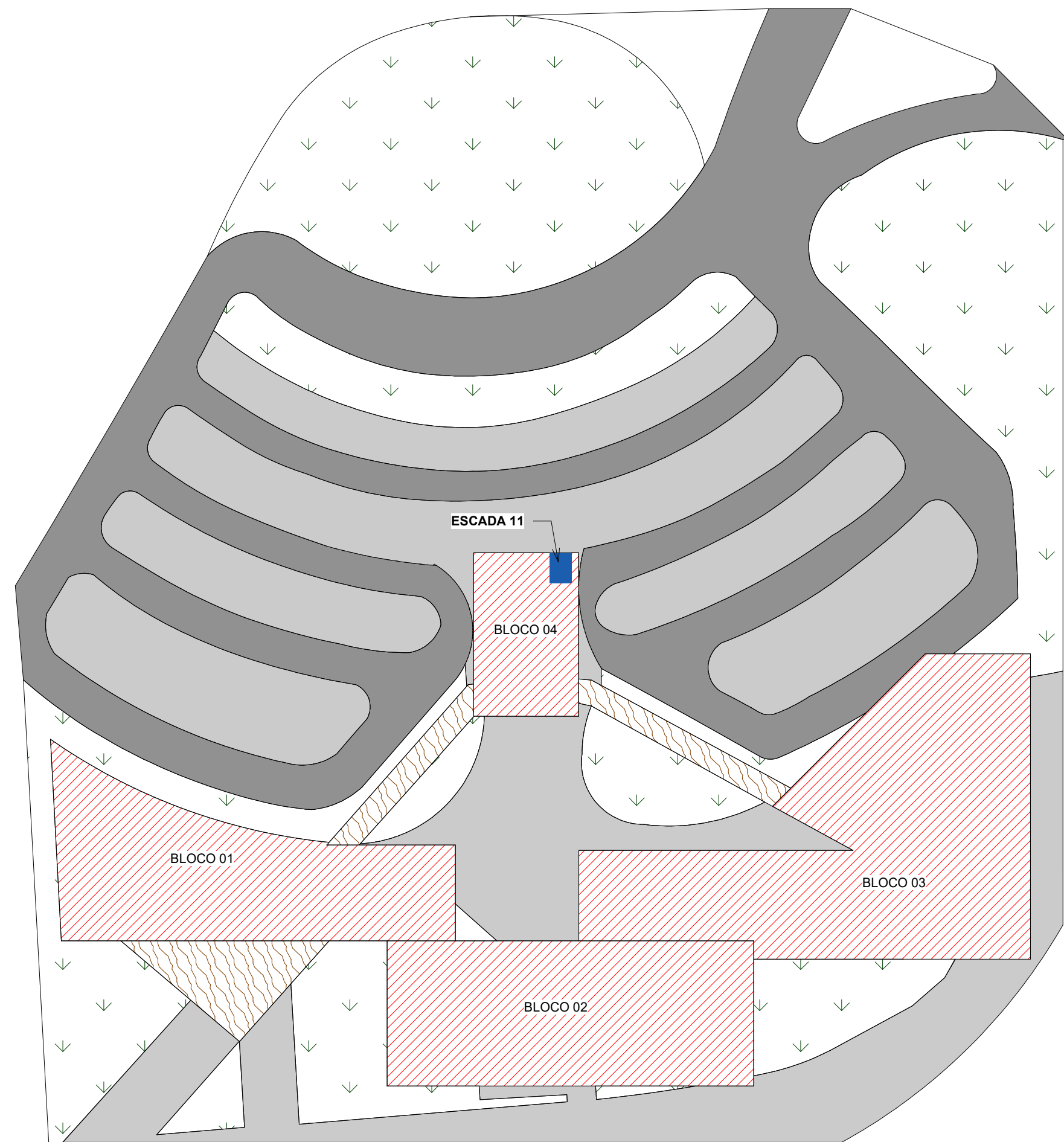
6 ESCADA 11
1 : 25



7 DET. ESCADA 11 - A
1 : 25



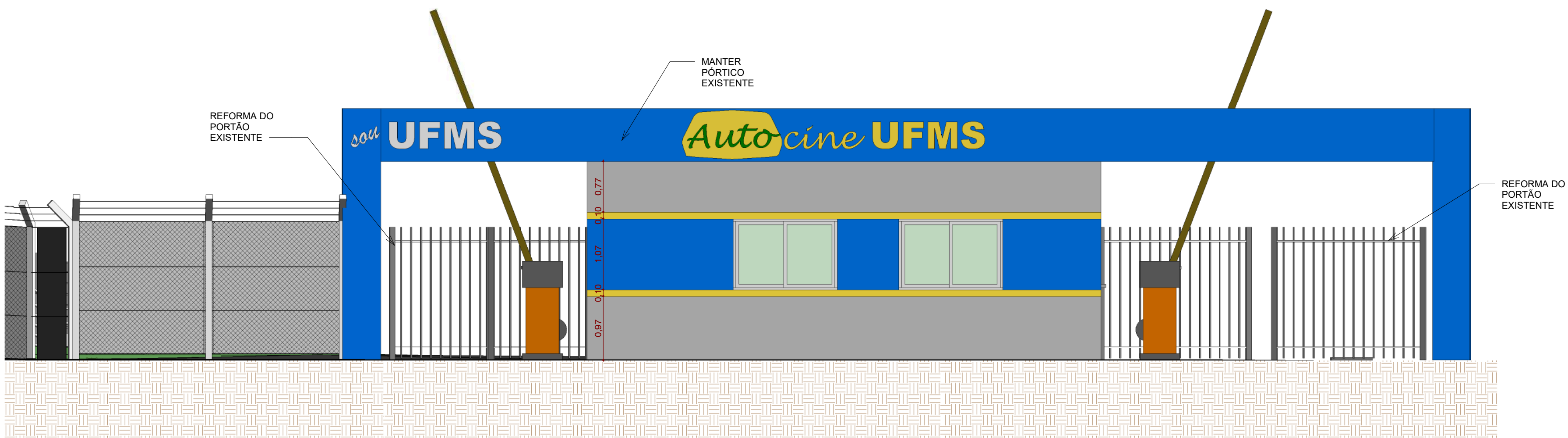
8 DET. ESCADA 11 - B
1 : 25



1 PLANTA CHAVE - ESCADAS 3
1 : 500



1 BLOCO ADMINISTRATIVO
1 : 50



2 BILHETERIA
1 : 50



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC

OBRAS
CENTRO DE CONVIVÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ESTUDANTIL AUTO CINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

LOCAL
AV. COSTA E SILVA - PIONEIROS - CAMPO GRANDE/MS

ÁREA CONSTRUIDA
2134,80 m²
ÁREA DO TERRENO
12552,66 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO
FÁBIO MARQUES RIBEIRO
CREA nº 15.276/MS

CLIENTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC
CNPJ: 15.513.690/0001-50

DISCIPLINA
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO
DET. ESCADA E FACHADA

FOLHA
14/14

ESCALA
Como indicado

DATA
DEZEMBRO/2022

CONVÊNIO

COORDENADAS
20°25'56.4"S
52°52'37.3"W



ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/OBRA DE ENGENHARIA Nº ____/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA - FAPEC E A EMPRESA _____.

A **Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC**, entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.690/0001-50, com sede e foro nesta Capital, na Rua 09 de Julho, nº 1922, Vila Ipiranga, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de 20_____, publicada no Diário Oficial de _____ de _____ de _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº _____/_____ e em observância às disposições da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do RDC Eletrônico nº 001/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para a execução da obra do Centro de Convivência e Empreendedorismo Estudantil – AUTOCINE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS), que ocorrerá na área do AUTOCINE, localizada no Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grandes/MS, com área aproximada de 2.134,80 m², com 2 pavimentos em arquitetura modular, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, condições e quantidades estabelecidas no Projeto Básico e demais anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do RDC Eletrônico nº 001/2023 e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Instrumento Convocatório, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____.

2.2. O prazo de execução do objeto é de 12 (doze) meses e será iniciada a contar da emissão ordem de serviços, cujas etapas observarão o cronograma anexado ao Edital do RDC Eletrônico nº 001/2023.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos para atender a esta licitação estão previstos no Contrato nº 72/2021 – UFMS.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Projeto Básico.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

9.1. O contratado se obriga, sob as penas previstas no contrato e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da contratante.

9.2. O contratado declara e garante que não está envolvido ou irá se envolver, direta ou indiretamente, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

9.3. A contratada declara e garante que não se encontra (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental; e (iv) sujeita a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.

9.4. O contratado declara que não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a contratante e/ou seus negócios.

9.5. O contratado declara que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas

envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.

9.6. O contratado se obriga a notificar prontamente, por escrito, à contratante a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

9.7. O não cumprimento pelo contratado das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta cláusula será considerado uma infração grave ao contrato e conferirá à contratante o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a contratada responsável por eventuais perdas e danos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. O contratado obriga-se a atuar no presente contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a contratada deverá:

10.1.1. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da contratante e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à contratante, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

10.1.2. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

10.1.3. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da contratante.

10.1.4. Garantir, por si próprio, a confidencialidade dos dados que tiver acesso em decorrência deste contrato, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à contratante.

10.2. Os dados pessoais que tiver acesso não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da contratante, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

10.2.1. Caso o contratado seja obrigado por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a contratante para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

10.3. O contratado deverá notificar a contratante em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

10.3.1. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela contratada, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

10.3.2. Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da contratada.

10.4. O contratado será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à contratante e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo contratado de qualquer dos itens previstos nesta cláusula quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

12.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder os limites estabelecidos no subitem anterior.

12.3. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

12.3.1. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto n. 7.983/2013.

12.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

12.5. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a **dez por cento do valor total do futuro contrato**, nos termos do art. 13, II, do Decreto n. 7.983/2013.

12.6. Na assinatura do presente Contrato, a Contratada declara sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo ao Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo ao Instrumento Convocatório.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO

16.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

16.1.1. Nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Instrumento Convocatório;

16.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

16.5. No caso de obras, o não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato será causa de rescisão por ato unilateral e escrito da contratante.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no site da FAPEC e em jornal de grande circulação local, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO



19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Campo Grande - MS.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Campo Grande/ MS, _____, de _____ de 2022.

Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC

Nome

Responsável legal da CONTRATANTE

Empresa

Nome

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____